Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil



ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO

DE

HISTORIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE

VOL. III

1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO
DE
HISTORIA E GEOGRAFIA SUL RIO-GRANDENSE
COMEMORATIVO DO
CENTENARIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Vol. III



1936
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre
Filiais : Santa Maria e Pelotas

SECÇÃO TERCEIRA

HISTÓRIA MILITAR

II

A invasão de São-Borja — Osório Tuiutí de Oliveira Freitas

NOTA: — O paragrafo I da Secção III — Historia Militar, por conveniencia da paginação, figura no vol. II, pag. 295.

A INVASÃO DE SÃO BORJA

Major Osorio Tuiuti de Oliveira Freitas

ANTECEDENTES

O início das hostilidades, entre o Paraguai e o Brasil, está intimamente ligado à Campanha da Banda-Oriental, que tivemos de sustentar mais contra o govêrno injusto e arbitrário de Aguirre, do que contra o Estado-Oriental-do-Uruguai.

Teve, o Brasil, nessa Campanha (1864-1865), em que se cobriu de glórias imarcessíveis a diplomacia brasileira, como aliado, por fôrça das circunstâncias, o General Venâncio Flores, chefe do Partido "Colorado" uruguaio, contraposto ao "Blanco" de Aguirre.

O Ditador do Paraguai mostrava não estar satisfeito com a atuação do Brasil, na Banda-Oriental e, entre outras medidas, procurou aliciar Urquiza, governador da Província-Argentina de Entre-Rios e os inimigos do presidente argentino Bartolomeu Mitre, em Corrientes.

Diga-se, de passagem, que êsse aliciamento e essa proteção ao Partido Blanco, de Aguirre, obedeciam à veleidade tão acariciada quão oculta, de formar um grupo de Estados: Uruguai, Corrientes e Entre-Rios, sob o protetorado do Paraguai.

Estava o Império brasileiro ainda embaraçado nessa luta, a-pesar-de ter imposto já sua autoridade e o respeito aos direitos de seus súbditos, quando o Paraguai lhe declarou guerra, fazendo o bárbaro aprisionamento do vapor Marquês de Olinda e, em seguida, efetuando a monstruosa invasão do Mato-Grosso, em dezembro de 1864.

Os técnicos militares não se deixaram, porém, atraír para êsse teatro de operações, de todo ponto contra-indicado.

Esperaram, pacientemente, que o Império-do-Brasil pusesse em ordem a Banda-Oriental e já tomavam, entrementes, as medidas preliminares para o revide às ofensas inauditas — Invasão do Paraguai pelo Sul.

Já estava feito o Tratado da Tríplice-Aliança, em que o Brasil, Argentina e Uruguai, em uma indeclinável solidariedade, responderam de comum acôrdo, aos ultrages lançados pelo tirano Lopes, às nações civilizadas.

Desde 14 de maio (1865) Venceslau Robles, general paraguaio, operava na Província-de-Corrientes, auxiliado pelos inimigos do presidente argentino Mitre, já tendo até tomado conta de parte dessa Província que se constituíra independente de Buenos-Aires, com um govêrno sob a forma de triunvirato.

Na mesma data, Lopes reünia, em Itapua (Encarnación) um corpo de 12.000 homens, com 6 peças de artilharia de campanha.

Seu comandante era o tenente-coronel Antônio de la Cruz Estigarribia.

O objetivo dessa fôrça, que não devia perder a ligação com a de Robles, era ocupar o território missioneiro argentino e, em seguida, invadir a Província-do-Rio-Grande-do-Sul.

Logo que Estigarribia se firmou em Missões, iniciou seus preparativos para a invasão do Rio-Grande.

Aproveitando os abundantes recursos da região, mandou fazer grande quantidade de embarcações de todo o gênero, como pranchas, canoas e botes, bem como inúmeras carretas, com o fim de transportar essa impedimenta e garantir a travessia rápida do rio Uruguai.

Êsses preparativos se realizavam na própria região de Itapua (Encarnación), a povoação paraguaia mais próxima das Missões brasileiras.

No entretanto, Estigarribia executava, com suas tropas, constantes marchas e exercícios táticos e levava seus reconhecimentos até a povoação de Santo-Tomé.

O exército brasileiro, nessa ocasião, fazia sua concentração em Concórdia, sob o comando em chefe do inolvidável

General Osório. Aí chegavam, diàriamente, contingentes vindos do Rio-de-Janeiro e do norte do Império.

Achava-se, dessa forma, o Rio-Grande, completamente desguarnecido e entregue aos próprios recursos.

Os generais Caldwell e Canabarro, porém, exerciam tôda a atividade no sentido de reünir fôrças para guarnecer as povoações fronteiriças.

AS FÔRÇAS DE SÃO-BORJA

Logo que se positivaram as informações sôbre os preparativos da fôrça ao mando de Estigarribia e que chegaram notícias das constantes incursões no Departamento argentino de Santo-Tomé, não restou a menor dúvida sôbre a invasão do Rio-Grande, pelo passo de São-Borja.

O Presidente da Província, João Marcelino de Sousa Gonzaga, ordenou "recrutamento geral e extraordinário na comarca de São-Borja de todos os homens capazes de pegar em armas".

Foram, assim, recrutados os homens válidos da região são-borjense que, reünidos, puderam formar cinco corpos provisórios, ns. 10, 11, 22, 23 e 28, uma companhia de Infantaria da Guarda-Nacional "que foi elevada à categoria de Batalhão", passando a ser o III Batalhão de Infantaria da Guarda-Nacional (1) e, finalmente um Batalhão de reserva.

Êsses corpos reünidos formariam um total de 2.500.

Sempre, porém, estiveram desfalcados. Nunca se reüniram mais de 2.000 homens. Achavam-se em situação precária e até mesmo com falta de armamento e munição.

Os comandos dessas unidades estavam assim constituídos:

10.º Corpo Provisório de Cavalaria — Tenente-Coronel José da Luz Cunha; 11, Major Nunes; 22, Tenente-Coronel

---

(1) Êsse Batalhão, do comando do Major Rodrigues Ramos, é o chamado por alguns veteranos, de 48 Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais.

Tristão de Araújo Nóbrega, tendo como Fiscal o Major José Fernandes de Sousa Doca; 23, Tenente-Coronel Feliciano de Oliveira Prestes; 28, Tenente-Coronel Manoel Coelho de Sousa, alcunhado Maneco Assunção; III Batalhão de Infantaria, Major José Rodrigues Ramos e Batalhão de Reserva, Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães.

A situação dessas tropas era a seguinte:

Corpos Provisórios 10, 11, 22 e 23, 1.ª Brigada da Divisão Canabarro, sob o comando do Coronel Fernandes Lima, da Guarda-Nacional, no Passo-das-Pedras, cêrca de 12 léguas ao S. de São-Borja, entre esta cidade e Itaquí;

28 Corpo Provisório, 5 léguas ao N. de São-Borja, em São-Mateus;

III Batalhão de Infantaria (só tinha Companhia e meia), no passo de São-Borja.

Batalhão de reserva (2 Companhias), na Vila de São-Borja.

O grosso da Divisão Canabarro achava-se a 50 léguas ao S. de São-Borja, Santana do Livramento.

Pode-se bem calcular o estado de inquietação em que se achavam as populações da cidade e do municipio de São-Borja, nesse ambiente.

De um lado, eram as notícias cada vez mais aterradoras sôbre o inimigo, de outro lado, a dispersão mais completa e a maior ineficiência das tropas encarregadas de guarnecer as fronteiras.

O cônego Gay faz acusações ao General Canabarro e ao Coronel Fernandes Lima, dizendo que não se tomaram as providências que o caso requeria. Não foi só essa, porém, a voz que se levantou contra aqueles militares.

Quanto ao General Canabarro, foi êle defendido, brilhantemente, pelos senadores do Império Teófilo Otoni e Visconde do Rio Branco, em sessões de 16 a 21 de abril de 1866.

Escapa aos nossos objetivos o exame dêsse interessante assunto.

Ressaltamos, porém, que o General Osório, em documento

escrito, delicadamente, insinuou, em tempo, uma ação mais eficaz dêsse ilustre militar.

Quanto ao Coronel Fernandes Lima, como muito bem diz Schneider, "como se havia querido defender qualquer ponto possível ou provável de desembarque, o resultado foi ser fraquíssima a resistência no ponto em que êle realmente se efetuou".

Aliás, que poderia fazer o Coronel Fernandes Lima, com os meios de que dispunha com tão vasta fronteira a guarnecer?

Colocou-se entre Itaquí e São-Borja, em condições de atender a fronteira de um ou outro Município.

O que me parece estranho, quando medito sôbre os sucessos que então se desenrolaram é a "frouxidão" que parece ter havido na 1.ª Brigada Provisória de Cavalaria. Julgo indesculpável os licenciamentos que então se deram, em tal emergência.

A bondade excessiva do gaúcho, a confiança em si e o desprêzo pelo inimigo, sempre considerado "CHICO" talvez tivessem sido a causa de terem falhado alguns elementos, no momento PRECISO, como veremos adiante.

Há outro ponto vulnerável no Comando do Coronel Fernandes.

Não se justifica de forma alguma, o retôrno às posições anteriores, quando, cada vez mais se POSITIVAM as intenções do inimigo.

Se o Comandante da 1.ª Brigada não tinha informações de Santo-Tomé, alguns de seus oficiais as haviam recebido e até o vigário de São-Borja estava ao par dos movimentos da coluna paraguaia.

Em todo caso, não nos esqueçamos de que o bravo Coronel Fernandes Lima era um oficial improvisado, sem as responsabilidades técnicas de sua alta função.

DOIS REBATES FALSOS — A IMINÊNCIA DA INVASÃO

No dia 9 de maio de 65, soube-se, positivamente, que uma fôrça paraguaia, de cêrca de 1.500 homens, dera entrada na Vila de Santo-Tomé.

Fizeram-se comunicações ao Comandante da Fronteira, ao da Brigada Provisória e ao Presidente da Província.

No dia 10 de maio, precisamente um mês antes da invasão, as famílias são-borjenses abandonaram a Vila.

O Coronel Fernandes Lima, informado do ocorrido, acorreu pressuroso a São-Borja, com seus 4 Corpos de Cavalaria, aproximadamente 1.500 homens, vindo de seu acampamento "predileto" — O Passo-das-Pedras.

Deixou uma guarnição de 100 homens em Itaquí.

Chegado a São-Borja, soube que se trocavam tiros, no Passo-do-Proença, uma légua acima de São-Borja.

Presumindo que se tratava já da invasão, concentrou uma Brigada naquele Passo, vanguardeada por um Esquadrão de Clavineiros, sob o comando do Major Doca.

De fato, chegara à barranca Argentina, nas alturas do Passo-do-Proença, uma fôrça Paraguaia que trocara tiros com as nossas guardas. Essa fôrça inimiga retirou-se à aproximação dos nossos.

A Brigada Provisória percorreu, então, de regresso, mais de uma légua, pela costa do Uruguai, à vista do inimigo.

Pelas notícias que se tiveram posteriormente, os Paraguaios se deixaram impressionar por essa demonstração de fôrça.

Mal sabiam êles da penúria em que se achava a 1.ª Brigada Provisória de Cavalaria da Guarda-Nacional!

Mal sabiam, também, que deficiência e que babel reinavam no que dizia respeito à munição e armamento.

Felizmente, êsses e outros fatos semelhantes serviram de advertência e de lição aos nossos técnicos militares.

O Coronel Fernandes Lima acampou, então, com sua Brigada no Passo-de-São-Borja e nas proximidades da nossa pe-

quena Infantaria (Companhia e meia), sob o comando do Major José Rodrigues Ramos, como já dissemos e que guarnecia o Passo.

Êsse foi o primeiro rebate falso.

Tinham os Paraguaios, na margem direita do Uruguai, em constante observação de seus movimentos, 1.200 milicianos argentinos da Província-de-Corrientes, sob o Comando do Coronel Paiva.

Estavam êles quasi desarmados, mas êsse fato não era do conhecimento de nossos adversários.

Achava-se, o Coronel Fernandes Lima, há vários dias, acampado no Passo, com sua Brigada, na situação já indicada anteriormente, quando, no dia 17 de maio, aquele oficial aliado argentino pedia seu auxílio. Desejava cair de surpresa sôbre a vanguarda Paraguaia, em Santo-Tomé. Para isso, oferecia cavalos, que, na margem oposta, ficariam à disposição do Coronel Fernandes Lima.

No dia seguinte, 18 de maio, o Coronel Fernandes Lima, em um passo, ao S. de São-Borja, com 500 homens, aguardou, em vão, a cavalhada prometida, para a pretendida surpresa.

O Coronel Fernandes Lima retirou-se para o Passo.

Os postos avançados paraguaios ao observarem o movimento dêstes 500 homens, informaram que os brasileiros iriam efetuar a passagem do rio.

Os Paraguaios abandonaram, então, precipitadamente, Santo-Tomé e tomaram o rumo do rio Paraná.

O Coronel Paiva determinou, em vista disso, que os seus soldados seguissem a fôrça paraguaia e "fôssem picando sua retaguarda".

Burlada a surpresa, julgou-se desobrigado de enviar os cavalos ao Coronel Fernandes Lima e mandara dizer a êste "que o inimigo, perseguido por êle, ia em retirada precipitada para o Paraná".

O Coronel Fernandes Lima continuou, pois, descansadamente em seu acampamento no Passo.

A notícia da retirada dos Paraguaios, a presença da 1.ª Brigada Provisória e a esperança nunca perdida de uma intervenção decisiva do General Canabarro deram confiança aos habitantes de São-Borja, que retornaram às suas casas.

Fernandes Lima, porém, com surpresa geral, a 26 de maio, retira-se com seus 4 Corpos para o Passo-das-Pedras, a-pesar da grande enchente que havia: o Arroio de Santa-Luzia, o Butuí e os banhados "campo-fora".

Licenciou, nessa ocasião, grande número de oficiais e praças, de todos os Corpos, por 12 dias.

Não tinha andado 2 léguas o Coronel Fernandes Lima, quando recebeu duas informações de suma gravidade:

1.ª) os paraguaios, em grande número, haviam reaparecido no "Hormiguero", em frente ao Passo-de-São-Borja; na margem oposta, em frente ao Passo-do-Proença (2 esquadrões) e nas coxilhas aquém de Santo-Tomé;

2.ª) "um corpo considerável preparava-se para transpor o rio em Itaquí".

Certamente SURPREENDIDO, resolve acudir Itaquí. A 27, faz o 10.º e o 23.º marcharem para esta vila; a 28, êle próprio, com o 11 e o 22, "tomou a estrada real de Itaquí, passou o Santa-Luzia a nado, e com êles chegou à margem direita do Butuí, na estância do Capitão Rufino Rodrigues dos Santos".

Soube aí, o Coronel Fernandes Lima, que a fôrça aparecida na região de Itaquí, na margem argentina, era a do Coronel Paiva, já derrotada pelos paraguaios.

Estes se retiraram, de fato, cêrca de 10 léguas ao N. da vila de Santo-Tomé, (Tarairí) com o objetivo de atrair as fôrças de Paiva e brasileiras, para perto do grosso de seu destacamento, já nessa região. Quando souberam que os brasileiros não haviam transposto o rio e que estavam perseguidos sòmente pelos argentinos "voltaram sôbre os próprios passos, caíram sôbre os Correntinos de Paiva e dispersaram-nos".

Foi a invasão de Itaquí o 2.º rebate falso.

Deu o Coronel Fernandes Lima, ordem ao 22 do Tenente-Coronel Nóbrega, isso a 29 de maio, que retornasse a São-Borja.

Ficava, assim, o Coronel Fernandes Lima, com 3 Corpos no Passo-das-Pedras, a 12 léguas de São-Borja, como dissemos, quando não havia mais dúvida sôbre a invasão e as informações, a respeito, se sucediam e se confirmavam, hora por hora.

As águas do Uruguai continuavam a crescer. Desde o dia 15 êsse rio estava campo-fora.

Os habitantes de São-Borja, por essa razão e porque o Coronel Fernandes Lima se havia retirado para o Passo-das-Pedras, contavam, como certo, que o Almirante Tamandaré subisse, com uma esquadrilha, em seu socorro.

Nos últimos dias do mês de maio, 2 esquadrões paraguaios examinaram, minuciosamente, as barrancas do Uruguai.

Constou, posteriormente, que andariam à cata de um fugitivo.

Êste, de fato, apareceu em São-Borja. Chamava-se Vicente Ferreira, natural de Pernambuco e era desertor do exército brasileiro.

Fêz, no dia 4 de junho, importantíssimas declarações. Disse, entre outras cousas, que o efetivo da vanguarda paraguaia em Santo-Tomé era de cêrca de 2.000 e que só esperavam a chegada de suas carretas com canoas e mais 10.000 homens, para invadir São-Borja, saqueá-la, de onde seguiriam para Itaquí e Uruguaiana, fazendo o mesmo.

Estas declarações foram ouvidas pelo Cônego Gay, Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães, Comandante da Infantaria de reserva e Major Vasco José Guimarães, da Brigada Fernandes.

Afirma o Cônego Gay, em sua interessante memória intitulada "Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai", que o Coronel Fernandes recebeu estas informações, mais as de um Senhor Borges e, no dia 8 de junho, do Capitão Melo, brasileiro, que vinha fugido de Santo-Tomé, onde residia e fôra preso.

Declarou, êsse cidadão, segundo informa o Cônego: "que no acampamento dos paraguaios tinha adquirido a certeza de que no dia 3 de junho tinham saído da Tronqueira do Loreto 4.800 soldados da infantaria paraguaia, 2.400 de cavalaria, 50

carretas com 6 ou 8 peças de artilharia e com uma grande porção de canoas; que estas fôrças paraguaias vinham juntar-se com sua vanguarda composta de 1.500 homens que já se achavam em Santo-Tomé, para aí passarem o rio Uruguai e caírem sôbre São-Borja de improviso".

Uns dizem que o Coronel Fernandes não acreditou nessas informações, o que me parece absurdo, e outros, que calculou mal o tempo necessário para o Destacamento paraguaio percorrer as 30 léguas que vão da Tronqueira do Loreto a São-Borja, julgando que aquí só chegariam a 13 de junho...

Essas hipóteses me parecem inverosímeis. Si o Coronel Fernandes Lima quisesse socorrer São-Borja, poderia ter chegado, a esta vila, no próprio dia 8, em que recebeu o Capitão Melo ou, ao mais tardar, no dia 9, pois, entre São-Borja e o Passo-das-Pedras, **tão atraente,** havia, como já se disse, 12 léguas e sua tropa era de cavalaria.

Os espiões paraguaios, durante êsses tormentosos dias, agiam, livremente, em São-Borja. Na noite de 8 para 9 incendiaram uma casa isolada, depósito de madeira, pertencente a Francisco Gay, avisando de que era chegada a hora da invasão. Um fogo, acima de Santo-Tomé, dava o sinal de "entendido".

A-pesar-de tudo isso, São-Borja achava-se quasi desguarnecida.

As fôrças que lá se encontravam eram as seguintes:

Infantaria do Major Rodrigues Ramos, no Passo — 100 homens; reserva, na Vila, 30 homens; Cavalaria do Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, a uma légua, 240 homens. Ao todo, 370 homens.

Com a chegada do 1.° Batalhão de voluntários, 480 homens, o total da guarnição elevou-se a 850 combatentes.

Pela manhã de 10 de junho, tínhamos 130 homens, horas depois contávamos com 370 e, à tarde, dispúnhamos de 850!

Êsses bravos deveriam resistir a 4.170 paraguaios, armados de artilharia e preparados, a longo tempo, para o ataque.

A essa desproporção numérica, devemos acrescentar as deficiências já apontadas anteriormente.

O dia 10 de junho de 65 — A travessia do Uruguai — O combate

Seriam 10 horas da manhã, quando se avistou uma coluna, constituída de tropas e grande número de carretas, cobrindo quasi tôda a extensão que separa Santo-Tomé do Formigueiro.

Eram os paraguaios que iniciavam a tão anunciada invasão.

O Major Rodrigues Ramos, que se achava no Passo, com seus 100 homens, avisou ao Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães, comandante da Infantaria da reserva e êste ao Coronel João Manoel Mena Barreto que se achava nas proximidades do lugar denominado Lajeadinho, cêrca de 2 léguas de São-Borja.

Foram avisados também, por ofício, o Coronel Fernandes Lima, no Passo das Pedras e por meio de um "Chasque" o Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, que se achava, como se disse, a uma légua da Vila e o Tenente-Coronel Coelho de Sousa, comandante do 28, em São-Mateus.

Logo que as carretas chegaram à barranca, foram postas nágua as canoas e, em cada uma, embarcaram 20 soldados que se conservavam de pé. Quando 20 dessas canoas estiveram lotadas, dirigiram-se seus tripulantes para a margem oposta, um pouco acima do Passo, em direção à "Barranca-Pelada".

A coragem, o sangue frio do Major José Rodrigues Ramos e de seus comandados foram inauditos. O Major Ramos mandou fazer nutrido fogo sôbre as guarnições das canoas, tendo conseguido atingir vários paraguaios que caíram à água.

Era o primeiro protesto dos missioneiros contra a insólita agressão.

Sabiam, os paraguaios, que São-Borja tinha uma defesa de 130 homens, mas iam sentir o valor do caboclo, do gaúcho rio-grandense, do nosso "crioulo" que, a-pesar-de sua

apatia guaranítica, é um leão quando sente seus brios ofendidos !

Cabe, aquí, rememorar um belo soneto de Castro Alves. Ninguém se iluda com o nosso caboclo. Esta é a sua verdadeira psicologia: "cercar-lhe o gêlo, a morte, a indiferença, mas lhe são lavas, lá dentro, o coração".

Os paraguaios, atônitos, por êste contra-ataque tão inesperado quão certeiro, retrocedem. Remontam o rio, na margem oposta e, a certa altura, jogam suas canoas, novamente, contra a barranca brasileira, já agora procurando diversos pontos.

O bravo Major Ramos divide sua Companhia em quatro pelotões, para melhor fazer frente aos inimigos.

A-pesar-dos esforços e da intrepidez dos Pelotões do Capitão Godinho e do Alferes Vaz e da bravura demonstrada pelo também Alferes Manoel dos Santos Pedroso, todos na região da "Barranca-Pelada", não foi possível evitar o desembarque.

Eram 400 contra 50 e os matos e a cheia tolhiam os passos dos heróicos defensores! Além disso, a passagem do rio estava sendo apoiada pela Artilharia, em posição à margem direita.

Chega, precisamente, nesse momento o 22 Corpo Provisório, do Tenente-Coronel Nóbrega. Chegou, ainda, a tempo de socorrer um pelotão da nossa Infantaria, quasi envolvido pelos paraguaios. Não fôsse a intrepidez do Alferes Joaquim Vieira de Oliveira e seus lanceiros, êsse pugilo de patrícios teria sido inteiramente sacrificado.

Ao mesmo passo que se dava êsse desembarque, uma coluna de cêrca de 400 homens, que havia transposto o rio, nas alturas de Santo-Tomé, na noite de 9 para 10, revelou-se acima da "Barranca-Pelada".

Nossa infantaria ainda tiroteava bravamente quando as canoas retornavam, trazendo novos reforços.

"Achava-se o rio em grande extensão coalhado de botes que brocuravam atracar onde mais fácil lhes parecia".

Pisavam já em território brasileiro o Batalhão n.° 17, comandado pelo Capitão Diogo Alvarenga, com 800 praças

e 2 peças, o regimento n.º 27, de cavalaria, ao mando do Major Lopes, com 600 homens e também 2 peças; o batalhão 32, do Capitão Avalo, com 750 homens e o regimento 28 (520 homens) sob o comando do Capitão Centurión.

Eram, pois, então, cêrca de 3.000 homens, armados de 4 peças de artilharia, contra a brava Companhia do Major Ramos e do 22 Corpo Provisório do Tenente-Coronel Nóbrega !

Isso, porém, não lhes arrefeceu o ânimo.

As famílias achavam-se, ainda, na Vila e era preciso lhes dar tempo de sair. A honra dos lares seria defendida, a qualquer preço. A meia légua que há entre a Vila-de-São-Borja e as barrancas do Uruguai seria defendida, palmo a palmo!

Mais 1.500 paraguaios tinham desembarcado. Eram os batalhões 14 e 15 dos Capitães Saturnino Meireles e Campurno.

Já as primeiras tropas inimigas, encolunadas, avançavam sôbre a Vila.

O Tenente-Coronel Nóbrega, com seus esquadrões de clavineiros e o Major Doca, com seus lanceiros, faziam temerarias cargas sôbre o flanco direito da coluna.

Rodrigues Ramos, tendo montado a maior parte de seus infantes, inquietava o flanco esquerdo.

"Os paraguaios que se encontravam no lugar atacado pelos nossos bravos paravam, morriam, mas o grosso de suas fôrças caminhava sem cessar.

Sòmente de vez em quando sua fileira se abria para dar passagem aos tiros de algumas pequenas peças de artilharia que puxavam à mão, aproveitando a escuridão da fumaça dos tiros para as empurrar mais adiante".

Já os heróicos guardas-nacionais haviam combatido 4 horas e meia, pois era uma e meia hora da tarde.

Os paraguaios tinham como certa a tomada da Vila.

Destacou-se, como querendo envolvê-la, uma coluna de mais de 2.000 homens, com 4 bôcas de fogo, sob a direção dos paraguaios Major Lopes e Capitão Alvarenga. Iriam fazer sua entrada triunfal.

Os bravos do Tenente-Coronel Nóbrega (22 Provisório) no flanco direito e a denodada Companhia do Major Rodrigues, no flanco esquerdo, redobravam seus ataques!

Estava a fôrça inimiga precisamente no lugar em que se levanta, hoje, "A Cruz Grande", quando surge, inopinadamente, o 1.º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Assim se expressa o Coronel João Manuel Mena Barreto, no ofício que adiante transcrevemos:

"Um só golpe de vista bastou para convencer-me que, com as fôrças diminutas de que eu dispunha, apenas poderia por um golpe audaz salvar as vidas e a honra das famílias que ainda se achavam na indefesa Vila-de-São-Borja. Persistí pois no ataque. Tendo o Major José Fernandes de Sousa Doca, à testa dos 32 lanceiros, carregado sôbre a ala direita do inimigo, conforme as minhas ordens, e deixando o Capitão Cardoso Tico com 36 ou 40 praças de cavalaria para observar o meu flanco direito, avancei com o corpo de meu comando sôbre o centro do inimigo, recebendo a uma distância de 140 a 150 braças uma descarga de metralha, e o fogo de tôda a linha inimiga de que resultou a morte de 5 praças de meu Batalhão, sem contar numerosos ferimentos.

Os meus soldados paravam para dirigir sôbre o inimigo um fogo bem nutrido e certeiro, achando-me eu nas frentes das minhas linhas.

Esta luta desigual prolongou-se desde uma hora e meia da tarde às duas e meia, tempo em que, julgando preenchido o meu fim, mandei retirar o Batalhão para o interior da Vila, o que efetuou em perfeita ordem, depois de haver, cansado de uma longa viagem e exhausto de 2 horas de marcha forçada, sustentando durante três quartos de hora o fogo vivíssimo de uma fôrça dez vezes maior".

A coluna inimiga, diante dêste ataque inesperado, estacou e formou "quadrado", como então se usava. Uma fôrça, a mesma que havia envolvido um pelotão nosso, às margens do rio, que tinha tomado a direção Leste da Vila, recua e toma posição à retaguarda do quadrado.

Cabe aquí, ainda, a transcrição de um trecho da carta

do Cônego Gay em que fica, mais uma vez comprovada, a resistência heróica dos guardas-nacionais:

"A infantaria descarregava sôbre o inimigo pela esquerda, os lanceiros e cavalaria, pela direita, e não há dúvida que se o primeiro Batalhão de voluntários fôsse um corpo de veteranos aguerridos, com uma carga sôbre o centro do inimigo tinha-o lançado no rio Uruguai. Infelizmente os soldados do 1.º Batalhão de voluntários achavam-se cansados, pois sem comer tinham andado 2 léguas a marche-marche, com as mochilas, e eram quasi todos recrutas que pela primeira vez viam fogo: não se podia nem se devia esperar que êsse Batalhão fizesse naquela ocasião o que teria feito um batalhão descansado, veterano e aguerrido".

Estava, com esta última resistência, sustado o avanço paraguaio.

O Major Lopes retira-se para o Passo, com tôda a coluna.

O Coronel João Manuel Mena Barreto guarnece as bôcas de rua para o lado Norte.

Estava desafrontada a honra nacional.

Estava salva a honra das famílias.

O 1.º batalhão de Voluntários da Pátria teve 7 mortos e 29 feridos e dos guardas-nacionais morreram 15 (7 infantes, sendo 5 do Capitão Godinho e 8 cavaleiros do 22 Provisório) e foram feridos 35. Tivemos 86 homens fora de combate.

Os paraguaios perderam 100 homens, inclusive um oficial e tiveram 100 feridos: 200 homens fora de combate.

Leocádio Francisco das Chagas

Com a devida vênia do meu ilustre conterrâneo Tenente-Coronel Emílio Fernandes de Sousa Doca, transcrevemos aquí o episódio que se passou com Leocádio Francisco das Chagas. O mesmo faremos, no capítulo seguinte, relativamente ao furriel Luiz Antônio de Vargas.

"Leocádio Francisco das Chagas, vigoroso caboclo, que nutria verdadeiro amor e apêgo sublime aos pagos em que nascera e onde campeava, ufano, descuidoso e livre, sua fama de bom e de valente, era cabo de esquadra do 28.° corpo provisório de cavalaria, do comando do tenente-coronel Manoel Coelho de Souza.

No dia da invasão o 28.° acampava em São-Mateus, na margem esquerda do Uruguai, próximo do Camaquã e Leocádio se achava na vila, com licença. Ao saber, porém, que os infantes de Rodrigues Ramos tiroteavam com os paraguaios, lá para os lados do **Passo**, encilhou às pressas seu douradilho, há poucos dias enfrenado, tomou as armas e partiu emocionado, em procura da luta, junto aos seus irmãos.

Ao galgar o dorso da pequena cochilha à saída da vila, foi sacudido por um frêmito de entusiasmo despertado pela ousada carga, que daí presenciou, dos bravos do 22.° contra o movimento envolvente de uma fôrça paraguaia. Retezaram-se-lhe os músculos, aprumou o busto e, firmando-se fortemente sôbre os estribos, pernas em linha reta, nervos tensos, semblante carregado, olhar em chamas, contemplou por um momento aquele espetáculo e, então, impelido por um desejo louco de mergulhar na luta — senta-se fortemente sôbre o lombilho e, um pouco curvado para a frente, esporeia o fogoso bagual que, com as narinas dilatadas, desprendendo baforadas de vapor, com as orelhas retezadas para trás, num salto gracioso e firme, parte em estrepitosa desfilada, como uma seta, direito ao centro da linha paraguaia. Aí Leocádio, com pulso vigoroso, lanceia um soldado e retrocede, agora, descrevendo curvas e unido ao cavalo no sentido do comprimento dêste, à maneira dos charruas ou dos minuanos, em suas famosas cargas.

Exaltado por essa aventura, volta segunda vez, com espanto dos paraguaios, e novo golpe desfere e outro homem tomba, com o peito sangrando, nos espasmos da agonia.

Terceira vez, entre protestos veementes e ovações delirantes de seus camaradas, repete a mesma façanha, com o mesmo resultado prodigioso.

Passado o momento de surpresa e espanto dos paraguaios,

estes que viam no audaz cavalariano, antes um duende que um homem, sôbre êle descarregam frenèticamente suas carabinas e estarrecidos viram que o fantástico ginete, como nas outras ocasiões, descrevendo curvas, volta à linha brasileira e em seguida retorna mas, desta vez, para nunca mais voltar — porque antes de atingir o alvo, tombam, traspassados por inúmeras balas, o intrépido gaúcho e o fogoso corsel, como um centauro".

"Es mia"

"Entre os rasgos de heroísmo praticados em 10 de junho de 65, na defesa de São-Borja, avulta o do intrépido furriel Luiz Antônio de Vargas, lamentàvelmente esquecido pelo govêrno imperial, pelos seus superiores e, em conseqüência disso, desconhecido dos historiadores.

Êsse heróico soldado era filho de Pôrto-Alegre e se achava no Rio-de-Janeiro, no exercício de sua profissão de maquinista, quando o govêrno, apelando para os brasileiros, publicou o decreto criando os corpos de voluntários da pátria. Luiz Vargas foi dos primeiros a se alistarem no 1.º batalhão, de gloriosa memória.

Quando êsse corpo foi para o sul, para lá também seguiu Vargas, em defesa de sua amada província. Revelou logo rara tendência para o serviço militar: atividade, energia, inteligência e admirável resistência física e, porisso, pouco depois foi promovido a furriel.

Quando seu batalhão enfrentou os paraguaios, alí na embocadura da rua São-João, fazia parte da guarda da bandeira.

A impressão do inimigo ao ver surgir o 1.º de voluntários, ao som da música, foi de surpresa e desconfiança, pois sabia estar a vila sem defesa. Querendo, porém, tirar partido de um golpe audaz e impressionante, se lança, como um leão em cóleras, sôbre a fôrça brasileira. Nesse bote,

desesperado e raivoso, envolve parte daquele batalhão, que chega a perder a formatura, ao embate da formidável massa humana, em alarido selvagem.

Nesse momento angustioso, um soldado da cavalaria paraguaia fere o oficial que conduz, desfraldada, a bandeira brasileira e empunhando esta brada, com voz rouca e bárbara, ES MIA!

Mal acabava, porém, de proferir essas duas palavras que traduziam imenso e justificado orgulho, pela posse de tão precioso troféu, e era atacado, de rijo, pelo furriel Vargas, em disputa do amado pavilhão.

O paraguaio repele, disparando sua garrucha, erra, porém, o alvo e verificando isso, num relance, puxa da espada e, quando vai desferir golpe mortal sôbre o intrépido infante, êste, em lance heróico e digno de ser perpetuado por um pincel ou por um buril, na tela ou no mármore, crava a baioneta no largo e musculoso peito do cavalariano, que tomba, pesadamente, deixando a bandeira do 1.º de voluntários a tremular na mão vigorosa do valente furriel brasileiro!

Luiz Vargas, com o esfôrço feito ao atirar o golpe sôbre o paraguaio, teve partida uma das veias da perna direita.

Êsse lamentável desastre o impossibilitou para o serviço militar e para trabalhos pesados, inclusive o de sua profissão. Foi excluído com baixa por incapacidade física e se recolheu à sua terra natal. Alí viveu ainda alguns anos, ignorado e paupérrimo, ostentando sôbre andrajos a condecoração do Cruzeiro, como única recompensa, irrisória no caso, porque não lhe mitigava a fome e teria, talvez, morrido à míngua, se o barão Homem de Melo, quando presidente do Rio-Grande-do-Sul, em 1867, não o tivesse colocado em modesto emprêgo no Arsenal de Guerra de Pôrto-Alegre.

O feito de Luiz Antônio de Vargas na defesa da honra, da integridade e dos brios de sua pátria, não é inferior ao de Gonçalo Pires, ao serviço da ambição de Afonso V — o **Africano** — na batalha de Toro, em 1476, arrancando das mãos de um espanhol a bandeira portuguesa.

O bravo lusitano, entretanto, teve seu feito divulgado, acrescentou ao seu nome, por ordem do rei, para maior realce, o apelido de **Bandeira** e ficando ao abrigo da miséria pôde ser o tronco de uma geração ilustre, da qual, se crê, descenda o grande campeador rio-grandense Rafael Pinto Bandeira.

O heróico e inditoso furriel brasileiro, porém, ficou ingrata e impatriòticamente esquecido e assim se extinguiu, sem que hoje se saiba se tem descendentes e sem que, ao menos, em uma das ruas de sua terra natal, tenha seu nome como singela homenagem ao seu heroísmo".

Testemunha ocular — Algumas observações

Meu pai, o general João José de Oliveira Freitas, nascido no lugar denominado "Para-Boi", situado na zona Norte de São-Borja, achava-se no Rio-de-Janeiro, empregado no comércio, quando estalou a guerra do Paraguai.

Chamados os voluntários, acorreu, imediatamente, sentando praça no 1.° Btl. de Voluntários da Pátria que, como vimos, combateu em S.-Borja. Por notável coincidência, vindo de tão longe, meu Pai, no dia 10 de junho de 65, teve seu batismo de fogo, em sua terra natal.

Lembro-me, ainda, de suas narrações sôbre êsse episódio.

Contava-nos, êle, que o 1.° Btl. era constituído, quasi todo, de rapazes filhos do Rio-de-Janeiro.

Inexperientes, desacostumados da vida de campanha, sofreram, imensamente. Foi longa e penosa a marcha que fizeram, a pé, desde S.-Amaro até S.-Borja.

O uso contínuo do churrasco, do charque e do chimarrão provocou sérios distúrbios intestinais nos voluntários, a ponto de se manifestarem casos generalizados e graves. O batalhão, quando chegou ao "Lajeadinho" estava, dizia-nos êle, doente e estropeado.

Quando, na manhã de 10 de junho, se soube da inva-

são, o batalhão fêz a marcha quasi tôda em acelerado, num percurso de cêrca de duas léguas, realizando um esfôrço supremo.

Ao entrar em contacto com o inimigo na região da "Cruz-Grande", recebeu logo forte fuzilaria e, algum tempo depois, um ataque envolvente.

Os Voluntários da Pátria que, nas condições já descritas, estavam recebendo seu batismo de fogo, recuaram, espavoridos. Meu pai contava que ficou atônito, no campo, fazendo fogo, quando recebeu forte golpe no braço. Era seu sargento que gritava: "Que está fazendo, seu cadete, o Batalhão já disparou?!"

Abalou, então, em vertiginosa carreira, em direção à Vila.

Viu, nessa ocasião, o Cel. Mena Barreto, a cavalo, de revólver em punho, dando tiros para o ar e proferindo palavras ásperas, como "covardes! miseráveis!", correr de um lado para outro, afim de conter seus camaradas.

Dizia ainda, que o referido Coronel só pôde reünir o batalhão já na região leste da Vila, onde o encerrou em uma grande mangueira de pedra, fez enérgica e brilhante alocução, retornando, então, na melhor ordem e ao som da banda de música.

Neste regresso, não encontraram mais o inimigo que, ao que parece, presumindo tratar-se de nova fôrça, retirou-se em direção ao Passo.

Segundo o que depreendí dessa narração e documentos relativos ao assunto, vinha, a coluna paraguaia, já extenuada pela tenaz resistência dos nunca assaz louvados guardas-nacionais.

Ao pretender penetrar na cidade, a guarnição heróica redobra a violência dos ataques.

Nessa ocasião, há o sério encontro com um refôrço inesperado — o 1.° Batalhão de Voluntários da Pátria.

Foi o suficiente para se retirarem os Paraguaios, após cinco horas e meia de porfiada luta.

Cito esta narração não para depreciar a atuação do 1.°

Btl. de Voluntários da Pátria, como é obvio, mas para ressaltar, mais uma vez, o valor dos 370 missioneiros.

Faço-o, ùnicamente, a bem da verdade histórica, pois tem havido a preocupação estulta de cantar hinos ao 1.º Batalhão, sem uma alusão siquer, aos verdadeiros defensores da minha terra natal!

Tenho, a meu favor, além da palavra honrada de meu velho finado Pai, ainda os próprios documentos da época.

Se não pela forma acima descrita, como explicar a tomada da Bandeira do Batalhão "num movimento retrógrado que, insensìvelmente tinha operado o 1.º Batalhão de Voluntários sôbre a entrada das ruas da Vila", conforme afirma o próprio Cônego Gay, na carta a que alude Mena Barreto, em seu ofício?

O Coronel Sousa Doca, aliás, fazendo preciosos comentários ao trabalho do Cônego Gay "Invasão Paraguaia na Fronteira do Rio-Grande-do-Sul" diz, textualmente, referindo-se ao ponto em que o autor atribue a salvação das famílias de São-Borja ao 1.º Batalhão:

"Não era tanto assim. E' provável que a resistência dos valentes guardas-nacionais se prolongasse ainda por tempo superior a uma hora.

Êles que vinham há 5 horas se mantendo em heróica resistência, cedendo palmo a palmo o espaço que medeia entre o Passo e a Vila, à entrada desta redobrariam de energia para a defesa de seus lares.

Do local em que o 1.º de voluntários enfrentou os paraguaios ao centro da cidade a distância é de um quilômetro pouco mais ou menos.

Muito fêz o destemido 1.º Batalhão, seu auxílio foi mesmo providencial, mas esquecer os guardas-nacionais riograndenses para só louvar e render graças aos voluntários, é injustiça que a verdade histórica não pode consentir".

Façamos um rápido histórico da vida do General Freitas.

Nasceu, em São-Borja, no dia 16 de novembro de 1846.

1865

Sentou praça, no 1.º Batalhão de Voluntários da Pátria, a 8 de fevereiro. Assistiu ao combate de 10 de junho, em São-Borja e à rendição da divisão paraguaia, a 18 de setembro. A 28 dêste mês seguiu incorporado ao exército argentino, reünindo-se ao exército brasileiro em Mercedes, na República-Argentina.

1866

Em março foi transferido para o 2.º Regimento de Cavalaria. Transpôs o rio Paraná a 16 de abril. Assistiu aos combates de 2 e 20 e tomou parte na batalha de 24 de maio, em Tuiutí. Assistiu ao combate de 16 e tomou parte no de 18 de junho, no Potreiro Pires. Fêz parte das colunas expedicionárias que, ao mando do General Flores, marcharam em reconhecimento até Negrete a 16 e 20 de setembro.

1867

Tomou parte no reconhecimento feito em Passo-Puí a 22 de julho e no combate de 31 de julho em Tuju-Cuê. Tomou parte nos reconhecimentos feitos pela 1.ª divisão de cavalaria a 10 20 e 26 de agôsto nas fortificações em frente a Tuju-Cuê. Tomou parte no combate de 6 de setembro em S.-Solano. Tomou parte no combate de 21 de outubro nas proximidades de Humaitá e no de 29 do mesmo mês no Potreiro-Ovelha. Elogiado pelo comando em chefe e comando da divisão pelo procedimento que tivera no combate de 21 de outubro. Tomou parte nos combates de 2 de novembro em Tagí e de 15 do mesmo mês no Pilar. Fêz parte da coluna expedicionária que a 20 de novembro ao mando do General Mena Barreto, foi até Tebiquarí.

1868

A vinte e um de fevereiro foi nomeado Alferes em comissão. Tomou parte no reconhecimento forçado que, de-

baixo de um vivo bombardeio inimigo, fêz o 3.º Corpo de Exército às fortificações de Passo-Pocú a 21 de março. Esteve durante todo o sítio de Humaitá, onde assistiu aos diversos bombardeamentos feitos pelo exército. A 18 de agôsto marchou com o exército em perseguição do inimigo. Assistiu aos reconhecimentos feitos pelo exército à forticação de Angustura a 1.º e 28 de outubro. Assistiu ao final da batalha de 10 de dezembro em Avaí. Fêz parte das colunas expedicionárias que a 17 de dezembro, ao mando do General Mena Barreto, foram reconhecer as povoações de Capiatá e Areguá. Tomou parte no combate de 21 de dezembro em Piquicirí. Assistiu ao bombardeamento de 25 de dezembro nas Lomas-Valentinas. Tomou parte nos combates de 27 e 30 do mesmo mês nas ditas Lomas. Assistiu à entrega da guarnição do forte de Angustura a 30 de dezembro.

1869

Tomou parte nos reconhecimentos feitos ao forte de Ascurras a 29 e 31 de julho. Fêz parte da divisão que marchou na vanguarda, sôbre Peribibuí e assistiu ao sítio desta praça fortificada. A 10 de agôsto expedicionou em diligência secreta afim de cortar a retaguarda inimiga. Regressando a 12, assistiu ao assalto desta praça. Tomou parte na batalha de 16 de agôsto em Campo-Grande. Foi compreendido no louvor mandado fazer por Sua Majestade o Imperador pelos combates de 21 e 27 de dezembro.

Condecorado com a medalha de mérito militar pelo seu procedimento no combate de 21 de dezembro. Foi compreendido no elogio feito pelo comandante em chefe a 31 de agôsto, bem como nas felicitações feita pela Assembléia Provincial do Rio-Grande-do-Sul. Foi compreendido no louvor feito por Sua Majestade, Câmara dos Senadores e dos Deputados. Condecorado com o hábito da Rosa pelos combates de 21 de dezembro de 1868 e de 29 de julho de 1869. Condecorado mais com as medalhas da rendição da divisão paraguaia em Uruguaiana e a do Paraguai, passador N.º 5.

Condecorado com a medalha de prata argentina e de prata e bronze da República-Oriental-do-Uruguai.

A 3 de março de 1872 foi promovido à efetividade do pôsto de Alferes.

Terminada a guerra, ainda ficou destacado no Paraguai até 1872.

Em 1873 matriculou-se na Escola Militar, fazendo o curso completo e mais o de engenharia.

Em 1876, 11 de setembro, foi promovido a Tenente, por estudos.

Em 1880, 21 de fevereiro, foi promovido a Capitão, também por estudos.

Exerceu o cargo de professor de várias cadeiras, na escola de Cavalaria e Infantaria e no Curso Superior da Escola Militar da Côrte.

Por motivo de moléstia em pessoa da família, entrou em licença e se deixou agregar, tendo sido reformado em 31 de dezembro de 1886.

Dedicou-se, então, em São-Borja, à profissão de agrimensor e, nesse município, no lugar denominado Taperajú, montou uma fazendola. Em 1892, 20 de setembro, reverteu ao Exército.

Conquistou: a 10 de dezembro de 1893, o pôsto de Major, a 14 de dezembro de 1900, o de Tenente-Coronel e a 5 de agôsto de 1908, o de Coronel, todos por merecimento. Exerceu, nesta segunda fase de sua vida militar, diversas comissões importantes.

Durante a revolução de 93, foi assistente da Divisão do Norte, sob o comando do General Francisco Rodrigues Lima.

Foi Diretor das Colônias Militares do Chapecó e Alto-Uruguai.

Estava na direção do Serviço de Engenharia do 6.º Distrito Militar, hoje 3.ª Região, quando foi reformado, por ter atingido a idade compulsória.

O tempo de serviço deu-lhe, de acôrdo com a lei, direito ao pôsto efetivo de General de Brigada, com a graduação de General de Divisão.

Passou seus últimos dias em sua pequena granja "Retiro", em Sapucaia, onde faleceu, na manhã de 16 de junho de 1916.

Deixo de falar sôbre seus predicados de soldado e de cidadão, porque poderia ser acoimado de suspeito e mesmo seus contemporâneos ainda conservam nítido seu perfil.

O êxodo

Retomemos o fio de nossa narração: as fôrças brasileiras guarneciam as bôcas de rua de São-Borja e os paraguaios desistiam, momentâneamente, de sua investida, retirando-se para o Passo.

Na noite de 10, reüniram-se em conselho militar, sob a presidência do Major Lopes. Êste não escondeu sua surpresa por ter encontrado uma resistência tão séria. Seus espiões não haviam falado em um batalhão (1.º de Voluntários) e em um corpo de cavalaria (22) que encontraram pela frente... Havia probabilidade de existirem outras fôrças em São-Borja... Era prudente pois, esperar que tôdas as suas fôrças estivessem dêste lado do Uruguai, para, então, fazer novo ataque. Ademais "as famílias aterradas de susto não poderiam fugir tão depressa e, no caso de fuga, logo as alcançariam, com sua cavalaria".

Deliberado isso, aguardaram. Durante o combate de 10 de junho, a vila ficou completamente deshabitada.

Segundo se sabe, só aí permaneceram alguns estrangeiros, o snr. Cailar, francês, e o Alferes Xavier.

E' interessante contar o que se passou com êste oficial. Pertencia êle ao 1.º Btl. de Voluntários e foi ferido, tendo recebido guarida em casa do Sr. Eugênio Cailar, onde a 12 de junho, hospedou-se Estigarribia. Êste mantinha animada palestra com Cailar, em sala contígua ao quarto de Xavier. Em dado momento, Estigarribia entra a depreciar os brasileiros e a exaltar seus compatriotas. Fortunato Xa-

vier, então cadete do 1.º Btl. de Voluntários, num justo assomo de indignação, salta na sala e rebate as afirmações de Estigarribia, mimoseando-o com alguns adjetivos adequados. Eugênio Cailar, estupefato, não perde, porém, a calma. "Snr. Coronel, diz, pausadamente, não se moleste. E' louco, o coitado".

"Si, yo lo crêo, si no, lo mandaria passar por las armas", redarguiu Estigarribia.

O alferes Xavier fêz tôda a campanha do Paraguai, donde regressou, casando-se na família Cailar, com D.ª Maria José.

Dizíamos que a Vila ficara deshabitada. Não é possível descrever a aflição da família são-borjense, nesse angustioso dia 10 de junho e naqueles que se seguiram com a possibilidade, ainda, de uma perseguição do bárbaro invasor.

Era muito justo o horror das famílias, porque bem se conheciam as lúbricas intenções do inimigo.

Essa fuga é a página mais triste da história de São-Borja.

Houve cenas lancinantes, a ponto de abalarem o mais indiferente dos homens.

Eram filhos que se perdiam das mães, famílias que se desorientavam, choros, gritos, imprecações, afinal, a mais horrorosa confusão. Dentro de algumas horas, formou-se extenso cortejo que desfilava pela estrada geral. em tristeza, pavor e desordem indescritíveis.

"Rodaram sôbre ela mais de 300 carretas, fora o grande número de pessoas que iam a cavalo e a multidão que ia a pé".

O Cel. Mena Barreto abandonou S.-Borja ao cerrar da noite de 10, sem que o inimigo o pressentisse. Com tôdas as fôrças reünidas e auxiliando as famílias retardatárias, colocou-se a 3 léguas da Vila.

No dia onze, ao clarear do dia, reencetou a marcha, indo alcançar ao meio dia, o capão de S.-Maria, a 5 léguas de São-Borja, onde sesteou.

Receando um ataque dos paraguaios a todo momento, pois os fazia em S.-Borja desde a noite do dia 10, o Cel.

Mena Barreto cobriu sua retirada pelo heróico 22 de cavalaria, sob o comando do Ten.-Cel. Nóbrega.

Recebendo, o 22, ordem de se reünir à Brigada do Cel. Fernandes, foi substituído por 60 praças do 28, sob o comando do Major Severino Leite que, a nado, varou o Camaquã.

O 1.º Btl. tomou, a certa altura, o rumo de Alegrete.

As famílias, em seu maior número, seguiram, caminhando dia e noite, para Cima-da-Serra e, algumas, para São-Francisco-de-Assis.

No dia 15 de junho, à tarde, a vanguarda paraguaia, composta de aproximadamente 500 cavaleiros, conduzindo carretas, seguiu em perseguição dos fugitivos.

No dia 16 de manhã, ao clarear do dia, chegou à casa de D.ª Ana Joaquina Lopes de Almeida, viúva do Capitão Fabiano Pires de Almeida, cêrca de 7 léguas distante de S.-Borja.

Nesse mesmo dia, descobriram rastos de carretas. Mandaram um esquadrão de cêrca de 200 homens seguir os rastos.

Êste esquadrão avançou na direção indicada até a estância de Manoel Francisco da Silva (Duduca), de onde avistou as pontas da Serra de Iguaiaraçá, resolvendo retroceder.

Essa vanguarda distraiu-se, então, em talar os campos, fazendo as mais vandálicas depredações em casas particulares, como veremos.

O saque

Uma das passagens bem interessantes da invasão de São-Borja é o saque então executado.

Logo que os paraguaios receberam as últimas fôrças da coluna Estigarribia, o resto da infantaria e cavalaria, bem como carrêtas e munição, deram entrada na Vila.

Seriam 12 horas do dia 11, quando Estigarribia, seu

secretário Zipitria, o padre Duarte, seus ordenanças e cêrca de 50 cavaleiros deram entrada em São-Borja.

O saque foi feito metòdicamente. Nesse dia, os maiorais reüniram tudo o que havia de precioso, inclusive os objetos pertencentes à igreja. Acomodaram todo o produto da pilhagem em carrêtas adrede preparadas que fizeram seguir para o Passo, de onde o transportaram para o Formigueiro e, daí, para o Paraguai.

Conta-se que levaram cinco dias fazendo a "mudança" de São-Borja, em canoas, para o território argentino.

Como estímulo a seus soldados, o Presidente Lopes prometeu o livre saque de tôdas as povoações brasileiras. Diz-se mesmo que lhes dirigiu a palavra, antes da travesssia do Paraná, informando que iriam para um país rico, sob todos os aspectos, que marchavam semi-nus e famintos, mas que se vestiriam bem e teriam comidas em abundância.

Os paraguaios ansiavam, pois, pelo primeiro saque.

Êste foi realizado no dia 13 de junho.

"Ao nascer do sol metade do exército paraguaio deixava o seu acampamento e, como aves de rapina, se arremessavam dentro da vila. Ao meio dia estes se recolhiam ao acampamento, e a outra metade do exército ia saquear a vila até o entrar do sol, hora em que se recolhiam todos ao acampamento. Assim procedeu o inimigo ao saque de São-Borja, não só no dia 13 de junho, porém ainda nos dias 14, 15, 16, 17 e 18, sem contar os dias 21 e 22 em que a vila ficou à disposição dos soldados da vanguarda..."

Como "o patético sempre anda ao lado do ridículo", deram-se, nessa ocasião cenas pitorescas.

Houve grandes bebedeiras, desperdício de gêneros os mais exóticos, alimentos os mais estranhos e até envenenamentos...

Conta-se que, em Santo-Tomé, morreram 50 paraguaios, por ingerirem mercúrio, julgando que fôsse açúcar...

Cevaram-se, pois, os paraguaios, tanto quanto era possível uma criatura humana fazê-lo.

Estigarribia comunicou êsses belos fatos a "El-Supremo", nos seguintes termos:

"... Depois de ter dado a povoação ao livre saque dos soldados em horas marcadas para cada corpo, DE CONFORMIDADE COM AS INSTRUÇÕES DE V. EX..."

"... Levo igualmente ao conhecimento de V. Ex. uma exposição que fiz assinar a todos os estrangeiros residentes em São-Borja, manifestando que não receberam prejuízo algum tanto êles como a igreja..."

A vanguarda de que falámos, encarregada de perseguir os fugitivos fêz uma incursão pelo município, tornando-se notável pelas depredações praticadas.

Como dissemos, a 16, pela manhã, chegou à casa da Viúva D. Ana Joaquina Lopes de Almeida, onde fêz todos os estragos possíveis.

Foi fazendo o mesmo nas casas do Coronel Lago, tenente João Machado de Almeida, do Sr. Duduca e do capitão Pedro Antônio Pereira de Escobar, que julgaram ser de D. Pedro II.

De regresso, queimou a casa das estâncias da Viúva de Ângelo Vieira de Oliveira, de Rafael Dutra e José Manoel Mendes.

No dia 21, de manhã, dirigiu-se a São-Borja, onde chegou com enorme tropa de animais vacuns e cavalares. Só da estância de Pedro Escobar havia tirado 12.000 rezes e 300 cavalos.

Sua intenção era transportar tudo para o Paraguai.

Por felicidade, não encontrou o grosso das fôrças em São-Borja, como esperava. Foi informada de que, no dia 19, pela manhã, a coluna havia seguido rumo a Itaquí. Soltou, porisso, tôda a tropa.

Contentou-se, pois, a célebre vanguarda do Major Lopes, em fazer alguns roubos e depredações na Vila.

A 22, tomou também rumo de Itaquí, levando um vaqueano, para não ir pela mesma estrada, afim de "ainda poder saquear".

Deixou a estrada geral para Itaquí, à direita, e seguiu fazendo um rosário de saques: Joaquim de Sousa Rocha, José Pedro Pereira Escobar, Viúva D. Ana Hipólito e outros, até a região do Passo-do-Butuí, onde irá receber uma lição de mestre.

O "Cabo Vargas" e a vanguarda Paraguaia

O General Manoel do Nascimento Vargas, veterano da guerra do Paraguai e cabo do 28 Corpo Provisório, já nosso conhecido, fêz-me a narração seguinte, no dia 5 de julho de 1930:

"Achava-se acampado em Santo-Mateus o 28 Corpo de Voluntários (cavalaria), com 6 companhias, sendo 2 de atiradores (carabinas e espada) e 4 de lanceiros, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Coelho de Sousa, alcunhado Maneco Assunção.

No dia 10-6-865, ao meio dia, 80 atiradores dêsse corpo, sob o comando do Major Severino da Costa Leite, seguiu para São-Borja, em socorro de sua guarnição.

Ficou essa fôrça, ao escurecer, em Santos-Reis (no Capão do cabo Vargas), onde pernoitou, com os cavalos pela rédea.

No dia 11 de junho, pela madrugada, partiu, vindo, ao clarear do dia, encontrar-se com as avançadas paraguaias que se achavam nas alturas do lugar chamado "Lavapé", grande coxilha situada a L. do Stand da linha de tiro.

Houve um pequeno tiroteio e a fôrça foi acampar na fazenda de Gaspar Cidade, uma légua distante de São-Borja, onde permaneceu pelo espaço de três dias.

Os piquetes da fôrça mantinham contacto com o inimigo.

No 4.º dia, pela manhã, os paraguaios avançaram e fizeram os atiradores a que pertencia recuarem até o "Capão-dos-Voluntários", onde pernoitaram.

Os Paraguaios recolheram-se às imediações de São-Borja.

No dia seguinte (era exatamente, o dia 15, em que dissemos ter saído, a vanguarda paraguaia, em perseguição dos fugitivos), avançaram, novamente, e foram tiroteando a fôrça brasileira até São-Rafael (posteriormente fazenda da sucessão Coronel Aparício Mariense e hoje do Dr. Mariano da Rocha), onde chegou ao escurecer e ficou.

A coluna Paraguaia de 7.000 homens, sob o comando de Estigarribia, tomou a direção de São-Lucas.

Recebeu, o cabo Vargas, no dia seguinte, pela madrugada, a missão de, com 6 homens, reconhecer a fôrça paraguaia.

Chegou bem próximo à fazenda de São-Lucas, de Pedro Escobar, onde ficou em observação.

Os paraguaios aí ficaram em grande azáfama, fazendo apartes, arrebanhando cavalos e, ao meio dia, tocaram fogo na casa, que diziam do Imperador, seguindo em direção a Itaquí.

O cabo Vargas conservou-se em observação até perder de vista a coluna, momento em que se recolheu ao seu esquadrão, nas imediações de São-Rafael e já reünido ao resto do Corpo.

O 28 Corpo de Voluntários daí saíu e foi acampar nas costas do Itú, 2.° distrito de Itaquí, onde permaneceu uns quantos dias.

Depois de inteirados de que o inimigo se achava em Itaquí, marcharam em direção a esta cidade.

O 28 Corpo encontrou-se nas imediações do "Capão Redondo", próximo à Fazenda de Manoel Pereira, com uma fôrça de perto de 500 homens, comandada pelo Major Lopes.

Logo que se defrontaram as fôrças, o Major Lopes mandou estender linha.

O Tenente-Coronel Coelho de Sousa também mandou fazer o mesmo e ordenou "CARGA".

O 28 estava muito mal armado: poucas carabinas de pedra, poucas pistolas, poucas lanças e poucas espadas, armas essas de que os soldados dispunham em unidade, isto é, quem tinha uma não tinha outra. Assim, não resistiu à fuzilaria inimiga. Alguns soldados, porém, atravessaram a linha. O 28 obliquou à esquerda e foi reorganizar-se mais adiante. Êsses soldados que passaram a linha pertenciam ao Esquadrão comandado pelo Capitão Bernardino Garcia da Rosa, oficial muito valente que conseguiu fazer meio Esquadrão atravessar a linha.

A outra ala do Esquadrão não pôde atravessar, porque os Paraguaios uniram ao centro e fizeram fogo nutrido. Com esta ala, ficou o Capitão Bernardino, que teve de retroceder, em más condições, sob vivo fogo.

O Capitão Bernardino ficou isolado de seus camaradas e quasi cercado pelos Paraguaios que o perseguiam para matar.

O cabo Vargas encaixou-se no Esquadrão do Capitão Bernardino e fêz fogo sôbre os Paraguaios que estacaram, o que salvou êste Capitão.

Após o combate, o Comandante do 28 avistou do ocorrido ao Coronel Fernandes que se achava no Passo-das-Pedras e se retirou para as Três Figueiras. O Coronel Antônio Fernandes de Lima veio, então, com a Divisão sob seu comando (10.º, 11.º, 22.º e 23.º de Cavalaria da Guarda-Nacional e um corpo também da Guarda-Nacional de São-Gabriel, comandado pelo Tenente-Coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita que havia feito junção), em busca dos Paraguaios.

Encontrou-se, efetivamente, com êles, no banhado de São-Donato. Essa fôrça destroçou a cavalaria paraguaia. A infantaria inimiga tomou pelo interior do banhado, não foi perseguida e seguiu a reünir-se ao grosso do Exército.

Perdeu, o Coronel Fernandes, nesse combate, os Tenentes Israel da Silva Morais e Leandro Rodrigues Fortes. Teve ferido, gravemente, o Capitão Oliveira Prestes que morreu dêsse ferimento. Perdeu, ainda, várias praças.

Muitos dias depois do combate de São-Donato, o 28 reüniu-se à Divisão e seguiu, sempre à retaguarda, a coluna inimiga sem a molestar".

Êsse encontro deu-se no dia 25 de julho.

Até aquí a narração do General Vargas. Não posso deixar de consignar meus agradecimentos a êsse venerando cidadão, que a-pesar-de sua avançada idade, tanto me coadjuvou na confecção desta Monografia, quer fornecendo preciosos esclarecimentos, quer conseguindo documentos da época, sem os quais não seria possível ultimar a tarefa.

Devo, ainda, acrescentar que o General Vargas citou, na mesma ocasião, entre os Corpos que se achavam em São-

Borja, a 10 de junho de 65, "o 48 de Infantaria da Guarda-Nacional, com cento e tantos homens, sob o comando do Major Rodrigues Ramos".

O combate do Butuí

Dissemos, no fim do capítulo XIX que a vanguarda paraguaia, célebre por suas tropelias, rumara para o Passo-do-Butui, onde iria receber uma lição de mestre.

Essa vanguarda que era comandada pelo Major Lopes, o mesmo que dirigira o ataque de 10 de junho, transpôs o Butuí e acampou nas proximidades da fazenda do Sr. Fortunato Assunção. (Passo atualmente chamado dos Silvas na fazenda São-Domingos, hoje da sucessão de Leão Aquino).

O Coronel Fernandes Lima, com sua Brigada reünida, resolveu atacar o inimigo. Para isso, avisou ao Tenente-Coronel Sezefredo, Comandante da 4.ª Brigada, pedindo que fizesse junção o mais depressa possível.

Na manhã do dia 26, entre as 8 e 9 horas, o Coronel avistou o inimigo "que já estava sofrendo fogo de um Esquadrão de Clavineiros que mandara adiante".

O nosso croquís dá uma idéia da excelente posição ocupada pelos Paraguaios, em esplêndida coxilha situada junto ao banhado de São-Donato.

A ordem do Coronel Fernandes Lima era a seguinte:

Os Clavineiros do 22, sob o comando do Major Sousa Doca, e o 23, do Tenente-Coronel Feliciano de Oliveira Prestes, atacariam a Cavalaria inimiga, situada no flanco direito e um pouco à retaguarda.

Apoiaria êsse ataque, o 5.º Corpo Provisório de Cavalaria (de Passo-Fundo).

O 11, Major Nunes, avançaria sôbre o centro da Infantaria, e o 10, Tenente-Coronel José da Luz Cunha, sôbre o flanco esquerdo da linha adversária. Daria apôio a estes dois corpos, o bravo 22, do Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega.

Ao sinal de ataque, os clavineiros do Major Sousa Doca e o 23 precipitaram-se sôbre a Cavalaria inimiga, envolveram-se com ela e a fizeram fugir, desordenadamente, pela retaguarda da linha. O 10.º que, pouco a pouco, havia tomado pela retaguarda do flanco esquerdo, alcançou os fugitivos e acabou de os aniquilar. O corpo número 11 atacou, vigorosamente, o centro e a esquerda do inimigo, distinguindo-se nessa ação o Capitão Rufino dos Santos.

Após uma hora de sanguinolento combate, a 1.ª Brigada procurou retrair-se.

O 22 ainda sustentava uma guerrilha com elementos da ala esquerda e o 5, com grupos da ala direita.

A ação estava indecisa, pois. Foi precisamente nesse momento que chegou a 4.ª Brigada, sob o comando do Tenente-Coronel Sezefredo de Mesquita.

As fôrças engajadas suspenderam as hostilidades.

A ala esquerda e o centro da linha paraguaia abandonaram as posições, passaram para a retaguarda da posição ocupada pela ala direita, formaram quadrado, e, assim se recostaram sôbre o grande banhado, recuando como que 16 quadras.

O Coronel Fernandes Lima determinou, então, que ambas as Brigadas atacassem, simultâneamente.

A heróica Infantaria do Major Rodrigues Ramos, 3.º Batalhão ou 48, segundo outros, rompeu o fogo e abriu brechas nas linhas adversárias que começaram a entrar em desordem.

"O Corpo Voluntários de Missões" que fazia parte da 4.ª Brigada precipita-se, violentamente, sôbre o inimigo. Êste já havia voltado o cano das armas para o solo, indicando a rendição, o que, porém, no fragor da peleja, não foi percebido.

Os Paraguaios, desesperançados de salvação, batem-se com estóico valor, vendendo caro suas vidas.

Na mais completa desordem, inteiramente perdidos, os remanescentes internam-se, a pé, pelo tremendo banhado, procurando os lugares onde não era possível chegar nossa Cavalaria.

Houve prodígios de valor de nossa parte. Alguns gaúchos jogaram-se no banhado, em tenaz perseguição e, atolando-se, foram mortos.

O bravo Tenente-Coronel Nóbrega, do 22, recebeu dois ferimentos de bala.

Não sendo possível continuar a perseguição, o Coronel Fernandes mandou tocar retirar.

Os frangalhos da malsinada vanguarda paraguaia começaram a mover-se pesadamente de uma iminência que se achava no centro do banhado e só puderam fazer junção com a coluna, no outro dia, às 10 horas da noite depois da mais penosa marcha.

O tenente-coronel Sezefredo, em sua parte oficial, transcrita no fim de nosso trabalho, diz que restaram 100 Paraguaios dos 500 da vanguarda. Outros estimaram em 70 homens os remanascentes.

Foram contados 130 Paraguaios mortos no campo, fora os que morreram no banhado e nos matos próximos.

A parte oficial de Estigarribia (Ofício de 28 de junho, dirigido ao Presidente Lopes e constante do "Diário, da divisão Paraguaia") diz que "A perda foi de 116 mortos e 120 feridos (entre estes um Tenente) sem falar nos Orientais e Correntinos que acompanhavam os Paraguaios, alguns dos quais foram também mortos e feridos e uns extraviados".

Entre estes se achou o Major Salvañach que comandava a ala direita inimiga e foi envolvido pela nossa Cavalaria. Internou-se no banhado e matos adjacentes e só pôde reünir-se a Estigarribia 39 dias depois, já em Uruguaiana.

As nossas Brigadas tomaram, ao inimigo, muito armamento, duas Bandeiras e tôda a Cavalhada.

Tivemos a lamentar a perda de 40 homens, entre os quais um Capitão e dois Tenentes. Foram feridos 78 homens, inclusive um Tenente-Coronel e um Alferes.

Se, porventura, o Coronel Fernandes Lima pôde ser alvo de críticas por não ter socorrido São-Borja, estava completamente redimido, pois sua vitória foi completa.

Os habitantes da Vila e do Município de São-Borja es-

tavam vingados das inomináveis tropelias da célebre vanguarda do Major José Lopes.

Ficaram, mais uma vez, os inimigos sabendo que não se invade impunemente o território nacional.

As fôrças podem ser fracas, mas as reservas morais são tão grandes que superam tôdas as deficiências.

Combate de São-Borja (10 de junho)

Ofício do General Comandante das armas da Província, datado de Alegrete de 22 de junho de 1865.

Ilm.º e Exm.º Sr. — Em aditamento ao meu ofício de 18 do corrente e n.º 199, vou depositar nas mãos de V. Ex. a cópia da parte que deu o Coronel João de Deus Mena Barreto, sôbre o combate que se viu forçado a travar, com os Paraguaios no dia 10 do corrente, não obstante a imensa diferença de fôrça, para assim poder dar tempo às famílias, que habitavam a vila de São-Borja, a retirarem-se sem serem deshonradas e injuriadas por essa horda de salteadores; como de tudo melhor V. Ex. se certificará com a leitura dêsse documento.

Os mapas juntos mostram que a fôrça da 1.ª Brigada e fronteira de Missões é de 2.423 praças; abatendo-se 373 que se acham em diferentes destinos, restam 2.050, que deveriam tomar parte na ação; entretanto que só compareceram ao campo de combate 200, sendo 130 de Infantaria e 60 a 70 de Cavalaria.

Isto tem me causado tal surpresa e admiração que ainda não pude ajuïzar o que tal originaria, maximé tendo o dito comandante me comunicado de que o inimigo se achava do outro lado do Uruguai, ao passo que não dava a menor providência no sentido de obstar a passagem, e se não fôsse o 1.º Corpo de Voluntários da Pátria, por certo teriam pisado nesse território sem sofrer fogo; pelo que, vou mandar marchar o bravo Coronel João Manoel Mena Barreto com uma Brigada de Cavalaria, para observar e impedir que o inimigo se interne pela província, até que se reúna tôda a fôrça

aquí existente, para então batê-lo. Do que ocorrer irei dando conhecimento a V. Ex. como me cumpre.

Ilm. e Exm. Sr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, Presidente da Província.

João Frederico Caldwell.

Ofício do Coronel João de Deus Mena Barreto, comandante do 1.º Batalhão de Voluntários da Pátria, ao Tenente General comandante interino das armas.

Campo-do-Famoso, em 13 de junho de 1865.

Ilm.º e Exm.º Sr. — Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a narração dos graves acontecimentos que assinalaram o dia 10 do corrente, e em que coube larga parte ao 1.º Corpo de Voluntários da Pátria, que se acha a meu mando.

Tendo falecido no dia 9 do que rege, o soldado da 1.ª Companhia, José Zacarias da Silva, achava-se o Batalhão procedendo à sepultura, no dia 10 pelas 7 horas da manhã, no Lajeado, distante duas e meia léguas de S.-Borja, quando constou por um viajante, que os Paraguaios se haviam aproximado muito da margem direita do Uruguai, quiçá na intenção de tentarem a passagem para o nosso território. Mas, como por diversas vezes, tal notícia se havia espalhado não lhe liguei muita importância, até que recebí um chamado formal do Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães e do Major Rodrigo, ambos comandantes de fôrças estacionadas em S.-Borja.

Ordenei imediatamente que se municiassem as praças do meu comando e determinei ao Capitão Raimundo José de Sousa que fizesse marchar o Batalhão com tôda a brevidade ao ponto ameaçado, indo eu pessoalmente tomar conhecimento das posições do inimigo.

Faltam expressões, para narrar devidamente a V. Ex., as cenas pungentes que em meu caminho encontrei: vi mulheres desoladas, crianças, velhos, doentes, em grupos per-

correrem a estrada de S.-Borja, desvairados, pedindo-me socorro contra as crueldades, que todos receavam, do bárbaro inimigo que acabava de invadir o nosso território.

Tratei de consolar e animar êsses infelizes que, expulsos pelo terror, de suas casas, tudo abandonavam, procurando apenas salvar as vidas e a honra de suas famílias.

Em breve, achei-me em frente do inimigo, onde encontrei um grande desapontamento, pois em lugar de dois Corpos de Infantaria e um Corpo de Cavalaria, apenas topei com 125 a 180 homens, mal armados e pèssimamente equipados, e sem munições, pertencentes ao Corpo de Infantaria Montada, acompanhados de 60 a 70 praças de Cavalaria.

Sem demora, mandei ordem ao Capitão Raimundo, que viesse a marche-marche. O que com efeito efetuou, apresentando a 1 hora da tarde, o Batalhão, que acudia cheio de entusiasmo em socorro de seus irmãos de S.-Borja.

Mandei formar grandes divisões, e, com a Bandeira flutuante na frente, avancei ao toque da música sôbre o inimigo, com vivas entusiasmados à Sua Majestade o Imperador e à Nação Brasileira.

Das 60 ou 70 praças de Cavalaria, únicas que alí encontrei, tirei 32 praças, às quais ordenei que atacassem a ala direita da linha de atiradores do inimigo, que ocupava em filas dobradas a extensão de 800 a 850 braças, tendo no centro duas peças que me pareciam ser de calibre 6.

Na ala esquerda, um quarto de légua distante dessa linha, o inimigo tinha um Batalhão que começava a estender-se para a esquerda, afim de flanquear S.-Borja, e na retaguarda de sua Artilharia marchavam em colunas contíguas, 5 Batalhões, em uma distância de meia légua, enquanto que pela costa do Uruguai se movia uma fôrça maior de 6.000 homens.

Um só golpe de vista, bastou para convencer-me de que, com as fôrças diminutas de que eu dispunha, apenas poderia por um golpe audaz salvar as vidas e a honra das famílias que ainda se achavam na indefesa Vila de S.-Borja. Persistí, pois, no ataque.

Tendo o Major José Fernades de Sousa Doca, à testa

dos 32 lanceiros, carregado sôbre a ala direita do inimigo, conforme as minhas ordens, e deixando o Capitão Cardoso Tico com 36 ou 40 praças de Cavalaria, para observar o meu flanco direito, avancei com o Corpo de meu comando, sôbre o centro do inimigo, recebendo de uma distância de 140 a 150 braças, uma descarga de metralha, e o fogo de tôda a linha inimiga, de que resultou a morte de 5 praças de meu Batalhão, sem contar numerosos ferimentos.

Os meus soldados paravam, para dirigir sôbre o inimigo, um fogo bem nutrido e certeiro, achando-me eu, na frente das minhas linhas. Esta luta desigual, prolongou-se desde 1 hora e meia da tarde às duas e meia, tempo em que, julgando preenchido o meu fim, mandei retirar o Batalhão para o interior da Vila, o que se efetuou em perfeita ordem, depois de haver, cansado de uma longa viagem, e exhausto de 2 horas de marcha forçada, sustentado durante três quartos de hora, o fogo vivíssimo de uma fôrça dez vezes maior.

Encontrando ainda na Vila de S.-Borja algumas famílias, ordenei ao Capitão Luiz Ribeiro de Sousa Rezende que, com sua Companhia, ocupasse a rua de S.-João, mandando a 8.ª Companhia, comandada pelo Capitão Carlos Augusto da Cunha, tomar posição na rua Direita.

Durante o fogo, achavam-se sempre a meu lado, os Alferes Nuno de Melo Viana e Agostinho Ribeiro da Fonseca, assim como o particular sargento de Brigada, Manoel José de Castro, o 2.º Sargento da 3.ª Companhia, Assunção.

E' digno também de todo o louvor, o Alferes porta-estandarte, Paulino Gomes Jardim, que provou ser Oficial distinto e de coragem não vulgar. O Capitão Raimundo José de Sousa, militar acostumado à disciplina, durante todo o tempo, animou os nossos soldados com sua voz. Igualmente, não posso deixar de mencionar os nomes dos Srs. Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães, Major José Fernandes de Sousa Doca, e Capitão Cardoso Tico, pelos serviços prestados, não só antes, como durante e depois do combate, assim como o Tenente José Joaquim Mena Barreto, que muito me coadjuvou na minha retirada.

Louvo a todos os Oficiais e em geral a todo o 1.º Corpo de Voluntários a quem coube a glória de salvar com a sua presença, a população de S.-Borja, como poderá V. Ex. especialmente certificar-se pela cópia junta da carta que me dirigiu o Sr. cônego Gay, vigário daquela infeliz povoação.

Posso asseverar a V. Ex. que não ficou uma só família em S.-Borja, pois que à frente de meu Batalhão se retiraram as que ainda alí existiam.

Lamento a morte de 7 praças, cujos nomes oportunamente comunicarei a V. Ex.; além disto tenho 29 feridos que se acham a cargo do Sr. Dr. João Inácio Botelho de Magalhães, cumprindo declarar que êste médico assistiu bravamente a todo o combate, e logo que se tornaram necessários os seus serviços, arvorou um hospital de sangue, no centro da Vila.

Depois de haver acomodado os precitados feridos, e recolhido as armas dos mortos, retirei-me em boa ordem para Santa-Maria, 5 léguas distante da Vila.

Pelo que levo dito a V. Ex. sem custo compreenderá a difícil posição em que me achei, e se não pude por mais tempo, fazer parar o inimigo, resta-me a satisfação de terlhe infundido tal respeito, que só ao cabo de três dias, animou-se a penetrar na Vila, e a saqueá-la, dando assim tempo, a que se retirassem, para longe, tôdas as famílias, tôdas as bagagens, e tôda a cavalhada mansa existente naquelas imediações. A-pesar-de haver visto manobrar o inimigo, com disciplina, não posso deixar de ponderar a V. Ex. que é tímido à vista de qualquer rasgo audaz. Além do louvor que em geral tive de expender com o meu Batalhão, tomo a liberdade de fazer a V. Ex., menção honrosa do Capitão Luiz Ribeiro de Sousa Rezende, dos Alferes ajudante João Clemente Vieira Souto, Antônio da Costa Guimarães e do Alferes secretário Antônio Paulo Pinto da Fontoura, que me pediu por especial favor poder estar perto de seus companheiros, durante o fogo.

Não nos foi dada a felicidade de repelir o inimigo audaz, que acabava de vilipendiar o solo sagrado de nossa pátria, e nem sequer coube-nos a glória de derrotar completamente

as suas linhas avançadas e tomar-lhes a sua Artilharia; o que todavia teria sido tão fácil, se pudesse dispor de tôda a Cavalaria que julgava encontrar no ponto tão importante e tão ameaçado de S.-Borja.

Ainda hoje, apenas disponho de 800 homens, contando com o meu Batalhão, desgarrado no meio de uma campanha exposta a qualquer golpe de mão do inimigo, no meio de habitações desertas, e baldo de todos os recursos, em que nem sequer um cavalo se encontra, com quasi tôda a minha Oficialidade a pé, que na ocasião do encontro com o inimigo, perdeu a sua cavalhada; espero porém, reünir-me amanhã ou depois ao Sr. Coronel Fernandes, que me consta acharse reünido à sua Brigada, em grande parte licenciada.

Do que vai exposto espero que V. Ex. formará uma idéia exata das ocorrências do dia 10 e da situação espinhosa em que atualmente me acho.

Deus guarde a V. Ex.

Ilmo. e Exmo. Sr. João Frederico Caldwell, Tenente-General comandante das armas.

João Manoel Mena Barreto
Coronel comandante.

O Cônego Gay, vigário de S.-Borja, assim descreve o combate de 10 de junho:

Pelas 8 horas da manhã do dia 10 de junho de 1865 viu-se no Passo-de-S.-Borja e da Vila, desceram de S.- Tomé para o rio Uruguai, grande número de carrêtas e uma fileira de tropas Paraguaias, não interrompida, sôbre a superfície de légua e meia de comprimento, de S.-Tomé ao Uruguai.

Imediatamente, o Major Rodrigues Ramos, comandante da Infantaria da Guarda-Nacional estacionada no Passo-de-S.-Borja, deu parte do que se passava ao Tenente-Coronel José Ferreira Guimarães, comandante da reserva, que estava acampada na Vila, e êste avisou ao Coronel João Manoel

Mena Barreto, comandante do 1.º Batalhão de Voluntários que estava acampado a duas léguas de S.-Borja.

O Sr. Major Rodrigues também despachou ofícios para o Coronel Fernandes, comandante da Brigada no Passo-das-Pedras, e deu participação do que ocorria ao Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, comandante do Privisório de Cavalaria número 22, que, achando-se numa coxilha à distância de uma légua, já tinha feito encilhar os cavalos à sua fôrça para marchar para o acampamento do Passo-das-Pedras, segundo ordem que tinha do comandante da Brigada.

Apenas as carrêtas paraguaias chegaram à barranca do Uruguai, os soldados lançaram canoas na água, e imediatamente em cada uma dessas canoas (sui generis), espécie de jangada, embarcou um Pelotão de soldados paraguaios. Logo que tiveram assim embarcados 400 homens, as canoas se dirigiram para o lado fronteiro ao Brasil, um pouco acima do pôrto do Passo-de-São-Borja.

A Infantaria do Major Rodrigues Ramos os esperava e lhes fêz várias descargas seguidas, que, dizem, mataram vários Paraguaios. Estes retrocederam então com as canoas, para a orelha do rio do lado de Corrientes, e principiaram a remontá-lo junto à costa, e quando chegaram a certa altura largaram as canoas para atravessarem o rio, dirigindo-as a vários pontos de nossa costa, para desembarcar.

Esta manobra do inimigo, obrigou o Major Rodrigues a dividir seu pequeno Batalhão em quatro Companhias, que repartiu pela costa do rio, para acudir a vários pontos de desembarque; mas a-pesar-dos esforços que fizeram, sobretudo as Companhias comandadas pelo Capitão Godinho, a-pesar-da intrepidez de alguns oficiais, não puderam impedir o desembarque dos inimigos que dispunham de fôrças muito superiores às nossas, em número.

Na mesma ocasião desembarcaram pouco mais acima, outras fôrças paraguaias, que se crê tinham embarcado no Passo-de-S.-Tomé, quasi ao mesmo tempo que as primeiras no pôrto de Formigueiro, em frente ao pôrto do Passo-de-S.-Borja.

Um paraguaio desertor disse depois que esta fôrça era de 400 homens, que saíra de S.-Tomé na noite de 9 para 10, que durante a mesma noite, passou o Uruguai sem ser percebido pelas fôrças brasileiras, e que se escondera à noite, no mato. Declarou que os Paraguaios passaram em 20 canoas, em cada uma 20 homens e em cada viagem 400 homens.

Desde que as fôrças paraguaias desembarcaram em território brasileiro, foi impossível ao pequeno Batalhão de Infantaria do Major Rodrigues, disperso por Companhias em diversos pontos, de as conter. Bem a propósito chegou naquela ocasião o Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega com o corpo n.º 22. Êste mandou seus lanceiros, ao mando do Alferes Joaquim Vieira, de proteção à Companhia da nossa Infantaria, que se achava isolada e que batalhava com desespêro contra o inimigo excessivamente superior em número, e que a teria esmagado, sem êste socorro. Enquanto parte da nossa Infantaria se batia e escapava ao perigo iminente que a ameaçou de perto, as canoas paraguaias, traziam reforços aos que já tinham desembarcado.

Ha meia légua do Passo-de-S.-Borja, à entrada da Vila. O inimigo formou uma fileira ou linha de atiradores de quatro filas de fundo, e pôs-se em marcha para os lados da Vila. Em vão o Tenente-Coronel Tristão, com a Cavalaria e o Major Doca com os lanceiros do Corpo 22, lhe disparavam seus tiros sôbre sua direita; os Paraguaios, que se encontravam nos lugares atacados pelos nossos bravos, paravam, morriam, mas o grosso de suas fôrças caminhava sem cessar.

Sòmente de vez em quando sua fileira se abria, para dar passagem aos tiros de algumas pequenas bôcas de fogo que puxavam à mão, aproveitando a escuridão da fumaça dos tiros para as empurrar mais adiante. Êles não faziam maior caso e mesmo desprezavam os tiros que a nossa Infantaria, já em parte montada, dirigia sôbre sua ala esquerda.

Houve então, rasgos de heroísmos da parte de alguns dos nossos soldados; citarei só um:

O Guarda Nacional Leocádio Francisco das Chagas do Corpo Provisório n.º 28, achava-se nesse dia em S.-Borja, onde residia sua família. Estava com licença: tomou suas armas e se dirigiu para o lugar onde brigava a nossa Infantaria. Por três vezes e sem ser mandado, foi só, a disparada, ùnicamente com lança, investir a fôrça paraguaia, e de cada vez matou um inimigo. Mas, embriagado pelo seu bom sucesso, voltou pela 4.ª vez à carga contra os conselhos de seus camaradas e foi recebido por uma descarga geral do inimigo, que estendeu morto êsse infeliz, que teria sido um bravo, em Exército disciplinado. O inimigo, tendo caminhado algumas quadras, e reconhecendo que as fôrças que lhe faziam frente, eram insuficientes para lhe impedir a entrada da Vila-de-S.-Borja, quis assegurar a presa.

Para isso destacou da fôrça que se dirigia para a rua mais ocidental da Vila uma forte coluna, que tomou a direção dos terrenos, sitos a leste dela, como querendo cercar S.-Borja, para impedir a saída das famílias. Foi esta coluna que mais apertou a nossa Infantaria, que teria completamente destroçado se não fôssem os socorros que lhe deu o Alferes Vieira, com seus lanceiros. Esta coluna, parou e retrocedeu, quando ouviu tocar a música do 1.º Batalhão de Voluntários.

Mui perto estava a coluna inimiga da entrada da rua, menos de oito quadras, quando se lhe apresentou na frente o 1.º Batalhão de Voluntários, que fêz uma terrível descarga sôbre os Paraguaios. Estes surpreendidos por êste aparecimento que não esperavam pararam e recuaram, formando quadrado, em quanto a coluna que se dirigia para Leste da Vila retrogadava e ia-se colocar na retaguarda do quadrado. O fogo então tornou-se animado, os soldados da nossa Guarda-Nacional, criaram novos brios à vista do auxílio que lhes chegava.

A Infantaria descarregava sôbre o inimigo, pela esquerda, os lanceiros e a Cavalaria pela direita e não ha dúvida que se o 1.º Batalhão de Voluntários, fôsse um Corpo de veteranos aguerridos, com uma carga sôbre o centro inimigo, tinha-o lançado no rio Uruguai. Infelizmente os sol-

dados do 1.º Batalhão de Voluntários, achavam-se cansados, pois sem comer tinham andado duas léguas a marche-marche, com as mochilas, e eram quasi todos recrutas, que pela primeira vez, viam fogo: não se podia nem se devia esperar que êsse batalhão fizesse naquela ocasião o que teria feito um Batalhão descansado, veterano e aguerrido.

Enquanto o 1.º Batalhão de Voluntários fazia o seu batismo de sangue e merecia a gratidão eterna das famílias de S.-Borja, das quais foi o salvador, viu-se dentro, da Vila, um espetáculo que é impossível descrever. A população estremecia de susto; só se ouviam gritos e lamentações pelas ruas, que estavam cheias de povo; homens, mulheres, senhoras com os cabelos soltos, com os filhos nos braços, procuravam fugir, e tomavam a direção que julgavam oposta ao inimigo.

Nesse labirinto, os membros da mesma família, chegaram a perder-se. Houve mães que perderam seus filhos. Êste espetáculo, comoveu o General João Manoel Mena Barreto e o determinou a atacar os Paraguaios. Durante algumas horas a que fêz frente ao inimigo, com o 1.º Batalhão, a Vila de S.-Borja ficou despovoada.

Seus habitantes, alguns em carrêtas, ou a-cavalo, quasi todos a pé, se retiravam com a roupa que tinham no corpo, abandonando suas casas e tudo quanto aí possuíam, julgando-se felizes em não caírem prisioneiros e de salvarem as suas vidas.

Se bem que os Paraguaios tivessem suspendido sua marcha, sua posição ficava de momento em momento, mais favorável, pois que as canoas lhe traziam maior número de combatentes, naquele dia desembarcaram 4.000 Paraguaios e alguma Cavalaria. Não podendo nossas fôrças atacar e fazer frente a um inimigo tão superior em número, o Coronel João Manoel Mena Barreto, aproveitou de um movimento retrógrado que insensìvelmente tinha operado o 1.º Batalhão de Voluntários, sôbre a entrada das ruas da Vila, para fazer uma hábil retirada.

Êle guarneceu as bôcas de tôdas as ruas, do lado do Norte, por onde se achava o inimigo, com piquetes de Ca-

valaria e Infantaria montada, e fêz entrar o 1.º Batalhão de Voluntários e o resto das fôrças, em boa ordem.

De sua parte, os Paraguaios ignoravam que o 1.º Batalhão se achava em S.-Borja. O Capitão paraguaio Lopes, que tinha dirigido as operações neste dia, tocou a retirada quando soube que nossas fôrças se tinham recolhido dentro da Vila e foi formar o seu acampamento junto do Passo-de-S.-Borja. Aí formou uma junta de Oficiais, para deliberarem, sôbre o que lhe competia fazer.

O resultado dêste conselho foi que era provável que houvesse fôrças brasileiras consideráveis, dentro de S.-Borja; que era imprudente atacar com as fôrças que nessa ocasião tinha à sua disposição a Vila, pois poderia morrer muita gente sua, que se devia esperar que todo o exército estivesse dêste lado no Uruguai para atacar S.-Borja.

Felizmente, para as famílias foi útil, êste conselho que prevaleceu, porque nesta noite, o Coronel João Manoel Mena Barreto, bem informado das fôrças inimigas que tinham desembarcado, julgou que não podia sustentar-se em S.-Borja, evacuou a Vila sem ser percebido pelo inimigo durante a noite, ficou a três léguas de distância de S.-Borja.

O 1.º Batalhão, teve naquele dia, 6 mortos e 29 feridos. Dos Corpos de Guardas Nacionais houve 15 mortos e 35 feridos; total: 85 homens fora de combate.

Os Paraguaios tiveram mais de 100 mortos, e entre êles um Oficial, e mais de 100 feridos. Ao valor e intrepidez do digno Coronel Mena Barreto e ao seu Batalhão, devo eu, devem as três quartas partes dos habitantes de S.-Borja, não cairmos prisioneiros dos Paraguaios e não sermos massacrados por êles no dia 10. Possa Deus conceder, a êste benemérito Coronel e ao 1.º Batalhão, tantas felicidades, como agradecidos lhes desejam os habitantes e o pároco da desgraçada Vila-de-São-Borja!

No dia 11 de junho, o Coronel Mena Barreto e as famílias que emigravam, ignorando a resolução do inimigo, de esperar pelo desembarque de todo o seu Exército, para entrar na Vila-de-S.-Borja, estavam na persuasão, de que êles tinham entrado nela, durante a última noite, e, te-

mendo serem perseguidos pelos Paraguaios, trataram de se retirar para o mais longe possível.

O humano Coronel Mena Barreto, teve o cuidado de não deixar nenhuma família à retaguarda, parando às vezes, para que elas fôssem adiante, afim de as proteger, no caso de precisão. Naquele dia, o Sr. Coronel veio ficar no Capão de Santa-Maria, sôbre a estrada de Pôrto-Alegre, a 7 léguas de S.-Borja, deixando de observação algumas léguas atrás, o Tenente-Coronel Tristão de Araújo Nóbrega, com o Corpo 22 de Cavalaria.

Rodavam sôbre a estrada mais de 300 carrêtas, além de grande número de pessoas que iam a cavalo, e a multidão que ia a pé...

Combate de Butuí

Ofício do Comandante da 1.ª Brigada da 1.ª Divisão

Comando da 1.ª Brigada, Campo Volante junto à fazenda de Braz Pinto, 27 de junho de 1865.

Ilm. e Exm. Sr. — Estando com a Brigada do meu comando em observação do Exército inimigo que se achava perto do rio Butuí, nas fazendas dos Tenentes Belisário Lopes da Silva e Francisco da Cunha Silveira, conforme já participei à V. Ex., fui avisado de que uma fôrça paraguaia em número de 460 a 500 homens de Infantaria montada e alguns de Cavalaria, tendo passado o rio Butuí no passo de D. Ana Hipólito, aos fundos dos campos de S.- Donato, se dirigia pela estrada de Itaquí, tomando depois a direção da Estância de Fortunato Assunção, onde pousaram na noite de 25 a 26 do corrente.

Na madrugada de ontem, marchei com a Brigada para atacar essa fôrça inimiga, e dei aviso ao Sr. Tenente-Coronel Sezefredo, comandante da 4.ª Brigada, para também vir com a sua fôrça: com efeito às 8 para as 9 horas da manhã, avistei o inimigo, que já estava sofrendo fogo de um esquadrão de clavineiros que eu havia mandado adiante.

Achava-se o inimigo colocado sôbre a fralda de uma cochilha, junto de um banhado grande que há perto da estância de Fortunato Assunção, de cujos banhados nascem grandes capões de matos. Alí estendeu a linha e esperou.

Mandado carregar pelos Corpos de Cavalaria da minha Brigada, fiz-lhe grande estrago, sendo já nesta carga, derrotada completamente, a Cavalaria inimiga; em seguida marchou o inimigo, sempre em boa ordem, pela costa do banhado, e, mandando eu atacá-los pelos Corpos de Cavalaria, tomaram uma melhor posição, já dentro do banhado, sôbre a costa do mato; neste momento chegou o Tenente-Coronel Sezefredo, com sua Brigada e, de acôrdo com êle, atacamos o inimigo, mesmo dentro do banhado, de cuja carga resultou grande perda para o inimigo, pondo-o em completa retirada pelo grosso do banhado, agarrando em seguida o mato que estava próximo.

Nesta combate, perdeu o inimigo, de 150 a 200 homens mortos no campo, sendo de calcular que a maior parte dos fugidos, fôssem feridos.

A cavalhada que traziam foi tôda tomada.

Perdemos 29 mortos no combate, sendo neste número, os Tenentes Israel da Silva Morais e Leandro Rodrigues Fortes; e feridos 86, como tudo melhor verá V. Ex. pela relação inclusa dos nomes, e corpos a que pertencem os mortos e feridos.

Deus guarde a V. Ex.

Ilm. e Ex. Sr. General João Frederico Caldwell, Comandante das armas.

Antônio Fernandes de Lima.

Parte do Tenente-Coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita ao Brigadeiro Daví Canabarro

Campo Volante do Rincão de Bitencourt, em 27 de junho de 1865.

Ilmo. e Exmo. Sr. — Participo a V. Ex. que ontem fiz junção com a Brigada do Sr. Coronel Fernandes, estando

êle envolvido em um combate com a vanguarda do Exército Paraguaio.

A 1.ª Brigada já havia recebido algum choque e prejuízo.

Com a minha chegada reforçamos o combate, achando-se o inimigo a coberto por um forte banhado e restinga que tinha à sua direita. Fiz carregar pela frente, com dois Esquadrões de lanceiros dos corpos 19 e 26, com o 3.º Batalhão de Infantaria da Guarda-Nacional de S.ᵗᵒ-Borja, que estava sob o meu comando. O Batalhão carregou sôbre o centro do quadrado inimigo, enquanto uma parte da 1.ª Brigada os acossava pela retaguarda.

O fogo do inimigo era intenso e vivíssimo, mas a sua Cavalaria que ainda restava do 1.º encontro, foi tôda dispersada e cortada, e os nossos lanceiros arrojaram-se sôbre a Infantaria dêles e lhes fizeram grande matança.

Neste ponto ficaram 74 homens mortos do inimigo, conseguindo retirar-se sempre em boa ordem, cêrca de 100 homens, que a poucos passos, ganharam o mato. A perda total do inimigo, calcula-se em 150 mortos, ficando em nosso poder, tôda a Cavalhada encilhada, tanto da Cavalaria como da Infantaria, grande porção de Cavalhada sôlta e muito armamento, fardas, bonés e 2 bandeiras.

As nossas perdas são de 151 homens entre mortos e feridos. Fiz seguir os meus feridos para o Alegrete, porque não temos nem médicos, nem ambulâncias.

O Coronel Fernandes, continua em perseguição do inimigo e eu parei só para fazer esta.

O exército inimigo fica hoje, pela Estância-de-S.-João, e presumimos que sua marcha é sôbre Itaquí. O seu número é de uns 8.000 homens, e trazem 32 carrêtas. Isso confirma um prisioneiro que fizemos, moço muito esperto. Do outro lado do Uruguai, em frente a Itaquí, acham-se uns 5.000 Paraguaios.

Ilm. e Exm. Sr. General Daví Canabarro, comandante da 1.ª Divisão ligeira.

Deus guarde a V. Ex.

Sezefredo Alves Coelho de Mesquita.

BIBLIOGRAFIA

Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai ....
A República jesuítica do Paraguai ... } Cônego João Pedro Gay.

História do Rio-Grande-do-Sul ....
Poranduba Rio-grandense .... } Padre C. Teschauer.

História da Guerra do Paraguai ..... { Schneider.

História da Guerra do Paraguai ..... { Marechal José Bernardino Bormann.

Campanhas do Uruguai, Mato-Grosso e Paraguai .... { E. C. Jourdan.

Resumo da Guerra do Paraguai ...... { Major Rafael Danton Garrastazú Teixeira.

Notícia da Província do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul .... { Nicolau Dreys.

A Campanha Lopezguaia .... { Tte.-Cel. Mário Barreto.

A Batalha do Passo-do-Rosário .... { Gal. Tasso Fragoso.

História do Rio-Grande-do-Sul .... { João Maia.

Através do Passado .... { Aquiles Pôrto Alegre.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio-Grande-do-Sul (1921 e 1922).

PARECER

sôbre a tese "A invasão de S.-Borja" do major Osório Tuiutí de Oliveira Freitas.

A tese apresentada ao primeiro Congresso de História Sul-Riograndense pelo sr. Osório Tuiutí de Oliveira Freitas constitue uma interessante monografia, que bastante vem contribuir para o definitivo esclarecimento das responsabilidades de alguns chefes e dos atos de bravura alí praticados por obscuros heróis em defesa da inviolabilidade do território pátrio.

Estudando os antecedentes da invasão, as resumidas fôrças que guarneciam S.-Borja, a iminência da invasão, o dia 10 de junho de 1865 e o seu drama, o saque alí praticado durante o combate e os grandes rasgos de heroísmo realizados pela nossa gente, fêz o A. um trabalho meritório, digno, porisso, de encômios. E, portanto, uma bela contribuïção para nossa história e que merece aprovação da parte do primeiro Congresso de História, agora reünido nesta capital para a ventilação dêsses assuntos.

Sala das Sessões do Congresso, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **De Paranhos Antunes**, relator.
Jací Antônio L. Tupí Caldas.
Walter Spalding.

SECÇÃO QUARTA:

ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA:

II

O FENÔMENO ECONÔMICO NA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS

Dr. Felix C. Rodrigues

Se fôssemos materialistas, começaríamos dizendo que o fenômeno econômico dominou, preponderantemente, no acontecimento político-guerreiro de 1835 a 1845. Mas, reconhecendo que isso não se deu, pois as causas do levante são secundàriamente econômicas, contudo atribuímos à economia um papel de relêvo nas possibilidades do movimento guerreiro.

Efetivamente, que vemos no Rio-Grande dêsse tempo? Primeiro, uma série de fatos anteriores a 20 de setembro capazes de irritarem os ânimos de uma boa parte da população da Província. Segundo, outra série de atos praticados no sentido de sustentar-se a luta.

Terceiro, um estado potencial econômico de antes, durante e após a Revolução.

E' assim que podemos dividir a nossa exposição em — fatos econômicos **precedentes,** fatos **concomitantes** e **permanentes.**

I — Fatos econômicos precedentes.

Vinha de longa data, como norma imutável, a imposição de sacrifício de tôda ordem aos habitantes do Rio-Grande-do-Sul, pelo Govêrno da Metrópole, da Colônia, por fim, do Império. Pela sua posição geográfica, estavam os Continentinos adstritos ao papel histórico de escudo de um grande Império. Daí o tipo da sua existência onerosa, daí o seu insossêgo e o tom das suas qualidades, físicas e morais.

Como estamos versando o fenômeno econômico, dêsses ônus lembraremos a prática das requisições de bens dos moradores pacíficos, (hoje diríamos dos protetores da riqueza provincial) para prover o exército nas suas guerras constantes — 1756, 1762, 1774, 1801, 1811, 1816, 1825, 1835, 1848, 1851, 1858, 1864, 1865, 1893, 1923, 1924, 25, 26, 1930, 1932.

Nenhuma geração rio-grandense viveu sem o chamamento às armas duas, três e mais vezes: portanto, o Rio-Grande esteve sempre sob os encargos econômicos correspondentes. Materialmente, quem faz a guerra deixa de produzir para guerrear, sôbre consumir o que foi produzido no tempo da paz ou da trégua.

Mas, como todo trabalho bem aproveitado se transforma em capital, essas penas do povo rio-grandense, fundidas n'alma, se foram cristalizando, pouco a pouco, num capital muito mais valioso do que aquele que consta de bens terrenos. Nas suas privações constantes, na sua pobreza habitual, o Rio-grandense retemperou qualidades que faltam aos povos amolecidos pelo bem estar.

Foi, precisamente, do seu mal-estar anterior que já vinha pesando sôbre a longanimidade dos Gaúchos, que êles tiraram energias para o desenrolar da sua epopéia.

O govêrno do Brasil requisitava os bens dos estancieiros, seus gados, seus cavalos, seus veículos, seu dinheiro e a própria gente; e os Continentinos entregavam-lhe tudo o que pediam, gostosamente ou murmurando; mas foram satisfazendo com seus bens e suas energias as exigências dos governos do Centro. Sobreleva notar que, além das requisições sumárias e do arrolamento de soldados pesava também a coação do **aboletamento** dos militares nas estâncias, sem prejuízo da cobrança dos impostos da praxe, alguns dos quais por meio de contratadores — o de **importação,** o **dízimo,** sôbre os produtos da pecuária e da lavoura, o **quinto** sôbre os couros, a sisa, nos contratos e o de **passagem,** nos rios.

Sôbre o **arrolamento** que consistia na obrigação do serviço militar, é bem de ver que provocasse a subtração de

inúmeros braços à agricultura. Sôbre o **aboletamento,** consistente na instalação forçada de militares nas casas de propriedades particulares, que dizer, senão que era uma das mais pesadas imposições? Tanto assim era que em certas épocas, os proprietários e agricultores plantavam sòmente o necessário e nada de supérfluo para não se verem expoliados.

Ainda de outra prestação de serviços, há notícia em relatórios da época anterior à revolução — a de entrar com madeira e outros materiais, assim como com ajuda pessoal para construção de quartéis para tropa. A exportação do Rio-da-Prata para o Rio-de-Janeiro, de produtos similares e as explorações e especulações dêste mercado sôbre os produtos do Rio-Grande levantavam também clamores e motivaram mais de uma reclamação dos habitantes da província.

Não é de hoje, como vedes, essa questão de concorrência que nos fazem os países do Prata no comércio da nossa principal riqueza — a pecuária. Que digo? Do início da nossa vida de povo exportador — 1740 — em diante até 1820, a nossa principal riqueza era o trigo, que a ferrugem anulou para dar lugar ao gado e ao cavalo. Em 1748, a colheita atingira 220.300 alqueires — 7.900.000 litros.

E, com alternativas 7.930.800 litros de mais ou menos, chegou a produzir em 1815 — 288.477 alqueires de dourado grão, com o valor de 461:500$000, para voltar a nada no ano de 1823. Os agricultores abandonam-no, porque já não dava 100 por um, e sim apenas 20 por um. No ano seguinte, os estadistas, já do Império, acorreram às necessidades do Rio-Grande, iniciando a colonização alemã em São-Leopoldo, antiga feitoria do Cânhamo, então transformada em estância de criação por um padre que mais gostava de tratar de animais que de almas.

Com a policultura, procurava o govêrno salvar a vida de S.-Pedro-do-Sul, até então considerado o celeiro do Brasil. Mas, não era ainda o momento, porque os seus habitantes já familiarizados com a grande abundância de gados alçados pelos banhados e grotas das campanhas, preferiram agarrar-se a êle como tábua de salvação. Deixaram os ara-

dos e as enxadas e montaram a-cavalo. A ferrugem havia matado o trigo e gerado o Gaúcho. Enferrujados desapareciam os últimos vestígios açorianos ao passo que luzidos começavam a brilhar os campeiros em todos os gêneros de uma existência cavalheiresca e cavaleira.

Em 5.000.000 de cabeças era avaliado o gado vacum, nesse tempo de 1823, com o valor de 100.000 contos.

Quanto ao regime fiscal tinha também o seu aspecto ordinário, conforme deixamos entrever atrás, citando os impostos exigíveis.

Os "dizímos" que recaem sôbre os produtos da pecuária e da lavoura, "eram cobrados por um arrendatário geral, depois de concorrencia no preço da arrematação, efetuada no Rio-de-Janeiro." De posse dêsse privilégio, o contratador sub-arrendava a diferentes cobradores das diferentes zonas. Era o meio de interessar ao particular, a cousa pública; mas era também um meio de extorsão e um motivo de revolta para aqueles que pagavam ao govêrno crentes de que pagavam mais ao particular. E que era assim, prova-se citando os seguintes algarismos: "Em seis anos, diz alguém, no Retrospecto Econômico e Financeiro do Rio-Grande, os sub-arrendatários pagaram ao arrendatário geral, 971:700$000 ao passo que êste só pagou ao tesouro 250:000$000. Fortuna de 700:000$000, que hoje representam milhares, foi a que fêz êsse felizardo cobrador dos dízimos reais.

Para terdes uma idéia do que ganhou êsse Brasileiro de então não há mais do que multiplicar essa soma fabulosa ganha em 6 anos por 67 1/2, pois que 67 1/2 dinheiros ou pence era a expresão do nosso mil réis naqueles recuados tempos, segundo a lei financeira de 1688. Por 17.000:000$ andava, em moeda de hoje, o pingue quinhão que do Rio-Grande levantou o contratador dos dízimos em 6 anos!

Outro imposto, contra que clamavam os Continentinos era o do **quinto** dos couros. Em cada cinco couros, o govêrno tirava um, isto é, 20 % pago no pôrto de embarque.

Quer isso dizer que 1.000 couros levados em carrêta

aos portos, chegavam apenas 800. Só em 1845, por efeito da Revolução, cessou êsse onus pesadíssimo para a fortuna particular.

Até certo tempo, 1797, não pagavam o quinto os couros destinados ao fabrico de **surrões,** de acondicionar trigo, nem os couros empregados em guascas de uso caseiro, como laços, cabrestos, boçaes, etc. Mas êsse ano fizeram-no por apertura do Tesouro, secundando êsse rigor com o de embargarem os arrematadores o trigo destinado ao consumo, de forma a elevá-lo de preço.

E se parece deficiente, como expressão de civilização, mais se tornou durante a guerra que paralisou o comércio e dizimou as riquezas originárias. Antes dela havia ...... 1.000.000 de alqueires, ao fim da guerra, não chegavam para montar dous exércitos de 5.000 homens, cada um.

Sôbre êsses fatos, podemos adir o cancelamento da dívida de 800 contos que pesava sôbre S.-Paulo, em favor da Província de S.-Pedro-do-Sul, a subvenção de 24 contos anuais à Santa-Catarina, e a obra financeira da nossa primeira Assembléia Legislativa instalada a 20 de abril de 1835, em virtude do ato adicional de 1834, e temos o quadro completo dos principais fenômenos econômicos do grande movimento: — a criação de um corpo de polícia composto de 700 homens, com os encargos fiscais correspondentes — dez mil réis por légua de campo e tributação de 2$000 sôbre os chapeados de prata dos estribos de picaria e das esporas gaüchescas, projeto da minoria, segundo Rodrigo Pontes; impostos que Bento Gonçalves no seu Manifesto de 1835, chama de "cruéis, impolíticos e injustos", sobretudo o primeiro, por incidir no capital sem eqüidade, quanto às terras boas e as más. Criaram-se ainda os impostos de 20 % sôbre o valor do alcool nacional de consumo; 50$000 sôbre lojas que tivessem empregados estrangeiros, e sôbre armazéns que vendessem bebidas espirituosas importadas. A Assembléia aprovou a verba de 12 contos para gratificar certos empregados, e 5 contos para aumentar os vencimentos de outros. Encerrava-se a despesa dêsse orçamento (1835-1836) com 318:477$000.

Mas a-pesar-dêsse rigor, verdadeiramente lamentável, o Continente de S.-Pedro progredia. Sua população passava ràpidamente de 50.000 habitantes em 1800,

a 79.000 habitantes em 1814,
a 106.000 " " 1822,
a 200.000 " " 1835, notando-se um

decréscimo grande de 1835-45 de 50.000 habitantes, mais ou menos, segundo o Retrospecto, publicado pelo Arquivo Público. O que dá para êsse ano 150.000 habitantes.

A Colônia de S.-Leopoldo, de 122 indivíduos em 1824, passou a 5.000 em 1830, se bem que dêsse ano a 1844, ficasse suspensa a imigração, por falta de verba.

A exportação dos produtos da pecuária passava de ... 828:000$000 em 1816 a 1.394:000$000, em 1822, elaborados nas charqueadas de Pelotas, cuja primeira foi fundada pelo cearense José Pinto Martins, em 1780, a qual serviu de estímulo ao estabelecimento de outras e outras que atingiram ao número de 22 em 1822. Era bem de imaginar o grandioso que seria êsse empório da indústria e do comércio de carnes, com os seus casarões coloniais, suas mangueiras, e seus varais e o formigar dos escravos e da peonada, por entre tropas e tropas que chegavam ao mercado, de todos os pontos da província e do Estado-Oriental! A estrada de Pelotas a Bagé, em certos momentos do verão era mais freqüentada do que a nossa Rua-da-Praia; pois que não raro acontecia às diligências que faziam, às vezes, os atuais vagões da estrada de ferro, terem de esperar que passassem passo a passo dezenas de carrêtas e meia duzia de tropas, que surgiam das profundas da pampa. Segundo ouví descrever, por tradição, trechos da vida dos áureos tempos da fronteira, assim era.

A exportação do charque variou de 797 contos em 1822, para 1426 contos em 1844, sob a administração de Caxias, depois de forte declínio durante a guerra.

Os coiros, além do **quinto** tinham a impedir o seu comércio, o monopólio criado por João Rodrigues Pereira, Capitão José Antônio de Azevedo e Sargento-Mor Mateus

da Cunha Teles, associados. Mas subiu a sua exportação de 444:000$000 em 1822 a 4.666:000$000 em 1844.

Como vimos, só o trigo, depois de uma fase brilhante, voltou ao nada, na década de 1820-30.

Como indústria dêsse tempo, além da indústria familiar, segundo a qual, nas estâncias tudo se fazia; as velas, o sabão, os xergões, os cobertores, os xiripás, os ponches, a correaria, a carpintaria, a ferraria, que lembram os processos que na Idade-Média fizeram o homem manso e sossegado, além dessa indústria doméstica, podemos citar alguns engenhos de açúcar, cachaça e farinha, três fábricas de louça vidrada e um cortume montado com perfeição na estância do barão de S.-Amaro. E produzia-se vinho em Pôrto-Alegre e Pelotas. Isso próximo às cidades e vilas; porque, no interior não só faltavam estradas de rodagem, como tinham os viajores de atravessar os rios e arroios cheios, a nado. Quando iam de escoteiro, não era nada. Bastava disporem-se a lançar-se n'água, agarrados às crinas do cavalo; e eram transportados à margem oposta; ou então, entravam em pelotas de couro cru, secadas numa armação circular de varas flexíveis; e atavam-nas aos rabos dos seus rocins. Mas, a cousa se tornava séria quando era uma carrêta, carregada, ou uma carretilha ou diligência, com família. Então tiravam-se as rodas do veículo sôbre barrís ou sôbre canoas, e os cavalos, sempre os cavalos, puxavam-no boiando sôbre as águas, para a outra banda.

Dirá quem não conhece a portentosa vida dos campos: Quanta miséria, quanta privação! Mas quem a conhece e ama, poderá contestar: Não é miséria, é riqueza, não é privação, é um prazer. E' um prazer, pôr-se em contacto com o perigo, é um prazer sentir na pele, contacto da correnteza que passa, ao mesmo tempo, que a gratidão do animal que nos leva, com sua fôrça e seu resfolegar ritmado, ao pôrto de salvação.

Tal era o fenômeno econômico que antes de rebentar a Revolução dos Farrapos envolvia os homens da Província.

Quanto às finanças veremos adiante o seu progredir.

II — Fatos econômicos concomitantes.

Vencedora a Revolução, em 20 de setembro de 1835, foram os seus próceres que fizeram a administração da província, sob a presidência do dr. Marciano Pereira Ribeiro, de 21 de setembro de 35 a 15 de junho de 36, simultâneamente com os presidentes legais, instalados na cidade do Rio-Grande, — dr. José de Araújo Ribeiro e o brig.º Elzário de Brito.

Da gestão financeira, no que se refere a despesa, temos um documento precioso mandado elaborar pelo brigadeiro Antero Ferreira de Brito, em 1837. Nesse documento, assinado pela comissão, poucos dias antes da sua prisão, por Bento Manuel Ribeiro; assinado em 10 de março de 1837, consta uma despesa global, durante 9 meses de gestão administrativa, de 878:400$931, ao câmbio de 43, que ao câmbio de hoje, 1 peny, corresponderia a 37.700:000$000. Vimos atrás que a despesa orçada para êsse exercício foi de .... 318:477$000. Vemos agora que o rombo no cofre do Tesouro foi grande, sem que se deva esquecer que essa munificência deveria significar uma expressa reação contra a permanente falta de serviços públicos de que sempre sofrera o povo rio-grandense, ao mesmo tempo que via as suas contribuïções se escoarem para outras Províncias do Império. Convem acrescentar que, de parte da administração do Govêrno Imperial, houve também **deficit;** pois que, tendo sido arrecadados 51:794$300 foram gastos 63:878$700. Somando a estas parcelas as contribuïções particulares dos capitalistas e estancieiros aos chefes revolucionários e aos chefes governistas, tereis uma vaga idéia do que foi a sangria nas veias da riqueza continentina, nesse período. Os quadros abaixo nos mostrarão, porém, que a partir de 1836, a administração imperial da Província realizou **superavits** em todos os exercícios do tempo da revolução, os quais — ou significam que as fortunas particulares aumentavam, ou que o fisco subia de ponto nas suas exigências. São ainda pontos de história a esclarecer...

Exercício	Arrecadação	Despesa
1834-35	116:677$	....
1835-36	51:794$	.... 63:878$
		878:400$ pelo Gov. Rev.
1837-38	90:662$	.... 74:123$
1838-39	120:661$	.... 85:260$
1839-40	253:681$	.... 132:571$
1840-41	191:707$	.... 151:850$
1841-42	263:758$	.... 204:357$
1842-43	448:333$	.... 228:781$
1843-44	485:466$	.... 254:353$
1844-45	529:069$	.... 366:855$
1845-46	510:235$	.... 426:769$

A êste quadro financeiro para completarmos a impressão exata da capacidade econômica do Rio-Grande, na sua década gloriosa precisaríamos acrescentar a arrecadação e a despesa feita pelo Tesouro do Govêrno Republicano. Uma primeira e forte impressão, porém, é o estado invariável de **superavit** no Tesouro Imperial da Província.

Nos nove anos que vão de 37 a 46, o superavit é de mais de mil contos, ouro, que hoje representariam 43 mil contos. Como foi empregado êsse dinheiro, a história não nos diz, mas êle representa o aumento ininterrupto da riqueza pública, durante a guerra.

Enquanto essas somas se arrecadavam para os serviços administrativos da província, o fisco geral, o do govêrno do Centro arrecadava para o serviço administrativo do Império:

1837-38	278:604$000
1838-39	373:336$000
1839-40	653:704$000
1840-41	814:946$000
1841-42	854:751$000
1842-43	937:782$000
1843-44	1.562:755$000
1844-45	1.945:861$000
1845-46	2.250:530$000

Não nos deve revoltar êsse fato da contribuïção provincial ser mais vultosa para o centro que para a região mesma, porque isso está na ordem natural das coisas. Assim era no tempo do império, e assim, considerado o fenômeno em globo comparado o orçamento da União com os dos Estados somados, continuou sendo sob a forma federativa do nosso país, e sob o regime republicano. Que união poderíamos realizar sem êsse desprendimento necessário? Polìticamente, temos sido e somos brasileiros; também financeiramente, devemos ser mais brasileiros do que rio-grandenses, se bem que, nesse caso, compete ao povo fiscalizar o fisco, e vigiar os administradores, como fizeram os resolutos habitantes da Província, em 1835.

Mais, se nos parece exorbitante que, em 1845, por exemplo, pagássemos cêrca de 3 mil contos para os dois erários, ou mais ou menos quinze mil por cada habitante, (hoje mais ou menos 600$), isto não contando a diminuïção da população em 50 mil habitantes durante a guerra; que diríamos se a êsses dois erários, acrescentarmos as exigências do erário republicano? Na impossibilidade de criar e arrecadar imediatamente nova e sobreposta receita, os farrapos, confirmada a República em Piratiní, a 5 de novembro de 1836, depois de proclamada a 11 de setembro no Seival, ao organizarem o seu tesouro e seu corpo fiscal, decretaram a 11 de novembro de 1836, o confisco de todos os bens dos inimigos da República, com o que, no decorrer do ano seguinte, desafogaram a sua situação. O espírito altamente previdente e ponderado que guiou as finanças da República, verdadeiro Colbert rio-grandense foi o ministro das finanças, Domingos José de Almeida, cidadão dotado de altas e venerandas virtudes.

E como procedeu êle para desobrigar a nova República no exíguo prazo de um ano?

Primeiro — ao organizar-se a República, criando um Tesouro; **segundo** — fazendo moeda do gado — do **pecus,** a velha moeda que deixou até hoje o seu nome inseparável das circulações fiduciárias dos povos — **pecúnia** — sistema **pecuniário,** o pecúlio, etc.; **terceiro** — por meio de um em-

préstimo de 300:000$000 lançado em 29 de maio de 1837; **quarto,** seqüestrando os bens dos inimigos; **quinto,** pelas contribuïções pessoais, **sexto,** incorporando à República para os efeitos fiscais os rio-grandenses que moravam no Estado-Oriental; **setimo,** criando impostos para a República.

A-pesar-das necessidades, os republicanos resistiram às emissões de papel-moeda. E, cousa notável, conquanto tivesse caído o câmbio, no Brasil, o câmbio do Rio-Grande se mantinha, mais ou menos, cem por cento mais elevado do que o do Império. Uma das moedas de ouro que circulavam na província, valia no Rio-de-Janeiro e em Pôrto-Alegre 17$403; ao passo que, em Piratiní, 8$776. E nesse propósito se manteve até a operação arrojada do recolhimento do cobre, em 1838, para o qual emitiu conhecimentos, conforme veremos.

Ao confirmar-se a República, 5 de novembro de 1836, em Piratiní, como é de ver, nada havia organizado pològicamente; e econômicamente, o que se via estava em desordem — as estâncias em parte abandonadas e a circulação monetária oculta nos entesouramentos, isto é, nos "enterros", segundo a velha e bolorenta expressão dêsse fenômeno, peculiar aos povos destituídos dos principais órgãos do progresso material. Sem bancos, onde depositar as belas moedas de ouro e prata que circulavam para auréola de glória daqueles que sabiam gastá-las, e para íntimo gôzo daqueles que sabiam guardá-las, uns e outros defendiam-na da cobiça alheia, recolhendo-as às entranhas da terra. Quantos poemas se poderiam escrever, em tôrno dessas minas de metal precioso, que hoje ainda jazem no esquecimento! E quantas tragédias nas almas dêsses avarentos, de mãos enormes e unhas alongadas, quando as enchiam de discos amarelos e sonoros, só pelo prazer de enchê-las, no fundo de grotas soturnas, em noite plena, sob a luz de uma velinha de sebo, no bojo do chapéu, para não despertar as corujas, os quero-queros, os graxains, nem a atenção dos descobridores de

enterros, que, de enxada em punho, vagavam desassossegados, cavando a terra, como tatús! Escassa era a moeda, e assim mais escassa ficava; de forma que crescia a glória dos financistas, como Domingos José de Almeida, cada vez que inventavam modos de trazer o dinheiro à superfície da terra, ou de dispensá-lo. Foi o que fêz o grande ministro da República rio-grandense. Sentindo a falta de tudo, por não dispor de dinheiro circulante, passou de um salto da finança pura à economia, e decretou o seqüestro de todos os bens — semoventes, móveis e imóveis — dos inimigos. Mas dêsses, o que mais lhe interessava, era o gado vacum — o pecus — para servir-lhe de **moeda, pecúnia, pecúlio;** e assim, desembaraçadamente, retrotraíu ao estado econômico do aparecimento da primeira moeda, quando o escâmbio puro e simples começava a transformar-se em compra-e-venda. Fêz, então, uma convenção com Oribe, o chefe oriental, segundo a qual com gado a república Rio-grandense pagaria os cavalos e as munições bélicas e de bôca que lhe mandasse a República Oriental. Não tendo cumprido o pacto o chefe dos orientais, porque mais lhe convinha uma convenção com o Império, só mais tarde, no ano seguinte, começaram a passar as tropas para o Estado-Oriental, em troca das grandes, das enormes tropilhas de cavalhada. Com gado foi pago o destemido Garibaldi, quando, em 1841, abandonou a República Rio-Grandense. Por êsse meio, começou a rehabilitar o Exército da sua primeira depressão, após o desastre da ilha do Fanfa e da prisão do seu chefe. Com gado pagavam-se muitas dívidas; e por causa de um pagamento nessa moeda, ordenado por Bento Gonçalves, em 1842, e não cumprido pelo seu ministro da Fazenda de então — Vicente da Fontoura — foi êste demitido.

Para cumprimento do decreto de 11 de novembro de 1836, sôbre esta matéria de seqüestro dos bens dos inimigos, em 5 de abril de 1838, Almeida, o honrado, decreta a relação das estâncias e propriedades abandonadas, afim de saber se os seus donos andam servindo à República ou o Império, ou se emigraram, sem satisfazer as exigências

do fisco; e em 15 de julho de 1838, iam à hasta pública 50 fazendas de criação, de inimigos.

Como se vê, não esteve só na letra das leis, a vida da nova República, mas em fatos que falam alto sôbre a deliberação de viverem os rio-grandenses sujeitos às suas próprias instituïções. Nasceu inviável a República Rio-grandense; porém, não se pode dizer que não tivesse nascido e vivido.

Êste processo de conseguir receita pública, se facilitava por uma lado a marcha da guerra, era contraproducente por outro; pois os legalistas procediam do mesmo modo, quanto aos bens dos Farrapos, não por necessidade fazendária, mas como represália. Nos campos entre Taquarí e Caí, por exemplo, em 1841 passou uma fôrça levantando das estâncias tôdas as existências, com exceção de um cavalo que ficava como recurso ao morador.

Mas, algum dinheiro sonante sempre havia, para caçar o qual Domingos de Almeida, o honrado, decretou medidas pròpriamente financeiras, que em linguagem mais acessível se chamam **impostos, empréstimos, conversões, contribuïções** pessoais, espontâneas ou coagidas. Por exemplo, em 24 de outubro de 1838, o jornal "O Povo" estende uma lista de 14 pessoas, entre as quais o próprio Almeida que emprestaram ao Estado 2:836$000 para socorro urgente de uma fôrça militar. Considerem-se nesse particular tôdas as doações feitas espontâneamente em cavalos e reses vacuns, aos chefes em campanha, e teremos uma idéia de que essa fonte de receita pública, sem passar pelo tesouro, não era das menos rendosas.

Com o fim de pôr um têrmo às arbitrariedades e iniqüidades a que dava lugar um regime fiscal quasi discricionário, Domingos de Almeida, concebeu organizar e legalizar êsse serviço; e o fêz pelo decreto de 14 de agôsto de 1838, sob o fundamento seguinte: "Sendo de urgente necessidade a criação de repartições fiscais em diversos pontos do Estado, e uniformizar sua escrituração, contrabilidade e atribuïções para que o rendimento dos direitos estatuídos ocorrendo às muitas e onerosas precisões da República, mino-

rem as privações do exército e os multiplicados sacrifícios dos cidadãos patriotas, sôbre quem ùnicamente tem caído o pesado onus do fornecimento de carne, carrêtas e cavalos, o Presidente do Estado há por bem que, nas coletorias do mesmo, se observem inteiramente o Regulamento e Tabelas que com êste baixam. (Ass.) Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida.

Suas disposições principais são as seguintes:

1) ratifica o plano de criação das coletorias em número de 23, em 18 de maio do mesmo ano.

2) cria os cargos de coletores e escrivães, nomeados pelo tribunal do Tesouro, e guardas-fiscais, nomeados pelos coletores.

3) fixa os vencimentos de cada um.

4) cria o imposto de 1 e meio por cento sôbre o valor das mercadorias despachadas para consumo e re-exportação.

5) discrimina as atribuïções e os deveres de cada funcionário.

6) cria livros para a escrituração das coletorias.

7) prescreve as formalidades necessárias ao transporte e ao trânsito das embarcações, carrêtas, tropas, assim como as formalidades a que se devem submeter os estancieiros.

8) enumera os bens isentos de imposto — artigos bélicos, moedas de ouro, prata, e os metais preciosos, os livros, os objetos de uso dos agentes diplomáticos, as roupas de uso, as máquinas, os gêneros para consumo do exército, os gêneros exportados por conta do Estado, a erva-mate exportada para o Estado-Oriental, Corrientes, Entre-Rios e Buenos-Aires.

9) aprova os direitos provisórios decretados em 18 de maio de 1838 (Regulamento das Coletorias) cujos principais são sisa, meia-sisa, décimas de casas, de heranças, doações, todos proporcionais; impostos fixos sôbre os subsídios literários, carros, lojas, indústrias e profissões, fumos, escravos, passagens de rios, carrêtas de mascates, carne-verde, sôbre caixeiros estrangeiros, casas de negócio.

10) regula o imposto do sêlo sôbre livros de bom ou mau papel, recibos, papéis forenses, loterias, papéis eclesiás-

ticos, de curso jurídico e escolas médicas, de justiça, fazenda, alvarás e mercês, bulas pontificiais, letras de câmbio, letras de terra, ações, apólices e outros títulos de crédito.

11) impõe direitos sôbre cartas de cidadania, de medicina, de cirurgia, farmácia, de juiz, citações, etc., sôbre os alvarás, sôbre os provimentos.

12) por fim, ratifica os direitos provisórios de exportação para o Império-do-Brasil, nos pontos ocupados pelas fôrças legais, direitos e impostos no dôbro do que se cobrava de exportações, para o Estado-Oriental; Corrientes, Entre-Rios e Buenos-Aires.

Diante dêsse esbôço, é fácil ver que a República Rio-Grandense teve uma organização fiscal rigorosa, estendida por todo o seu território.

Em dezembro de 1839, já em Caçapava, cria-se o pesadíssimo imposto pessoal, cobrado sob a forma de passaportes; de quatro classes: para homens brancos, capatazes de tropas e carrêtas para fora do Estado — 1$600; para peões e escravos para fora — 800 rs.; para pessoas de um município ao outro — $400; para pessoas dentro do município — $080.

Em abril de 1839 o provecto ministro, considerando com iguais deveres para com a Pátria, impõe aos Rio-grandenses que têm propriedades nos Estados vizinhos — Estado-Oriental, Corrientes e Entre-Rios — quotas de contribuïção para guerra, sob pena de perda da nacionalidade e confiscação dos bens no Rio-Grande; e aos que não tivessem bens a obrigação de apresentarem-se dentro de quarenta dias às autoridades da República.

Até o imposto de sangue se praticou, porquanto em troca de cavalhadas para remonta do exército, Bento Gonçalves obrigou-se a mandar a Corrientes 700 homens, sob as ordens de Neto, combaterem pela causa política de Rivera. E se Neto não passou o Uruguai, foi porque Rivera não cumpriu o acôrdo.

Tudo se fazia no sentido de obter recursos para a continuação da guerra.

Isso se dava em 1841.

Em 30 de março de 1837, decreta-se o imposto sôbre os semoventes exportados — reses de criar — 1.680 rs.; de corte — 3.360 rs.; **exchores**, que traduzimos por reprodutores — 6.400 rs.; mula — 5.000 rs.; égua — 1.680 rs. Isto para o gado exportado para os países do sul e oeste; mas sôbre aquele que se exportava pelo passo de Canudos para o Rio-Grande, região ocupada pelo inimigo, pesava a princípio 990 rs. por cabeça, e 15 % **ad valorem**, depois transformado em 4.000 rs. por cabeça.

Em 9 de abril de 1838, ficam proïbidas as requisições gratuitas e reguladas por meio de documentos pagáveis no Tesouro, na base de 4.000 rs. por vaca e 6.400 rs. por novilho. Esta medida foi adotada para afastar as sonegações que se faziam freqüentes.

Em abril de 38, fica criado o imposto de importação para os gêneros entrados do Estado Oriental, de Corrientes, Entre-Rios Buenos-Aires, e 10 % **ad valorem**, segundo uma avaliação oficial feita mensalmente. As bebidas espirituosas pagavam 20 %. Só os artigos de guerra estavam isentos de pagar importação, como compensação da erva-mate que saía e entrava lá também livremente.

A-pesar-da sua atividade financeira, o honrado ministro, não consegue aumentar a vitalidade da República; em 23 de março de 1839, expõe, por carta, ao chefe do govêrno as vicissitudes do seu ministério; sobretudo depois da anulação dos atos da Assembléia Legislativa, pela posse de Araújo Ribeiro, que trouxe a confusão geral. Mas a confusão aumentou com a prisão de Bento Gonçalves, pois que cada chefe se arvorou em árbitro, na sua zona. Participa ao mesmo general Bento Gonçalves que se gastaram até 2 de abril de 1838, 310:687$000 com o exército, e êste, não obstante, anda nu. Mas, em parte, se deve à falta de probidade de alguns exatores da Fazenda, acusando o Tesouro preços exorbitantes, como o de Cruz-Alta, que apresenta contas de pólvora a 9$000 a libra, carne a 1$280 a arroba e até a 5$000, quando o boi vivo, em Caçapava, é pago a 4$500 pelo Tesouro, e 3$200 pelos particulares.

Em fins de 1841 o probo cidadão, segundo carta sua a

Mateus José dos Santos, retoma a narração dos seus cuidados sôbre a sorte econômica da República: **"Ela atravessa sua maior crise; nas Coletorias não existe um só vintém;** a **dívida pública subiu** de **ponto;** o **Exército se desfalca como conseqüência da frouxa confiança que inspiram as cousas; os recursos dos gados das propriedades inimigas estão exaustos; o pequeno número dos couros de consumo para nada chega".**

Pouco tempo depois, cedendo ao pêso da adversidade, pública e privada, o grande ministro se demite, para ser substituído por Antônio Vicente da Fontoura.

Mas, o grau de providência de Almeida ia mais longe; pois, em 5 de outubro de 1838, ordenava aos Inspetores do Tesouro que reprimissem o péssimo costume de matar-se gado só pelo couro, para vendê-lo no país vizinho.

Esboçada a vida financeira ordinária, que pôs em prática o grande ministro da República Rio-grandense, falta-nos dizer algumas palavras sôbre os dois atos mais audazes da sua política — o empréstimo de 300:000$00 e o recolhimento do cobre.

Quanto ao empréstimo, foi lançado em 29 de maio de 1837, com o juro de 1 1/2 % ao mês, por 10 anos no máximo, podendo o Tesouro republicano resgatá-lo dentro de 6 anos no mínimo; com a garantia das terras devolutas e das fazendas de Saicã, del-Rei, (Rio-Pardo) do Bojurú, da Condessa (também Rio-Pardo) e das fazendas dos Jesuítas de Missões. Sôbre a sorte que teve êsse ato de Almeida nada pude colhêr além da sua inclusão tácita na disposição da cláusula segunda das condições de paz, segundo as quais o govêrno Imperial se responsabilizou pelas dívidas da República Rio-grandense.

O outro fato revelador da capacidade de Almeida foi o recolhimento da moeda de cobre então circulante no território da República com as efígies do Império, em grande parte falsa e depreciada de 50 %. O Govêrno Central, para desacreditar o meio circulante da República, derramou sôbre o seu território, aos jatos, pelas fronteiras de oeste (Rio-Grande e Pôrto-Alegre) e do sul (Jaguarão) grande quan-

tidade de moedas divisionárias de cobre — 80 réis, 40 réis, 20 réis, 10 réis, 5 réis, em parte já recolhida pelo próprio Império, em parte falsa.

Os discos de 80 réis deviam ter 7 oitavos; os de 40 réis, 3 1/2 oitavos; os de 20 réis, 1 3/4 e na proporção as de 10 e de 5 ou 0,875 milésimos de oitavo e 0,4375 décimos milésimos de oitava. Não tendo êste pêso, era considerada falsa.

No conjunto, o volume do cobre em circulação andava por 60:000$000 que hoje seriam mais ou menos 2.000:000$. O plano de recolhimento era o seguinte:

1) A todo aquele que apresentasse, nas coletorias, o seu cobre receberia um certificado, em que constava o pêso e o valor das moedas e a declaração das falsas.

2) Com estes certificados os portadores voltariam a receber o seu dinheiro da maneira seguinte:
— em cobre 25 %, e em **conhecimentos**, (10$, 20$, 30$, 40$, 50$, 100$) 50 %, e os 25 % restantes ficavam retidos a favor do Tesouro. Os conhecimentos ou a moeda-papel, da República até 33 contos eram, pois, emitidos sôbre um lastro de 50 %, ou de metade da circulação, o que estava de pleno acôrdo com os mais sólidos princípios financeiros.

3) Nos pagamentos, subseqüentes, da vida quotidiana, os republicanos dariam, em cobre, 20 %; em conhecimentos 30 % e o resto em prata e ouro, ao câmbio seguinte — onças, 15$360, meias-dobras 8$000; moeda de 4$000 a 4$200; pesos-fortes ou patacões, 960 réis, e as outras pelo valor do cunho.

4) Os conhecimentos seriam resgatados no prazo de 2 1/2 anos escaladamente à razão de 6:600$000, semestralmente, até 1.º de abril de 1841.

5) Vinte dias antes de cada prazo, haveria um sorteio dos mesmos.

6) Para o fim do resgate, foi criada uma Caixa de Amortização, cuja função era pagar os conhecimentos apresentados dentro do prazo, pagar os prêmios dos sorteados e incinerar os recolhidos.

7) A verba para o resgate teria por fontes a receita

da importação, da exportação para S.-Paulo, o arrendamento dos próprios nacionais e das propriedades seqüestradas aos inimigos da república, as contribuïções voluntárias, o empréstimo de 29 de maio de 1837, e o desconto da Caixa de Amortização. Quer isso dizer que o Govêrno de Piratiní em 1838, criou um verdadeiro banco de Estado, auxiliar do Tesouro; pois que, na Caixa de Amortização eram depositadas as receitas orçamentárias, sendo ela presidida pelo Contador do Tesouro, sob a fiscalização do Tribunal do Tesouro.

A Caixa podia emprestar até 6:600$000 semestralmente, e só até o momento dessa amortização, a pessoas idôneas com fiança de outras também idôneas, para que essa importância estivesse em caixa no dia do resgate. O excedente dos 6:600$000 era empregado na compra de conhecimentos amortizáveis, com o respectivo desconto, de acôrdo com a taxa comercial do momento. Quisera acompanhar a marcha dessa habilíssima operação até os últimos resultados. Mas a angústia do tempo não me permitiu continuar as investigações históricas.

III — Fatos econômicos permanentes.

Concomitantemente com os atos financeiros da República e do Império no sentido de movimentarem com mais intensidade a riqueza continentina, atuavam fenômenos direta ou indiretamente econômicos, influindo, de modo constante, sôbre o desdobrar dos acontecimentos. Refiro-me, principalmente, à natureza rio-grandense, ao seu clima, à fertilidade do seu solo, à exuberância dos seus prados, que tornaram possível, quando a cultura do trigo desapareceu, roída pela ferrugem, a solução do nosso problema, pela criação do gado em grande escala, com o auxílio do cavalo, que se desenvolvia simultâneamente, ao lado do boi e da ovelha.

Prados a perderem-se de vista, como fenômeno originário; numerosos rebanhos de vacuns e ovinos e fogosas manadas de equídeos, como fenômeno derivado, tornaram

possível o gênero de trabalho peculiar ao Gaúcho, e ao surto dos ideais que o animaram de 35-45.

Sem as coxilhas que se acamam fôfamente para a passagem dos exércitos, em tôdas as direções, como se o próprio campo rio-grandense faça questão de enviar o homem à descoberta de suas recônditas belezas; como se êle mesmo seja uma escola de lealdade; sem o cavalo, cuja fôrça se propõe vencer tôdas as distâncias; sem o boi que nos oferece o mais forte dos alimentos; sem a ovelha que nos fornece todos os agazalhos, como admitir no Rio-Grande um período tão longo de guerra? Como estradas, o lombo das coxilhas, como veículo a carrêta, quasi ciclópica, com rodas de dois metros de diâmetro, cingidas por espessas chapas de ferro de dez centímetros de largura, veículos que eram casas ambulantes, com resistência para dez mil quilos de mercadorias, e espaço para a vida de uma família, puxados a quatro e cinco juntas de bois; como transporte rápido o cavalo nervoso e amigo, capaz de bater todos os recantos do Continente, em poucos dias; como agazalho, senão os tecidos grosseiros urdidos nas estâncias pelas matronas austeras e hábeis, nossas avós, pelas escravas que imprimiam em nossas almas o cunho da ternura e da saudade dos fogões, dando-nos sempre o exemplo do respeito e da obediência, pelo menos as próprias peles dos animais selvagens — das onças, dos servos, dos veados, dos leões-baios, das vacas abatidas só pelo couro, e das ovelhas crioulas, quer enfiados pela cabeça à guiza de ponchos, ou passados em tôrno da cintura, como tanga e tirador, ou por entre as pernas, como chiripá; finalmente, por alimentos o matambre da rês que se abatia num pealo ou num tirão-sêco. Nada faltava, porque às deficiências de todos êsses recursos o gaúcho supria com o luxo das virtudes que despertam, necessàriamente, ao contacto das coisas grandes.

Dominando êsse ambiente, êle se fazia um monarca coroado pelo sol ou um predestinado nas suas vaquianias noturnas, guiado pelos vagalumes que, aos milhões, se acendem diante de seus olhos ou pelas estrêlas que também piscam ensinando-lhe o rumo.

Neste meio aquinhoado pela abundância, rico de recursos para a vida nômade, com o cavalo, a caça acessível, os abrigos, o gado em todos os recantos, foi fácil e é fácil ao Rio-grandense lançar-se numa aventura guerreira; pelo menos muito mais fácil do que em outros territórios mais acidentados, inviáveis ou simplesmente inacessível aos meios expeditos de transporte, pobres de alimentos. Impossível seria em Minas, por exemplo, ou na floresta amazônica um surto coletivo com a mesma duração e com a mesma intensidade. Lá a natureza tirânica pelo clima, pelas febres, pelos obstáculos de tôda a sorte, aniquila o homem, mata-o, antes de consumado o seu ideal, ao passo que aquí, o próprio nomadismo o vai retemperando na adversidade dosada suavemente pela natureza, que se antepõe agruras, sorrí logo adiante, através das suas amenidades. Os rios oferecem vau no verão e no inverno, quando de barranca em barranca se deixam sulcar pelos encontros másculos dos corséis. E o bucéfalo que carrega o gaúcho em terra firme, serve-lhe de piroga veloz no líquido elemento.

Campos empastados e povoados de reses — eis o seu aspecto econômico de paz e de trabalho; campos abertos a todos os ventos e a tôdas as marchas povoadas de manadas — eis o teatro natural para a guerra, o cenário onde precisamente se desenrolou a tragédia farroupilha; eis a natureza que, fornecendo recursos fáceis ao trabalho e ao enriquecimento, prepara implìcitamente os seus habitantes para os grandes lances dramáticos. Mas pesemos bem o que acabamos de dizer.

De modo nenhum asseveramos, nem que as condições naturais do solo crêm necessàriamente uma determinada forma de trabalho, nem que da sua estrutura econômica emanem necessàriamente tais e tais instituïções sociais e políticas; e muito menos que, os da terra diretamente, como pretendem alguns materialistas, ou da economia diretamente, como pretendem os socialistas, ou da sociedade diretamente como pretende Durkhein, surja **ab-ovo** o complexo humano com suas manifestações intelectuais e morais. Não admitimos essa tese nem para o caso rio-grandense, nem para

qualquer outra sociedade; pois que, diante dos surtos disparatados das revoluções humanas, das transformações institucionais de povos diversos em **habitats** análogos, e de um mesmo povo transportando as suas instituïções para ambientes diferentes, parece-nos incontestável que, superior ao fato da matéria existe a unidade da conciência humana, forjada pela fôrça do espírito que informa o homem e modela a natureza às suas conveniências.

Quando Bacon escreveu que **"naturae si non obtemperat, natura non imperat"**, não serviu aos materialistas porque anunciou uma verdade eterna, dessas que escapam ao monopólio de uma doutrina — o homem acaba vencendo a natureza. **"O ambiente exterior não exerce ação modificadora, mas apenas diretiva da sociedade"**, diz Squillace. Sim, amoldar-se à natureza é mais uma prova da plasticidade da condição moral do homem, é apoderar-se de um meio para atingir um fim, é um processo para chegar a um resultado certo, é adaptar, como cabe, a diversos continentes, a mesma e única substância, aquela que preexiste e persiste, desabrochando sempre nas sublimadas vitórias do espírito humano. Essa substância que se desenvolve mais aquí, menos alí, que adquire êsse aspecto além, aqueloutro aquém, obedecendo sempre às condições do meio. Da terra o que sabemos, verdadeiramente, pela observação e pela experiência é que ela nos serve de sepultura — "E's pó e em pó te tornarás".

Quanto ao berço, êste é o colo morno e animado de nossa mãe; quanto ao primeiro alimento é o ar que anda no céu; depois o leite, que vem do ser, da esssência, a respeito da qual nada sabemos, nem lhe conhecemos o princípio. Quando nascemos, somos depositados na terra, como matéria prima, dotada de tôdas as propriedades para o aperfeiçoamento da obra de fealdade ou beleza, em que se esmere o meio circundante. Êste, qual artista, no empenho da obra d'arte pode dar forma à sua criação, mas adstrito, necessàriamente, às imposições da substância da matéria prima — a alma humana —. Do primeiro fogo a luzir e a comburir na terra, guardou-se a reserva para uso da huma-

nidade e para sempre; mas êle procedeu, sem dúvida, de uma faísca do céu.

Que ateie incêndios, que cause horror ou destruïção, que sirva para cozer nossos alimentos e aquecer nossos membros enregelados, restituindo-nos o equilíbrio orgânico, pouco importa ao investigador de sua origem. O caso é que a chispa fontal procede do espaço, como do espaço descende a nossa vida, pelo menos até o momento em que a ciência humana prove com evidência o contrário. Enquanto isso não se der, a atitude mais lógica é a da fé, da crença na revelação que não pretende provar cousa nenhuma. A Revelação afirma a quem quiser tomá-la como verdade. Nisso e apenas nisso consiste a sua sabedoria.

Contesto que pela Mesologia chegue o sociólogo a provar que o lugar tenha feito mais do que diferenciações de qualidades morais e de atitudes físicas preexistentes no homem. Lugar, cenário dos dramas humanos, que já vêm esboçados pelas finalidades imediatas ou mediatas do povo que o habita. Rio-Grande o teatro mais favorável ao desdobramento máximo da pessoa, da sociedade, do povo. Eis tudo para mim. Quando a audácia portuguesa depositou nesse solo, o seu habitante, o seu dono, entregou-lhe a matéria prima, para que com ela, com suas propriedades e qualidades em estado potencial, fizesse um monumento — o Gaúcho. Foi êste portento do mistério das nossas origens em contacto com as materialidades do Continente-de-S.-Pedro que se amoldou a êle para vencê-lo e dominá-lo, como a estátua suplanta o pedestal. Ei-lo, pois, animado pelo fogo de seus corcéis de campo e guerra, jogando, soberanamente, com os elementos ao seu alcance, sôbre um território que é a peanha da sua imortalidade, sob um céu que reflete o fulgor das suas qualidades divinas.

Não, causa nem o ambiente físico, nem a pressão econômica poderiam ter sido daquele movimento. A Mesologia e o Economismo ainda não conseguiram evidenciar essa procedência da totalidade das instituïções e menos ainda do complexo humano. Ao contrário, seria absurda a ilação de que, determinado pela natureza que fazia dêles os ho-

mens mais felizes da terra, ou pela economia que os fazia abastados se lançassem os rio-grandenses numa aventura, que os conduzia fatalmente às provações de tôda ordem e à pobreza; pois que pobres até a indigência ao ponto de aceitarem a caridade dos seus concidadãos ficaram todos os chefes do movimento. E, si o separatismo provisório para voltarem à União Federativa era uma necessidade, também nesse sentido subiam ao arrepio da corrente determinista, do determinismo integral. De fato, quais eram as suas conveniências de Política Econômica? Sem dúvida, conseguir sem peias mercados para as suas riquezas. Entretanto, devastavam as riquezas acumuladas, cavavam fronteiras. A Economia, às vezes, influe tão pouco em certos atos decisivos da história de um povo, que chega a parecer ao investigador um fenômeno nulo, como fator de evolução. Para ilustrar essa asserção temos a independência da Cisplatina, que se fêz recalcando os mais imperiosos interêsses materiais, divorciando irremediàvelmente a Política da Economia. Era e é no Brasil que se encontra o grande mercado para os produtos dessa República, e nunca nos povos da América espanhola que lhe ficam a trasmão e lhe são concorrentes na produção do trigo e da carne. Sobreleva a êsse aspecto de ordem geral, um aspecto de ordem privada, tão interessante quanto o primeiro, qual seja o de estar, então, o seu território quasi na sua totalidade possuído por Brasileiros que também tinham propriedades territoriais na Província-de-S.-Pedro. Nada mais conseqüente seria, se a Economia imprimisse leis à evolução dos povos, do que terem êsses Brasileiros oposto uma barreira invencível ao movimento de emancipação; pois que uma fronteira entre as suas propriedades viria dificultar a sua vida econômica. Entretanto, consolidou-se a independência, com aquiescência de um sem número de Brasileiros que formaram nas fileiras libertadoras, com o mesmo Coronel Fructuoso Rivera, que os comandava como oficial superior do Exército imperial durante o tempo da ocupação. E quantos estancieiros teriam aderido empolgados pelo movimento, com suas pessoas e com seus bens!

E' verdade que houve exceções, mas daqueles que perderam a partida. Uma delas foi a de João Antônio Martins, um dos homens mais ricos do Rio-Grande e do Uruguai, aquele que pensava ir, um dia, de Candiota a Montevidéu por dentro do seu campo, contando avançar como senhor de terras, do Rincão-do-Pereira, que já fica no coração daquele país e onde estava recuado, nesse então, o limite da sua estância, que começava no Município de Bagé. Ao pisar Pedro I a terra rio-grandense, ofereceu-lhe êsse ricaço, avô de Silveira Martins, uma quantia que hoje se pode avaliar em mais de mil contos de réis, tendo em conta a diferença entre o ouro a 67 pence daquele tempo e o ouro a 2 pence de hoje. Si quiserdes apreciar até onde pode ir a conduta lògicamente determinada pelo fenômeno econômico, eu vos adiantarei que êsse mesmo senhor, foi um dos fautores mais influentes na trama política que visou anos depois congregar os países do Quadrilátero, — Rio-Grande, Cisplatina, Corrientes e Entre-Rios — numa nação federada, com a condição de confederar-se ao Império brasileiro e que foi um dos aspectos da política dos farrapos, grandiosa na sua concepção. quanto utilíssima nas suas conseqüências, se chegasse a realizar-se.

Apagar as fronteiras que impedem a circulação das riquezas devia ser o desiderato de todo aquele que pensava em função de sua vida econômica nesta parte da América, e não guerrear, depredar, levantar barreiras. Assim deveriam pensar os rio-grandenses daquele tempo, como ainda pensou Gomercindo Saraiva, em 1894, segundo conta o gal. Estácio Azambuja, seu subordinado de 1893 a 94, cujo sonho era dominar o govêrno do Uruguai, de volta do Paraná, para confederar êsse país ao Brasil; tal a sua conciência econômica de fronteirista que tem haveres dentro daquele Estado e mercado no Brasil. E assim pensam todos os proprietários lá, cada vez que se opõem a que o Brasil erga alfândegas proïbitivas do gado uruguaio. Mas, se essa é a verdade econômica, não é a verdade histórica; porque a Cisplatina se emancipou inteiramente, e o Rio-Grande se reduziu à miséria, batendo-se pela República com a Fede-

ração, mas pela República, preliminarmente. Foram abafados os mais vivos interêsses econômicos, sendo o povo conduzido por fatores mais ativos. No tempo da colônia, processava-se a nossa economia sob o regime do absolutismo; no tempo do império, processou-se sob o pulso férreo de Pedro I, depois sob a ação branda e moderadora de Pedro II; no tempo da República Constitucional e eletiva, a mesma economia se continua processando, sujeita às mesmas instituïções que são implantadas no Rio-de-Janeiro para uso do Amazonas, da Baía, de São-Paulo e do Rio-Grande. Onde está então a influência econômica sôbre as instituïções brasileiras ou rio-grandenses? Não percebo em tudo quanto se afirma das virtudes organizativas da natureza e da economia, senão uma verbiagem que tem por fim atochar uma visão falsa e parcial como verdadeira e total no espírito humano.

Não; superiores à terra em que nos criamos, quasi nada devem as nossas instituïções às formas econômicas que ela nos proporciona.

Foram os ideais que sempre agitaram a mente e o coração dos rio-grandenses, sobretudo na quadra gloriosa de 35-45; ideais estranhos ao meio, a miúdo contrários à economia, os mesmos ideais que sacodem nações inteiras, épocas inteiras; essa mesma fôrça que hoje em nome da economia pretende transplantar espécies sociais exóticas da Rússia para o Brasil, contra tôdas as vozes do determinismo e que se consumará por que o homem foi, é e será livre, si outro ideal mais forte não vier contrarrestá-lo. Comunismo ou quaisquer outros ideais piores ou melhores poderão tornar-se realidades no Brasil, como em outra qualquer parte do mundo, dependendo isso da energia com que forem postos em prática. O homem é livre. Quer por que quer. Mas livre dessa liberdade que só o Cristianismo pode reconhecer e ensinar. O homem é livre, dessa liberdade que permitiu aos gaúchos esquecerem o interêsse econômico durante dez anos, e lhes deu fôrças para desenvolverem ao máximo as suas vontades, nesse ambiente propício ao surto

das grandes qualidades humanas, e apto para fazer ainda dêsse mesmo povo graças a uma escola adequada de virtudes, de equilíbrio de bom senso, um dos mais perfeitos povos da terra.

PARECER

sôbre a tese "O FENÔMENO ECONÔMICO DA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS", do dr. Félix Contreiras Rodrigues.

Divide o autor dessa notável tese o seu trabalho em três ordens de fatores econômicos que estuda para chegar às conclusões que êles determinam: — Fatos econômicos precedentes, concomitantes e permanentes.

Na primeira ressalta o onus que pesava sôbre os habitantes do Continente, aos quais cabia sempre os postos das linhas avançadas nas guerras que se sucederam desde a primeira Demarcação de Limites, dirigida por êsse grande coordenador que foi Gomes Freire de Andrada, até às convulsões internas da atualidade. E observa com verdade que coube à cada geração de rio-grandenses, nesse largo período de lutas, ser chamada pelo menos três vezes às armas, na defesa da integridade territorial da Pátria ou na das ideologias pelas quais tem combatido a nossa gente.

Dessas contínuas refregas decorrem profundos desequilíbrios na balança econômica do Rio-Grande. Cada luta determina a baixa da produção e a elevação do consumo, pois a guerra estanca as fontes produtoras "sôbre consumir o que foi produzido no tempo da paz". Mas, essa mesma contingência transforma o trabalho num capital de outra espécie e de mais valor. "Nas suas privações constantes, diz Contreiras Rodrigues, na sua pobreza habitual, o Rio-grandense retemperou qualidades que faltam aos povos amolecidos pelo bem estar".

Em páginas que exprimem grandes verdades históricas, abre-nos o panorama da vida imposta pela luta aos filhos

do Rio-Grande e aos seus sacrifícios dêles para manterem-se em constante vigília, na defesa da terra. Inicialmente o Rio-Grande foi um povo de pastores-soldados.

A penetração e fixação de seu território, que foi até 1730, a "terra de ninguém", é uma conseqüência de caráter econômico; a posse do gado que, em grandes manadas alçadas, constituídas por milhões de cabeças, desafiava as ambições quer de portugueses quer de espanhóis. Um fenômeno interessante aí se observa. Quando em outras regiões do país o homem ia à frente do gado, estendendo, com os currais, as largas passadas da civilização, no Rio-Grande, era o gado, deixado por mais de meio século pelos jesuítas das Reduções, que chamava o homem e aguçava-lhe a vontade de penetrar a terra quasi desconhecida, para se apropriar dêle.

E surgem daí as primeiras estâncias que tinha de ser, por fôrça das próprias circunstâncias, verdadeiros acampamentos. A cultura do trigo se estabelece com a entrada dos primeiros casais açorianos que se disseminam por tôda a região circunscrita pela bacia oriental do Jacuí primeiro, para depois, rumando para o sul, atingir às vertentes setentrionais do Camaquã. Ponderável êsse fator que determina logo modificação essencial nos costumes e economia do Rio-Grande. Basta assinalar que em 1750, quando entram os primeiros casais de açorianos no Rio-Grande, a população dêste era menos de duas mil almas. (brancos). No meio século que decorre até 1800 recebe o Continente mais de dois mil casais que representa, com filhos, etc., um contingente superior a dez mil pessoas. Povo de agricultores dedica-se especialmente à produção do trigo que, em breve, atinge às colheitas magníficas que o autor desta tese regista com dados estatísticos. Mas, seduzidos pelas contingências do meio, pela vida heróica dos primeiros povoadores, aventureiros soldados, os próprios açoritas adaptam-se aos novos costumes, e vão ser também criadores de gado.

Vemos, assim, em Rio-Pardo, Cachoeira, Encruzilhada, etc., estenderem-se as estâncias de açoritas. A primeira geração já é constituída de continuadores dos heróicos guer-

reiros que receberam o choque dos primeiros embates castelhanos. E o filho do casal bisonho, já afeito aos amanhos do gado, é também o soldado magnífico que se confunde na sua bravura com os primitivos defensores da terra.

Causas múltiplas determinam o decréscimo da produção. E entre estas, asfixiante, é a imposição do fisco. Outra é a apropriação pelo govêrno dos produtos dos agricultores. Deu-se isso com o trigo e com o linho-cânhamo. E tal foi o horror dos pobres casais por esta última lavoura que, propositalmente, para evitar de cultivá-la, passavam as sementes por água fervente afim de que não frutificassem, evitando um trabalho incessante que lhes roubava o tempo para a cultura de outros cereais de primeira necessidade, quando era certo que o linho e o trigo lhes eram tirados sob o regime do "calote oficial".

Talvez mais esta circunstância, como se deu no linho, do que a própria ferrugem, determinasse a queda da produção do trigo.

E, como bem observa Contreiras Rodrigues, as garras do fisco, a exploração do Contratador, foram causas também determinantes do descrédito da lavoura rio-grandense. Francisco João Róscio quando, em 1801, assume as rédeas do govêrno põe na cadeia um contratador por inexação do cumprimento de seus deveres funcionais e por excesso de cobrança de dízimos.

Estuda Contreiras Rodrigues a população do Continente, a sua exportação, detalhando os produtos que mais se salientavam nas nossas pautas de produção. E mostra, também, as inconveniências decorrentes da falta de transportes que estiolam as iniciativas mais úteis.

Entre os fatos econômicos concomitantes, observa os pesados orçamentos provinciais, cujas arrecadações não tinham aplicação local, evadindo-se para beneficiar outras províncias do Império. Faz um confronto entre a receita e a despesa da Província, para mostrar o onus que pesa no decênio farroupilha sôbre os rio-grandenses e estabelece um paradigma com as finanças da República, que estuda detalhadamente.

Exalta a administração de Almeida, a sua organização, os recursos que foi mister lançar mão para dar real existência à República, aspecto admirável de obra de verdadeiro estadista. Ressalta com precisão os dois fatos mais notáveis dessa administração financeira: o empréstimo de trezentos contos e o recolhimento do cobre.

Quanto aos fatos econômicos permanentes, estuda o meios físico, o desenvolvimento da pecuária, o homem. Êste, como conseqüência natural do meio, desenvolve as suas atividades guerreiras. E nos mostra, a pinceladas largas, sua sobriedade, seu caráter, usos e costumes, que acentuam a diferenciação que o distingue de seus irmãos do norte.

Observa as condições mesológicas e sua influência na psicologia gaúcha. E conclue que o rio-grandense, esquecendo seus próprios interêsses econômicos, durante dez anos se bateu por princípios ideológicos mais elevados do que os de ordem econômica, porque condiziam com a sua aspiração precípua — a liberdade, de que foram os máximos paladinos.

Longe de nós, querer sintetizar, neste rápido bosquejo, o trabalho do dr. F. Contreiras Rodrigues. Sociólogo, tem êle a alta visão dos acontecimentos determinantes dos fenômenos econômicos e sociais, que observa com justeza para chegar a fatos concretos. E' pena que só agora se haja iniciado a publicação de documentos necessários à elucidação dêsses complexos problemas. E é de admirar o esfôrço dos nossos sociólogos para chegar a conclusões precisas, quando tudo nos escasseia, pois ainda não estão de todo carreados os blocos documentais que devem servir para alicerçar a grande obra de sociologia que os nossos estudiosos, como o emérito autor desta tese, podem construir sôbre bases duradouras e indestrutíveis.

Com nítida compreensão dos mais subtís fatores que vão determinar o surto do grande anseio de liberdade, que é o movimento de 20 de setembro, formula o autor uma série de fatos predisponentes, concomitantes e permanentes que preparam, envolvem e encaminham o acontecimento nacional, que nada mais foi do que um elo dessa grande

cadeia do revolucionarismo brasileiro que tem suas origens através dos tempos. Propiciado pelo meio físico, pelas condições especialíssimas da formação étnica rio-grandense, alimentado por fatores vários, que a tese detalha e aponta êsse movimento insurreicional superou a todos os outros, polarizando a ideologia republicano-federativa, única fórmula então compatível com as aspirações nacionais. E é a essa grande lição, que atua na conciência em formação do povo rio-grandense, dando-lhe uma feição própria, e tornando-o vanguardeiro de princípios superiores, hauridos em luta gigantesca; — é a essa lição que o dr. Félix Contreiras Rodrigues dá mais brilho com estas páginas magníficas de clareza e profundos conceitos, tornando-a acessível a todos os que quiserem se abeberar das fontes inexauríveis da verdade.

Sala das Comissões, Pôrto-Alegre, 5 de outubro de 1935.

(as.) **Aurélio Pôrto,** relator.
Valter Spalding.
J. O. Pinto Soares.

RECURSOS FINANCEIROS DA REPUBLICA DE PIRATINI

Desembargador Florencio de Abreu

I

CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES

Na grande revolução farroupilha há uma cousa que se vê e outra que hoje se não vê. O que se vê é o heroísmo da raça, a resistência maravilhosa do homem, a ação incoercível dos ideais políticos, — pela liberdade com a república e pela autonomia com o regime federal —; vê-se o ímpeto fulminante das cargas, o tumulto dos entreveros, o drama espetacular das batalhas, — Seival, Fanfa, Rio-Pardo, Laguna, Santa-Vitória, Taquarí, Ponche-Verde, Porongos. . ., num prélio memorável e desigual, que devia durar quasi dez anos. O que hoje, porém, se não vê, ou se entrevê apenas, é o esfôrço silencioso, mas hercúleo e necessário, para a obtenção dos recursos materiais imprescindíveis à administração civil do Estado e à sustentação da guerra, nessa obra sobrehumana de vestir, alimentar, armar, municiar e mobilizar as tropas da República.

Que o nervo da guerra é o dinheiro, já na antiguidade o reconhecera Tácito, — conceito que modernamente o marechal Trivulce, com ênfase, repete: "Trois choses sont necessaires pour bien faire la guerre: la première, de l'argent; la seconde, de l'argent; la troisième, de l'argent". Ora, como obtivera a República tais recursos, quer para manter a máquina do Estado, quer para sustentar tão prolongada luta? — E' justamente a pesquisa dêsse como (quão árduo e por vezes angustioso!) que vai constituir o objeto dêste

trabalho, e, que, sem dúvida, pelo seu interêsse, mereceria mais desenvolvido e acurado estudo. Como quer, porém, que fôsse, seria difícil fazer obra perfeita e sem falhas; e para comprovar o asserto basta assinalar êste fato: Depois de transpor o São-Gonçalo, à frente de 1.400 homens, Calderon, a marchas forçadas e sem encontrar quem o detivesse, entra quasi de surpresa, na tarde de 21 de março de 1840, na capital do Estado, Caçapava. O govêrno consegue pôr a salvo o que havia de mais precioso; porém todo o arquivo do Tesouro foi queimado: livros diário e razão, livro-mapa de letras, fôlhas militar, civil, de pensões, de operários, livros de despesas miúdas, de receita e despesa do Tesouro, de registo de **conhecimentos** e tôda a documentação existente no arquivo, já escriturada ou por escriturar. [1])

Sem hesitação, pode-se desde logo afirmar que o organizador por excelência dos elementos materiais de que carecia a novel República para poder manter-se foi Domingos José de Almeida, "admirável compleição de estadista, de patriota e de puritano", ministro das finanças durante quasi tôda a vida da República. Era natural de Tijuco, bispado de Mariana, província de Minas-Gerais; mas, domiciliando-se antes da Independência na então vila de São-Francisco-de-Paula, hoje cidade de Pelotas, alí dedicou-se à indústria, constituíu família, e identificou-se com o meio, afeiçoando-se à vida gaúcha. Se Bento Gonçalves fôra o grande animador, o chefe do movimento liberal, Almeida deve ser considerado, com justeza e justiça, como bem opinou o penetrante espírito de von Kozeritz, "o cérebro da Revolução". [2])

Antes de abordar a matéria dêste ensaio, cumpre advertir que lhe fica fora do âmbito a fase primeira do movimento revolucionário, — a que vai de 20 de setembro de 1835 à queda de Pôrto-Alegre nas mãos dos imperiais, ou, mais precisamente, até à capitulação do Fanfa em outubro de 1836. Durante aquele período, a Província ficara integralmente na posse dos insurretos, com todos os seus recursos

---

1) **O Povo**, n.° 152, de 8 de abril de 1840.
2) **Apud** Aurélio Pôrto, **Proc. dos farrapos**, vol. I, pág. 410.

financeiros, o Tesouro, as coletorias, as alfândegas, os arsenais, os grandes mercados de abastecimento. Daí em diante, porém, aniquilado o exército de Bento Gonçalves, consumidos ou perdidos os seus recursos bélicos, retomadas a capital, a importante cidade litorânea do Rio-Grande e a vila, que lhe fica fronteira, de São-José-do-Norte, inicia-se o formidável esfôrço no sentido de reparar tão consideráveis perdas e de organizar-se a vida da incipiente República. exigindo tôda a sorte de sacrifícios dos cidadãos do novo Estado, nas suas pessoas e nos seus bens. E' o que confirma Almeida nesta passagem da sua "Reclamação", dirigida à Comissão liquidadora das dívidas contraídas em virtude do movimento revolucionário. [3]) "Com a ocorrência de 15 de junho de 1836 que pôs a capital da Província em poder dos nossos antagonistas, forçoso foi a cada um de nós, além de nossos serviços pessoais, concorrer com a quota que nos foi possível agenciar para obter objetos bélicos e todos os meios de prosseguir na emprêsa em que nos achávamos empenhados". E' esta uma das belas páginas do ciclo farroupilha, edificante exemplo de sublimado civismo, que em capítulo especial será pôsto em devido destaque.

E pôsto se subentenda, não é de mais, todavia, fique preliminarmente firmado que a condição fundamental das possibilidades de resistência do Rio-Grande, por tão dilatado tempo, contra todo o Império, residiu sem dúvida na sua opulenta vitalidade econômica. Sôbre nêle medrar, atenta a sua latitude, grande parte dos produtos agrícolas da Europa, como notava Soares de Andréa, é de particularmente salientar-se que para 200.000 habitantes, existiam na Província cêrca de 5.000.000 de bovinos, 1.000.000 de equinos, além de numerosos rebanhos de carneiros. Era também notável a criação e famoso o comércio de muares com as Províncias de São-Paulo e Minas-Gerais, comércio que não se interrompeu durante o ciclo farroupilha. Ora, a pujança da terra entretinha a resistência do homem. E,

---

3) Documento existente na Biblioteca Nacional.

como das estâncias hauria o Estado a quasi totalidade dos recursos para nutrir a guerra, já nos últimos tempos da República, exhaustas as estâncias, se foi dignificante atender o farrapo ao apêlo da Pátria Maior contra a ameaça estrangeira, a continuação da luta se tornaria um sacrifício superior à fôrça humana.

II

GUERRA ALIMENTADA PELA GUERRA

Como se procede em tôdas as guerras, os farrapos usaram do método de alimentar a guerra pela própria guerra, isto é, à custa do adversário. Para êsse efeito, lançaram mão de três processos: a presa militar; o côrso; o confisco, em casos restritos.

1. — Pôsto que em alguns casos os farrapos se vissem em aflitiva situação, como na capitulação do Fanfa, em que perderam tôda a munição e grande cópia de armamento, com freqüência, porém, forneceram-se à custa dos próprios imperiais. O chefe legalista Silva Tavares chegou a granjear o título grotesco de **armazém dos farrapos,** tanto se forneciam estes a expensas das infelizes operações daquele. 4) — Em princípios de 1837, a vila de Caçapava era o ponto em que se encontrava, pela sua posição estratégica, todo o depósito bélico de campanha dos imperiais; e, com a ocupação dêsse reduto por Antônio Neto e João Antônio em 8 de abril daquele ano, ficaram em poder da República, além de tôda a munição, 15 peças de artilharia e mais de 400 armas de infantaria. 5) — Na derrota que o major Joaquim Mariano Aranha infligiu às fôrças de João Lourenço Oliveira e Juca Grande em setembro de 1838, lhes foi tomada tôda a cavalhada, inclusive muitos cavalos ensilhados, bem como todo o armamento, inutilizando-se em conseqüência as reüniões dos legalistas que

---

4) Assís Brasil. **A guerra dos farrapos,** pág. 157.
5) Comunicado de Neto, de 8-IV-1837.

estavam em formação desde a região do Pinhal e Mundo-Novo até às Três-Forquilhas. [6]) — Com o memorável insucesso das armas imperiais em Rio-Pardo e conseqüente ocupação dessa vila pelos republicanos em 30 de abril de 1838, a presa de guerra arrecadada por estes foi avaliada em 3.000.000 de cruzados. [7]) O exército imperial foi virtualmente destruído e, não houvesse encontrado Neto a sua Cápua em Rio-Pardo, como dissera Bento Gonçalves na intimidade, outro rumo provàvelmente tomaria o curso da história. [8]) — Vultosa foi a presa de Lages, a que se veio "adir o imenso material de guerra que o exército imperial foi semeando pelos caminhos e os farrapos recolheram a seus depósitos". [9])

Grande cópia de exemplos de menor monta poderíamos trazer à coleção, mas, parece, são estes suficientes para pôr em relêvo a importância desta fonte de recursos dos farrapos. Sem dúvida, sob tal aspecto, mereceria especial evidência a tomada da Laguna por Canabarro em 22 de julho de 1839, pois viram-se os republicanos senhores de 4 escunas de guerra, 14 embarcações mercantes, 463 carabinas, 15 canhões, 30.620 cartuchos embalados e muitos outros artigos bélicos deixados pelos imperiais. A essa opulenta seara, acrescentou-se ainda um carregamento avaliado em mais de cem contos de réis, apreendido em Imbituba a bordo de uma sumaca, que havia partido com antecedência de Laguna, levando o que de mais rico em mercadorias possuíam os negociantes dessa vila. [10]) — Infelizmente, porém, para as armas republicanas, com a precipitada retirada de Canabarro em conseqüência da derrota de 15 de novembro, quasi todo êsse material foi perdido.

2 — A República instituíu o côrso contra o comércio do Império, por alvará de 12 de novembro de 1836. Êsse

---

6) **O Povo**, n.° 11, de 6-X-1838.
7) Varela, **op. cit.**, vol. IV, pág. 150.
8) Varela, **op. cit.**, vol. IV, págs. 156 e 157.
9) Varela, **op. cit.**, vol. V, pág. 322.
10) Henrique Boiteux, **A Repúbl. de Santa-Catarina**, pág. 125.

alvará foi revigorado por Decreto de 1.º de setembro de 1838, pela conveniência "de fomentar a criação do côrso de alto mar, afim de animar e conseguir empreendedores, protegê-los em suas arriscadas e dispendiosas incursões, manter o decôro do pavilhão da República Rio-Grandense, e dar com êsse legal e potente meio de hostilidade, o último e seguro garrote ao imoral govêrno do Rio-de-Janeiro". [11]) — Regulando a medida, assim dispôs o citado Decreto de 1838:

> Art. 1.º — O govêrno da República Rio-Grandense protege com todos os meios ao seu alcance o côrso, que em seu nome se destinar contra o govêrno e súbditos do Império-do-Brasil.
>
> Art. 2.º — A proteção de que trata o artigo 1.º será efetiva:
>
> § 1.º — nas embarcações de guerra que para êsse fim se vão armar;
>
> § 2.º — na indenização da perda do corsário.
>
> . . . .
>
> Art. 4.º — Para a compra das embarcações de que trata o § 1.º do art. 2.º, seu armamento e equipamento, fica autorizado o Ministro da Fâzenda a contrair um empréstimo onde melhor convier, sob condições e garantias estipuladas no Decreto de 29 de maio de 1837. [12])
>
> Art. 5.º — Da importância das presas feitas pelos corsários se deduzirão 25 % para amortização gradual do empréstimo, e assim também 5 % da importância das presas feitas pelos corsários competentemente autorizados.

Logo depois da publicação dêsse Decreto, isto é, a 4 do mesmo mês, as embarcações de guerra da República — **Rio-Pardo e Independência** — aprisionaram apenas com alguns

11) **O Povo**, n.º 9, de 29-IX-1838.
12) Vide Capítulo IV.

tiros de espingarda, a barca **Mineira** ao norte de Bojurú. O evento, "que produziu imenso abalo nos círculos monárquicos, igual gerou na esfera revolucionária, tanto pelo que representava como estréia da fôrça naval do Estado rio-grandense, quanto porque a sua primeira captura mui valiosa foi: a embarcação vinha pejada de mercadorias". [13]) Trazia ela: "500 barricas de farinha de trigo; 1 caixinha com encomendas; 1 dita com objetos de cirurgia, 1 garrafão com aguardente de França; 20 caixas de fôlhas de Flandres, 10 barricas com salitre; 4 ditas com bolachas; 5 caixões com fazendas; 4 ditos com goiabada; 8 fardos com fazenda; 101 jacás com toucinho; 26 sacos com arroz; 20 ditos com feijão, e 40 ditos com milho". [14]) Neste caso, a importância das presas foi dividida em oito partes, rateadas da seguinte forma, em atenção à relevância do importante serviço prestado pelas fôrças navais da República: quatro partes para o Tesouro, uma para o capitão-tenente José Garibaldi, como comandante da expedição, outra para os oficiais que o acompanharam e a duas restantes para os indivíduos da tripulação. [15])

Segundo o nosso encarregado de negócios em Montevidéu, Manuel de Almeida Vasconcelos, o govêrno rio-grandense já havia expedido seis cartas de côrso antes da promulgação do decreto de 1.º de setembro de 1838. No 3.º volume do **Processo dos Farrapos** encontra-se reproduzida uma destas cartas, datada de 14 de novembro de 1836 e assinada pelo general João Manuel de Lima e Silva, comandante em chefe do exército em operações.

O côrso careceu de importância como fonte de recursos para a República, quer pela vigilância exercida pelas fôrças navais do Império nas águas interiores, quer pela ausência de um pôrto exterior acreditado para a recepção das presas.

3 — o seqüestro dos bens dos "inimigos da pátria" foi

---

13) Varela, **op. cit.**, vol. IV, pág. 230.
14) **O Povo**, n.º 7 de 22-XI-38.
15) **O Povo**, idem.

decretado em 11 de novembro de 1836. Ulhôa Cintra, Ministro do Interior, que o alvitrara, inspirou-se no exemplo de José Bonifácio, que induzira o príncipe D. Pedro e o convencera a assim proceder em 1822, quanto à propriedade dos "portugueses inimigos da independência". [16]) — Em seu preâmbulo, o decreto justificava essa medida violenta pela necessidade que tinha o govêrno de tomar tôdas as providências que julgasse acertadas para tornar efetiva "a segurança e respeitável defesa do país" e privar quanto possível o inimigo dos meios e recursos com que tentava "tiranizar os seus habitantes, para sustentar o seu pueril orgulho". [17])

Eram considerados súbditos do Império e, como tais, declarados "inimigos da pátria": todos os brasileiros residentes nas diversas Províncias do Brasil; os habitantes do território da República, que, oculta ou abertamente, hostilizavam "a causa da independência"; os que estivessem nas praças ocupadas pelo inimigo, se dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data do decreto, não se apresentassem ao govêrno da República. — Segundo dispôs o mesmo ato legislativo, deviam ser postos em hasta pública ou vendidos por conta do Estado: tôdas as mercadorias existentes nas alfândegas, povoações e casas particulares do Estado; tôdas as mercadorias, ou sua importância, pertencentes aos súbditos do Império, e que se achavam em poder dos cidadãos da República; todos os prédios rústicos e urbanos, que estivessem nas mesmas circunstâncias; "os gados, animais, muares, cavalares, escravos, móveis, embarcações ou parte delas", que também pertencessem aos súbditos do Brasil. [18]) Facultava-se, entretanto, a restituïção dos bens aos que se apresentassem ao govêrno dentro de sessenta dias; ou pagava-se-lhes uma indenização eqüivalente ao valor dos bens confiscados, caso tivessem sido já vendidos ou arrematados. [19])

---

16) Varela, **op. cit.**, vol. III, pág. 157.
17) **O Povo**, n.° 17, de 27-X-38.
18) Decreto de 11-XI-1836, art. 1.° e 2.°.
19) Decreto cit., art. 3.°.

O decreto de 11 de novembro de 1836 não compreendera em suas disposições os rio-grandenses que se encontravam no território da República do Uruguai e, por outro lado, ao estabelecer o prazo de sessenta dias para a apresentação dos súbditos do Brasil ao govêrno de Piratiní, não atendera convenientemente às grandes distâncias que separavam o território da República de muitas das Províncias do Império. O govêrno republicano baixou, então, o decreto de 5 de abril de 1837, corrigindo os apontados inconvenientes. Compreendeu os rio-grandenses homisiados no Uruguai, prorrogou por mais sessenta dias o prazo anteriormente estabelecido e os espaçou ainda mais, proporcionalmente às distâncias, para os residentes da Baía para o norte. [20])

No sentido de facilitar a execução dêsses decretos, precìpuamente no que concernia ao arrendamento dos bens, Domingos de Almeida, Ministro da Fazenda, expediu o Aviso de 13 de agôsto de 1838, criando para êsse efeito uma comissão na sede de cada município, composta do juiz municipal, do presidente da Câmara, do chefe de polícia, do juiz de paz, do coletor e do procurador fiscal. A essas comissões incumbiu o trabalho de proceder ao arrolamento "das propriedades incursas nas disposições dos referidos Decretos"; e à proporção que se iam ultimando êsses arrolamentos, as propriedades eram postas em arrendamento, mediante público leilão, a quem maior lance oferecesse, preferindo-se o licitante **que maior soma adiantasse.** [21])

Em virtude da severa medida, muitas das pessoas por ela atingidas apresentaram-se ao govêrno da República. Foram fraternalmente acolhidas e, de acôrdo com a promessa da lei, receberam as suas propriedades. Entretanto, a despeito do fraternal acolhimento, algumas daquelas pessoas regressaram para o inimigo "logo que simuladamente venderam ou arrendaram os bens recebidos, abusando dessa

---

20) **O Povo,** n.° 17, de 27-X-1838.
21) **O Povo,** n.° 17 citado.

maneira revoltante, das solicitudes do mesmo govêrno", a quem presumidamente continuaram a hostilizar. [22]) — Em vista de tão grave proceder, prescreveu o decreto de 28 de dezembro de 1838 que aos apresentados do inimigo bens alguns lhes seriam restituídos, sem que exibissem certidão de terem jurado defender a independência do Estado e obedecer às leis e às autoridades constituídas; e, se depois de apresentadas, não permanecessem, por si ou filho seu, residindo em suas propriedades, se procederia ao seqüestro das mesmas.

Antes, aliás, de oficializado o confisco dos bens dos "inimigos da pátria" pelo decreto de 11 de novembro de 1836, arrecadaram os farrapos grossos cabedais na cidade de Pelotas. Perdida a capital da Província e derrotadas as fôrças de Bento Gonçalves na batalha da ilha do Fanfa, resolveram abandonar aquela cidade; mas, antes de retirarem-se, "pejaram de couros vacuns e outros valores seis hiates, que, postos na conserva de duas canhoeiras e uma lancha artilhada, velejaram direito a San Servando, pôrto oriental no rio Jaguarão". Contavam os republicanos com a proteção de Oribe, simpatizante com a causa dos rio-grandenses. A providência, porém, nenhum resultado surtiu: à pressão das reclamações de Araújo Ribeiro, presidente da Província, ao govêrno do Uruguai por intermédio da legação brasileira em Montevidéu, Oribe, depois de tergiversar, afinal cedeu. Foram restituídos os navios e a carga. [23])

Cumpre, porém, reconhecer que foi à custa das fazendas do inimigo, sobretudo do seu gado, que a República hauriu grande parte dos recursos para a sustentação da guerra. Não eram de outra origem, em regra, as "vultosas e valiosas" tropas de gado que foram endereçadas a Frutuoso Rivera, em troca de copiosos fornecimentos de fardamento, armamento e munição para o exército; tanto as-

---

22) **O Povo**, n.° 36, de 2-1-1839.
23) Varela, *op. cit.*, vol. III, págs. 406 e 409.

sim que, em fins do ano de 1841, reconhecia Almeida que a República atravessava a maior crise que talvez houvesse sofrido desde o comêço da Revolução, pois os recursos dos gados das propriedades inimigas estavam exhaustos e o pequeno número de couros de consumo "para nada chega". [24])

III

ORGANIZAÇÃO FISCAL

Uma das primeiras preocupações do espírito previdente e próvido de Domingos de Almeida, logo depois de instalado o govêrno da República, foi a organização do aparelho fiscal. E de tal sorte se houve nessa difícil emprêsa, no meio das árduas conjunturas da guerra, que **O Povo,** em seu número de 22 de setembro de 1838, podia celebrar o auspicioso fato com estas expressivas palavras: "Ao estrondo do canhão, o govêrno tem com proveito organizado um regular sistema de arrecadação das rendas do Estado, que ocorrido há já a minorar as privações do exército, e promete socorros além da expectativa".

A repartição central era o Tesouro, com sede na capital do Estado e dirigido por um Inspetor Geral, cargo êsse que foi desempenhado por Serafim dos Anjos França. Funcionavam anexos ao Tesouro o respectivo Tribunal, sob a presidência do Ministro da Fazenda e a Caixa de Amortização. Subordinadas ao Tesouro, encontràvam-se as seguintes coletorias, instaladas nas sedes de municípios e noutros lugares determinados pelas circunstâncias da guerra: São-Borja, Alegrete, Itaquí, São-Gabriel, Rio-Pardo, Cruz-Alta, Triunfo, São-João-de-Camaquã, Dôres-de-Camaquã, Boqueirão, Caçapava, Cangussú, Piratiní, Jaguarão, Candiota, Herval, Santana-do-Livramento, Santa-Maria-da-Bôca-do-Monte,

---

24) *Apud* Varela, op. cit., vol. V, pág. 362.

Cachoeira, Bagé e Santa-Vitória. [25]) — Sôbre esta última, recomendava o Ministro da Fazenda, em 1.º de outubro de 1838: "A (coletoria) de Santa-Vitória deve continuar, não só para verificar a identidade dos despachos feitos na Cruz-Alta, como para despachar os animais introduzidos pelas diversas picadas, que alí vão ter, os que seguem dos distritos de Cima-da-Serra e os que partem dos campos de Vacaria". [26])

Em 14 de agôsto de 1838, o Govêrno baixou o Regulamento das coletorias. E, "suposto se tenha dado forma regular e sistemática às coletorias do Estado", observava no referido mês de outubro de 1838 o Ministro da Fazenda que tal era "o desleixo que ainda se observa na maior parte delas que o govêrno em vez de ter encontrado com a base a que se propôs quando mandou executar o dito Regulamento, para com segurança desenvolver os meios de sustentar a mais justa das guerras, sem míngua do crédito nacional e do direito de propriedade, teve de lutar com interpretações forçadas a êsse Regulamento e com dúvidas de propósito suscitadas, ou para colorir distribuições de quantias sem ordem que as autorizasse, ou para retardar as remessas dos balancetes que se exigiram". Para opor óbice a êsses inconvenientes, resolveu então o govêrno criar as **coletorias gerais,** de que tratava o art. 43 do aludido Regulamento, sendo nomeados coletores gerais por portaria de 1.º de outubro de 1838: major **Antônio Vicente da Fontoura,** das coletorias de Cachoeira, Rio-Pardo, Caçapava, São-Gabriel, Santa-Maria, Cruz-Alta e Vacaria; **Joaquim dos Santos Prado Lima,** das coletorias de São-Borja, Itaquí, Alegrete e Santana-do-Livramento; e **Antônio Enes Bandeira,** das coletorias de Triunfo, Viamão e Santo-Antônio-da-Patrulha (comarca abrilina).

---

25) Não confundir com Santa-Vitória-do-Palmar de Lemos, à margem da Lagoa-Mirim. Trata-se do antigo registo, estabelecido pelo fisco de S. Majestade à margem esquerda do Pelotas, para a fiel arrecadação das taxas de saída do gado cavalar e muar da Capitania-d'El-rei para a feira de Sorocaba.

26) **O Povo,** n.º 14, de 17-X-1838.

Na mesma ocasião, foi recomendado aos coletores gerais que fizessem cumprir sem demora o Regulamento pelas coletorias que lhes eram respectivamente subordinadas, "podendo para êsse efeito suspender os coletores que menos aptos julgar ao desempenho dos seus deveres, bem como provisòriamente nomear homens de confiança pública". Determinou-se-lhes ainda fiscalizassem severamente "se as quantias dadas foram justamente despendidas naquilo para que se destinaram" e não consentissem em despesa alguma sem ordem por escrito do Inspetor do Tesouro, ou dos generais Antônio Neto e Bento Manuel Ribeiro, podendo suspender o coletor infrator imediatamente. [27]) — Posteriormente, nomeou-se o cidadão Francisco Moreira da Silva coletor geral das coletorias da comarca de Piratiní. — Em março de 1840 foram, porém, dispensados os coletores gerais, por desnecessários os seus serviços, visto como "se achavam sofrìvelmente organizadas as coletorias do Estado". [28]) — E, para não distrair o pessoal das coletorias dos seus misteres, a circular de 28 de novembro de 1838 do Ministro da Guerra, José da Silva Brandão, determinou que ficavam isentos de todo serviço militar os empregados do fisco.

Em 1840, era esta a estimativa dos rendimentos líquidos de um ano nas diversas coletorias da República: [29])

Alegrete	43:519$221
Santa-Vitória	20:845$720
Bagé	20:525$388
São-Borja	16:163$364
Piratiní	12:733$079
Herval	12:572$536
Triunfo	9:320$951
Cruz-Alta	6:924$072
Setembrina	6:422$258

27) Vide **O Povo**, n.° 14, de 17-X-1838.
28) **O Povo**, n.° 148, de 7-III-1840.
29) Idem, idem.

Candiota	4:091$752
Caçapava	2:271$213
Jaguarão	2:387$283
Rio-Pardo	1:986$528
Cachoeira	1:786$578
Santa-Maria	1:678$798
Cangussú	1:030$881
Santana-do-Livramento	14:365$900
Itaquí	10:689$516
Dôres-de-Camaquã	4:826$696
São-João	1:736$840
Boqueirão	2:145$660
São-Gabriel	4:297$352
Santo-Antônio	3:639$130

O quadro acima representa uma simples estimativa. Quanto à renda efetiva, o único quadro estatístico, que nos foi possível obter, é o que abaixo se segue:

São-Borja, abril de 1838 a janeiro de 1839 . .	15:326$847
Alegrete, agôsto de 1837 a fevereiro de 1839	51:331$937
Itaquí, outubro de 1838 a janeiro de 1839 . . .	4:005$937
São-Gabriel, ... até 5 de dezembro de 1838	1:432$466
Santa-Vitória, . . até fins de setembro de 1838	10:367$750
Rio-Pardo, agôsto a novembro de 1838	1:133$894
Cruz-Alta, de maio a outubro de 1838	2:658$060
Triunfo, julho de 1838 a fevereiro de 1839 . .	2:368$641
São-João, outubro de 1838 a janeiro de 1839 . .	508$481
Boqueirão, ... até julho de 1838	480$740
Dôres, setembro de 38 a janeiro de 1839	2:029$227
Caçapava, setembro a outubro de 1838	528$770
Cangussú, junho de 1838 a janeiro de 1839 . .	582$910
Piratiní, julho de 1838 a janeiro de 1839	10:605$434
Jaguarão, março de 1838 a janeiro de 1839 . .	2:145$092
Candiota, setembro de 1838 a janeiro de 1839	1:552$506
Herval, abril de 1838 a janeiro de 1839	7:939$430
Sant.-do-Livramento, nov.° a dezemb.° de 1838	3:305$537

Santa-Maria-da-Bôca-do-Monte	?	326$975
Cachoeira	?	822$117
Bagé, junho de 1838 a janeiro de 1839		9:335$692
Total		128:694$864

Dêsse total, foram gastos com o pessoal e material de serviço 22:408$770; pelos diversos comandantes de fôrças do exército 66:747$582; e o restante com outras despesas do Estado.

Entre os impostos cobrados pelas repartições fiscais, contavam-se os de importação e exportação. Daqueles, eram a princípio isentos todos os gêneros importados do Estado Oriental, Entre-Rios, Corrientes e Buenos-Aires; mas, por decreto de 4 de abril de 1838, o govêrno de Piratiní, "querendo aliar os interêsses das nações vizinhas com os dos cidadãos do Estado e mais ainda com os do Tesouro Público", aboliu a isenção e estabeleceu a taxa **ad valorem** de 10 %, segundo as avaliações mensais, de acôrdo com os preços do mercado, sendo, porém, de 20 % o impôsto sôbre as bebidas espirituosas. [30])

A exportação, especialmente de couros e gados, canalizava-se para a República-do-Uruguai e São-Paulo (pelo entreposto fiscal de Santa-Vitória). Fazia-se ainda para a própria cidade do Rio-Grande, **ex vi** do decreto de 27 de dezembro de 1838, que facultara o comércio de gado de corte para aquele centro legalista, pelo entreposto de Canudos, sôbre o rio São-Gonçalo. O imposto era então de 4$000 por cabeça, "quer fôsse novilho, boi, ou vaca". Posteriormente suspensa, foi mais tarde de novo permitida, não mais pelo entreposto de Canudos, mas pelo passo do Bica sôbre o mesmo rio. A aludida providência fôra instantemente reclamada pelos criadores, em vista do prejuízo que sofriam com a proïbição da exportação para a praça do Rio-Grande, porquanto o gado que vendiam para a República

---

30) **O Povo**, n.° 15, de 20-X-1838.

vizinha era alí então exorbitantemente taxado, como produção de procedência extrangeira. O decreto que a restabeleceu, datado de 7 de dezembro de 1839, baixou o imposto de 4$000 para 800 réis por cabeça.

Compreende-se bem a vantagem que êsse comércio representava para os farroupilhas. Constituía uma apreciável fonte de recursos para a população e para o Tesouro. O que maravilha é que as autoridades do Império o permitissem, pois consoante advertia uma fôlha da época, era "assaz prejudicial à causa legal, porque vão se salvar os interêsses dos rebeldes e assim procrastinar a luta". [31]) Não só, porém, entre a República e a cidade legalista do Rio-Grande se vira estabelecido tal comércio. Também, por proposta do general Bento Manuel, paradoxalmente se entabolara, em princípios de 1839, entre Pôrto-Alegre, sitiada, e a zona colonial, em poder dos farrapos. Referindo-se ao estranho fato, diz Varela que êsse intercâmbio fôra instaurado por iniciativa de Bento Manuel com o pretêsto de beneficiar o magro tesouro da República; mas, nutrindo já **in petto** a decisão de abandoná-la, "serviu-se das sobreditas relações mercantís, para disserminar em Pôrto-Alegre quanto lhe convinha". [32])

IV

EMPRÉSTIMOS — REQUISIÇÕES — SUBSCRIÇÕES

1 — Precários os recursos obtidos com as arrecadações fiscais ordinárias, em face da guerra, impunha-se o apêlo a outras fontes de renda, embora à custa de maiores sacrifícios dos próprios farroupilhas. Em verdade, como observa Alfredo Varela, por muito que fizessem as felizes improvisações de Domingos de Almeida, em um ponto, contudo,

---

31) Jornal do Comércio, de 16-III-1841. Sem dúvida por imposição do povo, habituado inveteradamente à alimentação de carne, e não convinha desatender.

32) Varela, **op. cit.**, vol. IV, pág. 290.

lhe era impossível corresponder às necessidades públicas, absolutamente inadiáveis: o imediato provimento das despesas urgentes. [33]) Daí, o plano do lançamento de um empréstimo, dentro e fora do Estado, por voluntária subscrição pública, que foi aceito e aprovado.

O empréstimo foi oficialmente autorizado por Decreto de 29 de maio de 1837, até o limite de 300:000$000, em moeda forte. O capital subscrito venceria o juro de 1 1/2 ao mês, ou menos, si possível: a taxa da usura compensaria de qualquer modo a álea do emprêgo do capital. Os juros, acrescidos de mais 10 % para as sucessivas amortizações, seriam impreterìvelmente pagos no fim de cada ano, até o completo embolso do empréstimo, que não excederia o prazo de um decênio, a contar do dia em que entrassem para o Tesouro as quantias emprestadas. Em garantia do empréstimo, além dos rendimentos do Estado, ficaram hipotecados os próprios nacionais seguintes: Rincão-de-Saican, Rincão-d'El-Rei em Rio-Pardo, os campos do Bojurú, o da condessa do Real-Agrado em Jaguarão, as ex-fazendas dos jesuítas em Missões e todos os terrenos devolutos existentes no Estado.

Não obstante poder contar com a espontaneidade dos cidadãos da incipiente República, não descurou Almeida de dirigir-se a algumas pessoas, das mais abastadas, convidando-as a contribuir e determinando mesmo as quantias com que deviam contribuir. Uma das pessoas a quem se dirigira Almeida, foi o cidadão José Rodrigues Barbosa, então emigrado no Uruguai, em carta cujos termos abaixo transcrevemos:

> "Reconhecendo o Governo, que a prompta consolidação do systema Republicano, que a grande maioria dos Habitantes deste Estado ha Solemnemente proclamado, e Elle jurou defender, he de absoluta necessidade contrahir-se hum emprestimo que assegurando vantajoso lucro aos concor-

---

33) Varela, op. cit., vol. III, pág. 349.

rentes, ocorra as precizões da Guerra, sem gravame dos Povos, sobrecarregados já, mesmo para desprezar medidas violentas, posto que applicaveis na actualidade das cousas, me incumbio de promover o referido emprestimo, como se vê do Decreto junto de 29 de Maio proximo passado. Por similhante motivo me dirijo a V. S. rogando-lhe queira prestar-se com a quantia de 800$000, em prata ou ouro, que lhe será paga no prazo marcado pelo referido Decreto, com o premio de hum por cento ao mez, que principiará a correr desde o dia que nesta Secretaria se lhe entregar o documento em fórma. Para o Thezouro nesta cidade enviará V. S. no prazo de Trinta dias a Somma de que faço menção.

Ds. G. V. Sa., ms. ans.

Secretaria do Estado dos Negocios da Fazenda em Piratini, 9 de junho de 1837.

Domingos José de Almeida

Ao Cidadão José Rodrigues Barbosa". [34])

Para se poder avaliar aproximadamente a importância da contribuïção solicitada a Barbosa, é suficiente considerar que, naquela época, o Ministro da Fazenda pedia providências ao chefe geral de polícia da fronteira de São-Borja, coronel José Ribeiro de Almeida, no sentido de fazer cessar certo abuso praticado pelo coronel Camilo dos Santos Campelo, que estava comprando para o corpo de seu mando vacas a 4$000 e novilhos a 6$400, quando os preços correntes no comércio eram 2$880 para as vacas e 3$200 para os novilhos. [35]) Um cavalo valia 2$000; 5 réis eram dinheiro, expresso em moeda, corrente nas pequenas transações.

---

34) Documento no arquivo do general Rêgo Monteiro.
35) **O Povo**, n.° 80 de 3-VII-1839.

Não nos foi possível verificar a quanto subiu a cifra recolhida aos cofres públicos em virtude da referida operação de crédito. Encontrámos, apenas, resenhas fragmentadas de algumas contribuïções em dinheiro ou valores de outra espécie, em fins do ano de 1839, dois anos, portanto, depois do lançamento do empréstimo. Essas resenhas, porém, se acham publicadas em diferentes números do **Povo**, que só apareceu em 1.º de setembro de 1838, ao passo que as listas das contribuïções anteriores, que deveriam ter sido muito maiores, bem como a respectiva escrituração, perderam-se, como vimos, em março de 1840, por ocasião da entrada das fôrças legais, comandadas por Calderon, em Caçapava. [36])

2 — Além do empréstimo por subscrição espontânea, é natural que os farrapos se utilizassem do processo de fornecimentos de víveres e outros materiais necessários à guerra, mediante requisições militares pelas fôrças em operações. O primeiro decreto, regulando a matéria foi o de 9 de abril de 1838, atenta a conveniência de fazer "cessar o cisma, que se tem apoderado de boa parte dos cidadãos do Estado, de que os objetos exigidos para a manutenção do exército deixarão de ser satisfeitos, a exemplo do que praticara o Govêrno do Brasil", na guerra da Independência. Em virtude do mesmo Decreto, todo o suprimento, legalmente feito com as despesas da Revolução, desde 20 de setembro de 1835, foram reconhecidos pelo govêrno da República; e, daí em diante, nenhum membro do exército ou agente do govêrno podia lançar mão de objetos de qualquer natureza, sem que

---

36) E' bem provável que no arquivo de Almeida se encontrem elementos preciosos para o conveniente desenvolvimento da matéria dêste e outros capítulos da nossa tese. O arquivo daquele grande prócer da República, porém, se acha há longos anos na posse do nosso eminente historiador Alfredo Varela, que, aliás, depois de declarar que deixaria o seu arquivo histórico entregue ao Museu do Rio-Grande, o levou de novo, muito cioso talvez dos venerandos e preciosos papéis, como se êles, ao seu contacto diuturno durante quasi tôda a sua existência, passassem a constituir carne da sua carne, vida da sua vida. Concluído e já publicado o seu monumental trabalho sôbre o ciclo farroupilha, não é lícito fazer-lhe a injúria de crer persevere em ocultá-los avaramente na Europa, ou em lugar secreto, dos olhos dos seus compatrícios, que também sabem cultuar as glórias do seu povo.

ao proprietário fôsse prèviamente entregue documento da cousa recebida e nêle declarasse o preço ajustado e a fôrça ou repartição a que pertencia. E, como se verificassem ainda certos abusos, o Decreto de 14 de agôsto do mesmo ano prescreveu que os documentos de requisições de gados, para fornecimento à fôrça policial dos municípios e para suprimento às famílias, cujos chefes se achavam no exército, "e do trabalho dos quais absolutamente depende a subsistência delas", sòmente poderiam ser passados pelos comandantes de partidas ou outros indivíduos expressamente autorizados pelos comandantes gerais de polícia dos departamentos de residência dos respectivos proprietários.

A faculdade de requisição, para atender às necessidades urgentes das fôrças em operações, foi mais tarde considerada legítima pela Assembléia Constituinte e Legislativa, por lei de 24 de janeiro de 1843. E, com o respectivo Regulamento baixado em 14 de fevereiro seguinte, procurou-se acautelar ainda mais os interêsses dos particulares, regulando-se a matéria de molde a cercear quaisquer abusos da parte de indivíduos inescrupulosos. Em virtude do citado Regulamento, a faculdade concedida ao Govêrno de utilizar-se das requisições em referência sòmente podia ser exercida:

1.º — Pelo próprio govêrno.

2.º — Pelo comandante em chefe do exército, em face da urgente necessidade da medida, e, dada a distância em que se encontrasse da sede do govêrno, não pudesse a êste recorrer sem prejuízo das operações a seu cargo.

3.º — Pelos "comandantes de Divisões, Brigadas e Corpos", quando incumbidos de alguma operação ou diligência, necessitassem de cavalos ou munições de qualquer gênero, para salvarem do perigo iminente as fôrças de seus comandos, desde que se achassem em posição tal que os impossibilitasse de recorrer ao comandante em chefe do exército.

4.º — Por tôda pessoa, empregada em alguma comissão do serviço do exército, pela qual não percebesse gratificação, vencimento ou salário especial, e que precisasse prover-se de mantimento indispensável à sua alimentação diária, não

podendo exigir outro alimento senão carne, enquanto houvesse.

E, no intuito de prejudicar o menos possível os cidadãos em seus haveres, o art. 2.º do Regulamento exigiu a concorrência de duas condições indispensáveis para tornar a requisição legítima: 1.ª necesidade urgente; 2.ª ausência de fundos públicos à disposição dos requisitantes e com os quais pudessem prèviamente indenizar os proprietários, segundo avaliação a que procedessem "três homens probos", com recurso para o Tribunal do Tesouro. 37) Na impossibilidade de fazer face aos pagamentos em dinheiro das vultosas dívidas da República, especialmente decorrentes das requisições e empréstimos, já havia deliberado o Conselho dos Procuradores Gerais, em sessão de 23 de dezembro de 1839, que tôda a dívida passiva do Estado fôsse legalizada no Tesouro, entregando-se aos credores apólices de valor correspondente à importância dos respectivos créditos, amortizáveis anualmente na razão de 10 % do capital e vencendo juros de 5 % ao ano. 38)

3 — Além dos empréstimos e requisições, os cidadãos da efêmera, porém insigne República Rio-Grandense, com freqüência contribuíam com subscrições, inteiramente desinteressadas e espontâneas, para as despesas do Estado, legando-nos nobilitante exemplo de desprendimento cívico a par da sua inexcedível bravura militar. Quem não tinha dinheiro, dava do seu gado ou couros; quem não tinha dinheiro, nem gado, nem couros, dava erva-mate ou quaisquer outros valores apreciáveis em dinheiro. Entre outros incontáveis casos, de que não nos foi possível obter documentada memória, podemos referir os seguintes, dos anos 39 e 40:

Em São-Borja, José dos Santos Carvalho e José Maria Camareo encabeçavam uma dessas subscrições, colhendo a quantia de 447$800, para o pagamento de um mês de soldo à guarnição da vila. No inverno de 1839, diversos cidadãos

---

37) **O Americano,** n.º 36, de 1.º de março de 1843.
38) **O Povo,** n.º 130, de 25-XII-39.

do distrito de Piraí contribuíram generosamente com 328 novilhos para, com o produto da sua venda, comprarem-se fatos com que os soldados da companhia ao mando de Vasco Marques de Souza, "abrigassem suas carnes das injúrias do ar e do rigor daquela estação". Em Rio-Pardo, João Silveira abria uma lista, com a quantia subscrita de 676$320. José Joaquim de Rosa, por não ter dinheiro, doou nessa ocasião 100 arrobas de erva-mate, no valor de 100$000. Vizinhos da fazenda de São José, junto do Jaguarão-Chico, doaram 490 novilhos, para assim auxiliarem o pagamento dos panos, baetas e outros objetos comprados pelo primeiro-tenente da guarda nacional, Fortunato Regina Fagundes para o corpo, em que servia, destacado naquela fazenda. De igual modo, em Cruz-Alta, Lavras, Bagé, São-Gabriel, idênticas contribuïções se verificaram nessa quadra. Para o pagamento da fôrça policial que se estabelecera em Jaguarão, em janeiro de 1840, prontificaram-se diversos cidadãos a contribuir com a importância de 155$540 mensais. O capitão Joaquim Gomes de Araújo oferecia 500 pesos para as urgências do Estado. Antônio da Costa Pavão doava generosamente 500 novilhos para, com o produto de sua venda, facilitar a aquisição de fazendas que Bento Manuel se encarregara de importar para o exército. Feliciano Francisco Nunes oferecia, em diferentes ocasiões, gêneros de espécies diversas, como ponchos de Mostardas, centenas de alqueires de farinha, seis arrobas de chumbo, cinco mil pregos ripais e outros objetos para o comissariado. Mais tarde, Antônio Vicente da Fontoura, então Ministro da Fazenda, agradecia a Francisco de Paula Ferreira Bica a oferta de 264$840 para coadjuvar as despesas da guerra. [39]) Gomes Jardim, que exercera a presidência da República durante a prisão de Bento Gonçalves, e abastado fazendeiro, se viu reduzido a tal penúria, que o Govêrno entendeu, em atenção ao seu devotamento à causa republicana, remediar-lhe os apuros

---

39) Vide **O Povo**, n.° 39 em diante, e **O Americano**, n.° 10 de 26-X-42.

em que se achava com a concessão de uma ajuda periódica de 30$000! [40])

Ninguém, porém, excedera em abnegação a Domingos de Almeida. Senhor, antes do movimento, de grande riqueza, — xarqueada, uma das melhores da Província, grandes prédios na vila de Pelotas, onde também exercia o comércio em grande escala, muitas dezenas de escravos empregados no serviço dos seus estabelecimentos rurais, além de veleiros de porte que navegavam para Pernambuco e Baía, e hiates que singravam as águas interiores, tudo comprometeu na sustentação da causa liberal. Como escreveu Varela, rendendo justo preito de justiça aos méritos de Almeida, "se a guerra minguava ou deprimia a posse de todos, minguava e deprimia muito principalmente os do provecto xarqueador, cujos ombros suportaram, mais do que os de ninguém, os onus civís de nossa magna campanha. De 35 a 45, ninguém na verdade o excedeu em sacrifícios e raríssimos os que se lhe igualaram, si contemporâneo houve que se nivelasse a êle". [41])

Os sacrifícios de todos, em geral, eram multifários e sem conta. Às fôrças de voluntários o Tesouro de nada podia prover, "além de um pouco de fumo ou escasso vestuário quando possível"; era assim de hábito proceder-se aos licenciamentos de modo a fornecerem-se em casa pelo trabalho, nesses intervalos, do que porventura lhes faltasse. Passavam a vida entre as lidas campesinas do trabalho das estâncias e da lavoura e as da guerra, sempre que a atividade do inimigo os conclamava. E acorriam às fileiras com tão exemplar constância, que Américo Cabral de Melo, então na presidência da Província, se queixava amargamente, em ofício de 4 de maio de 1837, de que êles iam mais de pressa para o serviço da República que para o do Império, **a-pesar-de neste serem pagos,** municiados e fardados, ao passo que naquele o mesmo não acontecia!

Neste capítulo, de sublimado devotamento, há, como

---

40) **Apud Varela, op. cit.,** vol. V, pág. 319.
41) **Varela, op. cit.,** vol. III, pág. 171.

observa o excelso historiador patrício, messe de tradições à espera de quem se disponha a prestar o inapreciável serviço de compendiar uma cartilha cívica de insuperável beleza! E, entre outros exemplos que evoca, relembra um dos menos rútilos, porém expressivo, de que a crônica nos deixou a memória e que merece ser aquí transcrito. Antônio Alves Ferreira, comerciante honradíssimo em Alegrete, acabara em completa falência, por ter fiado a torto e a direito no decurso da guerra; e, embora reduzido à completa pobreza, ainda encontrou meio de favorecer a Revolução. Quando havia falta de munições, "Ferreira contribuía a seu modo, quando de azo, à comum escassez. Freqüentava as tabernas para, sorrateiro, apossar-se dos pesos de uso da época, que eram todos de chumbo. Senhor do metal precioso, fundia balas, que, contente, ia distribuir nos acampamentos liberais!" 42)

V

OUTROS RECURSOS

Urgido pelo desencadear dos acontecimentos, procurava o estrênuo Ministro das Finanças lançar mão de tôdas as providências ao seu alcance para não dispersar quaisquer fontes de recursos, ou criar outras, por menos consideráveis que parecessem. Do gado abatido para a alimentação da tropa, acampada ou em marcha, todo o couro era cuidadosamente arrecadado e preparado para, com a sua venda, apurar-se dinheiro, ou dêles utilizar-se como instrumento direto de permutas, à guiza de moeda. Eram exportados, em grande parte, para a República-do-Uruguai, ou diretamente negociados com os comerciantes da fronteira. Assim, por exemplo, os couros de consumo da "Divisão Expedicional", enquanto estacionada no Passo de Santana do Uruguai, desde 11 de fevereiro até 16 de maio de 1842, foram

42) Vide Varela, op. cit., vol. III, págs. 97 e 473; vol. V, pág. 317; vol. VI, págs. 251 e 257.

cedidos ao negociante Cassemiro Bernard, a trôco de mercadorias e de dinheiro, nas seguintes proporções: [43])

592 couros de novilhos, com 444 pesedas, permutados, à razão de 2$200 a peseda	976$800
282 ditos de novilhos, vendidos, à razão de .. 1$080 cada um	304$560
581 ditos de vacas, com 292 pesedas, permutados	642$400
500 ditos de vacas, vendidos, à razão de 720 réis cada um	360$000
Soma	2:283$760

Pelo resultado obtido com essa transação, conclue-se que consideráveis deviam ter sido os recursos obtidos durante o período revolucionário, com a negociação de couros de consumo das fôrças liberais.

— "Para criar recursos à mais justa das guerras", deliberou o Govêrno, em 1.º de outubro de 1838, estabelecer em Taquarí uma fábrica de erva-mate, sob a administração de João Xavier de Azambuja. Uma outra já existia no distrito de Dôres, sob a administração de João Evangelista Tavares; e ainda naquela data providenciava-se no sentido de estabelecer mais uma na fronteira de Missões, região, aliás, muito bem indicada para a exploração dessa indústria extrativa, atenta a abundância de primorosos ervais. [44])

— Da operação financeira concernente à conversão do cobre e conseqüente emissão de bilhetes do Tesouro, procurou ainda o Govêrno tirar lucro, que atingiu a mais de quarenta contos de réis. E' matéria, porém, esta que, pela sua relevância, cumpre seja tratada no capítulo especial seguinte, capítulo que será talvez o menos desinteressante deste nosso trabalho.

43) **O Americano**, n.º 11 de 29-X-42.
44) **O Povo**, n.º 14, de 17-X-1838.

VI

CONVERSÃO DA MOEDA DE COBRE. NOTAS FIDUCIÁRIAS E MOEDAS

1. — Vitorioso o movimento liberal, apoderaram-se os revolucionários do Govêrno da Província, com todos os seus recursos materiais; e, com o intuito de poderem fazer face às despesas que a revolução impunha, lançaram mão de dezenas de contos de réis, em moeda de cobre, que já se achavam recolhidas à chamada **Casa do Trôco**, em Pôrto-Alegre. [45]) Se essa espécie de moeda, entrando logo em circulação, trouxe de momento algum recurso necessário à causa revolucionária, posteriormente, infiltrando-se mais cobre do Império no território da República e por um valor muito superior ao seu próprio valor intrínseco, estava acarretando, em conseqüência da lei de Gresham, a evasão da moeda boa, isto é, de prata e ouro, em detrimento da economia do nascente Estado. Tal era a nociva influência dessa moeda de cobre na circulação dos valores, que a denominara Almeida de "moeda podre do Brasil"; [46]) e, de comum concêrto com os homens de maior responsabilidade da República, assentaram o plano de empreender a sua conversão, medida de grande relevância que, encomiada modernamente por Carlos von Kozeritz [47]), teve a sua realização prática vasada em decreto de 8 de julho de 1838.

Assim justificara o Decreto a conversão, em seu preâmbulo:

> "Considerando que as circunstâncias do país hão dado azo, ao govêrno do Brasil e a seus agentes, a emitirem [48]) para êle, não só pelos portos das lagoas dos Patos e Mirim e rios confluentes, mas ainda por São-Servando e Montevidéu, tôda a moeda de cobre que, não recolhida em tempo competente, se acha sem valor nos mer-

---

45) **Processo dos farrapos**, vol. I, págs. 203, 204, 213, 223.
46) **O Povo**, n.º 80, de 3-VII-39.
47) Varela, **op. cit.**, vol. IV, pág. 197.
48) **Emitir**, no sentido de expelir.

cados do Império, ou mesmo aquela que, recolhida legalmente, não pode alí girar sem perda da metade do valor do cunho, e isso pelo sórdido interêsse de criar efêmeros capitais para entreter a ruïnosa guerra, que sustenta contra os princípios americanos, gloriosamente desenvolvidos neste Continente; e convindo de pronto tirar ao inimigo o imoral recurso, de que lança mão para hostilizar-nos, e pôr a coberto de total ruína a fortuna e prosperidade deste nascente Estado, o Presidente decreta, etc".

A moeda de cobre em circulação no território da República era estimada em 60:000$000, distribuídos na seguinte proporção: [49])

Piratiní	16:000$000
Rio-Pardo	8:000$000
Subúrbios de Pôrto-Alegre	5:000$000
São-Borja	3:000$000
Cruz-Alta	3:000$000
Triunfo	3:000$000
Cachoeira e Caçapava	3:000$000
Dôres, Barra-do-Ribeiro e P.-Brancas	3:000$000
São-João e Boqueirão	3:000$000
Cangussú	3:000$000
Pelotas	3:000$000
Alegrete	3:000$000
Bagé	2:000$000
Jaguarão e Herval	2:000$000

Em virtude do citado decreto, que ficou sendo conhecido pelo nome de "lei do cobre", todos os possuïdores de moeda dessa espécie deviam recolhê-la nas coletorias do Estado, ou nas comissões, para êsse fim estabelecidas pelo Tribunal do Tesouro, em lugares apropriados, recebendo documento de que constavam o pêso e valor da quantia recolhida. A entrega das moedas devia ultimar-se até o último

49) Decr. de 8 de julho, art. 18.

dia de setembro do mesmo ano de 1838. À proporção que iam recebendo o cobre em circulação, os coletores e comissionados iam pesando e apartando a moeda falsa da legal, de que faziam as respectivas anotações e numeração, para conhecimento de quem pertenciam. Era considerada falsa a moeda que não tivesse o competente pêso, a saber: 80 réis, sete oitavas; 40 réis, três oitavas e meia; 20 réis, uma oitava e três quartos, e bem assim as antigas moedas de 10 e 5 réis. A moeda falsa era cortada na presença do proprietário, e a êle devolvida na ocasião de se lhe dar o eqüivalente da quantia recebida. [50])

Logo que apresentassem os respectivos recibos, aos depositantes se restituía o cobre dêles recebido pelas coletorias e comissões, na seguinte proporção de valores: moedas de 80 réis por 20 réis, de 40 réis por 10 réis e de 20 réis por 5 réis. Restituído, assim, o valor correspondente à quarta parte em cobre, uma outra quarta parte era deduzida em favor do erário público e as duas partes restantes restituídas em bilhetes do Tesouro, que a lei denominou **conhecimentos**, como poderia hoje denominar **bonus.**

Êsses **conhecimentos** eram notas fiduciárias, de valores diversos — de 10$000, de 20$000, de 30$000, de 40$000 de 50$000 e de 100$000. Tinham a forma quadrangular, com estes dizeres: [51])

N.º...... (Armas) Réis...........

Vale o presente Conhecimento a quantia de..................... (....$......), que será recebida em tôdas as Repartições Fiscais do Estado, e paga ao portador em moeda forte nos prazos marcados no art. 21 do Decreto desta data, precedidas as solenidades marcadas nos Artigos 22, 23, 24, 25, 26, do mesmo Decreto. Piratiní, 8 de julho de 1838.

O Presidente do Tribunal do Tesouro — F........
O inspetor do Tesouro — F.........................

50) Decreto cit., arts. 4.º e 5.º.
51) Decreto cit., art. 20.

O reverso das notas eram cheios, parte por assinaturas de cinco pessoas residentes em Piratiní e parte pelas firmas dos membros de que se compunham as comissões do troco, nas localidades em que deviam ser entregues. De acôrdo com o art. 19 do Decreto, deviam ser emitidos 500 **conhecimentos** de 10$000 (5:000$), 300 de 20$000 (6:000$), 200 de 30$000 (6:000$), 150 de 40$000 (6:000$), 100 de 50$000 (5:000$) e 50 de 100$000 (5:000$): ao todo, 1.300 **conhecimentos**, no valor global de 33:000$000, proporcional à estimativa, acima aludida, de 60:000$000 em moeda de cobre sujeita à conversão.

O resultado geral da operação do troco do cobre superou, porém, de muito à previsão legal, pois ascendeu a 67:880$358, assim recolhidos: [52])

Piratiní	10:777$120
Rio-Pardo	13:450$580
Setembrina (Viamão)	9:088$990
São-Leopoldo	11:134$800
Mostardas	957$180
São-Borja	3:521$980
Triunfo	5:239$900
Cachoeira	2:893$300
Caçapava	1:312$360
Dôres, Barra-do-Ribeiro e P.-Brancas	222$820
São-João-do-Boqueirão	1:634$040
Cangussú	1:599$998
Cêrro-da-Boena	761$540
Alegrete	3:718$800
Bagé	799$860
Herval e Jaguarão	767$530

Em vista dêsse excedente não previsto, o govêrno se viu na contingência de emitir maior quantia em **conhecimentos**, no total aproximado de 43:000$000, segundo se infere de uma publicação inserta no n.º 18 d' **O Povo**, de 31 de outubro de 1838.

Ainda nos termos da "lei do cobre", o govêrno estava

52) Vide **O Povo**, n.º 68, de 22-V-39.

obrigado a resgatar os **conhecimentos** dentro do prazo prefixado de dois anos e seis meses, pela maneira seguinte: a 1.º de abril de 1839 — 6:600$000; a 1.º de outubro do mesmo ano — 6:600$000; a 1.º de abril de 1840 — ..... 6:600$000; a 1.º de outubro do mesmo ano — 6:600$000; finalmente a 1.º de abril de 1841 os restantes 6:600$000, isto é, em cinco prestações semestrais, na importância de 6:600$000 cada uma. Para êsse efeito, vinte dias antes do aprazado para os resgates parciais, o presidente do Tribunal do Tesouro devia publicar editais dando aviso de que se ia proceder ao sorteamento dos números de **conhecimentos** em circulação, para serem pagos os que a sorte designasse. No dia aprazado se procederia então ao anunciado sorteio, em sala pública, para êsse fim destinada; e os **conhecimentos**, cujos números fôssem sorteados até perfazer a soma amortizável, seriam pagos aos portadores logo que apresentados fôssem ao tesoureiro da Caixa de Amortização. [53])

As notas resgatadas, sempre que excedessem de duzentos mil réis, seriam incineradas, pùblicamente, e com tôdas as formalidades de estilo. E, para garantia do efetivo resgate, ficaram empenhados todos os rendimentos provenientes dos impostos de importação e exportação, o produto dos arrendamentos dos próprios nacionais e das propriedades seqüestradas aos inimigos da República, o das subscrições voluntárias para as despesas da guerra, o do empréstimo decretado em 29 de maio de 1837 e os descontos da Caixa de Amortização. [54]) A-pesar-das garantias oferecidas, desconfiança surgira de que o govêrno não poderia contar com seguras possibilidades de atender ao serviço da amortização, dadas as conjunturas da guerra. Daí, o vibrante artigo estampado no número acima aludido do Povo, de 31 de outubro de 1838, no evidente propósito de alimentar a confiança pública no êxito de tão importante medida financeira. Depois de referir-se à escandalosa introdução da moeda de cobre e ao perigo daí decorrente para a economia

---

53) Decreto cit., arts. 22 a 24.
54) Decreto cit., arts. 25 e 26.

pública, aborda o articulista o tema que constituía o ponto precisamente destinado a produzir impressão:

> "Passamos agora a examinar si a quantia substituída por conhecimentos do Govêrno será ou não paga nos prazos marcados no art. 21. Pelo Tribunal do Tesouro até hoje se tem arrendado vinte propriedades sòmente, entre elas muitas de vil rendimento, e tôdas têm produzido a quantia de 95:178$000, sendo à vista 8:258$600 e em letras vencíveis a prazos diversos 86:819$400. Partindo desta base, temos de contar sem falência com iguais quantias produzidas nos municípios de Rio-Pardo, Triunfo, Setembrina, Santo-Antônio-da-Patrulha, Cruz-Alta, São-Borja, Alegrete, Caçapava e Cachoeira, e com o total de 951:780$000; os quais unidos a 14:120$000, importância dos direitos de 10.000 bestas muares a saírem para São-Paulo, 1.000 reses para munício dos condutores e 400 cavalos para custeio das tropas; e a .... 18:400$000, produto de vinte e três coletorias em seis meses, calculado a 800$000 cada uma, o que não é exagerado, por ter só a desta cidade em igual tempo rendido 13:480$500, teremos no fim dos referidos seis meses, a contar de hoje, Rs. 984:300$000. — Ora, havendo cêrca de 43:000$000 sòmente, em conhecimentos a resgatar, não pode tal verificar-se ainda muito antes de seis meses?"

Em verdade, o articulista não se iludia, nem procurava iludir. O govêrno cumpriu, ao menos em grande parte (pelo que foi possível averiguar), o compromisso assumido, a despeito das necessidades apremiantes da luta incessantemente mantida contra o Império. A 1.º de abril de 1839, precisamente, procedia-se ao primeiro sorteio, tendo sido extraídos 14 **conhecimentos** de 100$000, 25 de 50$000, 28 de 40$000, 29 de 30$000, 58 de 20$000 e 80 de 10$000: ao todo 234 **conhecimentos**, na importância determinada na lei de 6:600$000; e a 3 do mesmo mês efetivava-se a incineração

dos primeiros resgatados, em número de 37, no valor de 1:130$000. Dêsse ato, realizado com tôdas as formalidades recomendadas no citado diploma legislativo e com a presença do próprio presidente da República, foi lavrada a ata abaixo transcrita, a título de curiosidade histórica.

> "Aos tres dias do mez de Abril de 1839, nesta Capital de Cassapava, em a Salla das Sessões do Tribunal do Tesouro Publico Nacional, achando-se reunidos os Membros do mesmo, e os da Caixa d'Amortização, com assistencia do Ex.mo Presidente do Estado, e mais Cidadãos; o Ex.mo Ministro da Fazenda e Presidente do mesmo Tribunal, depois de abrir a sessão, declarou que os conhecimentos resgatados em conformidade dos Artigos 23 e 24 da Lei de 8 de julho de 1838, excedião já a soma que exige o art. 25 da dita Lei para se proceder á queima dos mesmo; por isso que havia convocado esta reunião para effeito de consumirem-se os conhecimentos até hoje resgatados, que se achavão sobre a mesa; sendo dous de cem mil réis, de Numeros 3 e 36; cinco de cincoenta mil réis, de Numeros 65, 94, 97, 98 e 116; cinco de quarenta mil réis, de Numeros 165, 217, 219, 272 e 287; oito de trinta mil réis, de Numeros 397, 404, 405, 411, 454, 457, 468 e 488; sete de vinte mil réis, de Numeros 633, 635, 642, 645, 657, 763, e 784; e dez de dez mil réis, de Numeros 857, 1045, 1050, 1052, 1053, 1060, 1066, 1073, 1227 e 1254; os quais conhecimentos prefasem o numero de trinta e sete e a quantia de Rs. 1:130$000 (um conto cento e trinta mil), que forão publicamente queimados em presença dos Membros supra ditos, do Ex.mo Presidente do Estado, e Cidadãos assistentes. E para constar mandou o Ex.mo Presidente do Tribunal fazer esta Acta em que assinou com todos os Membros perante mim. — **Antonio Belarmino Ribeiro,** Secre-

tario que a escrevi, — **Almeida,** — **Lemos.** — **Silva.** — **Santos.** — **Ferrugem".** [55])

A 5 de maio de 39, fazia-se a incineração de mais 20 **conhecimentos,** no valor de 530$000; a 7 de julho, de 20, no valor de 570$000; a 21 do mesmo mês, de 7, na importância de 240$000; ainda a 28 do mesmo mês, de 7, no valor de 250$000; a 4 de agôsto, de 15, no valor de 330$000, e a 11 também de agôsto, de 11, no valor de 320$00. — A 1.º de outubro do mesmo ano, procedia-se à segunda extração, tendo sido sorteados 10 **conhecimentos** de 100$000, 20 de 50$00, 22 de 40$000, 46 de 30$000, 65 de 20$000 e 104 de 10$000: ao todo, 267 **conhecimentos,** na importância de 6:600$000, nos termos da lei. Destes, pudemos verificar que foram resgatados e incinerados 63, no valor de 1:540$000, em 3 de novembro daquele mesmo ano, e a 8 de fevereiro de 1840 mais 41, no valor de 750$000. — A 1.º de abril dêsse ano, levava-se a efeito o terceiro sorteio, sendo nessa ocasião extraídas 10 notas de 100$000, 18 de 50$000, 33 de 40$000, 42 de 30$000, 57 de 20$000 e 98 de 10$000, num total de 258 notas, na importância legalmente prefixada de 6:600$000. A 24 de maio seguinte procedia-se à queima de 50 **conhecimentos** resgatados, no valor de 1:330$000.

Dessa data em diante não mais foi possível acompanhar o serviço de resgate das notas fiduciárias emitidas pelo Tesouro, atenta a circunstância de haver cessado a publicação do **O Povo,** órgão oficial **(ministerial)** do govêrno da República. Não temos dúvidas, porém, de que tal serviço continuara, pois encontramos no **O Americano,** periódico oficial, n.º 19, de 26 de novembro de 1842, a transcrição da ata da sessão realizada na sala das sessões do Tribunal do Tesouro, para a incineração, em ato público, de 40 conhecimentos, na importância de 1:070$000. Essa última queima, de que temos notícia, ocorreu em 13 de novembro daquele ano e, em face da "lei do cobre", devia se ter realizado o último sorteio em 1.º de abril do ano anterior, se não tivesse havido mister de sorteios suplementares, em

55) **O Povo,** n.º 54, de 3-IV-1839.

virtude das notas emitidas acima da previsão legal para atender à maior quantidade de cobre recolhido para os fins da conversão.

Emitira, assim, o Tesouro notas fiduciárias, que, entretanto, apresentavam uma peculiaridade digna de registo: o seu valor liberatório era restrito e proporcional ao montante das respectivas transações. De feito, estabelecia o art. 8.º da lei em referência que, ultimada a operação da troca do cobre, passava êle a figurar nos pagamentos legais e em quaisquer outras transações, como moeda forte, pelo valor fixado na lei, e em concurso com os **conhecimentos,** prata e ouro, na seguinte proporção: cobre 20 %, conhecimentos 30 % e os restantes 50 % em ouro e prata. Nestas condições, em cada transação, não podiam as notas do Tesouro ser recusadas até 30 % do montante do respectivo pagamento.

— Se emitiu notas fiduciárias, a República absolutamente não cunhou moeda metálica. A princípio se supunha, errôneamente, que certos discos de latão, (ou cobre), em forma de moeda e contendo o distintivo da República de Piratiní fôssem moedas. O aludido distintivo (aliás encontrável em moedas correntes naquela época no Rio-Grande) compõe-se de uma espada empunhada por duas mãos entrelaçadas e encimada por um barrete frígio radiante; ao lado esquerdo da lâmina da espada vê-se o número — 20, ao lado direito a grafia híbrida do mês — 7 bre, e em baixo o ano — 1835. Não contêm êsses discos numismais a indicação de qualquer valor monetário; mas, em virtude da data que apresentam — 20 de setembro de 1835, Varela, em figura à pág. 476 do vol. V da sua **História da Grande Revolução,** atribue-lhes o caráter de "medalha comemorativa", quando em verdade não o são. Nenhum documento ou notícia da época o confirma; e por outro lado encontram-se em quantidade outros discos numulares, da mesma época, feitos também de latão, ou cobre, com as dimensões e distintivos das moedas (sem indicação de valor) de outros países sul-americanos, inclusive o Uruguai. Referindo-se a essas supostas moedas, ou medalhas, escreve a Viscondessa

de Cavalcanti: "O êrro da inscrição, que denota um artista estrangeiro, a data em espanhol (7 bre — **setiembre**) e a semelhança do cunho desta medalha com os das moedas argentinas (8 reales 1835) e uruguaias do tempo, indicam haver sido ela cunhada na República-Argentina ou no Uruguai". [56]) Pensamos também aquí haver engano da ilustre numismata. Não consta que naquele tempo estivessem essas Repúblicas convenientemente aparelhadas com oficinas próprias para a cunhagem de moedas. Quasi todos êsses discos numismais eram procedentes de fábrica de París, consoante a indicação que em muitos dêles se encontra. A data mais provàvelmente foi gravada em francês — **septembre** (7 bre) e trata-se, sem dúvida, de algum **ensaio** de moedas, isto é, de amostras remetidas a título de **reclame** por alguma grande fábrica de París, à apreciação do govêrno da incipiente República. [57])

Se não cunhou moeda, apropriou-se êle contudo, de moedas alheias, punçando-as com o distintivo rio-grandense, conforme se pode ver das reproduções gráficas, anexas, de alguns exemplares raros que se encontram na coleção numismática do Museu Histórico do Rio-de-Janeiro. Dois dêsses exemplares são de prata, — um colombiano e outro argentino, ambos com a punção rio-grandense; outros dois são de cobre, moedas de 40 réis do Império, com punção da mesma origem. As moedas de prata foram punçadas afim de vinculá-las à circulação interna, de **nacionalizá-las**, evitando-se, destarte, a sua evasão para o exterior. Foram moedas de emergência. E as de cobre carimbaram-se na ocasião de serem restituídas aos seus proprietários com o valor legal, isto é, com a quarta parte do valor do cunho, na forma do art. 7.º da "Lei do cobre", para distinguí-las das consideradas falsas e circulação clandestina. As de prata são anepígrefes, pois não contêm data, ao passo que no carimbo das moedas de cobre se vê a data — 20 - 7 bre — 1835, de-

---

56) **Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil**, págs. 48 e 49.

57) Tôdas essas espécies de medalhas encontram-se munidas de um pé, numa das faces, com o qual eram presas aos cinturões ou guaiacas, como ornato.

vendo ser esta punção posterior às das de prata, por mais completa.

Não nutro a menor dúvida de que se trata de punção **oficial**, porquanto em sessão de 18 de dezembro de 1836 da Assembléia, requerera Domingos de Almeida se recomendasse ao govêrno da Província que, visto já possuir os modelos para o cobre punçado, quanto antes procedesse ao carimbo da moeda. [58]) Acresce que se acham êsses exemplares classificados como moeda da República Rio-Grandense na antiga e autorizada obra de Julius Neili — **Numismatische Sammlung,** taboa X.

Nessa mesma obra, e como tendo circulado no território da República, encontram-se "balastracas" de 100 e 200 réis, também reproduzidas gràficamente em fôlha anexa, mediante decalque sôbre dois exemplares incorporados à referida coleção do Museu Histórico do Rio-de-Janeiro. São moedas de prata, seccionadas em quatro partes iguais, em cada uma das quais se apôs o carimbo de 100 réis, ou 200 réis, conforme o valor do cunho da respectiva moeda. Não foram fracionadas oficialmente pelo govêrno, mas por algumas municipalidades, para atender às instantes reclamações da população.

Já em notícia inserta no n.º 17 do jornal **O Povo,** de 27 de outubro de 1838, dizia-se "constar" que o govêrno tratava de emitir carta porção de **conhecimentos** de 500, 1.000, 2.000 e 5.000 réis, atenta a falta que se fazia sentir dos de pequeno valor para as transações miúdas. Não foram emitidos. Um ano mais tarde, isto é, em sessão de 23 de dezembro de 1839 do conselho dos Procuradores Gerais, Almeida propunha se cunhassem moedas de prata do valor de 100 réis, tendo o conselho resolvido se submetesse a matéria à deliberação da Constituinte, logo que esta se reünisse. [59]) A Assembléia Constituinte e Legislativa não chegou a deliberar sôbre a cunhagem da moeda divisionária. Entretanto, em sessão de 9 de janeiro de 1843, Almeida requereu informasse o govêrno quais os motivos por que consentia

---

58) **O Povo,** n.º 130, de 25-XII-1839.
59) **O Povo,** n.º 130, de 25-XII-1839.

se alterasse o sistema monetário da República no município de Alegrete, Cruz-Alta e São-Borja; a discussão do requerimento foi adiada, mas, em sessão de 13 do mesmo mês, sendo novamente discutido, foi rejeitado, [60]) tal a necessidade que o povo sentia da moeda divisionária para as transações quotidianas.

Uma dessas balastracas, a de 200 réis, traz a indicação do município de origem = S. B. (São-Borja).

Rio, setembro de 1935.

PARECER

sôbre a tese "Recursos financeiros da República de Piratiní". "Evolução econômica", pelo desembargador Florêncio de Abreu.

A tese apresentada pelo desembargador Florêncio de Abreu ao presente Congresso, e intitulada "Recursos financeiros da República de Piratiní", é trabalho de subido valor histórico e o mais completo repositório de dados e conhecimentos ministrados sôbre as finanças do govêrno farroupilha, as quais, durante dez anos, se alimentaram das felizes improvizações do gênio dêsse grande patriota que foi Domingos José de Almeida.

Assunto pouco versado, muitas dificuldades por certo oferecia seu estudo a quem se propusesse a dar idéia perfeita de quanto óbice e contratempo houve de ser removido para o imediato provimento das despesas urgentes, reclamadas pelas inúmeras e inadiáveis necessidades públicas.

Florêncio de Abreu, pondo mãos à obra, conseguiu darnos, num todo homogêneo, prèviamente delineado e bem disposto, trabalho perfeito, no qual, com raro brilho, ressaltam as suas qualidades de investigador paciente e probidoso, aliadas ao talento peregrino que sabe dizer, com elegância

---

60) **O Americano**, ns. de 1.° e 8 de fevereiro de 1843.

e sobriedade, as cousas mais áridas da administração pública, de forma a interessar e a atrair espíritos, por mais indiferentes que sejam a tais cogitações.

Em VI capítulos desdobra-se diante de nossos olhos o que fizeram aqueles titãs de 35, para a obtenção dos recursos com que mantiveram acesa a luta.

Após eruditas "Considerações Preambulares", estuda a "Guerra alimentada pela Guerra", para, em seguida, alinhando cifras e estatísticas, pormenorizar o que foi a organização fiscal da República Farroupilha.

A parte relativa a "Empréstimos, Requisições e Subscrições", tôda ela enriquecida com a enumeração completa das leis promulgadas pelo Govêrno Revolucionário, como aliás sucede nos demais capítulos — pois a legislação pertinente ao assunto por êle versado, vem disseminada, na íntegra, através de todo o trabalho — é uma das mais interessantes e comoventes, porque nos dá a idéia real dos sacrifícios suportados por um povo, para a realização de seus anelos de república federativa.

Tema naturalmente árido, tratado, entretanto, por mão de mestre, êle se nos apresenta com encantamentos tais que constitue verdadeiro prazer intelectual a sua leitura.

A esplêndida monografia é dos mais documentados estudos trazidos a êste certame e o Congresso, aplaudindo-a e exalçando o mérito de seu brilhante autor, terá, perante a História, praticado ato de inegável justiça.

Sala das Sessões, aos 8 de outubro de 1935.

Assinados: **Adroaldo Mesquita da Costa**, relator.
Manoel Duarte.
Jací Antônio L. Tupí Caldas.

ASPECTOS ECONÔMICOS DO RIO-GRANDE-DO-SUL

Cap. Gabriel Mena Barreto

ESBÔÇO HISTÓRICO

A população ultramarina que começou aportar ao Rio-Grande no século XVIII, após a fundação do primeiro estabelecimento pelo general José da Silva Pais, entregou-se ao plantio do trigo, que o solo produziu com extraordinária abundância. Destarte, no comêço do século passado (1805) a exportação montava a 136.825 alqueires. Em 1814 a ferrugem começou a enfermar o trigo, reduzindo sensìvelmente a pauta de exportação dêsse cereal, quer para as outras regiões do Brasil. Em 1820 a exportação desceu a 12.968 alqueires, desaparecendo totalmente nos anos seguintes.

Sòmente depois da guerra Farroupilha a cultura do trigo começou novamente a florescer. A cevada apareceu como artigo de exportação nas primeiras décadas do século findo, figurando em 1820 com 4.100 alqueires ou sejam .. 148.707 quilos.

A cultura do linho foi tentada pelo govêrno da metrópole, que, para êsse fim, fundou uma feitoria na ilha de Cangussú, de onde foi transportada para o Fachinal do Corita, em terras em que se ergue hoje a cidade de São-Leopoldo. Essa tentativa fracassou inteiramente. No decênio revolucionário (1835-1845), a agricultura sofreu completa paralização. Deve o Estado o seu renascimento agrícola à colonização alemã, que teve início em São-Leopoldo em 1824. Em 1858 e 1859 colhiam-se 49.887.353,88 litros de milho; 19.552.649,22 de feijão; 3.715.296,74 de trigo (ou sejam 51.231 alqueires); 643.647,42 de centeio; .... 945.931,60 de cevada (ou sejam 13.040 alqueires); ..... 359.290,62 de arroz; 80.692,98 de favas; 659.751,30 de

amendoim; 3.174.640,56 de batatas; 4.196.874,24 de farinha de mandioca. No século passado, os grandes centros de produção de cereais foram os varzeados de Piratiní, Cangussú, Caçapava, Encruzilhada e Bagé.

O trigo veio para a América, nos tempos do descobrimento trazidos pelos espanhóis, mas a sua culutra no Rio-Grande-do-Sul só teve início com a colonização açoriana. Até o século XIX, a indústria do trigo floresceu largamente, sendo mais tarde absorvida pela criação de gado e conseqüente indústria animal que rasgou, no sentido econômico, maiores horizontes à prosperidade do Rio-Grande. E' originário da Mesopotâmia, donde a sua cultura se irradiou por todos os cantos da terra.

O milho — gramínea apreciadíssima entre os índios, que a consideravam um presente dos deuses — foi encontrado por Cristóvão Colombo, no Novo-Mundo, em grandes plantações, sendo então levado para a Europa, Ásia e África, onde se propagou com facilidade.

A cultura do arroz que veio para a América com os primeiros navegadores que aquí aportaram — foi iniciada no Estado do Maranhão pelos colonos portugueses. E' originário da Ásia.

A alfafa é cultivada no Estado há mais de cincoenta anos. Foram seus iniciadores, em concorrência com igual produto proveniente da Argentina, os agricultores franceses da colônia de Santo-Antônio, situada no quinto distrito do município de Pelotas.

A batata é conhecida na América desde os tempos precolombianos.

Grandemente cultivada na Irlanda, espalhou-se por tôda a Grã-Bretanha, onde o seu consumo é imenso. E' provável que daí nos tenham vindo as primeiras sementes da chamada Batata Inglesa.

A cana do açúcar é originária da Ásia e começou a ser conhecida na Europa sòmente no século XIII. — Há controvérsia quanto ao início da sua cultura no Brasil. A primeira plantação conhecida teve lugar em Itamaracá (Pernambuco), no ano de 1527. Sabe-se também que Martim

Afonso de Souza introduziu a sua cultura na capitania de São-Vicente, mandando vir semente da Madeira e fundando o engenho S.-Jorge. De Pernambuco a São-Paulo, a preciosa gramínea se alastrou pelos demais Estados Brasileiros, inclusive o nosso (municípios de Tôrres, Osório e Santo-Antônio-da-Patrulha).

O feijão foi introduzido no Brasil pelos colonos portugueses, em 1530.

A cultura da cebola teve início no lugar denominado "Arraial" no município do Rio-Grande.

Quanto ao fumo a sua existência se perde nos tempos. Os descobridores da América já o encontraram em uso entre os índios das Antilhas e da América-Central. À época do descobrimento do Brasil, nenhuma espécie de gado era Central e conhecida. Iniciou a importação no século XVI, o governador Tomé de Souza, fazendo vir o gado de Cabo-Verde e Madeira.

Nos fins do século XVI e comêço do século XVII, já existiam importantes fazendas de criação na Baía, Minas e Pernambuco, as quais se foram desenvolvendo e estendendo por todo o país.

A indústria do xarque teve início no ano de 1780, junto ao Arroio-Pelotas nas extremidades da cidade do mesmo nome. Foi o cearense José Pinto Martins que fundou a primeira xarqueada que apareceu no Estado. As xarqueadas floresceram então ràpidamente, devido aos resultados compensadores que proporcionavam aos paladinos dêsse ramo de atividade industrial. Em 1822 existiam vinte e dois estabelecimentos saladerís, no município de Pelotas. Devido a revolução farroupilha sofreram completa paralização a indústria do xarque e as demais indústrias da província.

A erva-mate, importante indústria do Estado, foi inicialmente cultivada pelos jesuítas, que fizeram dela excelente fonte de renda, no seu comércio com o Prata.

A mineração começou em 1810, por ordem do govêrno da metrópole. Por essa época foi iniciada a mineração do

arroio Salso e rios São-Sepé, Vacacaí e Camaquã, em procura do ouro que então foi muito explorado, em pepitas pelos colonos portugueses.

A indústria carbonífera foi iniciada, há muitos anos, pela exploração de jazidas existentes no município de São-Jerônimo. Foi na segunda metade do século passado que James Johnson e Inácio Ferreira de Moura requereram privilégio para lavrar a mina de Arroio-dos-Ratos, transferindo depois a concessão à "Imperial Brazilian Clliery Company Limited" que empreendeu a primeira exploração sistemática, nesse gênero, em terras do Rio-Grande. A mina passou depois à firma Holtzweissig & Cia., de Pôrto-Alegre, à qual o decreto de 6 de julho de 1868 concedeu previlégio de 30 anos. Em 1883 essa indústria passou para a "Companhia-das-Minas-de-Carvão-de-Pedra do Arroio-dos-Ratos", e mais tarde para a "Companhia-Estrada-de-Ferro e Minas-de-São-Jerônimo", com o capital de 20.000 contos. Estudos procedidos sôbre as jazidas carboníferas do Estado, pelo engenheiro americano Whilte, demonstraram que elas formam um grande lençol, que se estende desde as Minas-do-Tubarão, em Santa-Catarina, até Uruguaiana.

O cultivo da vide foi iniciado lá para o ano de 1870, por alguns colonos italianos, perto de Feliz em São-Sebastião-do-Caí. Assistimos, a partir dessa época, à irradiação da cultura da uva, por tôda a região colonial. Em 1873, na pauta de exportação provincial, aparece o vinho com 987 litros no valor de 798$280; em 1882 com 41.626 litros no valor de 8:358$000; em 1896 com 103.718 litros no valor de 40:452$000.

AGRICULTURA

A agricultura, compreende os trabalhos da lavoura e a cultura do solo. A ciência agrícola está ìntimamente ligada à química e a fisiologia. Daí resulta tôda a série de inovações que tem vindo contribuir para a prosperidade da agricultura, como sejam o emprêgo dos adubos químicos, as máquinas aperfeiçoadas, os novos métodos de cultura,

as escolas agrícolas, as estações agronômicas, as revistas de especialidade etc. Segundo notável geógrafo patrício, três são os berços da agricultura no velho continente, todos à beira de grandes cursos d'água. Em primeiro lugar vem a China (à beira do Iang-tsékiang), depois o Egito (à beira do Nilo) e por último a Mesopotâmia. No novo mundo foram dois os seus berços, ambos em planaltos: Perú e México. No Rio-Grande-do-Sul existe, em larga escala, a cultura de cereais e plantas forrageiras, árvores **pomíferas,** hortas e jardins. A atividade rural no **interland** gaúcho se desdobra, pois, de preferência, no sentido da policultura. O arroz, o feijão, o trigo, o milho, a mandioca, a cana de açúcar, a batata, o algodão, a cebola, o centeio, a araruta, e o fumo têm sido cultivados em abundância no estado, o que o torna um grande celeiro nacional.

Na produção brasileira de 1927, que foi 120.888.500 litros de alcool, o Rio-Grande-do-Sul contribuíu com 800.000 litros, o que demonstra que êsse gênero de cultura não está convenientemente desenvolvido no Estado. Ainda, em 1927 elevou-se a 245.500.000 quilos a produção nacional de alfafa, tendo o Estado contribuído com a classe totalidade dessa produção, ou sejam 220.000.000 de quilos; 677.038.300 quilos de arroz, tendo o Estado contribuído com 100.000.000 de quilos; 850.565.412 quilos de açúcar, tendo o Estado contribuído com 25.000.000 de quilos; 4.677.800 quilos de aveia, tendo o Estado contribuído com 3.800.000; ...... 270.027.200 quilos de batata, tendo o Estado contribuído com 210.000.000.

A produção agrícola do Estado, na safra de 1931/32 atingiu a 3.828.480 toneladas no valor de 418.191:600$000, havendo uma diferença para menos, em confronto com a safra anterior (1930/31), 22.450 toneladas, no valor de .. 35.727:150$000. Os cereais (de Ceres, **deusa dos campos)** de maior consumo universal são o trigo, o milho, o arroz, a aveia, o centeio e a cevada. O trigo é uma gramínea anual (triticum vulgare), que o Brasil sempre importou numa média de 40.000 por ano. Nestes últimos tempos, porém, se

vem operando uma reação salutar no organismo econômico Rio-Grandense, sob o estímulo e proteção do govêrno.

A estimativa das safras nacionais de 1926/27 é de ... 120.000.000 de quilos de trigo para o Rio-Grande-do-Sul, vindo em segundo lugar Santa-Catarina com 2.800.000 e em último o Paraná, com 2.100.000 quilos. A produção do trigo na safra de 1931/32 foi de 126.000 toneladas, no valor de 50.600:000$000. Em relação à área cultivada ocupa o trigo o segundo lugar; em referência ao valor lhe coube o segundo lugar. E' hoje continuado em mais de trinta municípios rio-grandenses de preferência nas colônias. As terras argilo-silicosas lhes são favoráveis. "O produto é de fácil transporte e conservação. Pode ser tratado em farinha ou em grão. Só precisa ser preservado contra a umidade e os roedores. Estas circunstâncias ainda vêm facilitar a extensão das culturas por tôdas as zonas do globo". O milho, gramínea utilíssima que em botânica se denomina zea mays, é dos alimentos mais úteis ao homem e aos animais de tôda a espécie. Depois do café é o principal produto brasileiro.

Alimento excencialmente nutritivo, o grão de milho produz fubá, farinha, cangica, maizena, angú, pão, bolos, biscoutos e ainda glicose, óleo, glicorina e gás iluminante. A produção anual de milho no Rio-Grande-do-Sul é de .. 787.457 toneladas, ocupando o Estado o segundo lugar depois de S.-Paulo e Minas-Gerais. O milho dá boa produção no solo argilo-sílico-humose. Nos terrenos ricos de humos (várzeas e banhados) essa gramínea se desenvolve maravilhosamente. Os tipos excencialmente cultivados no Brasil são: O amarelo, o pérola, o catete, o goiano e o cristalino. "Na cultura racional do milho são empregados arados simples ou de discos para lavrar, grades para preparar o terreno, semeadoras para plantar, cultivadoras e capinadoras. Poupa assim braços, trabalho e tempo. Nas nossas escolas agrícolas já estão bem estudadas e estabelecidas em todos os detalhes as condições de cultura racional nas diferentes zonas do país. A colheita do milho se faz ou apa-

nhando só a espiga e deixando o resto no campo ou cotôda a planta para a encilhagem.

No Brasil o rendimento médio é de 20 hectolitros por hectare, alcançando 28 hectolitros no Rio-Grande-do-Sul". B. H. Hunnicutt calculou, em 1924, que cêrca de 60 % da produção é aplicada à alimentação de gado, especialmente o suíno que consome 50 %. Os restantes 40 % são destinados à alimentação humana e à exportação. Os municípios que concorrem com a maior produção do milho são: Guaporé, Lajeado, Erechim, Montenegro e Lagoa-Vermelha, com uma safra anual de 40.000 toneladas, em média, para cada um. O arroz (Oriza Sativa) é um dos cereais de maior consumo universal.

O Brasil ocupa o primeiro lugar na produção mundial do arroz. Cabe ao Rio-Grande-do-Sul o primeiro lugar na pauta de exportação nacional, pois em 1926 contribuiu com 70 %; em 1929 com 95 %; em 1930 com 67 % e em 1931 com 81 %. Cultiva-se de preferência no país, as variedades "Japonesa", "Agulha", "Originária", "Mazurka", "Raugino" e "Carolina". No Rio-Grande-do-Sul são preferentemente cultivadas as duas primeiras variedades. Para a exportação global do Estado, o arroz concorreu em 1928, com 78.585.793 quilos, no valor de meio século. Entretanto o seu desenvolvimento mais acentuado data da criação da tarifa protecionista, impondo taxas elevadas para o estrangeiro. Foi o município de Cachoeira que teve início no novo surto de prosperidade dessa cultura, irradiante daí para outros municípios hoje cultivadores também em grande escala, embora conserve ainda a supremacia sôbre os demais". Os maiores centros exportadores de arroz estão situados em Pôrto-Alegre, Cachoeira, Rio-Pardo, Montenegro e Santo-Ângelo.

A aveia é semeada numa área de 4.746 hectares e a sua produção é estimada em 5.512.000 quilos.

A cevada ocupa uma área de 6.816 hectares. No Brasil os únicos estados que a cultivavam, além do Rio-Grande-do-Sul, são o Paraná e Santa-Catarina. "Esta gramínea desempenha papel importante na fabricação de cerveja, sendo a nossa produção deficiente para o consumo das fá-

bricas. As fôlhas e os colmos da planta são aproveitáveis na alimentação dos animais, sobretudo como forragem verde durante o inverno. A produção do Estado no ano de 1931/32, foi de 8.360 toneladas".

O centeio não tem significação econômica da produção nacional. Não obstante, cultiva-se-o em pequena escala no Rio-Grande-do-Sul, Santa-Catarina e Paraná. A área semeada neste Estado é de 4.091 hectares, estimando-se a sua produção em 5.327.000 quilos.

A cultura universal de trigo tem reduzido, consideràvelmente, a produção do centeio. O govêrno criou três estações filotécnicas, respectivamente em Bagé, S.-Luiz e Alfredo-Chaves. Essas estações têm por fim a experimentação e seleção de cereais, especialmente trigo, centeio, aveia, cevada e milho.

A alfafa (mendicato sativa) cujo nome se origina do castelhano alfafa, é uma planta forrageira cultivada no Estado. No ano agrícola de 1931/32 regulava ser de 26.000 hectares a área cultivada no Estado, produzindo 139 mil toneladas no valor de 29.000:000$000. As zonas de maior produção de alfafa são: Taquara, S.-Sebastião-do-Caí, Pelotas, Santo-Ângelo, Guaporé, Montenegro, Santa-Maria e S.-Luiz-Gonzaga. "Desde 1921 que a alfafa perdeu a sua fisionomia de artigo de exportação e hoje, pràticamente, a produção da Mendicato Sativa" pode ser considerada como de exclusive consumo local, exceto pequenas quantidades que ainda se escoam para os mercados nacionais".

Os feculentos são a batata e a mandioca. A batata (solanum tuberosa) entre as várias raízes alimentícias é uma das preferidas. As zonas temperada e tropical são as escolhidas para o cultivo dêsse tubérculo. O Brasil cultiva êsse gênero de produção, principalmente no sul.

Em 1928, o Rio-Grande-do-Sul figurou no quadro de exportação global de seus produtos, com 27.289.003 quilos de batatas no valor de 6.781:269$340. A área cultivada (batata inglesa) está avaliada em 25.860 hectares localizada, principalmente, na zona colonial alemã.

Em 1931, a producção atingiu a 133.000 toneladas, no valor de 30.500:000$000.

A batata doce é largamente cultivada no Rio-Grande-do-Sul, cuja área semeada está calculada em 46.630 hectares, em uma produção de 200.000 toneladas. "Há variedades de tubérculos roxos, brancos e amarelos, de dimensões diversas. Os tubérculos são doces, muito ricos em fécula, a qual contém, geralmente, uma porcentagem de 15 %. De sabor agradável, são mais nutritivos que as da batata inglesa".

A mandioca (manihot utilíssima) é originária do Brasil, onde os índios a cultivaram desde tempos imemoráveis. E' uma planta rústica e de grande rendimento em fécula alimentícia. No intuito de resolver o problema de trigo, o govêrno federal tem estimulado a confecção do pão com o adicionamento de 30 % de farinha de mandioca. O Rio-Grande-do-Sul cultiva a mandioca em quantidade apreciável. Em 1928, o seu coeficiente de exportação foi de 37.300.569 quilos de farinha de mandioca, no valor de 11.182:727$460. A área cultivada no Estado, no ano agrícola de 1931/32 foi de 72.630 hectares, produzindo 265.300 toneladas de raízes que proporcionaram 130.000 toneladas de farinha.

A utilização da mandioca é feita sob a forma de fécula, raspas e sobretudo da conhecida farinha de mandioca, gênero de larga aceitação na substância das populações do interior e fabricada no Rio-Grande com capricho especial, de modo a torná-la um dos tipos mais apreciados nos mercados consumidores. Os solos escolhidos para a cultura da mandioca são de ordinário os arenosos e pobres, onde outras culturas dariam fracos rendimentos. Os terrenos sílico-humosos profundos são os melhores para esta cultura, pois facilitam o desenvolvimento das raízes e também o arrancamento na época das colheitas".

Das plantas sacaríferas, como sejam a cana de açúcar, a beterraba e o lúpulo, a única cultivada no Brasil é a primeira. O açúcar (derivado das palavras tibetanas ça, terra ou poeira e kar, branca) começou a ser cultivado em diversos municípios do Rio-Grande-do-Sul, onde existem diversas distilarias, das quais a mais importante é a de Santa-

Maria, no município de Conceição-do-Arroio. Na safra de 1931/32 a produção da cana foi de 58.000 toneladas no valor de 39.600:000$000.

O feijão (Phaseolus vulgares) é uma leguminosa que existe nas seguintes variedades: preto, branco, manteiga, cavalo, mulatinho, enxôfre e anão. O feijão é cultivado e consumido de preferência no Rio-Grande-do-Sul, onde essa leguminosa é semeada em duas épocas, proporcionando assim duas safras: a das "águas" e a das "sêcas". O Rio-Grande-do-Sul tem 42.000 hectares de áreas semeadas e ocupa o segundo lugar na produção do feijão. Na produção global de 1928, o Rio-Grande-do-Sul figura com 39.776.817 quilos de feijão, no valor de 24.596:918$300, logo depois de São-Paulo e acima de Minas-Gerais; e na de 1931, com .. 33.724 toneladas no valor de 8.758:000$000. O feijão concorre com 4,8 %, em relação ao valor total da produção. "E' planta de clima temperado, sendo-lhe desfavoráveis os fortes como prolongados estios.

As sêcas lhe são prejudiciais e produzem-lhes grandes danos as geadas".

Os exportadores de feijão se encontram estabelecidos de preferência em Pôrto-Alegre, Pelotas, São-Leopoldo, Lajeado e Taquara.

A cebola é uma planta bulbosa, hortense (allim caepa), que ocupa lugar destacado no quadro econômico rio-grandense, concorrendo para a exportação do Estado com uma produção calculada em 6.600:000$000. Na safra de 1931/32 foi de 5.344 hectares, com uma produção de 49.540 toneladas. O valor total da produção nesse período atingiu a 14.000:000$000. A cebola ocupa o 2.º lugar no quadro dos produtos exportados, numa percentagem de 47,5 %.

O fumo (em Botânica denominado tabaco ou nicotina tabacum) é um excitante poderoso, narcótico e antissético, cultivado nos climas tropicais ou sub-tropicais. O Brasil é um país de notável produção de fumo, figurando o Rio-Grande-do-Sul em 2.º no quadro brasileiro, suplantado apenas pela Baía.

E' cultivado de preferência na região de Santa-Cruz,

sendo as variedades mais conhecidas dessa região, o fumo amarelo, cuba e amarelinho. O fumo negro, o amarelão e o moçambique são cultivados na região serrana, e o fumo fino, aromático, apenas para exportação de fôlhas. Tôdas essas variedades se encontram nos municípios de Santa-Cruz, Santo-Ângelo, Candelaria, Jacuí, Venâncio-Aires, Uruguaiana, Júlio-de-Castilhos e Cachoeira. Em 1928 o Estado concorreu para a exportação global com 5.998.444 quilos, no valor de 26.003:603$00, ou sejam cêrca de 62 % do valor de sua produção. Existem numerosos estabelecimentos exportadores de fumo em Pôrto-Alegre, Pelotas, Cachoeira e Santa-Cruz, e importantes fábricas na capital, Bagé, Santa-Cruz, Cangussú, Jaguarí, D.-Pedrito e Livramento. Houve em 1934 grande aumento na exportação de fumo que atingiu a 31.141 toneladas, no valor de 52.208 contos de réis, contra 20.097 toneladas, no valor de 29.784:000$000 em 1933. Tivemos, conseqüentemente o acréscimo, no volume, de .. 11.044 toneladas e, no valor de 22.424:000$000.

NOTA: — O govêrno da República cogita de iniciar uma propaganda intensa da lavoura do trigo, segundo orientação semelhante à que imprimiu neste Estado, em 1930.

E uma vez iniciada essa obra fecunda e grandiosa, veremos o Rio-Grande, dado as suas magníficas condições de solo e clima, resolver um dos problemas vitais da economia brasileira, pois que "se o Brasil quiser — diz o Dr Gaspar D. Ochoa — poderá abastecer-se do precioso grão, pelo incremento da produção nacional, e, se houver necessidade, o Rio-Grande-do-Sul poderá produzir todo o trigo que o país precisar".

INDÚSTRIA DOS LACTICÍNIOS

Antigamente, as estatísticas nacionais registavam um coeficiente muito alto na importação de lacticínios. Hoje verificou-se o inverso dêsse fato, isto é, o Estado exporta ao invés de importar.

Os grandes Estados brasileiros exploram essa futura indústria com a utilização da raça holandesa no melhoramento do gado de leite. Secundàriamente, a raça Schwytz é utilizada no mesmo sentido.

Destarte, as necessidades internas do país são plenamente satisfeitas e os produtos lácteos figuram ainda, em escala apreciável, no quadro geral da exportação brasileira. Entre êsses estados ocupa lugar de destaque o Rio-Grande-do-Sul, não só no leite como na indústria de seus derivados. "O valor especial do leite reside na sua qualidade única como alimento suplementar. Suas proteínas têm um alto valor biológico e são de uma constituïção tal que aumentam o valor de muitos proteínas de outros alimentos; são de valor relativamente pequeno como fonte de produtos de digestão. O leite contém tôdas as vitaminas até agora descobertas, embora essa riqueza não seja uniforme". Inúmeras fábricas de manteiga estão situadas em Cachoeira, Estrêla e Garibaldi, especialmente na primeira: fábricas de queijos existem em Bento-Gonçalves, Lageado, Pinheiro-Machado, Montenegro, Caxias, Garibaldi, Guaporé, Erechim, São-Leopoldo, Taquara, etc.

NOTA: — Um dos últimos recenseamentos procedidos no país dá para o Estado-de-Minas-Gerais a seguinte produção: 15.000 toneladas de manteiga e 26.000 de queijo. Em 2.º lugar vem o Rio-Grande-do-Sul com 3.500 toneladas de manteiga e 6.000 de queijo; em 3.º o Estado-do-Rio com 3.000 e 4.000 respectivamente;

em 4.º São-Paulo com 2.500 e 3.500 respectivamente e em 5.º o Paraná respectivamente com 1.000 e 2.000 etc...

INDÚSTRIA DA MADEIRA

O Brasil é o país mais florestoso do mundo. Dos seus 8.500.000 quilômetros quadrados, 3.000.000 representam uma área tôda povoada de floresta. Exporta pau-brasil, jacarandá, pinho do Paraná, massarndubs, cedro, sebastião de arruda, gonçalo alves, acapú, etc., na importância de vinte mil contos de réis. O Rio-Grande-do-Sul, por seu turno, como parte dêssse todo florestal, é riquíssimo no reino vegetal. As suas florestas cobrem uma têrça parte, aproximadamente, do território e contém esplêndidas madeiras, para construção, tinturaria e cortume, plantas frutíferas de muitas qualidades, plantas medicinais e horticultura. Existem na zona norte do Estado gigantescos pinheiros, cujos troncos atingem a altura de 40 metros; e cedro que atinge a altura de 28 metros, e, às vezes, o diâmetro de 1m80; o louro que é excelente madeira para marcenaria, produz tábua até 16m,50 de comprimento; a peroba, o jacarandá, o ipé, a canela, tôdas excelentes para construção. O Rio-Grande-do-Sul figurou na exportação global com 38.377.205 quilogramos de madeira, no total aproximado de oito mil contos de réis.

O município do Prata é situado na região colonial do Estado e desmembrado no território de Alfredo-Chaves pelo Decreto n.º 3.351 de 11 de agôsto de 1924, que o elevou à categoria de município. No ano agrícola de 1931/32, o município do Prata figurou com doze estabelecimentos industriais de madeira, capital de 457:500$000, e 600:000$000 de valor da produção. Os municípios de Pôrto-Alegre, Santa-Rosa, Santo-Ângelo, São-Francisco-de-Paula, São-Leopoldo, Taquara, Vacaria (que registou trinta e dois estabelecimentos com o capital de 478:000$000) são os mais notáveis nesse ramo da atividade industrial.

ERVA - MATE

A mais importante indústria extrativa do Estado é a da erva-mate (Ilex-paraguaiensis) que abunda nas Missões e nas matas de Camaquã, São-Jerônimo, etc. A erva-mate é extraída das grandes variedades de plantas, como sejam a orelha de burro, a branca, a do talo roxo, a da fôlha grande, a do talo branco e fôlha miúda. A caaverá, a caúna e outras fornecem mate, inferior. A-pesar-dos processos rudimentares da manufatura do mate, a exportação dêsse produto se desenvolveu sobremodo, desde os primórdios do século passado. Assim é que, em 1820, a exportação para o exterior foi de 83.463 quilogramos; em 1821, 579.755 quilogramos; em 1822, 1.353.143 quilogramos.

No período da guerra farroupilha houve um sensível decréscimo na exportação, a qual aumentou nos períodos seguintes. O seu **habitat** é Paraná, Santa-Catarina e Mato-Grosso, mas o Rio-Grande-do-Sul também cultiva em regular quantidade, produzindo em média 8.000 toneladas, das quais 40 % são destinadas à exportação. E' uma bebida agradável, estimulante e dotada de altas propriedades terapêuticas. A árvore viça espontâneamente e mede três a seis metros de altura. A análise química do mate demonstrou a existência de cafeína, mateína, tanino, resina, óleo essencial e clorofila; nas cinzas foram encontrados creosoto, litina, ácido silícico e carbônico, sulfato de sódio, arseniato de sódio, cloreto de cálcio e bicarbonato de cálcio, potássio, magnésio, sódio e ferro. E' a bebida preferida do gaúcho e, quiçá, a mais saüdável. Toma-se o "chimarrão" na clássica cuia e bomba de metal, em infusão sem açúcar. O seu preparo requer uma técnica especial e é feito com auxílio da cuia, com uma abertura de uma polegada ou pouco mais de diâmetro, e da bomba, que é um tubo metálico, achatado numa das extremidades e terminado na outra por uma esfera ôca crivada de orifícios.

"E' bebida tônica, estimulante e diurética — diz ilustre geógrafo — mantendo as fôrças sem cansar os músculos. Considerada como um dos mais econômicos alimentos res-

piratórios, tem a propriedade de sustentar as fôrças do organismo, mitigar a sensação da fome, estimulando ao mesmo tempo a atividade intelectual e as faculdades físicas, e constituindo, portanto, a bebida ideal para tôdas as classes que trabalham". Os exportadores de erva-mate estão estabelecidos de preferência em Caxias, Livramento, Rio-Pardo e Garibaldi. O consumo mundial do mate, em 1929, foi de 146.200.000 quilos, sendo na Argentina noventa milhões; no Brasil vinte e cinco milhões; no Uruguai, dezoito milhões; no Paraguai seis milhões e quinhentos mil quilos; no Chile seis milhões e duzentos mil, e noutros países, quinhentos mil quilos.

Em 1932, o consumo na Argentina ultrapassou a cem milhões de quilos. O Brasil exportou nesse ano, 81.400.096 quilos.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

A indústria da cana de açúcar, que permaneceu estacionária durante largos anos recebeu, no início do govêrno Getúlio Vargas, um vigoroso impulso.

Em fevereiro de 1928 inaugurava-se a Usina de Santa-Marta, em Conceição-do-Arroio (hoje General Osório) destinada, principalmente, à fabricação de açúcar, para o que o Estado concedia vários benefícios, sendo o seu produto de primeira categoria. Em fins de 1933, o Sr. General Flores da Cunha determinou a construção de "banguês" em Santo-Antônio-da-Patrulha e Três-Forquilhas, município de Osório, para o fabrico de açúcar "mascavinho". O alcool fabricado no Estado alcança várias centenas de milhões de litros e a aguardente sobe a quasi dez milhões.

INDÚSTRIA CARBONÍFERA

Atualmente o carvão mineral é explorado pelas "Companhias-Carboníferas - Rio-Grandenses", Minas - do - Butiá; Companhia-Estrada-de-Ferro e Minas de S.-Jerônimo, Arroio-dos-Ratos e Companhia-Minas-do-Recreio. A produção do

carvão mineral que é utilizada na rede ferroviária do Estado, elevou-se no ano de 1931, a 422.000 toneladas, produzindo 14.996:000$000, havendo sôbre a produção do ano anterior (1930) um acréscimo de 84.000 toneladas, no valor de 1.885:000$000.

INDÚSTRIA FABRIL

A indústria fabril apresenta dia a dia os melhores índices de desenvolvimento. Oficinas de carpintarias e marcenarias desdobram-se na fabricação de móveis, desde as mais simples e rudimentares até os mais luxuosos e artísticos. Também para as obras metálicas de ferro, bronze e cobre há grande número de oficinas onde aqueles metais são trabalhados desde o prego até a construção de possantes caldeiras e motores a vapor. A indústria de fiação e tecidos se acha grandemente desenvolvida. O Estado produz casemiras, de lã bruta, ponches de pala, cobertores, cochonilhos, brins, cassinetas, riscados, pelúcias, chales de algodão, chapéus e meias. Encontra-se para tais espécies de indústria, excelente matéria prima no território rio-grandense. A lã é de ótima qualidade e o linho (linum usitatissimum L.) vegeta com extrema facilidade. O algodão a-pesar-da sua cultura fácil e rendosa, não é exportado. Nas mesmas condições o cânhamo e a seda. As fibras do cânhamo prestam-se para o fabrico de cordas, barbantes, brins e lonas para navios.

A criação do bicho da seda é também fácil devido à vegetação abundante da amoreira do norte e oeste do Estado, especialmente nos vales dos rios Caí e Taquarí. Existem disseminadas por todo o Estado diversas fábricas destinadas ao preparo de massas alimentícias, conservas e doces que não servem apenas para o consumo interno, visto que concorrem também para a exportação.

Embora incipiente, a indústria do alcool, extraído da cana de açúcar e de diversas frutas e cereais representa um fator apreciável na economia rio-grandense.

Oferecem magníficos produtos os cortumes, pois os cal-

çados e arreios confeccionados dentro e fora do Estado com sola e couro oriundo do Rio-Grande-do-Sul, têm grande aceitação nos mercados do país e do estrangeiro.

Existem também fábricas secundárias de produtos cerâmicos, obras de vime, papelaria e impressões, ourivesaria e joalharia, fábricas de vidros, etc.

Além do xarque, as xarqueadas exportam artigos dignos de menção, como sejam a graxa, o sebo, os chifres (úteis à indústria de botões, barbatanas, pentes etc.), o cabelo, as unhas de boi, canelas, umbigo, sabugos de chifres, carvão animal, salame, línguas e carnes em conserva.

VINHOS

Os vinhos do Rio-Grande, fabricados de preferência na região colonial e serrana, constituem fatores apreciáveis da economia do Estado. Com efeito o Rio-Grande-do-Sul é o maior produtor de vinho no país. São conhecidos os produtos de Caxias, Bento-Gonçalves, Garibaldi e Nova-Trento, municípios que têm na indústria vinícola a sua maior riqueza. Em 1931, a produção da zona vinícola se elevou a 191.300 toneladas de uvas no valor de 57 mil contos de réis, produzindo 58.000.000 de litros de vinho. Os centros de atividade da indústria viti-vinícola exportaram em 1931, ... 26.130.000 litros de vinho. O vinho rio-grandense é idêntico aos similares estrangeiros e concorre para a economia do Estado com 17.477:794$000. Os centros de exportação de vinho estão situados em Pôrto-Alegre, Caxias, Bento-Gonçalves. Caxias concorre anualmente com uma média de 18.000.000 de litros de vinho. O govêrno criou nesse município a Estação Experimental de Viticultura e Enologia.

Examina-se presentemente, com probabilidades de sucesso, as possibilidades vinícolas do município de Pelotas.

NOTA: — A indústria da pesca, embora incipiente tem no Estado uma futurosa reserva.
Em Pelotas e Rio-Grande tem sido apreciável a exportação de peixe cuja média anual é de 1.500 toneladas.

FRUTAS

Na indústria das frutas destacaremos as laranjas que representam um notável papel na economia nacional. De ano para ano cresce a sua exportação para mercados estrangeiros. E' o que demonstra a saída efetuada nos meses de janeiro a outubro de 1933 e dos anos imediatamente anteriores. Nos ditos meses de janeiro a outubro de 1929, o Brasil exportou 697.971 caixas de laranjas; em igual período de 1930, 704.418; de 1931, 1.704.311; de 1932 1.804.437; de 1933, 3.311.621. As laranjas exportadas de janeiro a outubro de 1933 renderam ao país 46.288:000$000, eqüivalentes a Libras 556.000.

Cabe à Exportação Experimental de Pomicultura de Taquarí fazer, na esfera econômica estadual, a propaganda da cultura e exportação da laranja. Rica em vitamina C, como a maioria das frutas, vitamina que não se encontra em tão alta excala nos demais alimentos naturais, a exceção de alguns vegetais suculentos, a laranja terá futuramente um lugar destacado como fator alimentício e econômico da vida rio-grandense. Existem atualmente apenas dois estabelecimentos exportadores de laranjas, sendo um em Pôrto-Alegre e outro na cidade de Rio-Grande. Se seguíssemos o maravilhoso exemplo de São-Paulo cuja exportação citrícula em 1931 se elevou a 814.524 caixas; em 1932 a 739.084 (decréscimo motivado pela revolução constitucionalista); em 1933 a 1.173.351, não tardaríamos a ocupar lugar destacado nesse gênero de cultura.

"São-Paulo exporta em larga escala para as ilhas Britânicas, e em menor quantidade para a Holanda, Argentina, Bélgica, Alemanha, França, Itália, Noruega, Suécia, Espanha, Portugal e Dinamarca, as seguintes espécies e variedades: — Baís, Pera, Seedlings, Cravo, Lima, Pomelo, Valência, Limão, Diva, Natal, do Céu, Barão, Coco, Lisa, Abacaxí, São-Sebastião, Mangaratiba, Seleta, Sanguínea, São-João, Serrana, Paulista, etc. Como cultivo incipiente, rotineiro e infestado de parasitas, não poderá o Rio-Grande-do-Sul obter dos seus la-

ranjais a renda que era de esperar da qualidade de suas terras e da excelência de seu clima".

São afamadas as laranjas de Taquarí, São-Borja e Caçapava; as peras de Jaguarão e Santa-Vitória; as maças da Serra; as bergamotas de Rio-Pardo e Itaquí; as melancias de Triunfo e São-Jerônimo; os pêssegos de Santa-Vitória, Pelotas e Jaguarão, diz o professor A. G. Lima, em um dos seus belos trabalhos didáticos.

NOTA: — No primeiro semestre do corrente ano o Brasil exportou: Banana, 4.970.392 cachos no valor de 12.564:000$000; laranjas, ... 909.721 caixas, no valor de 20.656:000$000; e outras frutas de mesa, 3.486 toneladas, no valor de 1.652:000$000. Houve, sôbre igual período de 1934, as diferenças para mais, no corrente ano bananas, mais 1.103.701 cachos no valor de 2.550:000$000; laranjas, 13.242 caixas no valor de 1.614:000$000; outras frutas de mesa, mais 1.213 toneladas, no valor de 351:000$000.

PECUÁRIA

Na criação nacional de gado bovino, o Rio-Grande-do-Sul, ocupa o primeiro lugar, seguindo-se em segundo lugar Minas-Gerais, em terceiro Goiaz e Mato-Grosso, em quarto a Baía e em quinto São-Paulo. Nas estatísticas do país, o Rio-Grande-do-Sul aparece ainda em primeiro lugar na criação de carneiros, seguindo-se em segundo lugar a Baía e em terceiro Minas-Gerais. Quanto aos muares, figura em primeiro lugar, no quadro brasileiro, o Estado-de-Minas-Gerais, em segundo a Baía, em terceiro São-Paulo e em quarto lugar o Rio-Grande do-Sul. No que respeita ao gado de corte, cabe ao Rio-Grande-do--Sul, quer quanto à qualidade, quer quanto à quantidade,

a supremacia industrial. Com o concurso de raças inglesas especializadas na produção da carne, como a Hereford, a Shorthorn e a Bled-Angus, multiplicaram-se os rebanhos que foram sensìvelmente melhorados. Compete ao Brasil o terceiro lugar no mundo quanto às espécies suínas, asinina e muar; o quarto quanto à espécie caprina; o quinto quanto às espécies equinas e bovinas e o décimo quarto quanto à espécie ovina.

Em 1921 era assim estimada a população pecuária do Estado: bovino 9.976.900 cabeças no valor total de .... 995.195:400$000; gado equino 1.573.000 cabeças no valor de 92.481:000$000; gado muar 404.050 cabeças no valor de 44.182:000$000; gado ovino 5.294.950 cabeças no valor de 102.028:650$000; gado caprino 162.100 cabeças no valor de 1.614:900$000; gado suíno 6.038.800 cabeças no valor de 187.284:500$000.

NOTA: — O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os maiores países criadores. O 1.º lugar compete à Índia, cujo rebanho de bovinos é de 157.762.000 cabeças; vêm em seguida os Estados-Unidos com 68.290.000; em terceiro o Brasil, com 47.492.000; o 4.º país maior criador de Bovinos é a Argentina com 32.000.000 de cabeças.

INDÚSTRIA ANIMAL

Após o irrompimento da conflagração européia, diversos países do velho continente iniciaram, em larga escala, a importação de carnes congeladas do Brasil. Entre êsses países assinalam-se a França, a Inglaterra e a Itália.

Nessas condições, devido ao vigoroso impulso tomado pelo comércio de carnes congeladas, fundaram-se no país cinco frigoríficos sendo um no Rio-Grande-do-Sul (Cia. Zwift do Brasil — S./A. — Rio-Grande). Embora ainda deficiente, o serviço de preparação e exportação de carnes con-

geladas, tende a melhorar dia a dia, pela seleção do gado. Relativamente ao consumo de carnes no Brasil, diz notável geógrafo patrício (reportando-se a um cálculo do Dr. Athanozoff) é de 630.000 toneladas, sendo 35 quilos por ano por habitante do centro e o do Sul e 25 quilos para o habitante nortista. Para êsse consumo é preciso uma matança de 800 mil bois. O valor dêsse consumo anual pode ser computado em trezentos mil contos de réis. As exportações de carnes congeladas em 1933, foram menores que a do ano anterior, tanto em quantidade como em valor. Em 1923, o país exportou 45.985 toneladas valendo 61.045 contos e em 1933 as remessas de carnes congeladas para o exterior foram de 44.012 toneladas, no valor de 47.618 contos. A diferença para menos no volume, foi de 1.973 toneladas, e no valor foi de 13.427 contos. Importam carnes congeladas do Brasil, a Bélgica, a Espanha, Marrocos, França e Gibraltar. Desde o ano de 1920 até 1934, as xarqueadas, saladeiros e frigoríficos do Estado abateram o total de ... 10.805.994 reses, sendo que no referido ano de 1934, o total de reses abatidas se elevou a 690.226. Além da "Companhia Swift do Brasil" — Rio-Grande, existem "Armour of Brasil Corporatin" e "Companhia Swift do Brasil" — Rosário. O consumo de carne no sul do Brasil suplanta consideràvelmemte o do norte. No Rio-Grande-do-Sul, a carne, alimento rico em proteína, é justamente preferido de tôdas as camadas sociais. Atualmente existem no Rio-Grande-do-Sul, 39 estabelecimentos saladerís em franco desenvolvimento. "Para avaliar sua alta expressão econômica basta considerar que, os produtos dêsses estabelecimentos, como o xarque, o couro, a graxa, o cebo, os chifres, e os ossos representam na exportação do Estado a importante soma de 64.000 contos de réis". Os saladeiros do Estado encerraram a safra de 1932 com 601.479 reses abatidas dando, em relação à safra anterior, um aumento de 121.933 cabeças nas matanças destinadas ao beneficiamento do xarque. São numerosos os estabelecimentos que exportam xarque no Estado, radicados de preferência nos municípios de Pôrto-

Alegre, Pelotas, Rio-Grande, Itaquí, Santa-Maria, Cachoeira, Uruguaiana, Bagé, S.-Gabriel, Santana-do-Livramento.

O couro é uma das principais indústrias do Estado. A manufatura de artefatos de couro, devido à abundância de matéria prima, tem tido notável desenvolvimento. São muitas e bem montadas as fábricas de calçados, arreios, artigos de selaria, malas, bolsas, etc., espalhadas no Estado e fora dêle. A exportação de couro em 1930 foi de 31.463 toneladas no valor de 57.576:485$000 e de 21.463 no valor de 39.625:870$000. Em 1931, foi de 26.440 toneladas no valor de 39.607:120$000 e de 19.615 toneladas no valor de 29.377:114$000, respectivamente nos dois semestres. Os estabelecimentos exportadores de couro e peles preparadas estão situados em Pôrto-Alegre, Pelotas, São-Leopoldo, Novo-Hamburgo, Ijuí, Guaporé, Bagé, Rio-Pardo, Uruguaiana, Caxias, Santa-Maria e Estrêla.

Em 1932, o número de estabelecimentos industriais do Estado se elevou a 7.629, com o capital de 476.299:330$000. O pessoal da administração se eleva a 10.487 indivíduos, sendo 10.165 homens e 322 mulheres; o número de operários atingia a um total de 42.001, sendo 35.715 homens e 6.286 mulheres.

O valor total de produção naquele ano se elevou a ... 797.666:779$000.

NOTA: — O govêrno do Estado organizou (Decreto datado de julho de 1934) uma entidade encarregada de promover a industrialização de carnes, frutos, legumes, etc., mediante a instalação de matadouros e câmaras frias em diversos pontos do Estado, com a denominação de "Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes" e em substituïção à "Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes", criada em 1932, por inicativa dos criadores.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

O Rio-Grande-do-Sul importa o trigo, as máquinas, a seda, o linho, o petróleo, o vinho estrangeiro, os produtos químicos, os estofos, os artigos de luxo, o papel, o cimento, o aço, o ferro, o material ferroviário, os artigos de eletricidade, os veículos, os navios, a gasolina, os tecidos de algodão, a louça, a vidraçaria, perfumarias, as jóias, os relógios, etc.

O trigo é importado, em primeiro lugar, da Argentina, em segundo, do Uruguai e em terceiro dos Estados-Unidos. A Inglaterra, os Estados-Unidos, a Alemanha, a França, e a Bélgica vendem ao Estado máquinas, material de estrada de ferro, produtos químicos, perfumarias e modas. A França, Espanha e Portugal fornecem vinhos, licores, sardinhas. A importação dos portos estrangeiros subiu, aos seis primeiros meses de 1933, a um total de 103.516.305 quilos contra 75.660.738 quilos em igual período de 1932. Houve assim, em 1933, uma diferença para mais de 27.855.477 quilos. Quanto ao valor dos artigos importados do estrangeiro verifica-se no mesmo período uma diferença para mais, em 1933, Rs. 11.437:999$000. O comércio de cabotagem em janeiro e fevereiro de 1934 sofreu, em relação aos mesmos períodos do ano anterior, um declínio considerável tanto na importação como na exportação. Realmente nos dois primeiros meses de 1933, o Rio-Grande importou de outros Estados, 34.090 toneladas por 66.813:000$000 e em 1934, essas compras montaram a 31.765 toneladas por 59.486:000$000. Houve, portanto, uma diferença para menos de 2.325 toneladas no valor de 7.327:000$000.

Durante o decênio compreendido entre 1919 a 1928, tiveram sensível desdobramento as explorações globais do Estado, conforme se verifica da seguinte tabela:

1919	—	328.586	toneladas	215.572:413$000
1920	—	301.473	”	197.879:307$000
1921	—	349.633	”	214.959:313$000
1922	—	342.337	”	233.071:991$000

1923 —	404.660	toneladas	311.150:893$000
1924 —	438.530	"	413.942:718$000
1925 —	402.530	"	473.997:405$000
1926 —	447.441	"	347.445:137$690
1927 —	542.703	"	415.915:791$389
1928 —	557.774	"	580.722:417$000

As oscilações que ressaltam dêsses dados são apreciadas, em mensagem do presidente Getúlio Vargas à Assembléia dos representantes (1930) da seguinte forma: "As flutuações que nesse números se exprimem, refletem a interferência de fatores vários e complexos. A referente ao exercício de 1920 encontra sua explicação, por certo, nas circunstâncias das nações européias, restabelecida a normalidade dos respectivos trabalhos agrícolas e fabrís, terem restringido as suas importações. Essa causa geral, como é sabido, agravou-se entre nós, por fôrça da crise de transportes ferroviários e marítimos, que então nos assoberbou, além do efeito das deficiências do meio circulante, o que levou os bancos à limitação do crédito.

Em 1922, o valor oficial da exportação foi superior aos apurados em 1921. Não obstante, houve um decréscimo de pouco menos de 7.000 toneladas, conseqüência ainda da diminuïção das nossas vendas para países da Europa e, também, para o Uruguai. No exercício de 1925, ocorreu fenômeno idêntico, isto é, aumentou o valor, porém, diminuiu o pêso dos produtos exportados. A interpretação lógica fornece-a, sem dúvida, a luta civil que perturbou a vida do Rio-Grande, isoladamente em 1923, e, afinal de todo o país, em 1924. Conjugaram-se assim dois fatores: a restrição da nossa capacidade de exportação e o encarecimento excepcional dos produtos. Efetivamente, nesse ano, os principais gêneros de consumo tiveram a seguinte majoração por quilo, sôbre os preços vigorantes em 1924; arroz 350; banha 790; farinha de mandioca 230; feijão 620; vinho 360; xarque produtos bovinos congelados 2.180. Em 1926, normalizada a vida do país, o aumento da produção determinou a queda das cotações. Daí a depressão que se encontra apenas no

valor global da exportação do Estado, cujos principais artigos, em confronto com o exercício de 1925, sofreram notável redução: arroz menos 620 por quilo; banha 910; cabelo 1.330; couros salgados 550; crina 3.310; fumo em fôlha 660; lã 1.050; vinho 330 e xarque 550. "Regista-se, em 1927, a tendência para a volta ao ritmo regular, até que 1928 pêso e valor superam não só os daqueles exercícios, como também os de todos os anteriores, restabelecendo-se sua plenitude, a linha ascencional". A exportação de produtos rio-grandenses para portos estrangeiros subiu de 63.952.680 quilos, no primeiro semestre de 1932, para .... 72.179.860 quilos em igual período de 1923. Relativamente ao valor foi de 62.480:908$000, em 1933, contra .... 65.952:488$000, em 1932. Na parte referente ao comércio de cabotagem, verifica-se que a importação em 1933 foi superior a de 1932, em 17.135.167 quilos no valor de ..... 45.321:549$000. Quanto à exportação, nos seis primeiros meses de 1933, foi superior à do ano anterior, em .... 55.804.991 quilos, no valor de 41.635:047$000.

NOTA: — Constatada a existência do chisto betuminoso no município de S.-Gabriel, torna-se premente a sua exploração que é tanto mais imperiosa quanto é certo que o consumo anual do Estado é o seguinte: Querosene, 2.212.000 galões; gasolina, 4.320.000; gás oil, 295.000; lubrificantes, 398.000; parafina, 33.600, num total de 7.771.600 galões.

Pelas estatísticas ùltimamente publicadas em Pôrto-Alegre, o movimento de exportação por aquele pôrto, no primeiro semestre do corrente ano e em iguais períodos dos dois anos anteriores, foi o seguinte:

Alfafa — Fardos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	9.569	8.236	8.033
Fevereiro	—	1.220	7.735	3.350
Março	—	3.706	19.612	6.664
Abril	—	3.244	18.410	6.912
Maio	—	8.581	6.403	9.646
Junho	—	10.595	9.617	2.622
Totais	....	36.915	70.013	37.227

Arroz — Sacos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	100.978	30.156	49.505
Fevereiro	—	41.341	30.841	26.566
Março	—	73.090	74.762	47.484
Abril	—	99.864	119.508	133.810
Maio	—	79.444	194.122	166.122
Junho	—	177.043	170.740	97.995
Totais	....	572.660	620.129	521.471

Banha — Caixas

		1935	1934	1933
Janeiro	—	61.550	20.538	12.639
Fevereiro	—	66.179	45.539	27.001
Março	—	41.278	25.037	60.961
Abril	—	74.538	16.565	16.890
Maio	—	65.718	5.226	13.602
Junho	—	44.386	14.310	41.817
Totais	....	353.649	97.215	137.510

Farinha de mandioca — Sacos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	68.542	35.827	55.195
Fevereiro	—	54.482	31.674	39.259
Março	—	30.227	53.081	119.901
Abril	—	48.249	60.597	69.158
Maio	—	64.501	71.562	64.673
Junho	—	47.823	60.826	100.208
Totais	....	313.824	313.567	448.394

Fumo — Sacos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	21.545	14.220	10.484
Fevereiro	—	16.428	10.836	13.293
Março	—	14.959	19.058	14.986
Abril	—	19.088	14.610	13.502
Maio	—	16.522	12.326	18.160
Junho	—	13.948	9.902	21.674
Totais	....	102.490	80.961	92.101

Vinho — Caixas

		1935	1934	1933
Janeiro	—	8.363	7.641	10.643
Fevereiro	—	15.973	9.077	10.574
Março	—	13.280	9.927	8.835
Abril	—	12.029	10.091	7.840
Maio	—	14.599	13.937	9.662
Junho	—	18.932	13.562	13.811
Totais	....	83.176	64.235	61.365

Xarque — Fardos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	8.656	2.002	3.340
Fevereiro	—	7.125	4.052	2.743
Março	—	13.207	4.308	3.000
Abril	—	13.810	6.861	5.207
Maio	—	13.430	5.754	2.304
Junho	—	5.837	5.187	2.533
Totais		62.065	28.164	19.127

Erva — Mate — Sacos

		1935	1934	1933
Janeiro	—	3.255	.465	. 0
Fevereiro	—	4.573	1.015	. 11
Março	—	.400	2.239	.503
Abril	—	1.219	.670	1.010
Maio	—	.875	1.486	1.200
Junho	—	.346	1.581	.542
Totais		10.668	7.456	3.268

Durante o primeiro semestre do ano, o Rio-Grande-do-Sul exportou para o estrangeiro mercadorias no valor de réis 135.746:932$000, eqüivalentes a 142.086; importou outras no valor de 101.001:871$000, eqüivalentes a 772.134. Teve assim na sua balança comercial o saldo de .... 34.754:061$000, eqüivalentes a 369.952. Em ordem decrescente, os principais fregueses gaúchos foram: Uruguai, .. 47.258:105$000; Alemanha, 24.110:411$000; Grã-Bretanha, 22.561:107$000; Argentina, 18.018:902$000; Estados-Unidos, 10.136:192$000; Itália, 3.410:350$000; Holanda, ... 3.234:912$000; União Belgo-Luxemburguesa, 3.036:869$000; França, 1.591:806$000; Portugal, 868:137$000; e outros países, 691:308$000.

Os fornecedores, 31.410:236$000; Estados-Unidos, ...

18.869:824$000; Argentina, 12.604:050$000; União-Belgo-Luxemburguesa, 11.319:299$000; Grã-Bretanha, ... 8.710:753$000; Uruguai, 6.778:433$000; Holanda, ... 5.636:473$000; Suécia, 1.567:404$000; França, 772:190$000; México, 728:340$000; Chile, 546:034$000; Itália, ... 538:937$000; Noruega, 291:506$000; Portugal, 212:541$000; e outros países, 641:311$000.

Como já vimos, para os outros Estados brasileiros o Rio-Grande exportou 238.835:201$000 de mercadorias e importou outras no valor de 214.037:461$000, logrando o saldo de 24.797:740$000.

CONGRESSO RURAL

A Federação-das-Associações-Rurais do Estado vem realizando, anualmente, importantes congressos, em que são debatidos os mais variados assuntos que interessam de perto a lavoura e a pecuária rio-grandense. Em julho de 1934 teve lugar o VIII Congresso Rural, em Pôrto-Alegre. "E' inegável o valor dêsses conclaves, — diz o ilustre engenheiro agrônomo D. Brossard — procurando traçar sempre rumos bem seguros à nossa economia rural; procurando sempre estudar e discutir, com elevado critério e patriotismo, as soluções mais favoráveis, que se apresentam com o fim de amparar o Rio-Grande-do-Sul pastoril, ou remover a dificuldades mais salientes que entravam a nossa imensa riqueza dos campos. Já são por demais prolongados repercussão na própria economia do Estado. Premida pela crise, que vem como que paralisando o belo surto do seu desenvolvimento e progresso, a grande indústria rio-grandense reúne, para a sua defesa, tôdas as energias que possue. Daí nasceu, pela fôrça imperiosa da necessidade, a união da classe rural, trazendo como conseqüência a reünião anual dêsses conclaves, onde vem ter estudos e sugestões de remarcada importância para os nossos criadores e agricultores, para a própria riqueza do Rio-Grande".

MINERAÇÃO

A produção de ouro em vários municípios tem proporcionado resultados animadores. Além dêsse metal tem sido explorado o cobre, que existe no município de Caçapava. Os outros minerais são: wolfrânio, o chumbo, o ferro, o níquel, o carvão de pedra, o caolím, o salitre, o esmeril, a grafite e pedras preciosas (esmeralda, topázio, cornalinas, etc.).

As jazidas de ferro, onde êsse metal se apresenta sob forma de óxidos, ora impregnado de ouro, ora de mica, ora de quarzo, estão localizadas em São-Gabriel. O mármore ainda inexplorado, existe nos municípios de S.-Gabriel e Caçapava. De uma jazida de cobre em exploração no município de Camaquã, exportava-se o minério com 30 % de teor metálico para a Inglaterra.

Há importantes jazidas de cobre na Encruzilhada, Caçapava, Cêrro-Martinho e Primavera, variando de 7 a 25 %. No município de São-Luiz-Gonzaga (Missões), no vale do rio Ijuí-Grande, foi assinalada a existência do níquel.

O wolfrânio existe no Cêrro-Aurora, município de Encruzilhada. O ouro tem sido explorado no município de São-Sepé e São-Gabriel. Neste último, foi assinalado pelo mineralogista Oreste Banal. Os minérios auríferos nacionais são considerados poucos rendosos em teor. Em cada tonelada não se encontra além de 9 a 18 gramas de ouro. Em Lavras também foi feito o trabalho de mineração de ouro que apresentou o seguinte resultado: 80 % de ouro puro e 20 % de prata. O cobre existe em grande quantidade no município de Caçapava, onde foram assinaladas mais de vinte jazidas. Diversas delas têm sido exploradas sôbre o rio Camaquã. Nos municípios de Caçapava, São-Sepé e Rio-Pardo encontram-se excelentes jazidas de calcáreo para o fabrico do cal de primeira qualidade.

O ferro constitue outra riqueza ainda inexplorada no país, mas cujas jazidas poderão abastecer durante séculos a indústria universal. As jazidas mais importantes do Estado se encontram no município de São-Gabriel, que acaba

de revelar também a existência do petróleo em seu rico território. O minério do ferro no país se apresenta sob a forma de óxidos, magnetitos, itabiritos, oligistos, jacutingas, hematites, cangas, em cristais octaédricos, todos em porcentagem de metal superior a 60°.

NOTA: — A produção aurífera em Minas-Gerais atingiu, durante o ano de 1934, a 60.390:442$900. "Sem consultar a estatística — diz um cronista patrício — e ùnicamente procurando devassar o ambiente de nossas realidades, pode-se adiantar que, de seu ouro, o Brasil não aplica à prosperidade de sua vida econômica e financeira talvez nem 20 %. Mais de 80 % do ouro nacional, por uma forma ou outra, são drenados para o estrangeiro"...

VIAS DE COMUNICAÇÕES

CORREIOS

O serviço público federal dos correios fêz fusão com os telégrafos, por ato do Govêrno Provisório. O edifício em que funcionam os correios e telégrafos, em Pôrto-Alegre, está avaliado em 1.045:000$000. Foi construído em estilo francês da Renascença, tem três pavimentos e ocupa a área de 1.580 m.2.

Em 1931 a renda atingiu a 2.686:354$351, com uma diferença para menos de 411:001$181 sôbre a arrecadada no ano anterior foi de 3.097:355$562. A despesa alcançou a cifra de 2.683:573$139, contra a de 2.754:873$756, em 1930, menor portanto. O serviço postal marítimo no pôrto da capital visitou 7.667 embarcações durante o ano de 1931, contra 8.045 no anterior. Subordinadas à Diretoria Regional, funcionaram 174 agências. As prefeituras municipais não raro auxiliam e encorajam com verbas especiais os condutores de correspondência. "A correspondência a domicílio

ainda é precária em Pôrto-Alegre, pois cada carteiro é obrigado a percorrer 2.464 metros e serve a 6.511 habitantes". Em 1931 foram distribuídos a domicílio 8.350.419 objetos contra 6.362.227, em 1930. Nesse mesmo ano, a renda arrecadada pela administração de Santa-Maria foi de ...... 554:581$170 contra a de 659:329$800, em 1930. A despesa no mesmo período foi de 690:967$000, tendo sido de ..... 755:852$031, a do ano anterior. Em Santa-Maria não se faz serviço postal marítimo, mas por via férrea, e êsse continuou a ser executado em 4 linhas na extensão total de 3.500 quilômetros. Em estrada de ferro o serviço postal é importante dada a situação geográfica de Santa-Maria. São em número de cinco essas linhas terrestres, na extensão total de 1.838 quilômetros, servidas por 18 condutores de malas. Durante o ano de 1931 foram transportadas 492.959 malas e feitas 4.181 viagens redondas. Em julho de 1934 foi inaugurada a "Linha postal aérea militar", referida na parte em que tratamos de "Aviação". (Vide êste título).

NOTA: — As receitas dos correios da União, em todo o território federal, foram em 1920, 15.044:000$000; em 1925, 31.173:000$000, em 1926, 33.246:000$000; em 1927, ... 35.678:000$000, e em 1928, 54.167:000$000.

TELEFONES

A Companhia-Telefônica-Rio-Grandense conta 126 linhas com 55 centros telefônicos, dos quais os principais são:

1) **Pôrto-Alegre,** com as linhas de Tristeza, Pedras-Brancas, Barra-do-Ribeiro, São-João-de-Camaquã, São-Jerônimo, Triunfo, Santo-Amaro, Rio-Pardo, Canoas, Gravataí, Viamão e Itapuan.

2) **Pelotas,** com as linhas de Camaquã, São-Lourenço, Monte-Bonito, Cangussú, Capão-do-Leão, Estação Piratiní, Arroio-Grande, Jaguarão e Povo-Novo.

3) **Rio-Grande,** com as linhas de Povo-Novo, Quinta, Cassino, Barra, Norte e Ilha-dos-Marinheiros.

4) **Cachoeira,** com as linhas de Três-Vendas, Paraíso, Agudo, D. Francisca, Cêrro-Branco e Candelaria.

5) **Santa-Cruz,** com as linhas de Candelaria, Ferraz, Vila-Teuta, Rio-Pardinho, Monte-Alverne e Venâncio-Aires.

6) **São-Leopoldo,** com as linhas de Sapucaia, Novo-Hamburgo e Caí.

7) **Caí,** com as linhas de São-Leopoldo, Montenegro, Bom-Princípio, Feliz, Nova-Milano e Nova-Vicenza.

8) **Caxias,** com as linhas de Nova-Vicenza, Ana-Reck, Nova-Trento, Nova-Veneza e Nova-Pádua.

TELÉGRAFO

O serviço telegráfico nacional, no Rio-Grande-do-Sul, está dividido em três distritos: 1.º 2.º e 3.º.

1.º distrito — A linha tronco (Tôrres e Guaíba), mede 215.116 quilômetros, com desenvolvimento de 842.364. Circuitos internacionais (em tráfego mútuo com a Argentina: Uruguaiana — Libres e Itaquí — Alvear, e com o Uruguai: Quaraí — Artigas) 985.098 de extensão e 2.714.194 de desenvolvimento. Circuitos interiores (Pôrto-Alegre) Uruguaiana — Itaquí — São-Borja — Quaraí — São-Francisco-de-Assis — São-João-de-Montenegro — Conceição-do-Arroio) extensão: 417.579 — desenvolvimento: 593.624. Ramais (São-Francisco-de-Paula-de-Cima-da-Serra — Encantado — Candelária — São-Sepé — Passo-de-São-Borja — Várzea — Urbana sede São-João e Urbana sede) extensão: 300.935 — desenvolvimento: 300.935. Ligações à Viação-Férrea e à Great Southern (Pôrto-Alegre — Margem-do-Taquarí — Rio-Pardo — Cachoeira — São-Gabriel — Rosário — Alegrete — Uruguaiana — São-Leopoldo — Itaquí — São-Borja extensão: 13.417 e desenvolvimento: 13.417. Sub-ramal (Venâncio-Aires), extensão: 30.000, desenvolvimento: 30.000. O distrito está dividido em sete secções e cincoenta e três trechos. Possue trinta e cinco estações telegráficas e sete postos telefônicos para conservação de linhas. A renda ar-

recadada pelo distrito, em 1931, foi de 1.435:291$562 contra 1.323:002$008, havendo assim um aumento de .... 112:289$554 réis.

"Causas várias, entre outras a crise econômica e a concorrência da Companhia-Telefônica-Rio-Grandense, que dia a dia melhora as suas instalações, a propaganda firme e tenaz dessa emprêsa, tudo isso contribuí para que se lograsse apenas êsse pequeno aumento".

2.º distrito — Linha-tronco (Guaíba a Jaguarão) extensão 392.786, desenvolvimento: 1.031.358. Bagé e São-Gabriel — Pelotas a Rio-Grande — Rio-Grande a Santa-Vitória-do-Palmar) extensão: 755.366; desenvolvimento: 1.369.445. Ramais (Dôres a Tapes — Camaquã a Encruzilhada — Jaguarão a Herval — Junção ao Parque) extensão: 169.175; desenvolvimento: 172.361. Sub-ramais Rio-Grande a Barra-do-Rio-Grande — Rio-Grande a Viação-Férrea — Rio-Grande a Junção — Pelotas à Viação-Férrea — Santa-Vitória ao Chuí — Livramento a Rivera — Livramento à Viação-Férrea — Jaguarão ao Rio-Branco — Bagé à Viação-Férrea — São-Gabriel à Viação-Férrea — D.-Pedrito à Viação-Férrea) extensão: 65.607; desenvolvimento: 66.407. O distrito está dividido em sete estações e quarenta e sete trechos. Possue vinte estações telefônicas, uma rádio-telegráfica costeira e uma telefônica com serviço telegráfico e três postos telefônicos para a conservação de linhas. A renda total do distrito durante o ano de 1931 foi de 316:000$810 réis e a despesa se elevou a 498:166$725 réis, resultando o deficit de 181:169$915 réis.

3.º distrito — Circuito (Cachoeira a Passo-Fundo — Montenegro a Nonoai — Cruz-Alta e São-Borja — Alfredo-Chaves à Vacaria e Santa-Maria a São-Francisco-de-Assís) extensão: 1.482.120; desenvolvimento: 2.516.124. Ramais (Guaporé a Soledade — Santa-Bárbara a Alto-Uruguai — Alfredo-Chaves à Lagoa-Vermelha — Bento-Gonçalves à Caxias — Vacaria a Bom Jesús — Santa-Maria a Silveira-Martins e Jaguarí a Santiago-do-Boqueirão) extensão: — 470.264 mts.; desenvolvimento: 470.264 mts. Sub-ramal (Silveira Martins a Vale-Vêneto) extensão: 6.500; desen-

volvimento: 6.500 mts. O distrito está dividido em oito secções e quarenta e nove trechos. Possue trinta estações telegráficas, três telefônicas e quatro postos de conservação de linhas. A extensão da rede foi diminuída de 47.000 metros com a supressão do ramal de São-Nicolau a São-Luiz e aumentada de 56.700 metros com a construção da linha de Vacaria a Bom-Jesús, havendo portanto aumento de 9.700 metros. A renda do 3.º distrito em 1931, foi de .... 538:460$698 réis e a despesa se elevou a 711:101$721, do que resultou o deficit de 172:641$021 réis.

> NOTA: — As receitas do telégrafo nacional para todo o território da União foram as seguintes: em 1920, 22.951:000$000; em 1925, 32.174:000$000; em 1926, 30.745:000$000; em 1927, 35.271:000$000 e em 1928, ... 35.782:000$000.

VEÍCULOS — AUTOMÓVEIS

A estatística de 1930 dá para a União um total de .... 124.424 automóveis para passageiros e 63.955 para carga, figurando em 1.º lugar S.-Paulo respectivamente com .... 50.000 e 32.500 e em 2.º o Rio-Grande-do-Sul, respectivamente com 14.500 e 5.000 veículos automóveis.

AVIAÇÃO

A história da aviação regista o nome de J. B. de Peronne que teria sido o primeiro homem voador. Peronne, infeliz na sua tentativa de conquistar o espaço, partiu as pernas em uma das suas arrojadas experiências. Isso foi lá pelo século XV. No século XVII apareceu um beneditino inglês de nome Oliveira Malmesbury que por sua vez ficou também inválido, partindo as pernas. Outro homem voador chamado Allord surgiu no tempo de Luiz XVI, saindo ferido após uma tentativa de voo. Logo após a marcha de Marquês de Bacqueville partiu uma perna ao tentar atra-

vessar o Sena por meio de uma espécie de paraquedas. Em 1679, um mecânico de Sablé, no Meno, chamado Besnier, construíu velas com alavancas destinadas a serem movidas pelo jôgo alternativo das mãos e dos pés, e depois, tendo-se lançado do alto dum tecto, armado com estas asas, pôde retardar e cair suavemente a certa distância. Entre os anos de 1709 e 1720 o padre Bartolomeu de Gusmão, natural de Santos, Estado-de-São-Paulo, obteve, ao que parece, relativo sucesso no seu balão. Mas no ano de 1772, o cônego Desforges se atirou do cimo da tôrre Guitot, e Etampes, com um cabriolet voador de sua invenção.

Calais lança-se do cimo dum mastro, no jardim d'Itália, em París, no ano de 1800, e a máquina despedaça-se ao cair. No decorrer do século XIX, sucedem-se as tentativas para a conquista do ar. Blanchard, um hábil mecânico de Viena; Deghen, que tentou realizar um meio têrmo entre a aerostação e a aviação (1812), Leturr, que encontrou a morte numa experiência de paraquedas, com pretenções a dirigível (1854); De Groof, que morreu numa experiência em Cremona (1874); Delprat, construíu também sem sucesso, uma bicicleta chamada "aérea"; O. Lilienthal, um sábio alemão que de 1893 a 1896 conseguiu, numa série de experiências, tomando impulso sôbre uma colina, abandonar o solo e pairar num percurso de 250 metros, mas acabou por ser vítima em 1896, foram, juntamente com os demais mencionados, os precursores da conquista maravilhosa do espaço. O aparelho de Lilienthal consistia, em suma, de duas velas inclinadas, levemente côncavas, cuja inclinação êle podia fazer variar, e uma vela vertical servindo de leme. E' o princípio do aeroplano. A dirigibilidade era o elemento essencial que faltava, à navegação aérea para se tornar um meio regular de transporte.

Ao grande inventor brasileiro Santos Dumont deve o mundo a dirigibilidade dos mais pesados do que o ar (aviões e aeroplanos) e dos mais leves do que o ar (aeronaves). Ambos êsses tipos de navegação aérea ainda disputam a hemogenia do espaço. Alberto Santos Dumont foi o primeiro homem de ciência que empregou o motor a explosão em

aeronáutica, nas suas memoráveis e sucessivas experiências em París, no alvorecer do século XX. Nasceu o imortal brasileiro em Minas-Gerais em 1873 e faleceu em Santos, em julho de 1932. A navegação aérea transoceânica representa mais uma etapa gloriosa dêsse ramo excepcional e heróico da atividade humana. Com efeito, em 1919 tiveram início as tentativas dos **raids** formidando através dos oceanos, mas só em 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral lograram atravessar o Atlântico; em 1927 dois **raids** memoráveis foram realizados pelos pilotos Ramon Franco, espanhol, e Sarmento de Beires, português. De todos, porém, o mais impressionante para a época, foi a arrojada travessia de Charles Lindenberg, em maio de 1927, tripulando o famoso "Spirit of Saint Louis", num só voo direto de Nova York a París, em 33 horas. A conquista do ar tem custado ao gênio e ao valor humano, enormes e dolorosos sacrifícios. O serviço aéreo transatlântico é executado pela emprêsa Condor - Zepelin, compreendendo Pôrto-Alegre, Florianópolis, São-Francisco, Paranaguá, Santos, Rio-de-Janeiro, Vitória, Caravelas, Belmonte, Ilhéus, Baía, Aracajú, Penedo, Maceió, Recife, João-Pessoa e Natal, em território nacional. A linha sul, em território rio-grandense, compreende Pôrto-Alegre, Rio-Grande, Pelotas, Bagé, Livramento e vice-versa. As tarifas constam de passagens, carga e bagagens, correio aéreo e voos extra. A Panair do Brasil S. A. executa o serviço partindo de Buenos-Aires para os seguintes portos: Montevidéu, Rio-Grande, Pôrto-Alegre, Florianópolis, Paranaguá, Santos, Rio-de-Janeiro, Vitória, Caravelas, Ilhéus, São-Salvador, Aracajú, Maceió, Recife, Natal, Areia-Branca, Fortaleza, Camocim, Amarração, São-Luiz e Belém-do-Pará (vice-versa).

A "Compagnie Générale Aerópostale" tem o seguinte itinerário: Pôrto-Alegre, Pelotas, Rio-Grande, Florianópolis, Santos, São-Paulo, Rio-de-Janeiro, Vitória, Caravelas, Baía, Maceió, Recife e Natal. A aviação militar e civil brasileira tem sido uma fôrça propulsora do progresso e da glória nacional.

Em julho de 1934, a exemplo do que já se observa em

outros Estados do Brasil, foi inaugurada, no Rio-Grande-do-Sul, a "Linha Postal Aérea Militar" entre Pôrto-Alegre e Uruguaiana, em caráter provisório, com etapas por Alegrete, Santa-Maria e Cachoeira. A linha funciona com combinação com a linha do Sindicato Condor e é pensamento do govêrno estendê-la até Curitiba.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

As linhas de navegação interior, tomando por centro a capital, são as seguintes: Emprêsa de Rebocadores e Chatas, com serviço regular de tranporte entre Pôrto-Alegre e os portos de Rio-Grande, Pelotas, Jaguarão e S.-Vitória; Companhia de navegação Arnt, com as linhas de Jacuí e Taquarí, até o pôrto de Lajeado;

Linhas da Barra-do-Ribeiro;

Linhas das Pedras-Brancas;

Linha dos Tapes;

Linha para Palmares;

Linha de Rio-Pardo e portos intermediários;

Linha da Barra-do-Velhaco;

Linha do Caí;

Linha de Rio-Grande e Pelotas e Jaguarão, passando por Santa-Izabel;

Linha de Uruguaiana, São-Borja, Itaquí e outros portos do Uruguai. Os portos fluviais mais importantes são: Pôrto-Alegre, no rio Guaíba; Pelotas, no sangradouro de São-Gonçalo; Quaraí, no rio do mesmo nome; Itaquí, Uruguaiana e São-Borja, no rio Uruguai, Jaguarão no rio do mesmo nome; Cachoeira, no Jacuí; Taquarí, no rio do seu nome. Possue o Rio-Grande-do-Sul um magnífico sistema hidrográfico, entretanto nenhum de seus rios é francamente navegável. Para melhorar as condições de navegabilidade têm-se empreendido diversas obras. Assim no rio Caí há as importantes barragens denominadas Rio-Branco, entre as Vilas de São-Sebastião e a cidade de Montenegro, para represar as águas nas vasantes. Tanto os rios como os canais interiores são seguidamente esvasados por meio de dragas.

Trata-se de abrir um canal de comunicação entre Pôrto-Alegre e Tôrres, aproveitando o grande sistema de lagoas da costa". (A. G. Lima, Noções de Geografia).

NOTA: — "A navegação a vapor teve o seu surto no Rio-Grande-do-Sul, a 7 de outubro de 1832, devido a iniciativa de alguns cidadãos de Pelotas e Rio-Grande, à testa dos quais se achavam os espíritos eminentemente empreendedores de Domingos José de Almeida e Antônio José Gonçalves Chaves. O primeiro barco a vapor (que tomou o nome de "Liberal") fazia viagens regulares entre Pelotas, S.-José-do-Norte e Rio-Grande. Naquele mesmo ano o "Liberal" veio a Pôrto-Alegre e viajou até Rio-Pardo; a sua construção, porém, não se prestava para a travessia da Lagoa-dos-Patos.

Raras vezes tornou êle a esta capital". (Revista do Arquivo Público do Estado do R.-G.-do-Sul, n.º 8 de 1922).

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

A navegação marítima é feita pelas seguintes companhias: Companhia Nacional de Navegação Costeira, que mantém linhas permanentes para o Rio-de-Janeiro, Recife, com escalas por Pelotas, Rio-Grande, Florianópolis, Paranaguá, Antonina, Santos, Rio-de-Janeiro, Vitória, Baía, Maceió e Recife.

Lloyd Brasileiro, com linhas permanentes para o norte até Manaus, e para o sul até Montevidéu, Buenos-Aires, Assunção e Mato-Grosso, tem também linhas para a América-do-Norte;

Companhia-Sud-Atlântica, argentina, com sede em Buenos-Aires, ligando o Rio-Grande-do-Sul com Montevidéu e Buenos-Aires;

Companhia-Comércio-e-Navegação viajando regularmen-

te até Manaus, e em combinação com Transatlânticos para a Europa. "O único pôrto do Estado é Rio-Grande, com excelente cais provido de plataformas com escadas para embarque e desembarque de passageiros, rampa de carga e descarga, de madeira, argolões para amarrações, etc. E' todo iluminado a luz elétrica, dotado de armazéns e guindastes elétricos e movediços. O novo pôrto oferece ancoradouro seguro para grandes navios". (A. G. Lima, Noções de Geografia).

ESTRADA DE RODAGEM

Do plano geral de viação terrestre estabelecido em 1929, pelo govêrno do Estado, contam 109 estradas de rodagem adaptadas ao trânsito de automóveis, principalmente de carga, as quais deverão ligar as regiões produtoras, às estações ferroviárias e dos portos fluviais e marítimos. Dentre elas se destacam as seguintes de 1.ª categoria:

1.º) Júlio-de-Castilhos — de Pôrto-Alegre ao rio Pelotas (passo junto do rio Socorro), passando por São-Leopoldo, São-Sebastião-do-Caí, Nova-Vicenza, Antônio-Prado e Vacaria, com uma extensão de 304 quilômetros.

2.º) Venâncio-Aires — São-Leopoldo a São-Borja, passando por Montenegro, Taquara, Venâncio-Aires, Soledade, Cruz-Alta, Ijuí, Santo-Ângelo e São-Luiz, com uma extensão de 649 quilômetros.

3.º) Soledade ao Prado — passando por Santa-Bárbara e Palmeira, com uma extensão de 218 quilômetros.

4.º) Venâncio-Aires — pelo Rio-Pardo, Cachoeira, Caçapava, São-Gabriel, Rosário e Quaraí, com uma extensão de 465 quilômetros.

5.º) Lavras a Livramento — por D.-Pedrito, com uma extensão de 149 quilômetros.

6.º) Caçapava — por Lavras e Bagé a Aceguá, com uma extensão de 224 quilômetros.

7.º) Rosário a Itaquí — com uma extensão de 265 quilômetros.

8.º) Guaíba a Jaguarão — por Tapes, Camaquã, São-

Lourenço, Pelotas e Arroio-Grande, com uma extensão de 469 quilômetros.

Tôdas as estradas somavam um total de 11.878 quilômetros, sendo 2.268 de 1.ª classe e 9.510 de 2.ª classe (estatística de 1928).

As principais pontes do Estado são as da Viação-Férrea, como a de Ibicuí, a da volta do Barreto, no Taquarí; a interestadual do Uruguai, em Marcelino-Ramos; a internacional no rio Quaraí, etc.

A ponte que liga a cidade de Jaguarão à vila fronteira de Rio-Branco (Uruguai) representa uma notável obra de engenharia, sôbre ser mais em um elo de fraternidade continental.

NOTA: — A estatística de 1928 dá para a União um total de 113.569.614 Kms., sendo 21.312.180 Kms. de estrada de 1.ª classe e 92.257,434 de 2.ª. No mesmo quadro estatístico figura São-Paulo com 28.062 Kms., sendo 5.156 Kms. de 1.ª classe e 22.906 de 2.ª, e Minas-Gerais com 12.407,734 Kms., sendo 3.048,844 Kms. de 1.ª classe e 9.359,890 Kms. de 2.ª. O Rio-Grande-do-Sul vem em 3.º lugar com os dados já mencionados.

VIAÇÃO - FÉRREA

Em virtude da Lei provincial n.º 599 de 10 de janeiro de 1867, foi o govêrno autorizado a contratar a construção de uma estrada de ferro de Pôrto-Alegre a São-Leopoldo ou a Novo-Hamburgo. "A projetada estrada não visava a nenhum plano estratégico, mas atendia a interêsses puramente econômicos, mediante a ligação da capital com aqueles florescentes centros de civilização". Os trabalhos de construção inauguraram-se em São-Leopoldo, a 26 de novembro de 1871, tendo o presidente Figueira de Melo, lançado a pedra fundamental do edifício destinado à Estação. Só a 14 de abril de 1874 foi aberta ao tráfego a 1.ª Secção,

compreendida entre Pôrto-Alegre e São-Leopoldo, com .. 33.756 metros de extensão e bitola de 1m.067.

As linhas férreas em tráfego são as seguintes: de Pôrto-Alegre a Santa-Maria, com 389 quilômetros, passando por São-Leopoldo, Montenegro, Rio-Pardo e Cachoeira, com a ramal do Couto e Santa-Cruz.

A de Santa-Maria a Uruguaiana, com 374 quilômetros, passando por Alegrete.

A de Santa-Maria a Passo-Fundo, com 356 quilômetros, passando por Cruz-Alta e Júlio-de-Castilhos.

A de Passo-Fundo a Marcelino-Ramos, com 179 quilômetros, passando por Erechim.

A de Santa-Maria a Santana, com 280 quilômetros, passando por Cacequí e Rosário.

A de Santa-Maria a Bagé, com 320 quilômetros, passando por Cacequí e S.-Gabriel.

A de Quaraí a São-Borja, com 299 quilômetros e bitola de 1m, atravessando as zonas de Bagé a Rio-Grande, com 283 quilômetros, passando por Pelotas.

A de Pôrto-Alegre a Caxias, com 181 quilômetros, passando por São-Leopoldo e Montenegro.

A de Pôrto-Alegre a Taquara com 89 quilômetros, com o ramal de Taquara a Canela.

A de Cruz-Alta a Santo-Ângelo.

Em 1928, a extensão da rede da Viação-Férrea, em tráfego, elevava-se a 2.649,493 quilômetros. A extensão dos desvios, na mesma época, abrangia 313.846 quilômetros, sendo 259.809 de propriedade da estrada e 54.037 pertencentes a particulares. As tarifas de Viação-Férrea são as aprovadas pela portaria de 23 de junho de 1926, do Ministério da Viação. Em 1930, as estradas de ferro no Estado se elevavam a 3.075,626 quilômetros, suplantadas apenas por Minas-Gerais (7.908,944 Kms.) e São-Paulo (6.948,540 Kms.).

De ano a no êsses ramais aumentam, construídos que vêm sendo pelos Batalhões Ferroviários do Exército-Nacional, sob a direção eficiente de ilustres engenheiros militares.

NOTA: — Em 1865 as linhas férreas em tráfego no Brasil mediam 498 Kms.; em 1870, 744; em 1875, 1.800 Kms.; em 1880, 5.367 Kms.; em 1885, 6.930 Kms.; em 1890, 9.973 Kms.; em 1895, 12.967 Kms.; em 1900, ... 15.316 Kms.; em 1905, 16.780 Kms.; em 1910, 21.460 Kms.; em 1915, 24.614 Kms.; em 1920, 29.385 Kms.; em 1925, 30.731 Kms.; em 1927, 31.549 Kms.; em 1928, 31.851 Kms.; em 1929, 32.184,998 Kms.

BANCOS

Os bancos existentes no Estado são os seguintes: Banco-do-Brasil, Banco-do-Rio-Grande-do-Sul, Banco-Nacional-do-Comércio, Banco-da-Província do Rio-Grande-do-Sul, Banco-Alemão-Transatlântico, Banco-Pfeiffer, S. A., Banco-Francês-Italiano para a América-do-Sul e Bank-of-London South-América-Limited. "Desde 1854 que se providencia sôbre a criação de um estableecimento de crédito, que atendesse aos reclames do comércio e da Indústria da Província. Do corpo de comerciantes desta Capital surgiu essa iniciativa, provendo a fundação de um "banco comercial", de depósito e descontos, com o capital de 1.000:000$000, dividido em .. 5.000 ações. Elaborados os respectivos estatutos e submetidos nesse mesmo ano à aprovação do govêrno Imperial, foram aprovados por Decreto do mesmo govêrno, n.º 2.005 de 24 de outubro de 1857, e em seguida registados na Conservadoria do Comércio.

Finalmente, instala-se o banco a 1.º de julho de 1858, sob a denominação de "Banco-da-Província do Rio-Grande-do-Sul", tornando-se dentro de poucos anos uma das mais importantes e mais sólidas instalações bancárias do país. (V. Revista do Arquivo Público do Estado-do-Rio-Grande-do-Sul n.º 8, ano de 1922).

CONCLUSÃO

Foi o século XIX — no conceito dos melhores sociólogos patrícios — o século do carvão, do aço e da máquina. Positivamente "êle marca a transição econômica mais violenta até hoje operada entre os povos: o destronamento do binário OURO e ESCRAVO pelo binário mais enérgico MÁQUINA e CARVÃO".

A mineração, por um lado, e o braço do trabalhador importado das costas d'África, por outro, deram lugar aos dois poderosos fatores da economia mundial. Maúa teve a intuïção perfeita do grande problema econômico e procurou pô-lo em equação. Convencido de que a base de qualquer empreendimento industrial repousa na indústria do ferro, aparelhou fazendas de maquinismo "construindo uma frota mercante que fêz a grandeza da Amazônia e salvou os brios nacionais com os vasos de guerra que levaram depois a vitória de nossas armas junto às barrancas do Paraguai". Viu-se, porém, abandonado pelos poderes públicos e — o que é mais doloroso, vítima da concorrência dos produtos estrangeiros. E baqueou. Incompreendido no seu tempo, Mauá reponta nos tempos atuais como a figura mais autorizada e eminente da história econômica nacional. Tinha sobejas razões o grande brasileiro. Certo, êle não ignorava que os depósitos de ferro, forrando serranias com picos de minérios maciços, se estendem entre as bacias superiores do São-Francisco e do Rio-Doce, em Minas-Gerais, numa distância de mais de 130 Kms.

E mais: os minérios — hematites, magnetites, jacutinga, canga e itabirito — todos êles com porcentagem de metal superior a 60 %, são de qualidade superior aos mais afamados do mundo. O sábio francês Gorceix avaliou em 10 bilhões de toneladas a massa de ferro mineiro, sendo que um dos minérios, a jacutinga, dá ouro. Daí a frase de Gorceix: "Minas tem um coração de ouro dentro de um peito de ferro". Mas o aparecimento da máquina a vapor, na primeira metade do século passado, proporcionou um formidável impulso econômico a todos os países possuïdores

de jazidas de carvão de pedra. Estão nesse caso a Alemanha, a França, A Inglaterra, os Estados-Unidos, a Bélgica e o Japão. O único país da América-do-Sul, que tem jazidas de pedra é o Brasil, embora êsse carvão seja inferior, da idade Permiana (usina de Tubarão, em Santa-Catarina, e do Jacuí, no Rio-Grande-do-Sul) quando a boa hulha é mais velha, pertence ao período Carbonífero. Esta a razão da supremacia do carvão estrangeiro sôbre o nacional.

Até 1853 o café tinha o seu **habitat** nos territórios das antigas províncias da Baía e do Rio-de-Janeiro. As massas de escravos importados da África afluíam para as lavouras baïanas e fluminenses que, na preciosa rubiácea, representavam a nossa melhor base econômica. Com a abolição o café deixa o norte a caminho de São-Paulo, onde se alarga triunfalmente sob a égide da aristocracia bandeirante e o braço forte do colono italiano. Em São-Paulo os cafesais ocupam 1.400.000 hectares de terra. E' cultivado, também em larga escala, nos Estados de Minas-Gerais, Rio-de-Janeiro, Espírito-Santo, Baía, Paraná e Pernambuco. Em conjunto, os cafesais brasileiros representam um total de 2 bilhões de pés, plantados sôbre uma área superior a 2.430.000 hectares. Planta originária da Alta-Etiópia, foi transplantada para o nosso país em 1723, tornando-se o primeiro fator econômico nacional, porisso que concorre com mais de 70 % do ouro que se incorpora, anualmente, à riqueza pública, em pagamentos dos nossos produtos de exportação.

A cana de açúcar, cuja média da produção no país oscila de 45 a 65 toneladas por hectare, é especialmente cultivada nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Baía, Minas-Gerais, Rio-de-Janeiro e São-Paulo.

O coco da Baía (cocos nuciferas) possue extraordinário valor econômico, pois os seus produtos e sub-produtos, com especialidade o óleo e a manteiga, têm tido grande procura no estrangeiro, notadamente na Inglaterra, Bélgica, Holanda e Alemanha.

A produção total do fumo no Brasil foi, em 1928, de 69.427.000 toneladas no valor de 256.879:000$000 e, nesse mesmo ano, a exportação atingiu a 29.607 toneladas no va-

lor de 69.660:283$000. Os Estados do Brasil que mais contribuíram para essa produção foram, em primeiro lugar, a Baía, com 33.411 toneladas, em segundo o Rio-Grande-do-Sul com 11.737 toneladas, em terceiro Minas-Gerais com 6.414 toneladas, em quarto S.-Paulo com 3.300 toneladas e em quinto a Paraíba com 2.670 toneladas. Nesse mesmo ano de 1928 foram exportados com destino à Alemanha 11.156.848 quilos de fumo, à Argentina 8.096.605 quilos e à Holanda 6.127.208 quilos.

A exportação de frutas de mesa (abacate, abacaxí, bananas, castanhas descascadas, cocos, laranjas, tangerinas e frutas não especificadas) atingiu a 99.825.508 quilos no valor de 37.476:271$000, em 1929, o que atesta o alto desenvolvimento da fruticultura no país. Essa exportação procede, em ordem decrescente, dos Estados de S.-Paulo, Rio-de-Janeiro, Paraná, Santa-Catarina, Pernambuco, Rio-Grande-do-Sul e Baía e se destina, preferentemente, à Argentina em cêrca de 58 %, e o restante à Grã-Bretanha, ao Uruguai, à Alemanha, à Holanda, etc. Os frutos oleaginosos, exportados do Maranhão, Ilha-do-Cajoeiro, Fortaleza, Belém-do-Pará, Manaus, Pernambuco, Santos e Baía, tiveram a sua exportação aumentada de 74.581 toneladas no valor de ... 43.030:000$000, em 1933, para 142.872 toneladas no valor de 66.716:000$000, em 1934. Os primeiros mercados dêsses produtos são a Grã-Bretanha, a Alemanha, os Estados-Unidos, a Bélgica, a França, a Holanda e a Dinamarca.

O cacau (teobroma cacau) existe em grandes plantações no Estado da Baía, onde foi iniciada com sementes trazidas da Amazônia. A produção do total do cacau, em 1929, foi de 79.861.000 quilos, sendo a sua exportação, nesse mesmo ano, de 65.557.546 quilos no valor de 104.943:880$000. Na produção mundial dêsse produto, em 1928, o Brasil concorreu com 15 %,isto é, com 1.229.323 sacos de 60 quilos num total de 8.198.833 quilos.

A ERVA BRASILEIRA, cujo látex contém de 40 a 50 % de borracha, tem sido levada às Índias pelos Ingleses que, no oriente, a cultiva e desenvolve em larga escala. O **habitat** por excelência da "hervea" compreende enormes porções

dos Estados do Amazonas, Pará, Mato-Grosso e Território do Acre. Em 1929 tôda a produção dêsse artigo, num total de 19.800 toneladas, foi exportada para a Alemanha, Bélgica, Estados-Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Uruguai, no valor de 61.114:039$000.

A safra média do algodão no qüinqüênio compreendido entre 1925 a 1930, foi de 111.726.000 quilos de fibras em rama, colhidas numa área aproximada de 500 mil hectares, sendo a safra de 1929 estimada em 113.881.000 quilos.

As plantações de algodão se encontram principalmente nos Estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Rio-Grande-do-Norte e S.-Paulo, sendo que neste último acentua-se dia a dia o cultivo e industrialização dêsse produto com extraordinárias perspectivas de êxito. A média de rendimento do algodão no país regula ser de 800 quilos em caroço por hectares. Em resumo: a produção agrícola do Brasil, no ano de 1929, foi de 11.071.991 toneladas, 294.020.700 litros no valor global de 7.649.494:589$000.

Desenha-se atualmente um salutar movimento no sentido da exploração do chisto betuminoso que aflora em grandes áreas nos Estados de São-Paulo, Paraná, Santa-Catarina, e Rio-Grande-do-Sul. E' a maior reserva de substâncias betuminosas existente no Brasil. "Estas substâncias, sob a ação do calor, sofrem transformações químicas produzindo o petróleo, e, porisso, são chamadas pirobetumes", disse ilustre mineralogista brasileiro. Esperamos agora as providências do govêrno no sentido de arrancar o ouro líquido do seio da terra generosa e fecunda, porque, em última análise, estamos vivendo o século do petróleo!

PARECER

sôbre a tese "Aspectos econômicos do Rio-Grande-do-Sul" pelo cap. Gabriel Mena Barreto.

O trabalho do sr. Gabriel Mena Barreto intitulado "Aspectos Econômicos do Rio-Grande-do-Sul" é digno das mais elogiosas referências.

O autor, possuindo um admirável poder de síntese, estudou a nossa evolução econômica, interpretando, com elevado critério, o panorama das possibilidades brasileiras e riograndenses.

O sr. Gabriel Mena Barreto inicia a sua tese com um interessantíssimo esbôço histórico das nossas fôrças econômicas.

Estuda, depois, com largo descortino, a agricultura, indústria de lacticínios, indústria de madeira, erva-mate, indústria açucareira, carbonífera, fabril e vinícola, frutas, pecuária e indústria animal.

Interpreta as oscilações da nossa balança exportadora e importadora, deduzida de índices antigos e modernos.

Completa seu estudo, sempre muito bem feito, escrevendo sôbre a mineração, vias de comunicação através dos correios, telégrafos e telefones. Depois, refere-se, com um distinto equilíbrio, sôbre os veículos, aviação, navegação fluvial e marítima, viação-férrea e bancos.

O autor atualiza seus informes anotando esclarecimentos preciosos e recentes.

O Cap. Gabriel Mena Barreto torna-se, assim, por todos os títulos, autor de uma das teses mais brilhantes e seu "Aspectos Econômicos do Rio-Grande-do-Sul" merece plena aprovação dêste I Congresso de História do Rio-Grande-do-Sul.

Encerrando seu trabalho, não esquece, pelo contrário, tece um verdadeiro hino à figura empolgante de Mauá.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1935.

Assinados: **Gaston Hasslocher Mazeron**, relator
De Paranhos Antunes
Jorge Bahlis.

MEMÓRIA RELATIVA À CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE CORREIO NA PROVÍNCIA DE SÃO-PEDRO-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL

Dr. Mario T. de Carvalho

O serviço dos correios já era conhecido na mais remota antiguidade, e possìvelmente data dos primeiros tempos dos povos.

Chineses, egípcios, assírios, persas, cartagineses se utilizaram dêste meio de comunicação. Os romanos o desenvolveram. Carlos Magno, em 807, estabeleceu três linhas de correio, que, partindo de Auxèrre, iam à Alemanha e à Espanha. Luiz XI regularizou êste serviço. Henrique IV introduziu o uso das malas postais. Richelieu regulamentou as taxas. Em 1792, a França principiou a utilizar o correio como fonte de renda para a Coroa, e poucos anos depois o Reino de Portugal também começou a explorar êste serviço.

Ainda em tempo de S. A. R. a Raínha D. Maria I, a "Piedosa", porém já em plena Regência do Príncipe D. João, foi criado o serviço "regular" dos correios marítimos para o Brasil.

No Rio-Grande, como nas demais Províncias do País, a correspondência epistolar era até então entregue aos destinatários por obséquio dos viajantes, ou por intermédio de "próprios" que levavam as cartas. As missivas vindas do Reino, de países estrangeiros ou das demais Províncias, eram entregues nas sedes dos Governos, onde os interessados as procuravam.

No Rio-de-Janeiro era costume apregoar-se, de uma das janelas do Paço, hoje Correios e Telégrafos, os nomes dos destinatários, sendo então atirada a carta àquele que a re-

clamava. Não conseguí encontrar referências ao local onde primeiro se efetuou a distribuïção do correio nesta Capital, porém, julgo que fôsse na sede do Govêrno, conforme era o costume na época. Posteriormente, o Correio se estabeleceu — segundo Pôrto Alegre — à Rua dos Andradas, esquina da Rua Marechal Floriano, no local onde hoje está o edifício da Casa Rheingantz. Daí passou para a Rua Paissandú, esquina da Rua Sete de Setembro.

O serviço regular dos correios para a Província-de-São-Pedro-do-Rio-Grande, assim como o de outras Províncias do Brasil, foi criado pelo alvará com fôrça de lei de 20 de janeiro de 1798, segundo se verifica dos documentos que transcrevo a seguir.

"Dona Maria por Graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalem Mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India &º. Faço saber a vós Tenente General dos Meos Exercitos Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, Governador do Continente do Rio Grande de São Pedro: Que Eu fui servida mandar remeter pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos ao Conde de Rezende, Vice Rey do Estado o Officio, e Instruçoens, que constão das Copias numero hum e sete. E vendo-se tudo na Junta da Minha Real Fazenda, depois de examinada esta materia com a circunspecção propria da sua natureza pelo interesse de Minha Fazenda, como do Commercio, se assentou, que provisoriamente as Cartas, que vierem desse Continente, paguem no Correio desta cidade a taxa, ou porte declarado na Memoria numero oito, para o que, e interinamente, emquanto sobre este particular não Dou as providencias, com que isto deve ficar estabelecido nessa Provedoria, serão primeiro pezadas, e escripta a taxa em algarismos por sima da primeira regra do sobrescripto; e as que forem deste Porto hão de ir já pezadas no Correio, e notado do mesmo modo o seo porte, para se cobrar a sua importancia nessa Provedoria conservando-se em deposito, até Eu Determinar o que se deve praticar: E porque havendo

occurrencia de Cartas será impossivel continuar o sobredito expediente na Provedoria, porque embaraçaria a expedição dos outros Negocios tanto da Receita, como da Despeza; de accordo com o Provedor da Fazenda, e Officiaes da Camara procedereis á eleição, e escolha de dous sujeitos hum para Administrador habil, intelligente, e abonado, e outro para seo Ajudante, que seja tambem intelligente, e habil; e aos que forem eleitos fareis logo intimar, que sem demora alguma mandem requerer à Junta da Fazenda as suas Provizoens. E para remuneração do seo trabalho, do total rendimento, que se cobrar no dito Correio desde que se lhes dér posse se deduzirão vinte por cento, que lhes ficará pertencendo, e se partirá entre ambos. De tudo o que obrardes a respeito do que acima vai determinado, dareis conta á Junta da Fazenda na primeira occasião que se offerecer. Inclusa se vos remete huma rellação do numero, porte, e importancia total das Cartas, que nesta occasião se envião desta Cidade para esse Continente. A Rainha Nossa Senhora o mandou pelo Conde de Rezende, do seo Conselho, Vice Rey, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brazil, e Prezidente da Junta da Real Fazenda. Mariano Pinto Lobato, Escriptuario da Contadoria da mesma Junta, a fez nesta Cidade do Rio de Janeiro a dez de Maio de mil sete centos noventa e oito. José Carlos dos Santos Bernardes, Escriptuario Contador que sirvo de Escrivão da dita Junta por impedimento do Escrivão Deputado a fiz escrever.

Conde de Rezende"

O segundo documento relativo ao assunto é o que segue.

"Ilmo. e Exmo. Snr.

Querendo Sua Magestade estabelecer uma correspondência mutua, e regular entre este Reino, e os seus Estados do Brazil: Foi servida ordenar, que sahissem no 1.º do seguinte mez de Março dois Paquetes Correios Maritimos, hum para Assû em direitura, ou Paraiba, levando as Cartas deste Reino para Paraiba, Pernambuco, Parnaiba, Piauhy, Maranhão, e

Pará, devendo em Assû, ou Parnaiba deixar os Sacos destinados para toda a Capitania de Pernambuco, e continuar a sua Navegação para os outros Pórtos sobreditos até chegar Salinas, onde entregará as Cartas para o Pará, e receberá as que ali houverem prontas, para voltar dentro de quinze dias só de demora para a Europa: o outro para a Bahia, e Rio de Janeiro, onde se deterá quinze dias somente, sempre menos, sendo possivel, e nunca mais; e neste espaço de tempo lhe fará V. Excia. tomar os mantimentos de que precizar, e os Sacos de Cartas, para no fim daquele prazo regressar infalivelmente ao Reino: E Sua Magestade manda recomendar a V. Excia. que coopere com toda a eficacia e atividade para que o Paquete agora, e nas futuras Viagens ache logo pronto tudo, e de que poder necessitar, como tambem os Sacos de Cartas; para o que V. Excia. porá todo o seu cuidado em fazer, apenas chegarem os Sacos do Reino, distribuir as Cartas que levarem, e aprontar as Respostas. E para V. Excia. obrar com todo o conhecimento das Intencões de Sua Magestade, lhe manda a mesma Senhora comunicar o Alvará e as cinco Instrucções juntas, cuja observancia Sua Magestade lhe ha por muito recomendada.

Deos guarde a V. Excia. Palacio de Quelus em 27 de Fevereiro de 1798.

D. Rodrigo de Souza Coutinho

Sñr. Conde de Rezende

Está conforme Joze Carlos dos Santos Bernardes D. Joze de Castro."

A íntegra do alvará que criou o serviço regular de correios é a seguinte:

"Eu a Rainha. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que sendo-Me prezente a economia que deve rezultar á Minha Real Fazenda, de que o encárgo, e cuidado de aprontar as Embarcações, que hão de servir de Correios Maritimos, fiquem pertencendo á Repartição da

Marinha, e Dominios Ultramarinos: á qual igualmente, como á da Fazenda, deve pertencer o Estabelecimento dos Correios interiores do Brazil, para a mais util comonicação de todas aquelas Capitanias, de que tão grande beneficio ha de rezultar ás Praças do Commercio de todos os Meus Dominios: Hei por bem determinar o seguinte:

1.° Pela Repartição da Marinha se expedirão em cada dois mezes, principiando no primero de Março proximo, dois Paquetes Correios Maritimos: o primeiro para o Porto de Assû, que levará, e trará as Cartas das Capitanías de Pernambuco, Parahiba, Parnaíba, Maranhão, Piauhí, e Pará, hindo ás Salinas, donde voltará a este Reino. O segundo hirá á Bahia, e Rio de Janeiro, donde voltará tambem a este Reino; e sendo praticavel fará o seu regresso pela Bahia, para trazer as respostas das Cartas, que alí deixou na sua passagem para o Rio.

2.° A demora dos Paquetes, assim em Salinas, como no Rio de Janeiro, deverá ser de quinze dias, para reparo das Embarcações; e este prazo não poderá ser alterado sem urgentissima cauza. Em Assû, Bahia, e Maranhão, não farão os Paquetes mais demora que a necessaria para entregar, e receber as Malas. Fica ao cuidado dos Governadores das diferentes Capitanías do Brazil o ter nas épocas correspondentes prontos os Sacos das Vias, e os mantimentos para as Equipagens das Embarcações. Os Governadores de Pernambuco, e Parahiba, porão em Assú as Vias prontas, para as Embarcações as tomarem, e levarem.

3.° Ás juntas da Fazenda tocará fixar o Local onde se hão de receber, e destribuir as Cartas, e o numero das pessoas, que hão de ser encarregadas da destribuição, assim como a despeza que se ha de fazer com o transporte das Cartas, que ha de ser o mais breve, e economico que for possivel.

4.° O Vice Rei do Rio de Janeiro, de acordo com os Governadores de Minas Geraes, Goiaz, São Paulo, e Rio Grande, estabelecerá as comonicações interiores com as mesmas Capitanías; o que tambem fará o Governador do

Pará com os do Mato Grosso, e Rio Negro, e se for mais comodo com o de Goiaz.

5.º Dentro de cada Capitanía, os Governadores com as Juntas da Fazenda regularáõ as correspondencias, em maneira, que os Correios cheguem, e se expessão para os Portos de Mar com a maior economía, e brevidade de tempo, e que cheguem em épocas que confirão com a chegada, e partida dos Paquetes, que se expedem da Europa, e que a ela voltam.

6.º Sendo necessario estabelecer o preço, que deve pagar cada Carta, que se enviar pelos Paquetes, assim neste Reino, como no Brazil: Ordeno, que em Lisboa, e nos Portos do Brazil aonde forem os Paquetes, por cada Carta que pezar até quatro oitavas incluzitivamente, se pague oitenta reis; pelas que excederem o dito pezo, até seis oitavas, se pague cento e vinte reis; pelas que passarem de seis oitavas, até oito, se pague cento e sessenta reis; e pelas que pezarem mais de oito oitavas, assim como pelos Maços, Papeis, e Vias, se pague a razão de cento e sessenta reis pr. onça.

7.º As Juntas da Fazenda fixarão o preço que se ha de pagar pelas Cartas que do interior da America vierem para os Portos, ou viceversa, e isto em maneira que a Fazenda Real perceba utelidade, e não dano, de hum tão util estabelecimento. Do que a este respeito daráõ parte, a fim de que Eu decida, o que se ha de ficar executando.

8.º As Juntas da Fazenda mandaráõ as Cartas pezadas, e notado o seu valor com o Saco em que forem remetidas, e annualmente daráõ conta pela Secretaria do Estado da Marinha, e pelo Erario, do que rendeo este Estabelecimento em cada Capitanía, e da Despeza que com o mesmo se fez, a fim que se dem as Ordens para a aplicação da Renda que ele deve produzir.

9.º Será prohibido aos Navios Mercantes, e de Guerra aceitar, e conduzir Cartas; mas, para que se facilite ao Publico mais este meio de comonicação, por todos eles se remeteráõ Malas para o Correio do Porto do seu destino. As Cartas que forem, e vierem nos Navios Mercantes ficão su-

geitas ás mesmas taxas, e portes das que forem, e vierem nos Paquetes: de outra forma seria impraticavel a conservação dos ditos Paquetes em tanto beneficio do Estado.

10.° Todo o Capitão, ou Mestre de qualquer Navio Mercante, quinze dias antes da sua partida o fará saber ao Correio da Terra, o qual comonicando logo esta noticia ao Publico, terá pronta a Mala no dia aprazado, que será entregue ao mencionado Capitão, que passará dois Recibos, ou Conhecimentos, hum dos quais ficará em poder do Correio e o outro será enviado pela mesma Embarcação, com sobrescrito ao Correio respetivo.

11.° Logo que o Navio tiver chegado ao Porto a que for destinado, e se tiver feito a competente vizita, o Capitão, ou Mestre mandará enregar a Mala ao Correio, e cobrará recibo da entrega para sua descarga. Todo o Capitão, ou Mestre, que partir sem levar a Mala do Correio, ou que se encarregar de levar Cartas fora da dita Mala, será castigado com as penas que deixo rezervadas ao Meu Real Arbitrio. Na mesma pena incorrerá toda a pessoa que conduzir Cartas de hum para outro Continente, a excessão somente de Cartas de recomendação, que por este motivo deverão levar abertas.

12.° Sendo a Minha Real Intenção, que dos Paquetes Maritimos rezultem ao Publico todas as vantagens, de que são sucetiveis: Mando que possão levar meia carga, aceitando com preferencia as pequenas incomendas, e produtos do Paiz, ficando sugeitos os ditos Paquetes, pelo que pertence a este objeto aos Regulamentos, e Despachos das Alfandegas, e a tudo o mais que praticão os Navios Mercantes: o frete das encomendas, e mais generos será regulado pela Administração do Correio Geral de Lisboa, e anunciado no principio de cada anno.

13.° Atendendo aos prejuizos, que igualmente experimentão os Meus Vaçalos, moradores nas Ilhas da Madeira, e dos Açores pela falta de segurança, e arrecadação na remessa de suas Cartas: Mando, que as Juntas da Fazenda, e Governadores delas cumprão do mesmo modo tudo quanto Determino neste Alvará a respeito dos Correios da America,

fazendo-se a comonicação pelos Navios Mercantes, em quanto se não estabelecem Paquetes proprios.

14.º As Cartas das referidas Ilhas pagarão de porte, tanto neste Reino, como nas mesmas Ilhas, metade da taxa, que Determino se cobre pelas Cartas da America; e os Navios Mercantes, que forem, ou vierem das ditas Ilhas, praticaráõ o mesmo que Determino para os do Brazil.

15.º Todos os Estabelecimentos, que para o referido fim se fizerem pelos Governadores, e Juntas da Fazenda, serão provizionaes; e todos os Empregos que se estabelecerem para este Serviço Publico tão interessante, serão creados com a maior economia; e se depois não forem aprovados por Mim, serão immediatamente suprimidos, e substituidos por outros, que se julgarem mais convenientes.

16.º Encarrego aos Governadores, e Capitães Generaes das Capitanías do Brazil, o cuidado de estabelecerem, se for possivel, entre as Capitanias do Centro, e dos Portos, huma Recovagem publica, em que haja toda a segurança para a condução dos generos, e efeitos, e cujos fretes de transporte sejão estabelecidos de maneira, que fação conta á Fazenda Real, e sejão comodos aos Particulares; ficando porem entendido, que este estabelecimento nada ha de ter de privativo, que se ha de fazer recomendavel pela boa fé, e segurança, que Ordeno aos Governadores zelem com a mais particular atenção; e será muito do meu Real Dezagrado toda a contravenção, ou omissão a este respeito. Dentro de hum anno, depois da publicação deste Alvará, os Governadores serão obrigados a dar conta dos esforços que tiverem feito para crear estes Estabelecimentos, e dos frutos que rezultarem dos seus trabalhos, e terei em muita consideração, e particular Serviço, o que a este respeito obrarem.

Pelo que: Mando à Meza do Desembargo do Paço, Prezidente do Meu Real Erario; Regedor da Caza da Suplicação, Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar, Conselho do Almirantado, Real Junta da Fazenda da Marinha, Real Junta do Comercio, Agricultura, Fabricas, Navegação destes Reinos, e seus Dominios, Vice Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, e mais Governadores, e Capitães Generaes

das outras Capitanias do mesmo Estado, e das Ilhas, e a Todos os Tribunaes, Magistrados, e Pessoas a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, que o cumprão, e guardem, e fação inviolavelmente cumprir, e guardar tão inteiramente, como nele se contem, não obstante quaesquer Leis, Regimentos, ou Ordens em contrario, que Hei por bem derogar para este efeito somente ficando alias sempre em seu vigor. E ao Doutor Jozé Alberto Leitão, do Meu Conselho, Dezembargador do Paço, Chanceler Mór destes Reinos, Ordeno, que o faça publicar na Chancelaria, registrando-se em todos os Lugares, onde se costumão registrar similhantes Alvarás, e guardando-se este Original no Meu Real Arquivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Queluz em vinte de Janeiro de mil setecentos noventa e oito = Principe = Dom Rodrigo de Soiza Coitinho = Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade he Servida mandar estabelecer huma pronta, e segura comonicação destes Reinos com os Dominios Ultramarinos do Brazil, e das Ilhas, por meio de Paquetes, que regularmente levem, e tragão as Cartas, e Vias do Real Serviço, e dos Particulares, tudo na forma acima declarado. Para Vossa Magestade ver = Gervazio Jozé Pacheco de Valadares, o fez = Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, no Livro Primeiro das Cartas, Alvarás, e Patentes, a folhas cento vinte seis. Nossa Senhora da Ajuda em vinte seis de Fevereiro de mil sete centos noventa e oito = Francisco Xavier de Noronha Torrezão = Jozé Alberto Leitão = Foi publicado este Alvará com força de Lei na Chancelaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, vinte sete de Fevereiro de mil sete centos noventa e oito = Jeronimo Jozé Corrêa de Moira = Registado na Chancelaria Mór da Corte, e Reino, no Livro das Leis, a fs. 104. Lisboa 27 de Fevereiro de 1798 = Manoel Antonio Pereira da Silva.

Está conforme. Jozé Carlos dos Santos Bernardes."

Conforme acabamos de ver, êste foi o alvará com fôrça de lei que criou o serviço regular de correios marítimos para o Brasil e suas Províncias.

A êste alvará se juntam as instruções para a organização e direção dêste meio de comunicação, conforme se lê a seguir.

"Instrução para as Juntas de Fazenda dos Estados do Brazil sobre os Correios.

1.º

Ás Juntas de Fazenda dos Estados do Brazil he encarregada a direção, governo, e creação dos Correios nos ditos Estados; a nomeação provizional dos seus Oficiaes, empregados; debaixo das Instruçoens seguintes.

2.º

Nas Vilas, Capitaes, e Cidades, principiando pelos Portos de mar, estabelecerão Correios, e regularáõ a forma das suas correspondencias com o interior do Paiz.

3.º

Para cada hum destes Correios nomearáõ dois Oficiaes, o primeiro com o titulo de Administrador; se a afluencia das Cartas o exigir nomearáõ mais Oficiaes, ou haverá hum só se for bastante.

4.º

Estas nomeaçoens deveriáõ recahir em pessoas de conhecida probidade; o Administrador será pessoa bem estabelecida, e de credito.

5.º

O Administrador, e mais empregados servirão com Provimentos das Juntas de Fazenda.

6.º

As Juntas de Fazenda cuidarão que eles observem as Instruçoens que lhes respeitão, adicionado lhe todos os melhoramentos de que forem susetiveis.

7.º

Não se podendo ainda determinar os Ordenados destes Empregados, as Juntas lhes destinarão dos produtos do Correio huma porção compativel com o trabalho que tiverem, e utilidade que rezultar a Real Fazenda; e que sempre será moderada.

8.º

Faltando qualquer destes Empregados a sua obrigação em parte essencial da mesma depois de haver sido admoestado, será despedido, e provido o seu Lugar; se cometer o crime de abrir Cartas, ou de as entregar maliciozamente, e de cazo pensado a outra pessoa que não seja seu Dono, será prezo, e punido segundo as Leis.

9.º

Os projetos de estabelecimento de Correios novos de humas para outras Terras deve calcular se sobre as suas mutuas precizoens de Comunicação, e relaçoens mercantis; estes projetos principião-se com pequenos ensaios, eles raras vezes falhão sendo bem dirigidos; em quanto o produto das Cartas não chega as Cameras podem licitamente ser convidadas para ajudar as primeiras despezas.

10.º

Para a condução das Cartas no interior, as Juntas de Fazenda adotarão o metodo praticado com as Ordens do Real Serviço.

11.º

Nas Juntas se estabelecerá huma Escrituração particular para este novo Ramo de Fazenda simples, e abreviada; nos ajustes de Contas assentarão aos Administradores em desconto as Cartas que não tiverem podido entregar dentro de hum anno, verificada primeiro a identidade das mesmas pelas suas Marcas; cujas Cartas serão queimadas.

12.º

Sendo muito conveniente que as Cartas venhão já pezadas, porque logo que chegão as Embarcaçoens se podem entregar ao Publico; as Juntas de Fazenda cuidarão com a maior atividade na execução deste artigo, dando todas as providencias para que os Administradores dos Correios assim o cumprão.

Sitio de Nossa Senhora d'Ajuda em 26 de Fevereiro de 1798.

João Felipe da Fonseca

Está conforme Joze Carlos dos Santos Bernardes."

O documento que publicamos a seguir mostra a maneira por que se procedia com as cartas no correio, além de provar que em 1798 também foram criadas as "cartas seguradas", ou "registadas" como se diz hoje em dia.

"Instrução para os Correios do Reino, do modo como hão de haver-se com as Cartas para o Brazil, e Ilhas, depois de estabelecidos os Paquetes Maritimos, e sistema de Arrecadação de Fazenda em quanto o Correio estiver por conta do Correio Mór.

1.º

Logo que o Comandante de qualquer Navio mercantil, que fizer viagem para os Estados do Brazil, ou Ilhas dos Açores, e Madeira, participar ao Correio o dia da sua partida, o dito Correio o fará saber ao Publico por hum Edital que fará afixar na Praça, ou Lugar publico da Terra, e sobre a Porta do mesmo Correio.

2.º

Consecutivamente na Caza do mesmo Correio aprontará com resguardo hum saco, ou Caixa com sua abertura, e por cima o nome do Navio, onde quem houver de escrever por ele fará lançar as Cartas; sendo mais Navios aprontará

outros tantos Sacos, ou Caixas; para maior exação recomendará que nos sobrescritos das Cartas se ponha tambem o nome do Navio, por onde devem ser remetidas.

3.º

A' proporção que se lançarem as Cartas no Correio, as hirá pezando, carregando-lhe os seus Portes; aceitará Cartas até a vespera do dia da partida do Navio, e expressará no Avizo, que fizer até que dia, e hora se recebem Cartas, cuja hora combinará, e ajustará com o Comandante da Embarcação, regulando-se pela exigencia da Maré, e na inteligencia de que deve ser o mais tarde possivel.

4.º

Os Capitães, ou Comandantes das Embarcações por hum Oficial de Navio, mandarão buscar a Mala ao Correio na hora ajustada; o Correio a terá pronta, e a fará acompanhar até ao Navio por hum Dependente do mesmo Correio o qual voltará de bordo com o Conhecimento de entrega, tendo expedido o outro na forma determinada no Alvará. Se o Navio se demorar mais tempo, a Mala tambem não será tirada do Correio se não na vespera da efetiva partida.

5.º

Para que a Mala possa estar pronta a hora ajustada, o Correio á proporção que for recebendo as Cartas, as hirá depois de porteadas ajuntando em maços, que embrulhará em papeis fortes, ou oleados para resguardo; em cada maço carregará o importe das Cartas que contiver, depois do que numerará o maço para sua indicação; e afinal fará huma Relação dos maços que remeter, seus numeros, e importancia, que incluirá na Mala, e será dirigida ao Correio respetivo, servindo esta Relação de Guia, e Carga do importe das Cartas que se remetem; e em hum Livro destinado para este ministerio fará assento da remessa com individuação do nome do Capitão, Navio, data da entrega, e Porto a que se destina.

6.º

As Cartas que vierem da America, não chegando já pezadas, e com os Portes, o serão logo, e os ditos Portes serão carregados na conformidade do Alvará a saber: A Carta que pezar até quatro oitavas, pagará quatro vintens; passando das quatro até seis oitavas pagará seis vintens; passando das seis oitavas até oito, pagará oito vintens, ou a Carta peze seis oitavas e meia, ou sete.

7.º

As oitavas, que as Cartas mais grossas, Maços, ou Vias pezarem alem de huma onça, se regularáõ, e taxaráõ tambem de duas em duas, como por exemplo, hum Maço que passar de huma onça, até huma onça e duas oitavas, se lhe taxará o Porte, como se tivesse huma onça e duas oitavas; excedendo de huma onça, e duas oitavas até huma onça e quatro oitavas, se lhe carregará o Porte de huma onça e quatro oitavas, e o m^mo^. se praticará de quatro até seis oitavas, e de seis até oito.

8.º

Com as Cartas das Ilhas de Madeira, e Açores se observará o mesmo, atendida a taxa dos seus Portes.

9.º

No Correio de Lisboa, e debaixo da direção, e responsabilidade do primeiro Oficial da Repartição das Cartas do Mar, se fará huma escrituração particular para os Correios Maritimos, e haverá hum Cofre para a arrecadação dos seus produtos, de cujo Cofre terá huma Chave o dito primeiro Oficial, e outra o Tenente do Correio.

10.º

Os Correios da Terras, que tiverem Porto de Mar, logo que tiverem recebido Cartas da America, ou Ilhas em direitura, darão conta ao Oficio de Lisboa com nota do seu importe total, nome do Navio que as conduzir, Capitão que fez

a entrega, e copia da Guia, ou Fatura que acompanhou as mesmas Cartas, e hirão remetendo o produto das mesmas Cartas, todos os fins dos mezes.

11.º

Para execução do artigo anterior os Correios dos Portos de Mar, como ficão responsaveis pelo importe das Cartas que receberam, haveráõ a importancia daquelas que remeterem para as Terras do Interior do Reino.

12.º

Em quanto o Correio estiver em administração particular, e não se variar o sistema atual se abaterá aos Correios vinte por cento em razão dos seus Direitos, e para pagamento dos Oficiaes.

13.º

Em quanto tambem durar a mesma administração particular, o Tenente do Correio todos os mezes entrará no Real Erario, ou onde Sua Magestade for Servida determinar, com as somas, que tiver produzido este ramo de Fazenda, e todos os quarteis se liquidarão as Contas.

14.º

Seguraráõ Cartas, e Maços de papeis, e não outro algum genero, ou dinheiro: do Seguro de cada Carta, ou Maço receberáõ quatro centos e oitenta reis, os quaes serão pagos ao fazer do Seguro, e acrescem ao que a Carta, ou Maço houver de pagar em razão do seu pezo. Quanto ao mais se praticaráõ as mesmas declarações, formalidades, e assentos, que se fazem com os Seguros para dentro do Reino; e no sobrescrito da Carta, ou Maço seguro faráõ a nota = He seguro = em carateres grandes, e percetiveis.

15.º

As Cartas serãõ marcadas; a Marca será o nome da Terra, em cujo Correio forem lançadas.

Sitio de N. Snrª da Ajuda em 26 de Fevereiro de 1798

João Filipe da Fonseca

Está conforme.

Joze Carlos dos Santos Bernardes."

Na décima quinta instrução, conforme acabamos de ler, notamos que as cartas deviam ser "marcadas" com o nome do local de sua procedência. Julgamos que estas "marcas" sejam os carimbos precursores do sêlo. De Sanctis, em seus notáveis estudos, diz que o carimbo mais antigo que encontrou em suas investigações estava datado de 1802, portanto, apenas quatro anos após a publicação dos documentos acima transcritos. Parece-nos que se em 1798 já se tratava de "marcar as cartas", é porque também já dispunham de um modo de realizar êste objetivo. E êste — supomos — era o carimbo.

Com particular referência a correios da América, apresentamos o seguinte documento.

"Instrução para os Correios da America

1.º

Na Cidade e Vilas Capitaes se estabelecerão Correios

2.º

Em cada hum destes Correios haverá dois Oficiaes; o primeiro com o titulo de Administrador; a este compitirá todo o governo, e direção, debaixo das Ordens da Junta da Fazenda respetiva; o segundo Oficial será responsavel ao primeiro no exercicio do seu Emprego, e lhe estará subordinado.

3.º

Nas Cidades, onde a afluencia das Cartas o requeira haverá maior numero dos Oficiaes, para que o serviço publico seja pronto.

4.º

Os Administradores serão Pessoas de notoria honra, e verdade, e taes que pelos seus louvaveis custumes tenhão merecido a confiança publica; eles alem disso serão pesoas abonadas, e bem estabelecidas. Os mais Oficiaes devem todos ser de boa conduta.

5.º

O Correio se estabelecerá em Caza do Administrador, por iso ele morará no Centro da Povoação, e em lugar publico.

6.º

O Administrador destinará no Edificio da sua morada hũa Sala, ou Quarto, que tenha proximidade á rua; nesta Sala estabelecerá o Laboratorio do Correio, por iso he necessario que seja hũa Caza independente das demais, e que deve estar fechada nas horas vagas.

7.º

A fidelidade, verdade, e exáção no Serviso são as obrigações de todos os Empregados. Eles antes de principiarem a servir, darão juramento na Junta da Fazenda de asim o cumprir.

8.º

O trabalho será repartido pelo Administrador entre todos os Oficiaes, de com o seu ecemplo os estimulará, e iará ser exatos, laborioso, e aplicados. A Ordem do trabalho será repartida na maneira seguinte

9.º

Logo que chegar a Mala ou Malas pertencerá ao ultimo dos Oficiaes a sua abertura na prezença do Administrador, e demais Oficiaes que houver.

10.º

Extrahidas as Cartas pasará o Administrador a conferir os Portes das Cartas com o Avizo, ou Factura do seu valor, que as acompanhará, e isto na prezença dos de mais empregados que houver, e ajudado deles e verificada a conta, o segundo Oficial fará carga do seu importe em hum Livro destinado para este ministerio, e escriturado mercantilmente. Praticado isto o Administrador pasará Recibo que será entregue na Junta da Fazenda.

11.º

Se a Junta da Fazenda entender ser conveniente mandar asestir hum Oficial seu ao acto compreendido no Capitulo antecedente, o poderá fazer, sem ofença do Administrador, e de mais Oficiaes.

12.º

Conseguintemente pasará o Administrador, e de mais empregados a pôr as Cartas hũas depois das outras por hum Alfabeto exáto, unindo as que forem do mesmo nome com hum fio, depois farão hua Lista. Finalizada esta a farão publica, e destribuirão as Cartas.

13.º

As Cartas do Governador, e Magistrados não serão postas em Listas, e ainda mesmo as de Pesoas particulares que requerem este arbitrio, que comtudo não hé de obrigação. As Cartas dos Governadores serão as primeiras que devem ser entregues: o Administrador logo que se abrir a Mala as porá prontas.

14.º

Quando receberem Cartas que não se achem ja com seus Portes, dezignados nos sobrescrito, esta será a primeira ope-

ração logo que se abrir a Mala. Principiaráõ por separar as Cartas segundo a indicação do seu pezo, que a pratica facilitará afim que este trabalho seja mais pronto.

15.º

O sistema determinado no Alvará para pezar e portear as Cartas hé tão facil que não preciza de mais explicação: toda a Carta que pezar até quarto oitavas, ou ela peze so hũa, ou peze duas, terá de porte oitenta reis, posta a Carta na balança, e não pasando de quatro oitavas esta decidido o Porte peze o que pezar. A mesma razão decide, o Porte das que pezarem até seis oitavas; hũa vez que pasarem das quatro, e não excederem ás seis oitavas, ou pezem quatro oitavas e meia, ou cinco ou cinco e meia o seu Porte são seis vintens. O mesmo que se diz de quatro oitavas até seis, se diz até oito, cujo Porte são oito vintens.

16.º

As oitavas que as Cartas amsi grosas, Maços, ou Vias pezarem alem de hũa onça, se regularão tambem de duas em duas, como por exemplo; hum Maço que pasar de hũa onça e duas oitavas, se lhe taxará o Porte como se tivese hũa onça e duas oitavas; excedendo de hua onça e duas oitavas até huma onça e quatro oitavas se lhe carregará o Porte de huma onça e quatro oitavas, e o mesmo se praticará de quatro até seis, e de seis até oito.

17.º

Nas epocas respetivas aprontarão as Cartas para o Reino, e as marcarão com a marca do nome da Terra, em cujo Correio forem lançadas as quaes serão depois arranjadas em Maços, embrulhados em Papeis fortes, ou oleados para resguardo; desta maneira se empaquetarão as Malas que depois de fechadas, levaráõ os Selos Reaes no fim da Cadea sobre hum mastro, ou cordel.

18.º

Antes de empaquetarem as Cartas farão hum pezo de

todas, do qual faráõ nota no Avizo, ou factura, que as deve acompanhar dizendo vão tantas onças, e em tantos Maços, que serão numerados. Se esta operação se não poder verificar basta que se diga o numero das Cartas que se remete.

19.º

Para a recepção das Cartas que se forem lançar no Correio terão em todos hũa Caixa com sua abertura junto á porta, ou janela por onde se distribuirem as mesmas e em lugar patentes.

20.º

A Caza do Laboratorio do Correio se abrirá, e fechará as horas competentes, segundo a estação e os Oficiaes concorreráõ exatamente, para que o publico não padeça demora.

21.º

Seguraráõ Cartas, e Maços de Papeis, e não outros algum genero. Do seguro de cada Carta, ou Maço receberáõ quatro centos reis e oitenta reis, que serão logo pagos, e estes quatro centos e oitenta reis são alem do que a Carta, ou Maço houver de pagar em razaõ do seu pezo. De cada seguro daráõ dois Conhecimentos, hum com o titulo de cautela será entregue ao Segurador, e o outro se ajuntará ao Maço ou Carta segura, em que se fará a nota = He segura = em caratéres grandes, e percétiveis. Lançarão o seguro em hum Livro de Registo, que haverá para este efeito, e farão carga do mesmo no Avizo, ou Factura destinada para notar o pezo, ou quantidade das Cartas. A entrega das Cartas seguras será praticada á vista de recibos passados, nos Conhecimentos que as acompanhão que poderão ser supridos por outros de mão.

22.º

Na Caza do Laboratorio do Correio não entraráõ pesoas de fora: o Administrador fará guardar toda a boa armonia, e decencia entre os Oficiaes, e sera responsavel pelas faltas que acontecerem, se assim o não cumprirem.

23.º

O Administrador será responsavel pelos rendimentos do Correio as Cargas lhe serão feitas como declara o Cap. 10; as entregas que fizer serão notadas no mesmo Livro, e margem oposta: as Juntas de Fazenda lhes tomarão conta todos os mezes.

24.º

Mandarão entregar pelas Cazas as Cartas que se não tirarem da Lista, carregando-lhe sobre o Porte o estipendio devido ao Condutor, que sempre deverá ser moderado. As Pesoas que quizerem receber as Cartas por este modo, logo que chegar ao Correio para maior prontidão lhes serão enviadas, pagando eles o pequeno acrecimo do Porte, e de igual providencia se uzará para as pequenas Povoações e Freguezias dos Destritos, afim que por todos circulem as correspondencias com facilidade, e prontidão.

25.º

No Cap. 18 se determina aos Administradores que antes de empaquetarem as Cartas, fação hum pezo geral de todas, de cujo pezo farão carga na Factura, ou Avizo, que as deve acompanhar, dizendo vão tantas onças, mas sendo a operação de pezar as Cartas, e taxar os Portes hum trabalho simples, e muito facil, recomenda-se aos Administradores, e se espera da sua actividade, e zelo mandem todas as Cartas com os seus respetivos Portes taxados dezignados nos sobrescritos na conformidade das que forem de Portugal. Deste modo rezulta a grande utilidade de se poder fazer a entrega das Cartas a seus donos, logo que as Embarcações chegão, ao mesmo paso que como as Cartas se não lanção no Correio todas ao mesmo tempo, ha espaço suficiente para se fazer a operação do pezo, e taxa dos Portes sem presa e fadiga.

Sitio de N. Snr.ª da Ajuda em 26 de Fevereiro de 1798 °/.

João Felipe da Fonseca

Está conforme.

Joze Carlos dos Santos Bernardes."

Neste mesmo ano foi também inaugurado oficialmente o serviço de encomendas postais, conforme se verifica no documento que segue.

"Instrução para a Remessa de Emcomendas pelos Paquetes Maritimos.

1.º

O Escrivão do Paquete, ou o Oficial que a bordo do mesmo fizer as suas vezes, terá hum Livro particular de Carga, aonde lançará todas as Encomendas que se remeterem pelos Paquetes.

2.º

Escreverá na Emcomenda o numero que lhe corresponder no Livro, segundo a Ordem em que lhe for entregue.

3.º

As Emcomendas levaráõ escrito o nome da pessoa a quem se remeterem, alem disso poderão tão bem levar marca, segundo o estilo mercantil; de húa, e outra couza se fará assento como tambem da natureza da Emcomenda, Terra para onde vai, e do frete que pagou no Correio.

4.º

Despachada a Emcomenda segundo as Ordens de Sua Magestade com o Bilhete do Medidor, ou documento do pezo se hirá ao Correio pagar o frete; a vista do recibo do freto, e do competente despacho, a Emcomenda será recebida a bordo do Paquete pelo Escrivão; as que vierem da America poderão pagar o frete no Reino.

5.º

No Correio, e repartição do Correio do Mar, haverá hum Livro, onde se lancem todas as Emcomendas, que vierem pagar o frete, dezignando-se a natureza da Emcomenda, a pessoa, para quem vai, Terra, e quantia, que pagar de Porte.

6.º

O Segundo Official da Repartição do Correio do Mar, será encarregado recebimento destes Portes, de que dará conta ao primeiro todos os dias, metendo-se em Cofre, o que se tiver recebido.

7.º

No prezente anno de 1798 o frete das Emcomendas de generos, que costumão pagar a pezo, será a 800 réis por arroba; os generos que costumão pagar por Volume, pagarão o frete, que Sua Magestade foi servida determinar para os Navios da Praça pelo Alvará de 20 de Novembro de 1756, e húa metade mais do dito frete.

8.º

O Escrivão do Paquete quando receber a Emcomenda, passará tres Conhecimentos do mesmo teor, e segundo o estilo mercantil.

9.º

Hum dia antes da Partida do Paquete o Escrivão feixará o Livro da Carga, e não receberá mais Emcomendas, extrahirá do dito Livro húa Certidão, que remeterá para o Correio, para verificação dos Portes, que se pagarão, e o Official recebeo no dito Correio.

10.º

Logo que o Paquete der fundo no Porto, a que vai destinado, o Escrivão do dito Paquete mandará para a Alfandega todas as Emcomendas acompanhadas de húa Certidão extraida do Livro da Carga, para verificação do que entrega; em outra igual Certidão trará recibo da Alfandega, que aprezentará em Lisboa na Direção do Correio, sem o que não será pago dos seus Salarios.

11.º

Os Governadores, e Junta da Fazenda nos Estados do Brazil, auxiliarão o Expediente deste objeto, para que possa ter toda a extenção de que he susceptivel, e se verefiquem as

Paternaes Intenções de Sua Magestade em beneficio de Seus Vassalos de hum, e outro Continente.

Sitio de N. Snr.ª da Ajuda em 26 de Fevereiro de 1798.

Está conforme.

Joze Carlos dos Santos Bernardes."

Na mesma ocasião, também os comandantes dos paquetes receberam recomendações especiaes a respeito do serviço marítimo de correio, as quais foram as seguintes:

"Instrução para os Comandantes dos Paquetes.

1.º

O Comandante do Paquete estará pronto de todo o necessario, e sua Equipagem completa dous dias antes da partida.

2.º

Na vespera da partida por noite, mandará por hum Official buscar as Malas do Correio, este Oficial passará recibo das que lhe forem entregues, marchará imediatamente, e em direitura para bordo, e fará viagem ao amanhecer do dia seguinte.

3.º

As Malas seráõ acompanhadas de hum Parte em que se declare o nome da Embarcação, e do Comandante, as Malas que leva, seus destinos, e dia da Partida: Quando voltar aprezentará no mesmo os Recibos competentes; neste Parte lhe seráõ carregadas as que trouxe para o Reino.

4.º

Levará as Malas na Camara, e nos Sitios mais bem resguardados da mesma; mas sempre para serem lançadas ao Mar em tempos de guerra.

5.º

Seguirá o rumo mais conhecido, fazendo sempre a maior força de vela, que permetir a Embarcação, não mudará de rumo, se não obrigado de temporal, ou de Inimigo.

6.º

Em tempo de guerra só se baterá em retirada, evitando sempre, quanto lhe for possivel, empenhar-se em acção, porque fique impossibilitado de seguir a importante Comissão de que vai encarregado.

7.º

Em chegando ao termo da sua derrota, cuidará logo em aprontar-se para a volta: a demora não passará de quinze dias.

8.º

Fará entrega das Malas nos Sitios dos seus destinos, cobrando ao mesmo tempo os recibos competentes.

Sitio de N. Snr.ª d'Ajuda em 26 de Fevereiro de 1798 ./.

Está conforme. — Joze Carlos dos Santos Bernardes."

Parece que nesta Província houve dificuldades, ou que a criação dos serviços de correio marítimo não teve no seu início a devida atenção de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Governador do Continente-do-Rio-Grande. E' o que se conclue do documento que transcrevemos a seguir.

"Dona Maria por Graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves daquem, e dalém Mar em Africa Senhora da Guiné, e da Conquista Navegação, Comercio de Ethiopia Arabia Persia, e da India &. Faço saber a vós Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara Tenente General dos Meos Exercitos, e Governador do Continente do Rio grande, que Eu fuy servida mandar-vos expedir pela Junta da Administração da Minha Real Fazenda desta Cidade em dez de Maio deste

anno a Provizão da Copia incluza, sobre o estabelecimento do Correyo na conformidade da Ley, e Instruçoens, que com ella se vos remeteram. E por que até o prezente não se recebeu na dita Junta resposta alguma sobre o referido particular: Pareceu conveniente ao Meu Real Serviço, recomendar-vos por esta como muito vos recomendo a execução da dita Provizão, e que me deis de tudo conta com a possivel brevidade, pela referida Junta da Fazenda. A Rainha Nossa Senhora o Mandou pelo Conde de Rezende, do Seu Conselho, Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, e Prezidente da Junta da Real Fazenda. Antonio Mariano de Azevedo Escripturario da Contadoria da mesma Junta a fez nesta Cidade do Rio de Janeiro, áos oito de Novembro de mil sete centos noventa e oito. Joze Carlos dos Santos Bernardes Escripturario Contador, que sirvo de Escrivão da Junta da Real Fazenda por impedimento do Pròprietario, a fiz escrever °/.

Conde de Rezende."

A provisão a que se reporta a carta acima, é a seguinte:

"Dona Maria por Graça de Deos Rainha de Portugal, e dos Algarves daquém e dalém Mar em Africa Senhora de Guiné, e das Conquistas Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &.ª Faço saber a vós Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, Tenente General dos Meos Exercitos e Governador do Continente do Rio Grande, que Eu fui servida mandar remeter pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos ao Conde de Rezende, Vice Rey do Estado o Oficio, e Instrucçoens que constão das Copias N.º 1 a 7: E vendo-se tudo na Junta da Minha Real Fazenda depois de examinada esta materia com a circunspecção propria da sua natureza pelo interesse da Minha Fazenda como do Comercio, se assentou que provizoriamente as Cartas que vierem desse Continente, paguem no Correio desta Cidade a taixa ou porte declarado na Memoria N.º 8 para o que, e interinamente emquanto sobre este particular não Dou as providencias com que isto deve ficar

estabelecido nessa Provedoria serão primeiro pezadas, e escripta a taixa em algarismos por cima da primeira regra do sobescripto, e as que forem deste porto hão de hir já pezadas no Correio, e notado do mesmo modo o seu porte, para se cobrar a sua importancia nessa Provedoria, conservando-se em deposito até Eu determinar o que se deve praticar. E porque havendo ocurrencia de Cartas será impossivel continuar o sobredito Expediente na Provedoria, porque embaraçaria a expedição dos outros Negocios tanto da Receita, como da Despeza, de acordo com o Provedor da Fazenda, e oficiaes da Camera procedereis a eleição, e escolha de dous sujeitos, hũ para Administrador habil, inteligente, e abonado, e outro para seu Ajudante que seja tambem inteligente, e habil; e aos que forem eleitos fareis logo intimar, que sem demora algũa mandem requerer a Junta da Fazenda as suas Provizoens. E para remuneração do seu trabalho, do total rendimento, que se cobrar no dito Correio desde que se lhes der posse, se deduzirão vinte por cento que lhes ficará pertencendo, e se repartirá entre ambos. De tudo o que obrardes a respeito do que assima vai determinado dareis conta á Junta da Fazenda na primeira ocazião, que se oferecer. Incluza se vos remete hũa relação do numero, porte, e importancia total das Cartas que nesta ocazião se envião desta Cidade, para esse Continente. A Raynha Nossa Senhora o mandou pelo Conde de Rezende, do seu Conselho, Vice Rey, e Capitam General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, e Prezidente da Junta da Real Fazenda. Mariano Pinto Lobato Escripturario da Contadoria da mesma Junta a fez escrever nesta Cidade do Rio de Janeiro, aos 10 de Mayo de 1798. Joze Carlos dos Santos Bernardes Escripturario Contador da Contadoria, que sirvo de Escrivão da sobredita Junta, por impedimento do Proprietario a fiz escrever = Conde de Rezende =

Está conforme —

Antonio Caetano da Silva"

Os primeiros nomeados para exercerem os cargos de Administrador e de Ajudante dos correios, foram, respectivamente, Paulino Gomes de Seixas e Jozé de Barros Coelho.

Estas nomeações foram feitas a 12 de julho de 1798, em portaria assinada pelo Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, conforme se verifica do documento abaixo transcrito.

"Dona Maria por Graça de Deos Raynha de Portugal, e dos Algarves d'aquem, e d'alem Mar, em Africa Senhora de Guiné e da Conquista Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India & Faço saber a vós Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, Tenente General dos Meos Exercitos, e Governador do Continente do Rio Grande, que no meo Tribunal da Junta da Minha Real Fazenda do Rio de Janeiro forão prezentes os requerimentos de Paulino Gomes de Seixas, e de Jozé de Barros Coelho, declarando terem sido nomeados por vós por Portarías de vinte hum de Julho, o primeiro Administrador, e o segundo Ajudante do Correyo, que fui servida mandar estabelecer nesse Continente; pedindo-me ao mesmo tempo, que para poderem continuar nos ditos empregos, lhes mandasse passar as suas Nomeaçoens: e por que em hum Estabelecimento novo, tão util, como necessario, e em que se entressa o bem geral dos Meos fieis Vassalos, naõ deve haver a menor demora, mandei logo passar as Nomeaçoens, que incluzas se vos remetem, recomendando-vos, que immediatamente as receberdes, lhes deis posse, e Juramento, fazendo-os entrar logo no exercicio dos seos empregos, afim de que se consigão os uteis fins, a que se encaminhão as Minhas Reaes intençoens: e para premio do trabalho, que com isso tiverem, se deduzirão por ora, e emquanto não tomo sobre este particular a ultima decizão do total rendimento do Correyo vinte por cento, que devem ser repartidos pelo Administrador, e seo Ajudante, tendo o Administrador duas terças partes, e o seo Ajudante huma; e por que indispensavelmente ha de ser precizo fazerem-se despezas com a promptificação, e expedição dos ditos Correyos, Vos ordeno, que depois de se tirarem do total rendimento do Correyo os vinte por cento, que ficão pertencendo ao dito Administrador, e seu Ajudante, do que ficar, façaes deduzir a importancia das despezas, que se tiverem feito, e

que se forem fazendo, obviando todo e qualquer embaraço, que possa fazer demorar a expedição dos ditos Correyos. A Raynha Nossa Senhora o mandou pelo Conde de Rezende do seu Conselho, Vice Rey, e Capitam General de Mar, e Terra, do Estado do Brazil, e Prezidente da Junta da Real Fazenda. Jozé Joaquim da Silva Galvão, Escripturario da Contadoria da mesma Junta, a fez nesta Cidade do Rio de Janeiro aos treze de Novembro de mil setecentos noventa e oito. Joze Carlos dos Santos Bernardes, Escripturario Contador, que sirvo de Escrivão da Junta, por impedimento do Proprietario, a fiz escrever •/.

Conde de Rezende"

Criado o serviço regular de correio maritimo entre as Capitanias do Brasil e o Reino, pouco se desenvolveu êste meio de comunicação entre nós, a-pesar-dos esforços de Francisco Lopes Nunes, seu segundo Administrador que serviu de 1803 a 1806. O serviço de transporte de correspondencia para o Rio-Grande era até então muito irregular, a-pesar-do Alvará de 20 de janeiro de 1798. Sòmente a 24 de setembro de 1817 é que foi estabelecido com regularidade êste serviço, resultante das providências adotadas por S. A. R. o Rei Dom João VI°, que mandou estabelecer um correio regular entre as Províncias de São-Paulo e São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul, conforme se verifica do documento que segue:

"Conde de Palma, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo. Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Sendo muito conveniente o estabelecimento de um Correio regular entre esta Côrte e a Villa de Porto Alegre, afim de se facilitarem as reciprocas communicações e relações de umas com outras terras, e verificando-se na Minha Real presença a possibilidade deste estabelecimento pelos exames e observações, que a este respeito fez José Pedro Cesar, seguindo o correio ao longo da costa; Sou Servido Ordenar que sem perda de tempo se haja de proceder a este estabelecimento entre a Cidade de São Paulo e a Villa de Porto Alegre. E porque me foi presente

o offerecimento que me fez o dito José Pedro Cesar, de estabelecer á sua custa este Correio, partindo duas vezes em cada mez das villas do Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande, sendo-lhe concedidos por tempo de dez annos os rendimentos de todas as passagens dos rios e enseadas que se comprehenderem nos Districtos por onde passar o mesmo Correio, desde a Villa do Rio Pardo até os Cubatões de Santos; ficando porem obrigado a entregar nas respectivas Juntas da Fazenda a importancia das passagens que presentemente estiverem arrematadas pelas mesmas Juntas, a fornecel-as de boas canoas e barcas, e a entregar no fim dos 10 annos, não só as mesmas passagens, como tambem todo o estabelecimento do Correio da maneira que elle deve ficar. Por esperar do seu zelo e actividade, o bom desempenho desta commissão Fui Servido, por decreto da data desta, nomeal-o Administrador Geral do Correio entre a Cidade de São Paulo e a Villa de Porto Alegre, pelo tempo dos ditos 10 annos, e o mais que decorrer emquanto eu não mandar o contrario, e pelos referidos 10 annos lhe ficará pertencendo o rendimento de todas as passagens dos rios e enseadas que se encontrarem no caminho do dito Correio, á excepção da passagem de Santos aos Cubatões, e das que se acham contractadas; porém findos os contractos, lhe ficarão pertencendo os rendimentos que taes passagens produzirem além dos preços dos contractos actuaes, com os quaes preços elle ficará entrando nas respectivas Juntas da Fazenda pelos sobreditos 10 annos, com reserva somente da passagem de Santos aos Cubatões, que em nenhum caso lhe pertencerá, ainda depois de findar o actual contracto, e sendo feito á sua custa toda a despeza com os conductores das malas do Correio, e com as canoas e barcas que forem necessarias, devendo tudo entregar no fim 10 annos para a Minha Real Fazenda, se Eu não for servido renovar-lhe esta graça em todo ou em parte, em attenção ao bom serviço que elle me tiver feito, e ao exacto cumprimento do Regulamento Provisional que vai assignado por João Paulo Bezerra, do Meu Conselho. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Real Erario e nelle Meu Lugar-Tenente. E

no fim dos sobreditos 10 annos ficarão sendo duas Administrações: uma pelo que pertence ao limite da Provincia de São Pedro do Rio Grande, e outra para o Districto da Provincia de Saõ Paulo; assim como as passagens ficarão pertencendo ás respectivas Provincias. O que me pareceu participar-vos, para que no vosso Districto e na Junta da Fazenda dessa Provincia, assim se fique entendido, e o fareis executar, prestando-se todo o auxilio que for necessario e dando-se os despachos e ordens necessarias para se effectuar este util estabelecimento. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1817.

Rei

Para o Conde de Palma"

As partes mais interessantes do regulamento do correio entre Pôrto-Alegre e São-Paulo, são as seguintes:

"11.º Os portes das cartas serão arrecadados pelos Administradores nomeados pelas Juntas de Fazenda respectivas: por uma carta de quatro oitavas de peso entre São Paulo e Santa Catharina cobrar-se-ha 150 reis; por uma de seis oitavas de peso cobrar-se-ha 225 reis; e assim por diante, augmentando-se 75 réis por cada duas oitavas que crescer em peso, e fazendo-se a conta correspondente aos pesos intermedios. Pelas cartas porem entre Santa Catharina e Porto Alegre, cobrar-se-ha o mesmo que actualmente se cobra entre esta Côrte e a Cidade de São Paulo, que vem a ser 100 réis por cada carta de quatro oitavas de peso, augmentando-se 50 réis em cada duas oitavas que de mais tiver; por consequencia entre esta Côrte e Porto Alegre pagar-se-ha por cada carta, que tiver de peso quatro oitavas 350 réis; por cada seis oitavas de peso 525 réis; crescendo 175 réis por cada duas oitavas, que crescer no peso.

14. Depois do estabelecimento deste Correio não será permittido o mandar cartas sem ser pela mala do Correio, com a pena do pagamento do dobro do porte estabelecido, pela primeira vez; pela segunda, com a pena do quadruplo

do porte; e assim por diante; aquelles porém que quizerem conduzir cartas, o poderão fazer pagando em qualquer das Administrações o porte estabelecido, pondo-se verba deste pagamento na mesma carta para não ser apprehendida.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1817.

João Paulo Bezerra."

Idênticas recomendações foram enviadas ao Marquês de Alegrete, que então era o Governador nesta Província-de-São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul.

A nomeação de José Pedro Cesar está concebida nos seguintes termos:

"Tendo determinado pelas Cartas Regias da data deste, dirigidas aos Governadores e Capitães Generaes das Capitanias de São Pedro do Rio Grande do Sul e de São Paulo, o estabelecimento de um Correio regular entre estas duas Provincias: sou servido nomear para Administrador Geral do mesmo Correio a José Pedro Cesar, por tempo de 10 annos e o mais que decorrer, emquanto Eu não mandar o contrario. E pelo referido tempo esta Administração comprehenderá os dous Districtos desde o Rio Pardo até a Cidade de São Paulo; findos os quaes, ficarão sendo duas diversas administrações, cada uma no Districto da Provincia respectiva. E o mesmo José Pedro Cesar fará o sobredito estabelecimento á sua custa, para o que, pelo dito tempo lhe pertencerá o rendimento das passagens que não estão contractadas, na forma que houve por bem determinar nas mesmas Cartas Regias; e observará o Regulamento Provisional que com ellas baixam assignado por João Paulo Bezerra, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Real Erario e nelle meu Lugar-Tenente. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido para o executar pela parte que lhe toca. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Setembro de 1817. Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor."

O serviço de expedição de correspondência ficou assim organizado: todos os domingos saía a mala postal de Pôrto-Alegre com destino ao Rio-Grande, ás seis horas da manhã. No mesmo dia partia uma mala daquela então Vila com destino a esta Capital. No Rio-Grande eram reünidas as malas, e daí seguiam seus destinos. Para Rio-Pardo havia correio sòmente duas vezes por mês, porém, de 1814 em diante passou a haver também todos os domingos.

A condução das malas postais estava ao encargo dos soldados. Sôbre êste particular, a Junta da Real Fazenda, em 31 de julho de 1810, diz:

"Que se assinalem na estrada que vae d'aqui á povoação do Norte onze casas de moradores, que fiquem distantes uns do outros cinco leguas e meia, pouco mais ou menos, reputando-se a que ficar no meio (isto é na distancia de 30 leguas para cada um dos lados) como ponto fixo, onde devem encontrar-se os soldados que partem d'esta villa e da do Rio Grande com os Correios para ahi trocarem as malas, e cada um retroceder para o logar d'onde partiu.

13.º Os mestres de embarcação de barra fóra são obrigados, quinze dias antes de sua partida, dar parte á administração do correio, para esta fazer editaes. Na vespera, os mestres deverão ir ao correio passar recibo. Não havendo cartas o Administrador deverá dar-lhes declaração do facto."

O decreto Imperial de 5 de março de 1829 regulamentou a Administração-Geral-dos-Correios, e criou o lugar de Diretor Geral. Para êsse pôsto foi nomeado o Conselheiro Diogo Jorge de Brito.

Durante o glorioso Decênio Farroupilha, o correio no Rio-Grande-do-Sul foi rigorosamente organizado, conforme se lê no jornal "O Povo", no número 53, de 30 de março de 1839. Vejamos.

"Partes Officiaes.

Illm. Senhor.

Sendo de vital interesse a prompta emissão das ordens

e actos do Governo para os diversos pontos do Estado, Sua Exa., o Senhor Presidente da Republica ha por bem que desde já se ponha em effectivo andamento os Correios para Bagé, Piratiní, Cachoeira, Rio Pardo, S. Gabriel, e Alegrete pelos Paradeiros designados na Relação incluza por mim hoje firmada, approvando os Administradores parciaes na mesma designados, bem como o Cidadão Thomé José de Medeiros para seu Ajudante; e determina que V. S. faça subir a sua presença, para ser approvada a nomeação dos Administradores parciaes para o Herval, Jaguarão, Pelotas, e Freguezia de Cangussú filiaes da Administração de Piratiní; Encrusilhada, S. João, Dores, e Santa Maria da Bocca do Monte, filiaes da Cachoeira; Cruz Alta, São Francisco de Paula de cima da Serra, S. Antonio da Patrulha, Santo Amaro, Novo e Velho Triumfo, Colonia de São Leopoldo, Aldeia dos Anjos, Setembrina, Exercito, e Mostardas, filiaes da Administração de Rio Pardo; S. Borja, Itaquí, Santa Anna de Uraguai, e Santa Anna do Livramento, filiaes de Alegrete; e assim mais determina, que no emquanto que não baixa hum Regulamento apropriado, as circunstancias do Paiz, e da luta em que nos achamos empenhados, se observe aquelle que acompanhou o Decreto de 26 de Julho p. p. no que toca aos Paradeiros; pois quanto aos ordenados que houverem de perseber os Administradores, e seus Ajudantes de cada hum dos Correios apontados se reserva marcar logo que a experiencia dos trabalhos e rendimentos de taes Administrações o orientem a respeito. A V. S. porem fica marcado provizoriamente o ordenado de 400$000 rs. annuaes, e o de 150$000 rs. ao seu Ajudante. Os portes das Cartas vão designados no Mappa da Tarifa adjunta tambem por mim assignado.

Deos Guarde a V. S. — Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. Cassapava 29 de Março de 1839. — Domingos José de Almeida. — Illm. Snr. José Baptista Lobato, Administrador Geral do Correio.

Illm. Snr. — Estando V .S. approvado para Administrador do Correio desse Ponto, como verá da authentica do Avi-

zo, hoje expedido pela Secretaria do Interior, neste anexo, incluzo lhe remeto a Relação dos Paradeiros daqui athé essa nomeados, para sua intelligencia, e para que quanto antes nomeie V. S. aquelles que devem pôr essa Administração em activo contacto com as que lhe são filiaes; a relação de cujos Administradores, e Paradeiros me enviará quanto antes para fazer sobir a approvação de S. Ex. o Snr. Presidente do Estado. Igualmente envio a V. S. a Tarifa dos Portes das Cartas a exigir.

Deos Guarde a V. S. Correio Geral em Cassapava 29 de Março de 1839. —

José Baptista Lobato

Correio de Bagé. — Iguaes aos mais Administradores.

Illmo. Snr. — Tendo o Exmo. Snr. Presidente do Estado approvado a nomeação de V. S. para fazer correr o Correio desta Capital, e aquelle para ella dirigido, como se vê da Relação inclusa, e do Avizo expedido pela Secretaria do Interior em data de hoje, que a mandou executar, assim lho communico, enviando a authentica do Decreto de 26 de Julho p. p. para sua intelligencia.

Deos Guarde a V. S. Administração do Correio em Cassapava 29 de Março de 1839. — José Baptista Lobato. — Illmo. Snr. Jacintho Albernáz. — Iguaes a todos os Paradeiros.

Paradeiros dos Correios que desta Capital devem conduzir as correspondencias para diversos Pontos do Estado, e dellas para a mesma Capital.

Para Bagé — Do Correio Geral a Antonio Jacintho Albernaz,

Deste a Manoel Dias Ferreira,
" a Demetrio, logo depois do Paso dos Enforcados,
" a Alexandre Simões Pires,
" a Severino Teixeira Brazil,
" a Candido Xavier de Azambuja,
" a Manoel Gonçalves Jardim,
" a Bagé ao Administrador do Correio daquelle

Ponto Jenuino Cezario Nunes; que terá de destribuir as cartas por suas circumvizinhanças, e enviar as que se dirigem para Serro Largo, e Monte Video.

Para Piratini — Do Correio Geral a D. Maria Angelica Barboza,

Desse ponto ao Vigario Fidencio José Ortiz

Deste a Matheus Teixeira Filho

" a José Garcia, do lado opposto a Camaquá

" a Antonio Soares,

" a Manoel da Faria Roza,

" a José Furtado,

" ao Administrador daquelle Ponto José das Chagas Guimaráes, quem fará distribuir as cartas pelas circumvizinhanças da Cidade, Pedras Altas, Herval, Jaguarão, Divizaõ da Esquerda, Pelotas, Serrito de Cangussú, e Freguezia do mesmo nome.

Para Caxoeira — Do Correio Geral a Joaquim Leandro Ferreira,

Deste ao Tenente Ricardo José de Magalhães,

" ao Felix Luís de Queiróz,

" a Sinfronio Vieira,

" a Claudio Manoel da Cunha,

" a Gonçalo Teixeira de Carvalho, Administrador do Correio desse Ponto; o qual fará delle partir as cartas pertencentes a Encruzilhada, S. José, Salço, S. Joáo, e Dores; Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha, Santa Maria da Bocca do Monte, e S. Martinho.

O Administrador do Correio de Rio Pardo, o Cidadão Duarte Silveira Gomes, de combinação com aquelle estabelecerá os Pontos dos Paradeiros, e enviará as cartas pertencentes a Cruz Alta, S. Francisco de Paula da Vaccaria, Santo Amaro, Novo e Velho Triumfo, Colonia, Aldeia dos Anjos, Setembrina, Exercito, e Mostardas.

Para S. Gabriel — Do Correio Geral a Antonio José da Motta em Santa Barbara,

Deste ao Tenente Manoel Antonio da Silva,
" ao Arrendatario da Fazenda de Manoel Alves de Oliveira,
" a Antonio dos Santos de Menezes,
" a Camillo Maria de Menezes, Administrador do Correio naquelle Ponto, de onde partirão as cartas para S. Borja e para Alegrete pelos Paradeiros seguintes.
De S. Gabriel a Manoel José Pereira da Silva,
Deste a Severino Antonio da Silveira,
" ao Capt. Severo do outro lado de S. Simão,
" a Constantino José Lopes,
" ao Tenente Felix Alexandre,
" ao Administrador do Correio daquelle Ponto, o qual tem de estabelecer os Correios para Itaquí, Santa Anna do Uruguai, e Santa Anna do Livramento.

Secretaria de Estado dos Negocios do Interior em Cassapava 29 de Março de 1839. Domingos José de Almeida."

Estes foram os dados que consegui encontrar a respeito da criação do serviço de correios no Rio-Grande-do-Sul, desde a sua organização no Brazil até o notável decênio Farroupilha.

FONTES:

Mário de Sanctis — "Carimbos e marcas postais no Brasil".

Roberto Thut — "Catálogo Thut", 1934.

Dorvelino Guatemosin — "Catálogo Brasil" e "Miscelanea histórica, postal e filatélica nacional".

Augusto Pôrto Alegre — "Fundação de Pôrto-Alegre".

Coleção do jornal Farroupilha "O Povo" — 1838 a 1840.

Arquivo particular do autor.

PARECER

sôbre a tese "Memória relativa à criação dos Correios na Província do Rio-Grande-do-Sul", pelo dr. Mário Teixeira de Carvalho.

A "Memória relativa à criação dos correios na Província-do-Rio-Grande-do-Sul", que o dr. Mário Teixeira de Carvalho apresentou ao I Congresso de História Sul-Rio-grandense é um trabalho de muito valor.

O seu autor não se limitou a fazer um esquema ligeiro e escreveu, com muita decumentação, um verdadeiro estudo no qual se revela intelectual de ótimas qualidades de historiador.

O presente trabalho não se refere ao papel do Rio-Grande nos sistemas de correios aéreos, uma vez que procura fazer um trabalho sôbre o desenvolvimento dêsse sector da nossa administração pública, mas em compensação nos fornece uma notícia muito curiosa e, sobretudo, utilíssima no terreno dos cuidados postais.

O dr. Mário Teixeira de Carvalho merece, pelo seu esfôrço e pela sua cultura, com a "Memória relativa à criação dos correios na Província-do-Rio-Grande-do-Sul" a aprovação dêste seu interessante trabalho no I Congresso de História do Rio-Grande-do-Sul.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1935.

Assinados: **Gaston Hasslocher Mazeròn**
João Maia
Afonso Guerreiro Lima.

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO-GRANDE-DO-SUL

Walter Spalding

A província de São-Pedro-do-Rio-Grande-do-Sul foi a que em último lugar chamou a atenção dos governadores do Brasil, e do reino, e isto mesmo não pela província em si, mas pela sua proximidade com a Colônia-do-Sacramento, motivo de tantas e tão sangrentas e inúteis lutas com espanhóis e platinos.

Por "carta patente" **dada na cidade de Lisboa a oito de outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo de mil e seiscentos e setenta e oito** foi nomeado Dom Manuel Lobo governador do Rio-de-Janeiro, e a 18 de novembro dêsse mesmo ano ordenou-lhe o príncipe regente de Portugal tratasse da fundação e defesa da Colônia-do-Sacramento.

A 22 de fevereiro de 1680, lê-se em ofício do governador de Buenos-Aires, Dom José de Garro, ao mestre de campo Antônio de Vera Múxica, a ordem de **rechazar la población que se ha entendido están haciendo en tierra firme de las islas de San Gabriel los portuguezes del Brasil.**

Foi, pois, êste o início das hostilidades luso-espanholas na América-do-Sul, motivada pela ambição de posse da Cisplatina.

Sendo um mal essa rivalidade que tantas vidas custou, foi, ao mesmo tempo, um bem. Mas não para Portugal ou Espanha. Estes sòmente tiveram prejuízos, pois, além das preciosas vidas que tombaram nas contínuas e constantes escaramuças, muito dispenderam e sem rezultado algum.

Nessa luta contínua de século e meio na Cisplatina, o único a lucrar verdadeiramente foi o Brasil e, em particular, o Rio-Grande-do-Sul, pois devido à Cisplatina, Francisco de Brito e seus homens, — depois de fundada a vila da Laguna, em 1684, — atravessaram, por via terrestre, o Rio-Grande-do-Sul, nela mais tarde se instalando e defendendo-o das repetidas incursões, com a sua constância a vontade viril, intrincheirados nos pequenos feudos democráticos chamados **estâncias**, existentes já de há muito, é certo, no Prata e Paraguai, pelas missões jesuíticas.

Foi, ambém, graças ás lutas na Cisplatina, que a 19 de fevereiro de 1737 o brigadeiro José da Silva Pais desembarcou com sua gente nas margens do canal do Rio-Grande, fundando aí o primeiro presídio da província, sob a invocação **Jesús, Maria, José.**

Foi, ainda, graças às lutas na Cisplatina, e à conseqüente travessia de Francisco de Brito, e mais, à fundação do presídio, pelo brigadeiro Pais que aí se instalou com sua gente, que o Rio-Grande recebeu a primeira leva de imigrantes, os quais foram instalados na margem esquerda do Guaíba até Viamão, isto é: do Pôrto dos Casais ao Viamão, Santo-Antonio-da-Patrulha, a quem e além dos rios Gravataí e dos Sinos, ponta do Itapuã, ponta do Abreu, e tôda a redondeza (1).

Atrasada já de mais de dois séculos a colonização do Rio-Grande-do-Sul, ainda outra circunstância obrigou-o, depois, a uma estagnação comercial, industrial e agrícola: o contínuo estado de guerra durante mais de um século. Comercialmente falando o Rio-Grande-do-Sul era uma terra "morta". Não produzia senão charque e êste mesmo era consumido quasi todo pela população da capitania e, depois, da província, mesmo porque faltava aos produtores, pequenos estancieiros charqueadores, o apôio necessário. No Norte, ao contrário, não faltava a proteção do reino e dos governa-

(1) — Veja-se, para tôda esta introdução: Luiz Enrique Azarola Gil — Epopeya de Manuel Lobo; — General João Borges Fortes — **Troncos Seculares e Casais**; — Alfredo Ferreira Rodrigues — **O Presídio do Rio-Grande**, in Almanaque Literário e Estatístico do Rio-Grande-do-Sul para 1895, e outros artigos no mesmo Almanaque, diferentes anos.

dores, criando-se, até, companhias de comércio, destinadas, em parte, a desenvolver o comércio e as indústrias da colônia.

Em 1870, junto ao arroio Pelotas, em terrenos cedidos pelo governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo a Manuel Carvalho de Souza, o cearense José Pinto Martins funda uma pequena charqueada, dando, assim, origem à cidade de Pelotas.

Mas já em 1737, quando Silva Pais fundou o presídio na barra do Rio-Grande, a indústria do charque existia. Aurélio Pôrto, ilustre historiador rio-grandense, disse-nos que possue cópia, sôbre êsse assunto, de uma carta de Silva Pais a Gomes Freire.

A nosso ver a indústria do charque, — a primeira da província do Rio-Grande, foi criada no sul, nas estâncias fundadas pelos jesuítas nas suas reduções no Prata e no Paraguai.

Gustavo Barroso, membro de destaque da Academia Brasileira de Letras, romancista e historiador emérito, em carta que nos dirigiu (9-5-932) reivindica para o Ceará a invenção do charque.

A-pesar-de não pretendermos, aqui, discutir a origem do charque, por interessante, e com a devida vênia, transcrevemos o tópico da carta do Dr. Gustavo Barroso no que se refere ao charque:

"Quando eu era menino, nunca ouví ninguém no Ceará chamar o charque senão **carne do Ceará.** Muitos anos mais tarde, os cearenses de retôrno da Amazônia trouxeram a denominação **jabá.** E hoje muita gente diz **carne do sul e carne sêca.** Entretanto, outrora só se dizia **carne do Ceará.** Querendo saber porque, indaguei de algumas pessoas idosas e conhecedoras do passado. Recebí a seguinte explicação: o primeiro lugar do Brasil em que se fabricou carne desta espécie, nos tempos coloniais, foi o Ceará, de onde a invenção passou para o Rio-Grande-do-Sul. Assim a carne que era chamada do Ceará hoje se diz do Sul. Houve quem me dissesse que a localidade onde primeiro se preparou o charque fôra a cidade do Aracatí. Como se trata de pôrto à foz do Jaguaribe sabidamente freqüentado pelos veleiros naqueles

tempos, inclino-me a acreditar que foi por onde primeiro se exportou o charque. De qualquer modo o fato deve ser verdadeiro, pois ouví muitas pessoas apelidarem-no sobretudo no interior, de **carne de Aracatí.**"

Não deixa de ser bastante razoável a explicação. Entretanto, cabe aquí uma pequena observação.

O primeiro gado entrado no Ceará, vindo das ilhas de Cabo-Verde, teve lugar por volta de 1560, mais ou menos na mesma época em que deu entrada na Baía.

"O gado, depois de 1560, espalhou-se pelas sávanas do nordeste com uma rapidez, uma vitalidade admiráveis. A primeira caravela carregada de vacas das ilhas de Cabo-Verde chegara à Baía em 1550. Outras se seguiram, de modo a formar cada fazendeiro um núcleo pastoril, que prosperou à beira da cidade, auxiliando-lhe as lavouras" ([2]).

E no Rio-Grande-do-Sul? Não se sabe ao certo a data, mas sabe-se que os primeiros gados entraram pelas missões.

João Pedro Gay ([3]) escreve:

"A Côrte de Espanha, tendo desterrado a Álvaro Nunes para a África, nomeou para substituir no governo do Paraguai a Jaime Resquem e depois a João de Sanabria que nunca foram tomar posse do govêrno. Sem embargo, despachou para tesoureiro geral do Paraguai a João Salazar, o qual tocou na ilha de Santa-Catharina onde deixou uns companheiros descontentes que escolhendo por chefe a Hernando de Treixo, fundaram São-Francisco-de-Cananéa e povoaram a ilha de Santa-Catarina em 1553; e foi chegar em 1555 à Assunção com sua comitiva. Esta expedição trouxe da Europa o primeiro touro e as primeiras vacas, em número de sete, que se viram no Paraguai."

Como se vê, as duas entradas de gados, a do Sul e a do Norte, foram quasi na mesma época. Não seria, pois, o charque uma invenção dos abnegados jesuítas que o introduziram, simultâneamente, no Norte e no Sul?

([2]) — Pedro Calmon — **História da Civilização Brasileira.**

([3]) — Cônego João Pedro Gay — **História da República-Jesuítica-do-Paraguai.**

O fato é que os primeiros civilizados que entraram no Rio-Grande foram os jesuítas Roque Gonzáles de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan de Castilho, todos martirizados na região do Tape, em 1628. Portanto, sòmente por esta época, caso seja realmente o charque invenção missioneira, poderia ter êle sido introduzido no Rio-Grande-do-Sul.

De tudo isso, porém, o certo é que o charque foi a primeira indústria do Rio-Grande, indústria que muito prezavam os moradores da capitania e da província, solicitando constantemente aos governadores e às côrtes proteção e auxílio, desde Silva Pais (carta a Gomes Freire já referida) até a época da independência e mais além.

Manuel Antônio de Magalhães ([4]), num relatório a D. Fernando de Portugal, datado de 20 de julho de 1808, escreve:

"Seja-me igualmente lícito dizer o que sinto sôbre a exportação que se está fazendo de Montevidéu para tôdas as nossas colônias da América, e principalmente para a côrte do Rio-de-Janeiro; falo tão sòmente no artigo de carne salgada, que tudo o mais se pode consentir. Todos sabem que uma arroba de carne salgada nesta capitania custa mais barata 440 a 480, nem os charqueadores podem dar por menos paga de fretes e direitos 280, por conseqüência para se não perder deve dar nessa cidade 720, mas chegando todos os dias barcos de Montevidéu, que pela necessidade que tem de botar aquele gênero para fora o vendem nessa a 400 e 480, põem em precipício todo o comércio desta capitania, que bem sabe ser a maior fôrça dêle a carne, porisso parece que a exportação dêste gênero de um país extrangeiro deve ser proíbida, a querer salvar esta capitania do abismo em que se vai precipitar, continuando a entrar nessa a sobredita carne; parece que S. A. R. cheio de piedade para com seus vassalos, e melhor do que tenho ponderado, não convirá em que por vinte ou trinta mil cruzados, que se podem lucrar nos direitos das carnes de Mon-

---

([4]) — **Almanaque da Vila-de-Pôrto-Alegre**, com reflexões sôbre o Estado-do-Rio-Grande-do-Sul.

tevidéu se perca e atrase um comércio de tanta ponderação como é o desta capitania, a ponto de ser mais fácil acrescentar os direitos à sobredita carne do que consentir a exportação da estrangeira."

A Côrte, porém, como, aliás era de hábito em se tratando do Rio-Grande-do-Sul, pouco ou nada fêz a respeito. À província tudo exigiam, mas nada davam, o que trazia em constante revolta os naturais, que, afinal, se levantaram em armas em 1835.

No mesmo sentido da queixa de Manuel Antônio de Magalhães, que era comerciante na vila de Pôrto-Alegre, outra dirigida, pelo ano de 1822, a S. A. R. Encaminhou-a Francisco Xavier Ferreira, membro do govêrno provisório da capitania do Rio-Grande-do-Sul, em deputação do mesmo govêrno na Côrte do Rio-de-Janeiro.

Diz Xavier Ferreira no § 3.º:

"O charque é um dos gêneros de maior exportação da Província; os estrangeiros vinham buscá-lo em grande número de embarcações, e para sua compra traziam dinheiro e algum sal. Nunca a Província floresceu tanto como nos poucos anos que durou êste comércio; o qual acabou logo pelo grande imposto de seiscentos réis que se pôs em cada arroba de carne que se exportasse em navio estrangeiro, cujo imposto naquele tempo excedia o valor da carne. Isto fêz com que os estrangeiros deixassem de trazer-nos o numerário por gênero de tanta corrupção e que os poucos que ainda vêm procuram fazer contrabando, não lucrando o comércio nacional melhoramento, porque, se quisesse exportá-lo nos seus navios, encontrava logo mil obstáculos, sendo o principal o grande numero de piratas que infestam as nossas costas."

E no § 10, diz, falando do comércio de couros:

"O gênero — Couro — está sobrecarregado de impostos: paga primeiramente 10% no dízimo, depois 25% no quinto, depois 15% e finalmente 2%: o estrangeiro, quando vai comprar à Província, é mais favorecido que o negociante português, porque não paga os 15%: só esta desigualdade deve merecer a atenção de V. A. R."

Mas tudo, ao que parece, ficou no mesmo. Não se cuidou em melhorar a situação do comércio da Província.

Augusto Pôrto Alegre, em nota ao **Almanaque** citado de Manuel Antônio de Magalhães, diz que no Rio-Grande de mil oitocentos e pouco existiam as seguintes charqueadas:

José Pinto Martins, no Arroio Pelotas, fundada em 1780, depois aumentada sob a razão social José Pinto Martins & Cia.

Logo após surgiram outras mais, no Saco de Pelotas, no São-Gonçalo, em Santa-Bárbara, etc.

Em 1794 estabeleceu-se uma charqueada na margem do Jacuí, que ao lugar deu o nome de Charqueada-Velha.

Mais ou menos 10 anos mais tarde inauguram-se duas na capital da Província, a vila de Pôrto-Alegre: uma no morro do Cristal e a outra na Ponta-do-Dionísio, nome pelo qual ficou conhecida, e ainda hoje perdura, uma ponta de terra que entra pelo Guaíba e que fôra propriedade de Dionísio Rodrigues Mendes, do grupo dos primeiros povoadores do Rio-Grande.

"Até 1830, — diz ainda Augusto Pôrto Alegre, — o Rio-Grande-do-Sul abastecia de charque todo o país, daí em diante diminue nossa exportação, mais agravada ainda com a revolução de 20 de setembro de 1835, que criou uma situação para nós anormal, que contribuindo para o desmantêlo de tudo, assegurou a vitória do similar platino, hoje avançando por incúria nossa ([5]). Diz S. F. Soares nas **Notas Estatísticas**, por outras palavras: que de 1821 a 1835 a exportação anual do charque era 600.000 arrobas, 385.000 couros com cabelos, 55.000 arrobas de sebo no valor de...... 4.000:000$000 por ano; que antes da revolução uma rêz de criar custava 3$000 e um boi de corte 8$000; depois aquela 15$000 e êste 25$000.

([5]) — Isto escrevia Augusto Pôrto Alegre, em 1908, quando fêz a reedição comentada do **Almanaque da Vila-de-Pôrto-Alegre.**

E em seguida dá o seguinte quadro estatístico que declara ser incompleto:

1799................	2.108.000
1800................	2.010.000
1808................	3.250.000
1815................	18.894.300
1881................	21.500.000
1882................	20.384.000
1889................	25.784.000
1899................	29.544.000
1900................	20.314.000
1901................	22.262.428
1902................	37.207.788
1903................	36.396.897
1904................	35.788.350

Nesta estatística, como se vê, não figura nenhum ano do período revolucionário (1835 a 1845).

Nicolau Dreys [6], porém, na sua **Notícia Descritiva da Província do Rio-Grande-de-São-Pedro-do-Sul,** publicada em 1839, diz o seguinte:

"Para se ter uma idéia aproximada do comércio do Rio-Grande e de sua importância, deve-se estabelecer por base que o gado que se mata anualmente nas charqueadas do país, sobe, se não excede a 400.000 cabeças, mais ou menos. Cada cabeça pode dar, têrmo médio, de 4 a 5 arrobas de carne sêca; seria então 1.800.000 arrobas de carne, mais ou menos, que se fabricaria todos os anos para a exportação da província, independente de 400.000 couros, do sebo, da graxa, das línguas, do cabelo, das unhas e das costelas que se consomem em parte no país. — A província recebe em troco numerário, e sòmente numerário, salvo um saldo comparativamente muito diminuto, em sal, fumo, açúcar, café, arroz, aguardente, vinho, azeite e fazendas manufaturadas. Preciso é ajuntar ao haver da província as exportações por terra, constando, ano comum de 10 a 12.000 cabeças de gado que seguem para Santa-Catarina e Coritiba; 12 a 15 mil mulas e 4 a 5.000

[6] — Edição Alfredo Ferreira Rodrigues, 1927.

cavalos, objetos estes pelos quais recebe senão espécies metálicas."

Alfredo Ferreira Rodrigues, num excelente estudo (7), escreve:

"A exportação dos produtos bovinos constitue o comércio mais importante do Estado. Não há dados seguros para calcular o total das transações realizadas, pois, além do que se consome no Estado, pela fronteira escoa-se clandestinamente grande parte da produção. As estatísticas oficiais dão apenas o total do que sai devidamente despachado nas repartições fiscais, não sendo o valor real, mas o arbitrado para a cobrança do imposto de saída. — Convém também observar que muitos produtos são manufaturados no Estado e são exportados já transformados."

Fornece, em seguida, a seguinte estatística:

	CHARQUE		GRAXA	
Anos	Kgs.	Valor	Kgs.	Valor
1890....	26.000.360	5.223:185$	1.322.182	304:634$
1891....	33.065.773	9.039:019$	2.238.136	845:472$
1892....	35.707.388	11.813:684$	2.100.000	1.084:277$
1893....	32.324.785	12.353:215$	1.176.418	623:064$
1894....	28.382.273	11.663:371$	1.376.467	712:024$
	CHIFRES		COUROS VACUNS	
1890....	912.429	46:731$	11.907.194	4.221:435$
1891....	1.551.155	53:619$	18.831.486	4.131:192$
1892....	1.202.252	78:478$	9.245.176	7.150:760$
1893....	853.700	40:953$	11.794.813	6.896:201$
1894....	977.627	100:180$	10.594.714	5.551:991$

(7) — Artigo no **Almanaque do Rio-Grande-do-Sul,** para 1897.

	GARRA DE COURO		SOLA (MEIOS DE)	
1890....	389.023	14:037$	11.907	
1891....	383.612	24:387$	62.960	388:825$
1892....	582.376	53:711$	109.480	670.471$
1893....	466.893	12:980$	122.920	772:493$
1894....	551.669	55:248$	217.590	1.245:877$
	SEBO		ÓLEO DE MOCOTÓ	
1890....	2.876.960	707:401$		
1891....	3.463.138	1.235:905$	5.287	1:615$
1892....	4.564.098	1.998:039$	53.734	23:352$
1893....	3.119.898	1.617:975$	46.530	27:886$
1894....	4.687.189	1.793:017$		
	LÍNGUAS		CINZAS DE OSSOS	
1890....	185.924	84:009$	1.275.800	41.565$
1891....	345.927	166:818$	5.170.296	41:583$
1892....	446.524	220:139$	5.188.727	220:905$
1893....	297.000	192:282$	1.113.430	25:268$
1894....	419.539	297:677$	1.780.000	53:430$
	OSSOS		COUROS CURTIDOS	
1890....	3.710.115	143:656$		
1891....	587.880	23:515$	88.076	44:905$
1892....	880.523	41:026$	88.115	630:995$
1893....	4.392.667	192:660$	40.709	315:806$
1894....	—	—	—	—

A longamo-nos um pouco, e em minudências, sôbre o artigo charque e demais produtos vacuns, porque foram estes o princípio da vida econômica do Estado e representam, ainda hoje, um dos primeiros e das maiores fontes de riqueza.

Na zona colonial desenvolveu-se nesse mesmo período, grandemente, a criação do gado suíno, se bem não represente êle uma inovação no Estado, pois já nas missões era o porco criado, conforme se pode ver no **Diário de Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruaguai**, pelo capitão Jacinto Rodrigues da Cunha ([8]). Aí, mais de uma vez, faz o autor menção a porcos encontrados nas estâncias abandonadas.

Mas a sua criação e aproveitamento de seus produtos começou, realmente, muito mais tarde, com as primeiras entradas de imigrantes alemães e, principalmente. italianos.

Damos a seguir, uma estatística de 1890 a 1894, na qual se vê o aumento constante na produção da banha, diminuída, apenas, em 1894, devido à revolução federalista (1893-1895):

Anos	BANHA		TOUCINHO	
1890..	2.775.870 kgs.	1.992:729$		
1891..	5.026.836 "	3.175:312$		
1892..	6.971.076 "	3.994:329$		
1893..	11.352.665 "	6.747:054$		
1894..	4.892.964 "	6.183:932$	59.883 kgs.	57:599$

A carne de porco deu o seguinte:

	1893.......	777.372 kgs.	valor 560:212$
	1894.......	685.324 "	valor 477:975$

Também a criacão de ovelhas, de que o referido **Diário** faz menção de consideráveis rebanhos apreendidos nas missões, durante a expedição de Gomes Freire de Andrada, co-

([8]) — Revista do Instituto-Histórico-e-Geográfico-do-Brasil, 3.ª série,

meçou a ser, mais tarde, grandemente aproveitada, dizendo-nos a respeito Alfredo Ferreira Rodrigues (trabalho cit.):

"A criação de ovelhas, a-pesar-de não ter tido tão rápido desenvolvimento, também é importante. Além da enorme quantidade de lã que consomem as fábricas de tecidos da Companhia-União-Fabril, do Rio-Grande, e de Pôrto-Alegre, ainda se faz exportação.

E dá a seguinte estatística:

Anos	Quilogramas	Valor
1890.......	464.525	192:573$000
1891.......	549.937	253:594$000
1892.......	677.174	433:461$000
1893.......	387.726	245:247$000
1894.......	310.546	182:775$000

Faz-se, também, no Rio-Grande, criação de cavalos. Aliás, cavalos no Rio-Grande já existiam quando nêle entraram os primeiros civilizados. Os índios charruas e minuanos eram exímios cavaleiros, bem assim os guaranís e várias tribus mais do norte do país. São estes os cavalos autóctones.

Os espanhóis trouxeram, mais tarde, lindos exemplares de raça fina que, no Rio-Grande-do-Sul, cruzando-se com os cavalos nativos, degeneraram, aos poucos. São animais de pequeno porte, mas fortes, resistentes.

Estes, porém, a não ser nas primeiras incursões, pouco resultado, comercialmente falando, deram às finanças do Rio-Grande. Antigamente tropas e tropas eram levadas à Curitiba e São-Paulo, onde eram vendidas. Mas depois, êsse comércio parou. O rio-grandense precisava do cavalo para seu próprio uso. Gaúcho desmontado não era homem. Além disso, tôda a exportação por terra era feita nos lombos dos cavalos e mulas, de que já nos fala Manuel Antônio de Maga-

lhães (**Almanaque da Vila de Pôrto-Alegre,** cit.), Nicolau Dreyes (ob. cit.) e outros, sem esquecer o capitão Jacinto Rodrigues da Cunha.

Otávio Augusto de Faria ([9]), dá-nos as seguintes estatísticas, mais modernas, que, embora falhas, podem dar-nos uma idéia aproximada do grande desenvolvimento comercial do Estado-do-Rio-Grande-do-Sul:

População Pecuária:

Em 1894:	3.924.683	bovinos
	887.294	ovinos
	637.190	equinos
	104.300	asininos e muares
	385.600	suínos
Em 1913:	7.211.127	bovinos
	3.861.971	ovinos
	933.332	equinos
	218.352	asininos e muares
	2.003.970	suínos

Movimento saladeril:

Bovinos abatidos:	em 1909:	588.703
	em 1910:	673.786
	em 1911:	728.852
	em 1912:	795.596
	em 1913:	530.400.

Estatística Industrial:

Em 1907 possuía o Estado 212 estabelecimentos, empregando 10.490 operários, com um capital social de .... 38.115:000$000, e produção de 78.287:000$000. Em 1908 já

([9]) — **Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio-Grande-do-Sul,** 1914.

o número era de 314 estabelecimentos com 15.426 operários empregados, 49.205:819$000 de capital e produção de ...... 99.778:820$000.

Em 1912 já o número de fábricas era:

Fumos e cigarros...........	811
Bebidas	294
Fósforos	2
Calçados	802
Velas	4
Perfumarias	39
Especialidades farmacêuticas.	86
Conservas alimentícias......	72
Chapéus	87
Tecidos diversos	7

O fumo já nessa época era exportado em grande escala, formando os de maior vulto do Estado.

Aliás, já anteriormente era de vulto a sua exportação, conforme se poderá ver na estatística seguinte:

FUMO

Anos	Quilos	Valor	
1890.......	2.256.738	348:492$	
1891.......	1.447.580	577:464$	
1892.......	339.696	191:519$	
1893.......	1.576.159	812:379$	
1894.......	1.818.251	736:255$	

Mas não era sòmente o fumo que já então se exportava, além dos produtos bovinos e suínos. Também, entre muitos outros plantados, exportava-se feijão, farinha de mandioca, vinho e erva-mate, esta aliás, já cultivada desde o início,

isto é, desde as Missões, vindo através do Paraguai, ao que parece, e segundo o Rev. P. Carlos Teschauer, S. J., em seu ótimo trabalho **A erva-mate na história e na atualidade** (10).

Êste artigo é indispensável ao gaúcho. Onde quer que esteja e onde quer que vá, há de acompanhá-lo sempre a cuia, a bomba e a respectiva provisão de erva. E' talvez êste o maior vício do sul-rio-grandense: o mate, o chimarrão. Mas, se não fôsse o chimarrão, o campeiro não resistiria, como resiste, aos trabalhos do campo, comendo quasi ùnicamente carne: charque ou churrasco. O chimarrão é que lhes conserva o estômago em condições.

Para melhor confronte damos, a seguir, as estatísticas de 1890 a 1894, dos outros principais produtos exportados:

	ERVA-MATE		FEIJÃO	
Anos	Kgs.	Valor	Litros	Valor
1890....	1.029.291	168:325$	14.331.806	1.583:097$
1891....	923.252	168:359$	22.065.357	1.955:810$
1892....	650.513	162:452$	24.571.036	2.861:833$
1893....	691.193	194:424$	11.047.688	2.226:501$
1894....	961.493	299:353$	20.210.446	2.865:733$
	VINHO		FARINHA DE MANDIOCA	
	Litros			
1890....			16.932.776	1.117:410$
1891....	44.964	7:722$	22.794.348	1.375:462$
1892..	109.376	32:236$	33.940.222	1.629:934$
1893....	120.985	51:173$	28.208.551	2.824:214$
1894....	99.064	24:417$	26.456.608	3.419:444$

(10) — **Poranduba Rio-Grandense,** cap. XI.

Outro produto antigamente cultivado em larga escala, era o trigo, que decaiu completamente, estando, agora (de 1928 para cá) em progresso novamente a sua cultura.

Em 1891, segundo a estatística de Alfredo Ferreira Rodrigues (trab. cit) a exportação dêste artigo subiu a Rs. 482 contos; em 1892 atingiu sòmente Rs. 350 contos; em 1893 caiu para 34 contos apenas, subindo para 50 contos em 1894, não atingindo, depois dessa época, essas quantias, a não ser agora, graças à propaganda feita pelo govêrno do Dr. Getúlio Vargas quando presidente do Estado (1928-1930) e pelo do benemérito general Dr. José Antônio Flores da Cunha, interventor federal.

Também ùltimamente adquiriu grandes proporções a exportação de madeiras, sendo a região de matas do Rio-Grande-do-Sul calculada em 60.000 quilômetros quadrados, segundo o relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas em 31 de maio de 1928 (vol. I), abrangendo, portanto 21,½ % da superfície total do Estado, assim distribuída:

Matas do domínio privado....	39.000 km.^{2}
Matas do domínio público....	21.000 km.^{2}

O número de casas comerciais na província era, em 1808, conforme Manuel Antônio de Magalhães (ob. cit.):

Em Pôrto-Alegre	57
Na vila do Rio-Grande...............	43
No Quartel do Povo do Rio-Pardo....	36

perfazendo um total de 136 estabelecimentos comerciais.

Segundo Otávio Augusto de Faria (ob. cit.), 47 anos mais tarde, em 1855, possuía já a província 3.342 casas comerciais. Em 1864 atingia o número de 3.809, e em 1911 subia a 10.427.

Os estabelecimentos de crédito no Estado eram em 1908, os seguintes:

Banco-da-Provincia-do-Rio-Grande-do-Sul,
Banco-Nacional-do-Comércio.

Banco-Pelotense,
London & Brazilian Bank,
Banco-Brasileiro-Alemão, além da
Caixa-Econômica.

O capital dêsses estabelecimentos era o seguinte:

em 1908 a Rs.	150.100:467$117
em 1909 a Rs.	171.508:261$213
em 1910 a Rs.	208.714:121$218
em 1911 a Rs.	285.175:166$586
em 1912 a Rs.	366.705:791$417

A exportação geral nos anos de 1908 a 1912, foi esta:

1908....................	75.035:243$000
1909....................	77.125:921$721
1910....................	81.393:693$146
1911....................	81.959:012$917
1912....................	104.968:606$358

Daí por diante o progresso tem sido considerável, atingindo no ano de 1922 a exportação de arroz, banha, couros salgados e charque, a soma de cêrca de 134 mil contos, e em 1931 e de 194 mil contos, mais ou menos, sem contar a carne congelada, fumo em fôlha e vinhos que atingiram, nesse mesmo ano, às seguintes quantias, respectivamente: .... 27.846:952$250, 26.377:174$760 e 17.477:793$850.

O que é, atualmente, o comércio do Rio-Grande-do-Sul, o que são suas indústrias, e o que represnta a sua agricultura, poderá ver-se pelos quadros estatísticos oficiais que damos a seguir, e que nos foram fornecidos pela Repartição de Estatística do Estado por intermédio da benemérita Associação-Comercial-de-Pôrto-Alegre.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SAFRA DE 1931/932 (*)

PRODUTOS	Área em hectares	Toneladas	Valor médio
Milho	573.913	1.297.540	208.593:700$
Feijão	120.207	155.170	39.220:950$
Arroz	92.417	206.340	51.899:420$
Trigo	125.874	139.540	50.651:030$
Mandioca	72.630	265.300	42.168:000$
Alfafa	22.916	139.810	29.105:050$
Fumo	46.088	30.490	42.100:460$
Cana	51.920	58.300	39.650:000$
Batata inglesa	25.860	132.970	30.547:520$
Batata doce	46.630	200.000	10.000:000$
Cebolas	5.344	49.540	14.038:800$
Abóboras	51.000	93.600	9.100:000$
Amendoim	3.273	12.960	5.193:550$
Alho	1.100	6.150	4.120:000$
Lentilhas	5.005	13.200	3.411:420$
Alpiste	2.120	4.060	3.340:000$
Aveia	6.650	11.300	4.180:000$
Fava	5.840	6.000	2.500:000$
Cevada	6.816	8.360	2.810:000$
Centeio	6.240	6.450	22.286:300$
Ervilhas	2.100	2.380	1.620:400$
Tremoços	400	420	153:000$
Frutas e hortaliças.....	1.192.600	888.600	217.492:000$
Total.........	2.470.943	3.828.480	814.191:600$

(*) Desta relação está excluída a produção da erva-mate. Entretanto, a exportação dêste produto, em 1932, pelo pôrto de Pôrto-Alegre, foi de 23.166 sacos a 50 quilos, dos quais, 7.844 para Buenos-Aires, 15.250 para Rosário-de-Santa-Fé e 3 para Hamburgo (Alemanha). Os restantes para vários pontos do país.

A exportação, em 1922, foi a seguinte, conforme estatísticas oficiais:

PRODUTOS EXPORTADOS EM 1922

PRODUTOS	PÊSO EM QUILOS	VALOR
Arroz	47.588.878	22.852:850$710
Alfafa	9.711.999	2.653:336$640
Aguardente	1.101.833	880:550$680
Amostras	809.457	1.258:471$910
Açúcar	802.133	967:015$400
Banha	21.511.699	34.204:977$730
Batatas	14.038.137	2.736:536$340
Cabelo	417.074	791:201$420
Carne congelada	2.932.872	2.383:942$300
Cebolas	13.207.140	2.834:841$900
Cereais	1.373.160	585:629$570
Cobertores	174.861	1.151:588$000
Conservas	1.789.538	1.459:691$250
Couros de bezerro	19.734	15:879$600
Couros de capivara	2.506	5:012$000
Couros cavalares	1.534	986$100
Couros curtidos	533.919	977:814$400
Couros envernizados	52.191	260:955$000
Couros de lontra	182	364$000
Couros nonatos	48.840	28:314$400
Couros de porco	122.575	246:640$000
Couros preparados	1.052	3:156$000
Couros de ratão	8.555	18:370$000
Couros de terneiro	535.028	506:659$050
Couros vac. salgados	23.207.712	20.244:611$300
Couros vac. secos	4.031.754	5.800:859$060
Farinha de mandioca..........................	30.378.344	5.779:129$780
Feijão	18.217.099	6.592:633$590
Frutas	2.999.201	510:151$000
Fumo em corda	490.602	544:448$960
Fumo desfiado	727.512	1.210:596$320
Fumo em fôlha	8.979.892	8.946:938$750
Fósforos	2.280	2:822$200
Erva-mate	4.176.501	1.836:576$210
Graxa	1.390.972	1.316:278$000

PRODUTOS	PÊSO EM QUILOS	VALOR
Lã	5.133.480	9.186:184$440
Madeiras	23.871.518	2.249:012$940
Mantas	563.369	1.409:580$000
Milho	59.828	9:083$300
Papel	51.469	10:487$700
Papelão	74.521	22:034$720
Peixe sêco	1.616.470	789:728$100
Presunto	485.084	475:083$300
Prod. bovinos congelados	5.202.227	4.173:625$720
Sebo	9.494.491	7.741:717$220
Sola	205.289	596:416$800
Tecidos de algodão	245.697	1.462:261$240
Tecidos diversos	136.478	706:066$200
Toucinho	486.474	509:567$350
Trigo	367.284	112:340$800
Vidros	18.568	9:284$000
Vinho	7.196.962	3.333:161$600
Xarque	53.671.958	56.002:502$880

Em 1931, porém, aumentou consideràvelmente, conforme se poderá verificar pelo seguinte quadro estatístico:

PRODUTOS EXPORTADOS EM 1931

PRODUTOS	PÊSO EM QUILOS	VALOR
Alfafa	2.918.078	562:475$870
Alpiste	1.751.328	2.170:702$600
Animais vivos	9.244.799	5.651:374$700
Arroz	107.274.465	46.369:058$410
Arroz com casca	3.011.510	786:413$950
Artefactos diversos	333.559	2.024:421$200
Banha	39.887.834	62.795:375$080
Batatas	18.321.173	3.996:304$070
Bebidas diversas	335.394	560:139$900

PRODUTOS	PÊSO EM QUILOS	VALOR
Calçados	784.130	7.224:997$200
Capas	64.736	897:296$100
Carne congelada	21.597.339	27.846:952$250
Carne conservada	2.297.493	4.194:986$680
Carvão	27.019.109	1.420:543$100
Cebolas	23.279.458	6.669:968$680
Cera	327.970	1.518:186$160
Chapéus diversos	46.722	821:293$600
Cobertores	64.733	591:947$500
Conservas alimentícias	3.644.429	5.859:662$000
Couros de capivara	8.091	56:237$000
Couros de cavalo	776	1:008$800
Couros curtidos	54.474	199:340$900
Couros envernizados	11.780	64:680$000
Couros de lontra	638	7:690$000
Couros nonatos	40.459	68:490$150
Couros de porco	232.982	759:596$400
Couros preparados	212.714	825:235$300
Couros de ratão	772	50:117$000
Couros de terneiro	593.140	522:630$560
Couros vac. verdes salgados	15.975.109	22.969:958$960
Couros vac. sec. limpos	1.811.918	4.042:814$100
Couros vac. sec. salgados	442.070	610:793$300
Couros vac. sec. refugo	3.006.250	5.816:034$700
Couros diversos	477.690	734:939$730
Crina animal	316.886	869:155$680
Erva-mate	2.457.843	1.309:736$790
Farinha de mandioca	25.042.976	6.352:857$350
Feijão	33.723.892	8.758:968$050
Ferragens	746.079	1.581:839$300
Fósforos	22	120$000
Fumo em corda	760.852	1.151:217$730
Fumo desfiado	301.941	1.310:040$150
Fumo em fôlha	18.594.760	26.377:174$760
Graxa	1.111.853	1.555:087$560
Hortaliças	2.953.797	559:141$000
Juta	296.754	902:316$000
Lã borrega	1.349.187	1.720:759$600
Lã fina	3.806.962	7.151:670$940
Lã em fios	101.767	1.362:535$900
Lã grossa	1.267.692	1.410:585$900

PRODUTOS	PÊSO EM QUILOS	VALOR
Lã mestiça	1.184.586	2.267:585$590
Lã de patas e barriga	611.563	644:763$750
Línguas em conserva	700.218	1.525:469$710
Máquinas e pertences	1.165.536	2.620:347$400
Madeiras	39.499.423	6.358:794$300
Material elétrico	110.686	786:101$700
Milho	3.331	3:386$100
Móveis de madeira	206.357	726:131$000
Obras de borracha	43.960	615:123$800
Obras de ferro	507.556	1.294:453$800
Obras de metal	115.545	542:497$300
Peixe sêco	2.663.573	2.136:073$900
Pelegos em bruto	317.725	552:125$300
Papel	36.995	31:797$000
Prod. químicos e farmacêuticos..	267.036	1.114:983$800
Produtos animais	4.817.077	2.224:985$500
Salame	592.987	1.511:491$900
Sebo	6.315.967	6.629:827$590
Tecidos de lã e seda............	382.781	4.401:170$100
Toucinho	1.168.683	2.473:419$000
Trigo	3.000	1:449$000
Varios artigos do estrangeiro.. .	641.255	1.628:756$300
Vasilhame	2.380.290	2.759:120$100
Vinho	26.130.276	17.477:793$850
Xarque	32.062.436	61.211:992$290

O número de estabelecimentos comerciais duplicou quasi, de 1911 para 1928, e atingiu a mais do dôbro dêste ano ao de 1931.

ANOS	N.° DE ESTAB.	CAPITAL
1928	20.031	690.549:576$
1929	20.397	704.376:320$
1930	42.047	839.007:592$
1931	41.835	786.819:262$

Estes estabelecimentos comerciais estão estabelecidos do seguinte modo:

Industrias	Litoral	Serra	Fronteira	Centro	Colônia
Fazendas e miüdezas, armarinho	417	67	113	53	177
Ferragens e louças...	57	13	20	11	37
Secos e molhados....	2.465	484	1.189	791	762
Fazendas, ferragens, secos e molhados..	671	725	949	.1.019	1.419
Chapéus e calçados..	163	14	36	11	95
Joalherias	30	10	20	2	28
Moveis	69	2	20	7	9
Produtos coloniais ..	107	46	10	8	59
Frutos do País	44	8	50	17	5
Madeiras e materiais para construção	76	22	39	16	46
Livrarias	22	11	15	8	31
Farmácias e Drogarias	172	75	96	54	128
Autos e acessorios ..	31	29	33	14	39
Comissões, consignações, representações e conta propria....	204	11	32	16	28
Hotéis e pensões	220	131	99	92	245
Bares,botequins e restaurantes	873	151	43	19	252
Diversos	2.179	310	272	262	655
Total	7.800	2.109	3.036	2.400	4.015
N.° de pessoas empregadas	20.670	53.854	5.614	3.747	7.953

O capital empregado nessas casas é o seguinte:

Litoral .... 479.236:300$000
Serra .... 77.077:000$000

Fronteira	73.939:012$000
Centro	45.883:800$000
Colônia	110.683:150$000

Os estabelecimentos de crédito, nacionais, existentes são os seguintes:

Banco-da-Provincia-do-Rio-Grande-do-Sul.

Banco-do-Rio-Grande-do-Sul.

Banco-Nacional-do-Comércio.

Banco-Porto-Alegrense.

Banco-Pfeiffer, S/A.

Banco-do-Brasil.

A-pesar-de sua origem estrangeira, figura entre os nacionais o Banco-Alemão-Transatlântico.

Fecharam as portas os seguintes:

Banco-Pelotense e

Banco-Popular-do-Rio-Grande-do-Sul.

Os Bancos estrangeiros são os seguintes:

Bank of London & South America Ltd. (fusão dos seguintes: London & Brazilian Bank e London & River Plate Bank).

Banco-Francês-e-Italiano-para-a-América-do-Sul.

The British Bank of South America Ltd.

Além dêsses estabelecimentos existem ainda o Tesouro-do-Estado-do-Rio-Grande-do-Sul e Caixa-Econômica.

Dêsses estabelecimentos bancários damos, a seguir, as estatísticas oficiais, de 1921 a 1931, notando-se um decréscimo no movimento durante os anos de 1930 e 1931, devido, certamente, à crise financeira e comercial que atravessa todo o país de norte a sul.

BANCOS NACIONAIS

Estatística dos principais títulos no período de 1921/1931

ANOS	Depósitos	Números índices	Empréstimos	Números índices	Fundo de reserva	Números índices	Existências em caixa	Números índices
1921	374.660:398$	100	409.457:659$	100	54.428:202$	100	76.021:145$	100
1922	427.384:838$	114	434.684:705$	106	55.778:247$	102	84.319:066$	110
1923	489.746:250$	131	471.487:318$	115	57.836:590$	106	100.470:305$	132
1924	539.456:950$	144	514.879:916$	126	61.669:817$	113	91.478:098$	120
1925	601.435:051$	160	607.321:710$	148	65.372:587$	120	96.679:694$	127
1926	584.857:267$	156	590.117:553$	144	71.260:532$	131	89.953:353$	118
1927	647.620:676$	172	635.125:437$	155	69.500:834$	128	103.901:354$	136
1928	881.632:717$	235	802.277:183$	196	76.160:448$	139	168.305:071$	221
1929	846.965:837$	226	893.540:809$	219	82.312:000$	151	121.717:636$	160
1930	740.969:931$	197	822.157:282$	201	84.728:609$	155	142.866:485$	187
1931	570.631:210$	152	556:149:417$	136	69.020:593$	126	109.249:221$	143

BANCOS ESTRANGEIROS

Ativos no período de 1921/931

ANOS	Bank of London & South América Limited	Números índices	Banco-Francês-e-Italiano-para-América-do-Sul	Números índices	The Brish Bank of South America Ltd.	Números índices	Totais	Números índices
1921	57.840:847$	100	54.505:813$	100	17.412:942$	100	129.759:602$	100
1922	45.050:540$	78	73.383:022$	134	15.693:996$	90	134.127:558$	103
1923	54.039:473$	93	78.278:295$	144	15.668:729$	90	147.986:497$	114
1924	67.452:089$	117	78.272:743$	144	22.437:751$	129	168.162:583$	130
1925	77.738:458$	134	88.125:713$	161	22.282:278$	128	188.146:249$	144
1926	86.554:776$	150	96.334:693$	177	25.437:248$	146	208.326:717$	161
1927	87.953:044$	152	84.511:662$	155	23.628:271$	136	196.092:977$	151
1928	92.938:906$	160	72.130:341$	132	23.400:235$	134	188.469:482$	145
1929	86.281:681$	149	56.861:728$	104	21.323:757$	122	164.467:166$	126
1930	85.548:125$	148	80.320:846$	147	24.578:856$	141	190.447:827$	146
1931	71.777:660$	124	42.247:335$	77	30.781:642$	176	144.806:637$	111

Com referência à exportação do Rio-Grande-do-Sul durante o primeiro semestre dêste ano de 1933, a Repartição de Estatística do Estado divulgou os seguintes dados:

EXPORTAÇÃO POR CLASSE

(Valor F. O. B.)

	Quilos	Mil réis papel
Animais e seus produtos...........	65.915.532	50.652:983$000
Minerais e seus produtos...........	2.291.476	68:129$000
Vegetais e seus produtos...........	25.745.622	11.759:796$000
Total geral...............	63.952.630	62.480:908$000

Esta exportação foi feita para os países abaixo discriminados:

PAÍSES DE DESTINO	Quilogrs.	Mil réis papel	Equiv. em £ ouro
Alemanha	2.209.703	3.431:420$	47.802/—/
Algeria	112.301	275:286$	3.970/—/
Argentina	12.443.242	3.553:408$	48.968/—/
Bélgica	1.128.869	1.368:499$	18.919/—/
Estados-Unidos	122.023	427:722$	5.887/—/
França	1.099.976	715:620$	9.213/—/
Grã-Bretanha	9.227.655	12.022:517$	166.122/—/
Holanda	510.343	610:404$	3.370/—/
Itália	1.243.766	1.391:176$	18.469/—/
Uruguai	35.738.413	38.636:627$	539.425/—/
Outros países	46.339	48:329$	693/—/

As principais mercadorias exportadas foram:

	Kgs.	Valor
Adubos animais	391.500	69:592$
Gado vacum [11]	483.100	344:250$
Outros animais vivos [12]	8.800	4:800$
Banha	2.560.679	4.311:492$
Carne em conserva	2.857.471	8.001:655$
Carne de carneiro congelada	539.829	1.600:972$
Carne de vaca congelada	14.357.597	15.577:141$
Miudos congelados	1.130.775	1.524:058$
Línguas	42.267	84:534$
Charque	32.746	57:881$
Chifres	158.211	110:865$
Couros vacuns, salgados	7.101.559	1.490:381$
Crina animal	138.683	472:088$
Estrato e caldo de carne	59.420	443:915$
Lã em bruto	1.994.105	4.794:126$
Línguas sêcas	140.463	863:904$
Ossos	1.350.350	270:069$
Peles de carneiro	34.973	209:838$
Outras peles	13.416	40:776$
Tripas salgadas e sêcas	456.571	1.156:358$
Arroz	6.557.585	4.846:189$
Farinha de mandioca	1.127.950	388:897$
Fumo desfiado	85.072	359:316$
Fumo em corda	258.473	680:945$
Fumo em fôlha	1.173.290	1.642:954$
Erva-Mate	606.834	537:535$
Madeiras de pinho	15.150.062	2.962:921$
Outras madeiras	335.534	2.983:863$
Minerais e seus produtos	2.291.476	68:129$
Outras mercadorias	986.541	455:543$

(11) — O pêso e valor dêste gado vacum exportado corresponde a 1.377 cabeças.

(12) — Dêstes outros animais, na sua maioria carneiros, corresponde o pêso e valor a 110 cabeças.

Tôdas estas mercadorias exportadas foram produzidas pelas seguintes localidades do Estado:

Bagé, Itaquí, Jaguarão, Pelotas, Pôrto-Alegre, Quaraí, Rio-Grande, Santana-do-Livramento, Santa-Vitória-do-Palmar, São-Borja, São-Xavier e Uruguaiana.

Como se vê, faltando ainda a colheita de vários cereais, como feijão, milho, trigo e outros, não foi nada pequena a exportação, sòmente para o exterior, durante um semestre.

O Rio-Grande-do-Sul foi sempre um grande importador de açúcar de Pernambuco, Sergipe e outros Estados. Atualmente, porém, já êste artigo está sendo produzido na zona do norte e também na serrana, com grande entusiasmo, nada ficando a dever, em qualidade, aos tipos idênticos produzidos no norte do país.

A safra do ano de 1933 foi avaliada em cêrca de 60.000 sacas, ou sejam: 3.600 toneladas, o que, para o início de uma indústria já representa alguma cousa.

Êste açúcar, na sua maioria somenos baixo, é vendido no interior do Estado ao preço de 10$000 a saca, variando os outros tipos entre os preços de 20$, 25$ e 30$000.

Já existe no Estado uma bem montada usina que fabrica o açúcar branco, tipo perfeitamente igual ao melhor de Pernambuco. Infelizmente essa usina não é grande, sendo a sua capacidade produtiva de apenas 30 sacas por dia, mais ou menos.

Com o tempo, talvez dentro de três ou quatro anos, já o Estado-do-Rio-Grande-do-Sul não mais necessitará importar êste artigo, podendo, quem sabe se com vantagens, exportá-lo, mesmo.

Dependerá tudo da boa vontade dos agricultores, da capacidade industrial dos usineiros e, de um modo especial, do auxílio ou proteção que o Govêrno-do-Estado dispensar a mais futurosa, grande e rica indústria nacional.

* * *

Conforme a relação estatística, foi a seguinte a safra dos principais produtos sul-rio-grandenses nos anos de 1933/1934:

PRODUTOS	Produção em toneladas	Valor médio
Milho	1.292.020	146.588:800$
Feijão	162.530	69.825:400$
Arroz	207.540	71.970:900$
Trigo	118.554	39.132:780$
Mandioca	245.200	36.380:400$
Alfafa	125.141	25.010:800$
Fumo	31.016	37.653:240$
Cana	60.930	41.280:300$
Batata inglesa	134.469	31.293:860$
Batata doce	190.000	9.428:600$
Cebolas	48.410	9.967:400$
Abóboras	94.600	7.330:000$
Amendoim	12.320	2.941:290$
Alho	6.260	4.320:000$
Lentilhas	12.625	7.928:960$
Alpiste	4.230	3.592:300$
Aveia	11.620	4.120:460$
Fava	6.050	2.435:600$
Cevada	8.310	2.540:000$
Centeio	6.540	2.288:450$
Ervilha	2.450	1.466:200$
Tremoços	320	102:900$
Frutas e hortaliças	1.110.640	218.140:500$

Conclusão:

A-pesar-de todos os pesares, — de todos os trabalhos e vicissitudes por que tem passado, — o Estado-do-Rio-Grande-do-Sul é um dos mais ricos e prosperos do Brasil. Tudo, na sua terra privilegiada, pode plantar-se com êxito e sem receio, desde a erva-mate às mais finas frutas européias que já tem seus cultivadores no Estado, e também as frutas do Norte, como mangas, abacates, mamões, etc.

O maior impulso dado à agricultura, e também ao comércio e às indústrias, deve-se, no geral aos colonos, alemães

e italianos e, ùltimamente, também aos polacos que se estabeleceram na região missioneira.

O gaúcho, pròpriamente dito, dedica-se quasi que exclusivamente ao campo. As estâncias, fazendas, com respectivas charqueadas, ocupam-no totalmente. Nada, ou quasi nada afora êsse mister prende a sua atenção. Nasceu assim, assim vive e assim há de viver pelos séculos afora.

O comércio sul-rio-grandense começou nas charqueadas. Foram elas o início das reservas financeiras. O charque, e demais produtos bovinos, chamaram, sempre, conforme já vimos, a atenção dos governadores e visitantes do Rio-Grande, porque era o único comércio, a única indústria da província.

Vieram, depois, os colonos, e a agricultura também teve seu início não porque o nativo, o gaúcho, a desconhecesse, mas porque, durante séculos, montado sempre, em defesa da pátria, de lança e garrucha nas mãos e pé no estribo, não podia dedicar-se como era mister à agricultura. Daí o atraso secular desta que sòmente os colonos alemães vieram iniciar e os italianos, quasi meio século mais tarde, continuar, auxiliar e aumentar, com novos processos e novas capacidades.

A terra aí estava, fértil e dadivosa, "que conserva até os cadáveres", como disse Nicolau Dreys (ob. cit.). Faltavam-lhe braços, tão sòmente. E estes também vieram, e o Rio-Grande-do-Sul é hoje esta terra grande e boa, de braços sempre abertos, para nêles amparar o que mais precisa e o que mais sofre.

PARECER

Comércio, indústria e agricultura, tese apresentada pelo nosso confrade Valter Spalding, sôbre ser um ensaio histórico de valor acêrca dos fundamentos da economia rio-grandense, representa um quadro estatístico admirávelmente riscado a propósito da mesma em sua evolução. Distinguem a êsse trabalho, de ampla e nítida perspectiva social, referentemente ao determinismo do Rio-Grande-do-Sul (das origens ao presente), claros atributos de exame e rigorosas conclusões.

Muito bem indicados, os termos de meio físico e ação político-militar constitutivos da formação de nosso Estado no tocante à sua riqueza. Encadeamento normal de influências superorgânicas, verificáveis ao Extremo-Meridional do Brasil. Sucessão regular de períodos. Ótimo aproveitamento dos dados estatísticos a respeito existentes em arquivos particulares e públicos, em obras de história e informações recentes de caráter oficial. A tese de Valter Spalding afigura-se-nos, pois, um documento vivo de pesquisas e informações, digno de ser incorporado ao programa do **Instituto-Histórico-e-Geográfico-do-Rio-Grande-do-Sul,** quanto à nossa Terra e à sua gente.

Porto-Alegre, 7 de outubro de 1935.

Assinados: **Alcides Maya,** relator
M. Faria Corrêa
De Paranhos Antunes.

SECÇÃO QUINTA

CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

I

Jobim (Sua vida e seu tempo) — Alcindo Sodré. — Parecer.

II

A educação primária na República Farroupilha — Firmiano Ramos Soares. — Parecer.

J O B I M

(Sua vida e seu tempo)

Dr. Alcindo Sodré

"Il n'y a pas de grand homme pour son valet de chambre? Cela ne prouve pas qu'il n'y a pas de grands hommes; cella prouve qu'il y a peu de grands valets".

André Maurois — Aspects de la biographie.

Ao têrmo da revolução farroupilha, Pedro II visitou o Rio-Grande pela primeira vez, e como médico do jovem imperador, com êle seguira José Martins da Cruz Jobim, cujas funções oficiais de médico do Paço desde a abdicação de Pedro I, haviam-lhe sido conferidas por José Bonifácio.

Era êle rio-grandense, nascido nos albores do século (*) e dalí ausentado mal chegara aos anos de menino e moço. E ia rever sua terra natal quando esta terminava uma nova refrega guerreira. Ainda se enxugava no Rio-Grande o sangue de ideal que por alí correra generoso durante dez longos anos. E foi dêsse modo, por entre os últimos traços de fumo polvorento subindo das coxilhas que Jobim entreviu Rio-Pardo, cidade de seu berço, e atalaia avançada dos pampas brasileiros nas pelejas contínuas que firmaram a tradição belicosa dos gaúchos. O Rio-Grande já era rico de nomes ilustres na destemida arte das armas. Por todos os seus recantos

---

(*) Nasceu a 2 de fevereiro de 1802 sendo seus país o tenente José Martins da Cruz, natural da freguesia de Santa-Cruz de Jobim no bispado do Pôrto, e D. Eugênia Fortes, oriunda dos Açores.

nasciam heróis de bravura e sentimentos nobres, capazes de ombrear com os famosos "hetmans" da Polônia legendária. A própria Rio-Pardo ostentava a glória de ter dado à luz aos bravos Andrade Neves e Visconde de S. Gabriel, e ainda o pai de Jobim alí vestira a farda de tenente.

Êsse médico rio-grandense era no momento, o primeiro contraste que se apresentava na dominante expressão do ambiente de sua terra: entre notáveis guerreiros e idealistas, era êle o primeiro grande homem de ilustração que surgia da sua gleba, para um destaque nacional.

Ausentando-se do Sul, fôra cursar o Seminário de São-José-do-Rio-de-Janeiro, aquele educandário fundado pelo bispo Guadalupe sob os auspícios de Dom João V, e que por tão dilatadas décadas granjeou fama singular na instrução da mocidade. Foi por certo nesse Seminário que Jobim sentiu despertado em seu espírito o gôsto pelos estudos humanistas que haveriam de emprestar mais tarde especial relêvo à sua brilhante atividade pública e profissional. Embarcado depois para a Europa, foi realizar na velha Faculdade de París o seu curso de medicina. Exceção feita de Coimbra raríssimos eram então os Brasileiros que atravessavam o oceano para conquistar na outra banda dos mares títulos científicos de suas universidades. Para Jobim, essa viagem, longe de ser fruto de orgulhoso capricho de pais opulentos, era bem um justo prêmio aos seus destacados e promissores estudos no Seminário da Côrte.

Se fôra grande o sacrifício paterno para sustentá-lo em estudos no Rio-de-Janeiro, desesperada se tornara a situação do estudante quando o pai lhe faltara, ao final do curso secundário.

Seus méritos, no entanto, tiveram tal fôrça, que um tio se apressara em satisfazer suas aspirações, mantendo-o no estrangeiro. E já na Europa, medindo o gesto do parente, Jobim decidira diminuir-lhe os gastos obtendo alunos de latim, e, quando de retôrno à Pátria, haveria mais tarde de pretender quitar-se com o tio, êste novamente generoso, re-

peliu o ajuste de contas, como homenagem prestada a um sobrinho que sinceramente o envaidecia.

Bem grande é o deslumbramento de París para as inteligências sedentas de ilustração como a do moço brasileiro. Durante o prazo necessário do curso superior, alí permaneceu Jobim, à sombra do reputado casarão do "boulevard Saint-Germain". que devera ter recolhido em herança tôda a profunda sabedoria das clássicas lições de Aristoteles pronunciadas sob o propício acolhimento das oliveiras de Atenas.

Joaquim Nabuco haveria de escrever mais tarde sôbre a "impressão de arte que corre por cima da velha París como um friso grego". Essa impressão, não abrange apenas a beleza eterna das linhas helênicas de arquitetura. Entra pela multiplicidade dos aspectos da vida intelectual e requinta-se nas fórmulas de aperfeiçoamento do espírito, que mantêm o gênio francês e a grandeza latina. Estar na Faculdade de Medicina de Paris, é estar na margem esquerda do Sena, em pleno "quartier latin"; e achar-se nesse quarteirão da grande metrópole, é encontrar-se ao lado da Sorbonne, avistar a Santa Capela, ouvir o classicismo literário das peças de Moliére no teatro Odeon, meditar nas alamedas de Luxemburgo, coordenar os ensinamentos dos mestres do Instituto. Êsse "quartier latin" representa París que pensa. No primeiro quartel do século XIX, corria por alí uma transformação de métodos. Já não era o sistema do século XIII quando Dante fôra escutar as lições dos mestres, nem o século XVI em que o Rei Cavaleiro fazia surgir o Colegio de França com os estudos greco-latinos. A Revolução dissolvera as velhas universidades, criando as grandes escolas autônomas: Faculdades de letras, de ciências, direito, medicina, teologia, politécnica, Sorbonne, Escola normal superior, Colégio de França. Independentes, essas entidades moviam-se sob um novo ritmo pedagógico que seria conservado durante todo o século dezenove, suscitando debates de imprensa e manifestações de estudiosos. Essa foi a atmosfera renovadora que respirou Jobim estu-

dante. Nessas Faculdades atuavam nomes como os de Claude Bernard, Michelet, Berthelot, Renan, Villemain, Guizot...

Em 1828 obtinha Jobim o grau de bacharel em ciências naturais e doutor em medicina. Os progressos manifestavam-se em todos os ramos da atividade intelectual. Na literatura surgia o romantismo com Chateaubriand, Lamartine, Victor Hugo, Alfred de Musset, Balzac e os contemporâneos ingleses Byron, Macaulay, Carlyle; a pintura dava Ingres e Lalacroix; a música revelava Berlioz, Chopin, Meyerbeer, Rossini, Beethoven, Schubert, Weber, Mendelssohn; as ciências acrescentavam os nomes de Laplace, Ampère, Gay-Lussac, Lamarck, Cuvier, Champollion. O espírito do século determinou à ciência médica novos rumos com a especialização dos conhecimentos. Perdendo o aspecto de amadorismo, a ciência exigiu dos estudiosos a formação de discipulos, a criação de escolas doutrinárias. O sábio deixou de ser o trabalhador isolado, por deleite pessoal, para se tornar mestre, professor. Jornais, revistas e publicações científicas multiplicavam-se, já especializadas. Sociedades sábias, reüniões acadêmicas, exprimiam as novas correntes de idéas. A ciência passava a ser prática, de interêsse coletivo, com função pública definida e mesmo caráter universal na sua aplicação ao aproveitamento das riquezas da terra e benefícios gerais das sociedades humanas. Doutorando-se nesse ambiente, Jobim trazia seu espírito inclinado à especialização, que foi a medicina pública. Sua tese foi uma "Dissertation sur le vaccin", assunto palpitante que em breve haveria de abrir largos horizontes ao problema da vida.

Essa tendência e essa escolha de Jobim para o ramo da medicina pública dentro da sua profissão, é expressiva, e seria marcante na sua personalidade. E' a especialização preferida por todas as inteligências propensas à cultura geral. Ela excede às noções da medicina e invade os conhecimentos generalizados, sobretudo a sociologia e o direito.

Uma formação que amadurecia assim, em meio dessas novas diretrizes, não podia aproveitar apenas no terreno da ciência. A sociedade política evoluía também. Jobim estudara em França enquanto dois reis se sucediam: Luiz XVIII e

Carlos X. Governos agitados por idéias novas. As conquistas mestras da Revolução impunham-se. Estes dois reinados tiveram que ser constitucionais avançando para o liberalismo. A liberdade de pensamento e de ação sacudira várias vezes o Parlamento, disposto a apagar os últimos vestígios dos governos absolutos. E a Europa entrou num largo remanso de paz e trabalho, que foi de 1814, do equilíbrio estabelecido pelo Congresso de Viena, até a Guerra-Mundial, periodo que com acêrto Ferrero haveria de assinalar como a época feliz e tranqüila em que melhor e por mais tempo a humanidade civilizada conheceu a doçura de viver.

Voltando para o Brasil, Jobim trazia a inteligencia enriquecida por sólida cultura, o espírito povoado de estímulos, e a sensibilidade iluminada por uma variação de côres.

O Rio-de-Janeiro, no curto espaço de vinte anos passara por acontecimentos e transformações várias, iniciando-se pela chegada de Dom João VI. A capital do Brasil, quando aquí aportou o bom rei bragantino, era, segundo Oliveira Lima uma mesquinha sede de monarquia. As ruas estreitíssimas, lembrando mourarias; as vivendas sem nenhum sinal de arquitetura, nem qualquer detalhe de bom gôsto, salvo um portal ou uma varanda; os conventos numerosos, mas simplesmente habitáveis, excepção feitas dos de São-Bento e Santo-Antônio, mais decentemente preparados; as igrejas, luxo de tôda a cidade portuguesa, freqüentes porém inferiores nas dimensões e na decoração de talha dourada às da Baía. Enfim, o plano da cidade inteiramente por fazer.

Inúmeras e importantes iniciativas de D. João VI vieram dotar o Rio-de-Janeiro de obras e serviços públicos. Os efeitos da abertura dos portos e da vinda de artistas franceses foram entretanto assinalados na transformação do aspecto urbano. Os ingleses graças à medida real, desenvolveram junto aos Brasileiros o gôsto pelas indústrias e imprimiram ao Rio, grande atividade comercial. E' Ferdinand Dénis, testemunha da época quem afirma que o Rio, nas ruas vizinhas à Alfân-

dega, apresentava aos olhos tantas mercadorias inglesas como as praças de Manchester, podendo-se dizer outrotanto da rua do Ouvidor com os negociantes franceses, oferecendo tantas casas de objetos de luxo e novidades, que se pensava estar nas proximidades da rua Vivienne ou do Palais-Royal.

A vinda de artistas franceses contratados, sob a direção de Lebreton membro do Instituto, tivera sensível influência no plano de construções da cidade. O arquiteto Grandjean de Montigny fôra autor de belos edifícios, notando-se a grande casa da Bolsa, na rua Direita. Como transportes, as enfeitadas cadeirinhas cediam terreno aos cabriolés. A transformação material do Rio-de-Jameiro operava-se ràpidamente, e seguindo com os grandes acontecimentos políticos da Independência e do Primeiro Reinado, tomou sem dúvida aspectos de grande e bruscos avanços que iriam encontrar um verdadeiro colapso nos cincoenta anos do Segundo Reinado, caracterizado como seria por um ritmo novo de evolução civilizante.

Jobim veio encontrar o Rio-de-Janeiro com os benefícios completos dessa grande fase renovadora. O fenomeno era, porém, nos seus grandes realces, de ordem quasi que puramente material. No concernente à atividade intelectual e sobretudo a respeito de medicina pública, a inexistência era a regra.

E mal chegado à Pátria Jobim encontra companheiros e com êles funda a 28 de maio de 1829 a Sociedade de Medicina do Rio-de-Janeiro, depois Academia Imperial de Medicina, atualmente Academia Nacional de Medicina, com o programa de "promover a ilustração, progresso e propagação das ciências médicas, socorrer gratuitamente os pobres nas suas enfermidades e beneficiar geralmente a humanidade, favorecendo e velando a conservação e melhoramento da saúde pública". Ocupa a seguir a sua presidência, passa a redigir a Revista Médica Fluminense e é nomeado médico da Santa-Casa-de-Misericórdia. Da corporação científica que fundára sai em 1830 o plano de organização das Faculdades de Medicina do Rio e da Baía, de que Jobim foi um dos autores, tornando realidade a 3 de outubro de 1832. Defende tese de

concurso sôbre "As asfixias", e passa a ser o primeiro professor de Medicina Legal da Faculdade-de-Medicina-do-Rio-de-Janeiro, da qual, alguns anos depois, seria diretor pelo longo espaço de trinta anos.

Em 1831, no relatório de 19 de junho da Sociedade-de-Medicina, Jobim, com mais dois colegas, acusava a precária situação hospitalar da Côrte: "O único Hospital público que existe no Rio-de-Janeiro é mal situado, o seu tamanho é muito inferior às precisões de uma cidade de perto de 200.000 habitantes, por isso êle contém sempre um número de doentes excessivamente superior à sua capacidade; a sua construção é péssima, não se encontram nêle nenhum dos preceitos recomendados para a perfeita ventilação das salas; as camas estão muito unidas, é coberto por quasi tôda a parte por telha vã, e tem no seu interior um cemitério".

Ainda em 1830, a Comissão de salubridade da Sociedade-de-Medicina, pelo seu relator Jobim levantou o primeiro protesto público contra o modo deshumano porque eram tratados os loucos. E o mesmo Jobim, alguns anos depois conseguira com Clemente Pereira, obter do govêrno a criação do Hospício de Pedro II, sendo nomeado médico do novo estabelecimento. Foi pelo Decreto n.º 82 de 18 de julho de 1841, cometendo a direção do novo estabelecimento situado na Praia Vermelha à confraria da Santa-Casa. E por determinação desta ficou o então escrivão encarregado de entender-se com o Dr. José Martins da Cruz Jobim, podendo oferecer-lhe a remuneração pecuniária de cento e vinte mil réis por ano, como uma gratificação adicional ao vencimento que leva pela fôlha do Hospital Geral.

Não eram apenas os hospitais e os dementes que necessitavam medidas governamentaes adequadas. As prisões do Estado resumiam-se na precária condição do velho Aljube, construído havia um século atrás, e destinado aos misteres do juízo ecclesiástico. A Câmara Municipal, nomeou uma comissão de que Jobim fizera parte, para visitar as prisões civís, militares e eclesiásticas. Descrevendo as condições higiênicas do Aljube, a comissão, em seu relatório, declarava com o maior desassombro: "foi com grande dificuldade que se

pôde vencer a repugnância que deve sentir todo coração humano para penetrar nesta sentina de todos os vícios, neste antro infernal onde tudo se acha confundido, o maior facínora com uma simples acusada, o assassino mais inhumano com uma miserável vítima da calúnia, ou da mais deplorável das administrações da justiça. O aspecto dos presos nos faz tremer de horror: mal cobertos de trapos imundos, êles nos cercam por todos os lados e clamam contra quem os enviou para semelhante suplício, sem os ter convencido de crime ou delito algum. Os infelizes preferiam antes morrer de uma vez, do que acabar pouco a pouco no meio dos maiores tormentos da fome, do calor e vendo cada dia deteriorar-se mais a sua saúde. Os esconderijos dêsse edifício, construído para 12 a 20 pessoas, continham 390 presos!

No interior das salas sente-se um cheiro insuportável de cigarro, suor, latrinas e de tôda a sorte de imundícies, que tornam semelhante prisão mais horrível do que deve ser a habitação dos mais ferozes animais".

E o visconde de Sepetiba, como ministro da Justiça, diz Vieira Fazenda, deu logo o primeiro passo na nobre, útil e caridosa missão de considerar o condenado, não como animal feroz, indigno de tôda consideração, mas como ente susceptível de regeneração pelo trabalho que nobilita."

O jovem Jobim, logo de volta à Pátria, conseguira em quatro anos promover e participar de profundas modificações na vida médica do país. Associação de classe, revista científica, criação de Faculdades, Hospício e situação de hospitais e cárceres foram então assuntos decididos e ventilados.

No mesmo ano de 1831 José Bonifácio nomeára Jobim médico da Imperial Câmara e o seu prestígio profissional transformara-o já num dos maiores clínicos do Rio-de-Janeiro.

O quadro político do país, por seu lado, apresentava agitação de pensamentos. Armitage, historiador do Primeiro Reinado, assinalaria a desenvoltura da imprensa no esclarecimento da opinião referindo-se à Aurora Fluminense de

Evaristo, cuja circulação tornara-se maior que a de qualquer outro periódico, e o fim do ano de 1828 seria a ocasião do maior exaltamento de idéias.

E o manifesto do Imperador lançado em Ouro-Preto em fevereiro de 1831, reflexo da situação que iria influir no 7 de abril, continha o seguinte trecho: "Mineiros, não me dirigirei sòmente a vós: o interêsse é geral, eu falo pois com todos os brasileiros. Existe um partido desorganizador que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos com invectivas contra a minha inviolável e sagrada pessoa e contra o Govêrno."

Essas idéias, e essas circunstancias da França, de que falava o Imperador, não exprimiam apenas os sentimentos nacionalistas que forçavam a Abdicação, mas refletiam uma nova mentalidade contraria à rotina de velhos costumes e preconceitos que se tornavam intoleráveis quando a emancipação dos espíritos, com a liberdade de pensamento, empolgava a Europa, cujo foco era a França.

Jobim não deixara desde logo de participar dêsses avançados sentimentos. Na sessão de 24 de abril de 1831 na Sociedade-de-Medicina, fazendo a biografia de Francisco de Melo Franco, e quando se referiu à sentença de quatro anos de cárcere formulada pelo espírito da Inquisição do ilustre médico Brasileiro que se formara em Portugal, êle lê uma página brilhante e decisiva de análise crítica à mentalidade dogmática dos professores de Coimbra, que condenaram o autor do "Reino da estupidez".

O início de seu trabalho biografico é uma sintese que encerra em traços claros e simples uma personalidade: "Melo Franco era de muita vivacidade nos olhos, expressão e nobreza na fisionomia, de estatura maior que a ordinária, de caráter jovial, de maneiras afáveis e polidas. Escrevia o português com muita elegância e pureza; era bom poeta, distinto humanista, e conhecia a fundo, além da língua materna o latim, o italiano, o inglês e o francês".

Depois de traçar em breves quão profundas pinceladas o retrato de Melo Franco, é que Jobim passa a descrever o grande

médico, autor do "Tratado de educação física dos meninos" e "Ensaio sôbre as febres do Rio-de-Janeiro".

Aquela síntese de Jobim, assinalando a cultura geral de Melo Franco, e em destaque "o latim que o distinto humanista conhecia a fundo", revela bem a afinidade do autor pelo seu biografado.

Realmente, humanista que era Jobim, sua preocupação seria dar novos rumos à mocidade do Brasil. Para estudar medicina, de acôrdo com a lei que instituíra as Faculdades, tornou-se preciso ter ao menos 16 anos completos, ser aprovado em latim, francês ou inglês, filosofia, aritmética e geometria. Findo o curso acadêmico, que passara a ser de seis anos, devia ser sustentada uma tese em latim ou em português para o candidato receber o título de doutor em medicina.

O latim figura ainda, nos dias atuais, em nossos programas de curso secundário. Mas figura de forma simplesmente decorativa como até à lei orgânica de 1911, figurava o grego.

Em defesa do latim, Anatole France escreveu um admirável capítulo. Há alí argumentos que merecem ser destacados para um melhor alcance do valor do latim na sua grande função educativa. Diz o delicioso escritor francês ser na realidade, muito rápido o declínio dos estudos latinos. Os retóricos de seu tempo ainda liam correntemente Virgilio e Cicero. Já agora o latim retira-se do mundo e tende a retirar-se da escola. E' fatal. No século XVIII, êle ainda era a língua universal da ciência. Agora, a ciência fala francês, inglês, alemão. Só a teologia guarda seu velho idioma. O conhecimento das línguas vivas tem um interêsse prático. Não se pode negar a vantagem de saber inglês e alemão. Êsse conhecimento é útil ao negociante e ao legislador, como ao soldado e ao sábio. Mas resta saber se o ensino secundário deve ter por unico objetivo a utilidade. Não, o belo nome de humanidades que se lhe deu por muito tempo nos esclarece sôbre sua verdadeira missão; êle deve formar homens e não tal ou qual espécie de homens; êle deve ensinar a pensar. Aprender a pensar, é nisso que se resume todo o programa bem compreendido de ensino secundário.

Com o latim, os alunos aprendiam alguma cousa infinitamente mais preciosa que o latim: aprendiam a arte de conduzir e exprimir seu pensamento. Sem êle, nada teria feito a beleza do gênio francês. O latim não é para nós uma língua estrangeira, é uma língua materna; nós somos latinos. E' o leite da lôba romana que faz o mais belo de nosso sangue. A literatura latina é mais prôpria que qualquer outra a formar os espíritos. Roma teve idéias simples, fortes, pouco numerosas; conhece-se-lhe os limites. Mas é porisso mesmo que ela é uma incomparável educadora. Depois dela, a humanidade concebeu idéias mais profundas; o mundo teve um arrepio novo ao contacto das cousas. Mas, para armar a mocidade nada vale mais que a fôrça latina.

Veja-se o **Hamleto,** é um mundo imenso. E' difícil que se tenha jamais feito qualquer cousa de mais grandioso. Mas que queremos que um estudante aprenda alí? Leia-se o **Fausto** de Goethe. E' um rico repositório de idéias e sentimentos; melhor ainda: é um laboratório onde a substância humana se acha encerrada. Entretanto, como é brumosa essa obra do mais luminoso gênio de tôda a Germânia! Marcha-se alí às apalpadelas, por caminhos tortuosos, com os olhos ofuscados por meteoros. Também isso jamais poderá ser clássico, para nós. Agora, abra-se as histórias de Tito Lívio. Lá tudo está em ordem, luminoso, simples; Tito Lívio não é um gênio profundo: é um perfeito pedagogo. Como êle pensa claramente! E quanto ao fundo, que se encontra? Lições de moral, coragem, devotamento, a religião dos antepassados, o culto da pátria. Eis aí um clássico!

O latim aprendido no Brasil durante o Império como chave da cultura humanista dêsse tempo, representa talvez o segrêdo da sociedade de **élite** que Pedro II preparou e reüniu em redor de seu trono, dando do Brasil ao mundo uma impressão singular, pelo polimento de culturas, caráter e maneiras que distinguiu os homens do Segundo Reinado.

A vinda do Rei de Portugal para o Brasil não só retardara dos demais povos hispano-americanos a nossa Independência, para a sua amadurecida ocasião, como presservara a nossa unidade territorial com a continuïdade do regime político que adotamos. O característico do Segundo Reinado haveria de ser a formação da nacionalidade. As grandes e múltiplas perturbações observadas durante a Regência eram bem a demonstração evidente de que por tôda a enorme extensão física do país o entrechoque de ainda mal definidos sentimentos de nacionalidade e confusões de idéias exigiam uma compreensão superior para a estável e definitiva formação da Pátria Brasileira. Sem dúvida, a energia dos Regentes e a espada de Caxias apagaram as labaredas do incêndio. A grande tarefa, seria no entanto o abafamento completo das cinzas pelo longo e delicado processo de sua calcificação. Êsse papel estaria reservado para Pedro II. Compreendeu desde logo o esclarecido monarca que acima do progresso pròpriamente material do país estava a educação dos seus homens. Educação no sentido largo da palavra. Educação pelo cultivo do espírito, pela formação do sentimento pátrio, pelo apuro das capacidades nas funções públicas, pela construção moral dos caracteres. Homem patriota, inteligente e culto, de excelente endireitura moral, Pedro II seria o exemplo de seus concidadãos, exercendo com rara habilidade a sabia atribuïção que o estatuto básico do Império determinava ao Poder Moderador. Essa superior compreensão estabeleceu como base bôas finanças e prestigio internacional. E como fruto padrão de existência nacional promoveu o Parlamento, poder político onde floresceram as maiores individualidades do Brasil. Homens de todos os pontos do país que apresentassem qualidades de merecimentos eram acolhidos pelo Imperador e levados ao grande aprendizado da Côrte. E assim como aos homens, os partidos se revezavam no poder, movidos por mão oculta, porém esclarecida e patriota, dentro de um programa seguro e prèviamente compreendido. Pedro II, por tal modo se achava compenetrado dêsse primordial objetivo, que a sua assistência aos reclamos materiais do país, obedecia a limites que pareciam existir traçados em seu espírito, dentro

do plano de seu reinado. Jobim, diretor da Faculdade-de-Medicina durante trinta anos, haveria continuamente de reclamar melhoramentos e reformas para o ensino a seu cargo, êle que gozava de indiscutível prestígio pessoal junto ao monarca, pois além de médico do Imperador passara a fazer parte do Conselho de Sua Majestade e a ter assento no Parlamento.

Para transportar uma arquibancada de um edifício para outro, Jobim pediu ao Provedor José Clemente que o fizesse por "não poder distrair soma alguma da acanhada consignação que tinha para a despesa". Em 1839, dizia êle em relatório: "A Biblioteca continua ainda muito aquém do pé em que deve estar, pois supera a falta de autores modernos em todos os ramos da medicina". E reclamava reiteradamente contra a falta de material para a Secretaria da Faculdade e sobretudo falta de espaço para colocação de instrumentos de ensino que jaziam encaixotados. Por fim, remetendo ao ministro o modêlo das vestes de professores e doutorandos, usava de rude franqueza: "Não devo contudo deixar, nesta ocasião, de ponderar a V. Ex. que não será muito coerente todo êsse aparato exterior com o estado decadente do Estabelecimento, sem edifício, sem regulamento próprio, privado enfim de melhores recursos. Mais conforme parecia o adiantamento de quaisquer manifestações de prosperidade, para quando na realidade a Escola tiver êsse grau". E discursando no ato de doutoramento da Faculdade, e em frente de Pedro II que assistia á ceremonia, Jobim haveria de relembrar a fundação do Hospício para reclamar do monarca maior assistência governamental ao ensino médico do país. Disse Jobim: "A fundação do hospício de Pedro II foi, para esta capital e o Império todo, um grande benefício; nós assim o dissemos, e o esperavamos no dia solene da sua inauguração, porque também nunca nos podemos esquecer do estado deplorável, em que jaziam os alienados no hospital da Misericórdia. Em os últimos dias do ano de 1829, na ocasião em que passávamos a visita daquele hospital, vimos entrar pela enfermaria uma pessoa acompanhada sòmente por um dos mordomos, e dirigindo-se a nós, reconhecemos ser o Sr. D. Pedro II, que nos disse com aquele ar franco e decidido, que o distinguia, "quero

ver o hospital todo, e sobretudo o lugar dos doudos". Era um telheiro úmido e mal abrigado, encostado ao morro do Castelo, onde raro era o enfêrmo, que chegava ao têrmo ordinário da alienação mental, morriam quasi todos tuberculosos, como sucede a pintaínhos encerrados em lugar úmido, sem luz e mal arejado. Ao entrar exclamou o Imperador: "oh! que desgraça, os meus cavalos estão melhor acomodados; é necessário fazer-se quanto antes uma casa própria para estes infelizes". Era então ministro do Império um homem de coração, ativo, probo, de vontade firme, e dominado por nobre ambição, José Clemente Pereira, a quem acredito que o monarca transmitiu aquela triste impressão; e foi ela talvez o **fiat lux** de um estabelecimento capaz de fazer honra à mais rica e ilustrada capital do mundo; quanto podem muitas vezes as palavras de um Principe!! Ainda assim, aquele provedor caridoso nunca veria o fim de tão nobre e gigantesco edifício, senão fôsse fortemente ajudado pela caridade do Monarca, que agora nos honra com a sua augusta presença.

Para cumprir os desejos de seu Augusto Pai, fêz êle o que sòmente um Príncipe, um Rei, um Imperador, é capaz de conseguir, porque tudo pode converter para o bem público, sem excetuar mesmo as vaidades humanas. E com tão belas disposições e recursos, quando se tornará mais completo entre nós o ensino médico?"

Jobim não perdia ocasião para despertar a atenção do govêrno para os problemas médicos. Aproveitava um episódio com Pedro I para estimular a iniciativa do filho. Aquela frase do primeiro imperador ao penetrar no lugar dos doudos na Santa-Casa nada mais era que a repetição confirmativa das palavras com que na véspera Jobim o concitara àquela visita: "Peço a V. M. que vá se certificar com os próprios olhos a situação dos loucos. Verá que nas cavalariças do Paço, os animais são melhor tratados que êsses infelizes no local em que estão".

Ainda assim, conseguira Jobim, como diretor, mudar a Faculdade para prédio melhor, bem como realizar a reforma pedagógica de 1854.

As resistências do govêrno a todas as despesas de ca-

ráter material eram tão sistemáticas que em se tratando de ensino pareciam até paradoxais, de vez que no incremento da instrução pública repousava certamente a maior atenção do Chefe de Estado. O estudo prático das ciências exigindo instrumentais e acomodações apropriadas era talvez uma inovação da época e daí ser ainda considerado dispensável. O Imperador não se interessava pelo ensino a ponto de visitar escolas públicas e prestigiar com sua presença a realização dos concursos para as cadeiras de professores do Pedro II e das Faculdades?

Acusado tem sido Pedro II de não ter prestigiado como devia, sobretudo auxiliado com dinheiros públicos, a enorme série de empreendimentos materiais planejados e realizados pelo gênio de Mauá. Chegou-se a procurar explicação na circunstância de Mauá não possuir diploma de profissão liberal, e achar-se classificado como negociante, sua inicial condição na vida, e o espírito do século, aquí e alhures considerar menos digna a função do comércio.

Para que dramatizar o problema quando a razão parece outra, mais simples e mais honrosa para ambos? Se as próprias exigências do ensino, principal cuidado do imperante dentro das grandes finalidades do seu govêrno, encontravam avareza, como admitir largas liberalidades para melhoramentos que por sua natureza poderiam atrair capitais estranhos ao tesouro nacional?

Grande e sincero era o apreço e devotamento de Jobim pela pessoa de Pedro II, e por êste também francamente retribuídos. Além das funções de médico e conselheiro do Imperador, era o seu preferido para acompanhar Sua Majestade nas grandes excursões pelo País.

Quando Pedro II teve necessidade de enviar à Itália emissário de confiança para assuntos de família, foi Jobim o incumbido da íntima missão. Para tê-lo sempre a seu lado, mesmo quando nas vilegiaturas em Petrópolis, o Imperador fêz-lhe presente de um terreno situado na avenida Koeler,

onde Jobim construiu residência de verão. E como se ainda não fôssem bastante os laços que o prendiam a Pedro II, qual mariposa em tôrno da luz, Jobim deixara-se levar para a função política, participando assim da escola de civismo do Império que era o seu Parlamento. Depois de representar em duas legislaturas a sua terra natal, como deputado, foi a seguir empossado senador pelo Espírito-Santo. (*)

Ao lado da estima por Pedro II, nem sempre podia Jobim encobrir seus sentimentos democráticos, e estes se evidenciavam na obstinada repulsa a qualquer título de nobreza. E' bem verdade que a nobreza no Brasil não tinha tradição histórica e revestia-se de caráter pessoal uma vez que não se transmitia aos descendentes. Mesmo assim, não se despia do cunho de nobreza e era uma consequência obrigatória do regime monarquico. O próprio Imperador, no entanto, era o mais desprendido possível de praxes e formalidades de côrte. Simples e modesto consigo e com seus palácios, como o era no trato com as pessoas, êle parecia mesmo o maior democrata do país. Obediente porém às fórmulas estabelecidas, seguidamente insistia com Jobim para que êste aceitasse um título. Como se explicará, dizia êle, que um médico ilustrado, cheio de serviços à Nação, agraciado já Cavalheiro-da Rosa e membro da Ordem-de-Cristo não tenha um título nobiliárquico? E como última evasiva, respondeu-lhe Jobim: Só se Vossa Majestade se dignar conceder-me o título de barão de Inhacurutú...

— Que significa êsse nome?

— Em língua dos indígenas quer dizer coruja...

— Jobim! Jobim! Você está sempre a gracejar com a nobreza do Império! E rindo-se com discreção, encerrava o assunto.

De outra feita, necessitava o Hospício de urgentes melhoramentos. A solícita assistência do Provedor Clemente Pereira, desta vez nada valia por não dispor de verba.

(*) Em 1848, jubilando-se da cadeira de medicina legal, ingressou na política.

Jobim deu-lhe porém um alvitre: Diga ao Imperador que há um excelente meio de resolver o problema. E' a criação de novos títulos. Com o dinheiro obtido trata-se melhor dos malucos que estão lá dentro do Hospício e assinalam-se os que ficam cá fora...

Não seria só o princípio da nobreza que levava Jobim a recusar títulos. E' que êle tinha o feitio comodista do homem de estudo afeito à vida de família, no convívio de escolhida roda de amigos, sem ostentação de festas nem uso de criados com libré.

A vida social do Rio-de-Janeiro continha aspectos e doçuras que são hoje muito difíceis nas grandes cidades.

Se existia como modêlo o Casino-Fluminense onde se realizavam pomposos bailes de que só podiam participar nobres e doutores, a vida doméstica era muito mais intensa e apresentava variados encantos. As mais confortáveis residências, constituindo regra, eram chácaras situadas no Engenho-Novo, Andaraí, Bota-Fogo, então simples e distantes arrabaldes do centro urbano. A carruagem de tração era o único transporte de confôrto. Nessas chácaras retiradas havia o delicado refúgio de velhos hábitos e costumes que na cidade fôra forçoso extinguir. Encontravam-se naqueles amplos casarões móveis em jacarandá que datavam do Brasil-colônia e usos que vinham do século XVI. Alí, o sol não encontrava ninguém deitado. Almoçava-se às 10 horas e jantava-se ás 4 horas. Na mesa, servia-se o **caldo de substância** composto de legumes, e a galinha trazia junto o **escaldado** que era a farinha de mandioca com suco de carne. Velhas e frescas moringas de barro perfilavam-se ao longo da avantajada mesa. Vinho do Pôrto era obrigatório ao fim das frutas, do pudim de laranja ou do arroz de leite com canela. Se o traje escuro ou sobrecasaca era de rigor na cidade, em casa como nas chácaras o hábito era muito **à vontade...**

Jobim possuía uma extensa chácara no Engenho-Novo. Escrevendo em 1867 a uma filha no Rio-Grande, noticiava-lhe: "Tenho agora um bom feitor. Quando vieres has de ver como

estão lindos a minha horta e o meu pomar, onde tua mãe vai passear tôdas as tardes para chupar figos, limas da Pérsia, e morangos. (*)

Como vizinhos de Jobim nas residências rurais do Engenho-Novo contavam-se o Visconde do Bom-Retiro, a condessa de Belmonte e o almirante Teodoro de Beaurepaire. Bom-Retiro era seu frequente companheiro de gamão nas noites tranqüilas da chácara.

A entrada desta era por um portão de ferro entre duas altas pilastras de pedra revestidas de massa caiada e sustentando cada qual um grande leão de faiança. Ao portão seguia-se extenso túnel de bambusais. Terminada entre a fresca sombra um largo trecho iluminado onde tôsca ponte de madeira cortava um corrégo. E em face, o grande sobrado da residência, com as varandas pontilhadas por vasos de begônias e avencas. Aos fundos, o pomar variado e a horta, com os longos canteiros contidos por tijolos. Por fim a casa da farinha, as cocheiras e os capinzais. No salão de visitas os móveis antigos e muita renda do Ceará sôbre os encostos. Nas paredes ostentavam-se a óleo os retratos familiares, em vistosas molduras doiradas. O piano, e a viola que nêle repousava, tinham o aspecto de uso contínuo nos saraus íntimos. Ao lado, a saleta do oratório com círios acesos e jarras floridas, e o salão de jantar havia um canto ocupado por tradicional marquesa, destinada ao repouso de uma boa sesta. Todo o serviço dessa propriedade era feito pelo braço escravo. Na simplicidade de uma vida assim, não podia caber nobreza da qual a escravatura parecia ser a única justificativa legítima. Jobim

---

(*) Jobim, antes da chácara, morara na rua do Lavradio, em casa para êle próprio construída. Casara-se com D. Maria Amália Marcondes de Jobim, de família paulista radicada em Barra-Mansa-do-Rio-de-Janeiro e de seu consórcio houve os seguintes filhos, por ordem de idade: Eugênia, depois espôsa do estancieiro rio-grandense veador José Ferreira Pôrto, neto de Antônio Nunes Benfica, capitão-mor de Santo-Antônio-da-Patrulha; Pedro, médico, que passou a residir no Rio-Grande-do-Sul; Luiza, depois espôsa do Visconde de Sabóia, notável médico e professor que quasi a seguir sucedeu o sogro na direção da Faculdade-de-Medicina do Rio; Álvaro, funcionário público; Francisca, depois espôsa do negociante Antônio Barroso; e Antônio, voluntário da Pátria, morto na campanha do Paraguai.

não poderia conciliar-se com essa condição imposta pelas circunstancias de sua época. Na mesma carta escripta à filha, nota-se um desabafo de conciência quando lhe comunicava: "Já dei liberdade ao Clemente e à Ângela. Diz esta que vai para a Ilha-Grande casar-se com um rapaz a quem prometeu casamento, e não quer faltar à sua honrada palavra."

Da quietude bucólica de sua residência vinha Jobim diàriamente ao centro urbano dividir as horas pela clínica o consultório da Praça da Constituïção, a Faculdade e o Parlamento. Raramente pernoitava no palácio de São-Cristóvão quando ocorria doença em pessoa da família imperial.

No Parlamento, Jobim era mais o cientista entre titulares, experimentado estadista e mestre da oratória. Além de cientista, ou melhor, porisso mesmo, um pouco fora daquele meio, desencantado do regime monárquico. Sua presença naquela casa significava mais a homenagem e a solidariedade dispensada a Pedro II.

Machado de Assís, escrevendo mais tarde **Páginas Recolhidas,** dedicaria uma crônica retrospectiva da mocidade a "O Velho Senado", com a finura de suas irônicas reticências. Referir-se-ia então a "Jobim, que falava algumas vezes." E o Visconde de Taunai, em suas **Reminiscencias** falando de Zacarias no Senado imperial, descreveria essas pitorescas cenas:

"Costumava Zacarias de Gois Vasconcelos fazer, como se diz, rancho à parte e nesta qualidade julgava-se com poderes para exercitar sôbre os colegas a mais alta crítica, não lhe pondo limites nem ressalvas.

Uma feita, na tribuna, isto é, do lugar que ocupava no canto da bancada de baixo, à esquerda, junto à janela, estava orando com grande vivacidade, quando de repente parou e se sentou. Produzida certa estranhesa, explicou instantes depois: "Esperei que os ilustres barões de Pirapama e do Rio-Grande acabassem de se barbear." Eram os dois idosos senadores, ambos surdos, que estavam a conversar sôbre na-

valhas mais ou menos afiadas e haviam erguido a voz para recìprocamente se entenderem.

Noutra ocasião, deu-se caso muito engraçado e que nos foi contado em roda de amigos, numa das quinta-feiras da rua Senador Vergueiro, pelo barão de Cotegipe — e quanto chiste tinha o espirituoso estadista! Nos dias de bom humor não proferia, para assim dizer, uma palavra, não fazia um gesto, destituídos de inimitável graça.

— Neste senado, observava Zacarias, acenando com o seu lapis sempre em punho, vemos cousas bem curiosas; por exemplo um colega que, mal chega à sua cadeira, tira as botinas, fica de meias e pega logo no sono.

Referia-se ao senador Cruz Jobim, cujo comodismo era proverbial, homem aliás, de bons serviços à nação, chistoso por seu lado e muito inimigo das irmãs de caridade, que Zacarias, provedor da Santa-Casa-de-Misericórdia, protegia com tôdas as fôrças, entregando-lhes sem reserva a direção daquele esabelecimento e do Hospício de Pedro II.

Voltaram-se os olhos para quem tão imediatamente incorria no reparo. Aí Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, tocou no cotovelo do companheiro ao lado e maldosamente lhe assoprou: "o Zacarias está afirmando que V. Ex., em outros tempos, defendeu calorosamente as irmãs de caridade."

O outro, todo estremunhado e logo enfurecido, bradou: "Não é exato! Prove V. Ex. o que avança! Venham as provas!

— Os seus colegas de bancada que atestem se digo ou não a verdade!

— Assevera êle, avisou rápido outro senador, V. Ex. tirou as botinas e está só de meias.

— Com a breca, concordou o interpelado, encolhendo-se todo e calçando-se às pressas, — isso é fato. Que malvado de homem!

Jabim, em três décadas de vida parlamentar falaria sempre sôbre assunto de serviço publico, abstendo-se sistemàticamente de tôda apreciação política e de qualquer atitude partidaria. Seu modo de ver a política do Império haveria

de ser definido nas simples e incisivas palavras com que iniciou a série de discursos relativos à situação da barra do Rio-Grande, ao abastecimento d'água do Rio-de-Janeiro e à imigração. Suas palavras encerram não só uma larga compreensão prática das cousas como uma profunda conciencia da engrenagem constitucional e a condição especial de nossa cultura democrática no uso dos direitos assegurados. Foi da forma seguinte que Jabim, em 1861, definiu seu pensamento: "Confesso, senhores, que pouco me importa saber quais foram as causas da morte de um ministério; dessas averiguações estou persuadido que nada útil se pode tirar, porque mesmo quando os ministros queiram dizer-nos a verdade tôda inteira, o que raras vezes deve acontecer, pouco ou nada nos serve tudo isso, nem para o presente, nem para o futuro. Também não entro na indagação das causas do nascimento de um ministério. Não me deixo enervar por tais discussões, nem com a exposição dos princípios políticos por que tem de guiar-se um ministério novo: os nossos princípios políticos acham-se na constituïção e o que se pode dizer de um modo teórico ou abstrato não tem para mim valor alguem. Esta é a razão por que não acredito em programas, porque, na minha opinião, todos êles se reduzem ao que no dizer do filósofo Montaigne apresentavam os antigos imperadores do México quando subiam ao trono. Três cousas prometiam êles: a primeira era fazer com que o sol continuasse a aparecer para formar o dia e a noite; a segunda, fazer com que as nuvens se afastassem quando encobrissem o mesmo sol por muito tempo; e a terceira, era fazer com que a terra continuasse a dar os frutos necessários para a alimentação de seus súbditos. (Risadas). E na minha opinião, se os programas são necessários, afastando-se daquela simplicidade com que foi aquí enunciado o do atual gabinete, nenhum valor têm, o melhor será aquele que menos disser e menos prometer."

E' por demais evidente que o Parlamento do Império, atingiu no Segundo Reinado uma expressão de surpreendente relêvo, fazendo lembrar por grande semelhança a **Sereníssima Senhoria** da aristocrática república de Veneza, que um

gênio político assinalou, menos pela grande sabedoria de seus membros, do que pelo coração e pelas virtudes daqueles homens.

Como se teria operado o milagre no Brasil? Pela ação de um homem: Pedro II. Existe uma observação histórica que é um traço luminoso na compreensão do papel representado pelo monarca. O Segundo Reinado caracterizou-se cada vez mais na prática de sistema parlamentar, sem que no entanto, qualquer dispositivo legal o autorizasse.

O art.º 101, § 6 da Constituïção Imperial de 25 de Março de 1824 determinava que o Imperador exercia o poder moderador — **nomeando e demitindo livremente os seus ministros.** Desde a primeira reünião das Câmaras legislativas em 1826, até a abdicação de Pedro I estiveram elas em luta com o Imperador e os ministros não saíam de seu seio. Feijó governou certo tempo sem o apôio do legislativo, e Abaeté, ainda na Regência, defendia a prerrogativa imperial de nomear livremente os ministros. Ainda no limiar do Segundo Reinado Feijó combatia no Senado a pretenção da maioria da Câmara de intervir na organização dos ministérios. Só em 1847, criava-se a função de presidente do conselho de ministros, destinada a dar ao ministério um caráter mais adequado às exigências do sistema representativo. E foi lenta e progressivamente que o parlamentarismo se foi insinuando no nosso costume político, permitido e dosado por Pedro II, sempre com o esclarecido objetivo de chamar para a vida pública os homens de merecimento, prepará-los e formá-los na prática parlamentar que seria a glória do seu reinado na criação do espírito cívico do Brasil.

A ingressão de Jobim na política não o podia absorver, muito menos perturbar a sua rota profissional, que era a sua preocupação constante. Em discurso pronunciado em 1868 como diretor, no ato solene de doutoramento, êle dizia logo de comêço: "Há 36 anos que foi criada esta Faculdade, e em tão longo período apenas 918 médicos, e 186 farmacêu-

ticos, têm saído do seu seio; dêstes a metade seguramente ou tem falecido, ou tem abandonado os trabalhos da profissão, para dar-se a outros encargos. Correspondem aqueles números a vinte e cinco médicos por ano, e apenas cinco farmacêuticos; e se os compararmos com mais de 300 doutores nacionais, que dão anualmente as Faculdades de França, além de outros tantos oficiais de saúde pelo menos, que saem das escolas secundárias, com autorização de praticar nos respectivos departamentos, e os que saem ainda das escolas médico-cirúrgicas especiais do exército e da armada, reconheceremos que proporção guardada à população francesa e à nossa, adicionados mesmo os que se formam na Baía, das nossas escolas nem a oitava parte sai dos que são necessários para o serviço público e particular, o que prova sem dúvida o grande atraso em que se acham muitas povoações nossas, onde nenhum só médico ou farmacêutico existe. E como se podem elas haver com as necessidades da justiça, da saúde pública e particular?

Do mesmo ao certo que, diz um filósofo ter sucedido em Roma, quando ainda lá não havia médicos, os doentes morriam abandonados, e a justiça era incompleta ou nula; mas depois que lá chegou a civilização grega, os seus escritores, e as edificações ainda hoje existentes nos mostram claramente, que os preceitos da medicina curativa, e também os da preventiva, a hygiene pública, eram lá seguidos e praticados com sabedoria e desvêlo.

Destas observações podeis concluir, que não vos faltarão, para o exercício da vossa profissão, lugares neste vasto Império, onde vos possais estabelecer com vantagem. Mas qualquer que seja o vosso destino tenho hoje de insistir sôbre alguns pontos importantes em benefício vosso, da nossa ciência, e no paiz; e o principal é que pelos conhecimentos que adquiristes nesta Faculdade, vos deveis considerar como outros tantos apóstolos da nossa civilização, esforçando-vos ao mesmo tempo por contribuir para os progressos, que as ciências médicas fazem atualmente por tôda a parte, e que portanto não é só o interêsse imediato e a consideração, que a vossa profissão vos pode dar, o que vos deve servir de

guia no vosso proceder; nem houve ainda época em que o vosso adjutor o seja mais necessário, porque também nunca os conhecimentos médicos mereceram tanta atenção geral das nações e dos governos, se atendermos ao que se está passando atualmente na Alemanha, na França, na Inglaterra, nos Estados-Unidos, no Egito e na Turquia; por tôda a parte enfim reúnem-se os maiores esforços para elevar a nossa ciência àquele grau de perfeição, de que é capaz a inteligência humana, e para tirar-se dela todos os benefícios, que pode derramar sôbre as sociedades modernas."

Múcio Teixeira, colheu por sua vez a seguinte informação sôbre o ilustre médico rio-grandense; "o doutor Jabim gozou de uma certa reputação européia; e a designação de **hipoemia**, por êle dada à **cloro-anemia**, ou como melhor nome tenha, das regiões intertropicais, é citada nos tratados de medicina franceza e ficou consagrada e aceita na ciência."

Jobim dispensava todo o seu apreço a estrangeiros ilustres que vinham participar do nosso aperfeiçoamento intelectual, integrando-se em nossa sociedade. Assim fizera com os dois médicos franceses Faivre e Sigaud, que justo renome obtiveram no Rio-de-Janeiro. Do mesmo modo agiria Jobim com o distinto médico dinamarquês Dr. Teodoro Langaard, avô do atual acadêmico e professor Rodrigo Otávio de Langaard Menezes. E' o próprio Rodrigo Otávio em "Minhas memórias dos outros" que referindo-se ao encontro de Langaard, com Jobim, escreveu: "Estabeleceu-se no interior de São-Paulo, em Ipanema, onde prosperava a fábrica de ferro que fundara o alemão, pai de Varnhagen.

Ràpidamente se acentuou o valor do novo médico, cuja clientela se estendia pelos povoados vizinhos.

Meu avô estudou o português e só esperava aperfeiçoar-se no falar para vir ao Rio-de-Janeiro prestar exame de habilitação profissional, então chamado exame de suficiencia, para legalizar o exercício de sua atividade. E nessa ocasião anunciou-se a visita do Imperador a Ipanema. O dr. Lan-

gaard muito se afligiu com isso e sua aflição subiu de ponto quando soube que na comitiva imperial vinha o médico do Paço, dr. Cruz Jobim, professor e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio-de-Janeiro.

Meu avô, que exercia ilegalmente a medicina, não queria, de modo algum, ser encontrado pelas personalidades que iam chegar e, principalmente, pelo médico; resolveu, então, deixar-se ficar em casa durante o período da visita. E, logo após à chegada dos visitantes, começou a ser informado de que o Dr. Jobim havia perguntado por êle, que queria vê-lo, que desejava ir à sua casa.

Cada vez mais preocupado com isso, e receando conseqüências desagradáveis pela circunstância de estar clinicando, em tão grande escala, antes de legìtimamente autorizado, o Dr. Langaard não compreendia bem a insistência do Director da Faculdade de Medicina e médico do Imperador em querer vê-lo. Só mais tarde é que um amigo o procurou e deu-lhe a explicação do caso. O Dr. Jobim, desde que se aproximou de Ipanema, começou a ouvir falar no jovem médico dinamarquês, que aí se estabelecera; tal era já o seu renome, tanta cousa interessante dêle se dizia, que o professor e clínico quis vê-lo e falar-lhe. E tal foi a insistência do Dr. Jobim que meu avô teve de ir procurá-lo.

O velho médico o recebeu paternalmente. Meu avô começou explicando que apenas o seu imperfeito conhecimento do português, havia retardado a obrigação, em que estava, de ir prestar o seu exame de suficiência. Jobim, porém, o animou; que êle já se exprimia razoàvelmente e que fôsse logo; que chegando à Côrte o procurasse. Meu avô assim fêz. Veio à Côrte, prestou o exame e foi o primeiro médico estrangeiro a que foi dada a nota de distinção em exame de tal natureza.

O velho Jobim muito obsequiou então meu avô; e, mesmo, como houvesse dado exuberantes provas de seus conhecimentos de botânica, convidou-o para concorrer à respectiva cadeira na Faculdade. Meu avô não aceitou, porém; preferia continuar com sua clínica no interior de São-Paulo.

Dêsse encontro com o Conselheiro Jobim nasceu uma

grande amizade entre os dois que se estendeu pelas famílias. Uma das filhas do Conselheiro Jobim, casada com o abastado rio-grandense José Ferreira Porto, foi madrinha de batismo de uma das filhas do Dr. Langaard, minha tia, e de uma de minhas irmãs, cujo nome de Eugênia dela lhes veio."

O Rio-de-Janeiro dessa época apresentava uma situação climatérica positivamente diversa da atual. Hábitos, costumes e moléstias modificaram-se também.

Nenhum depoïmento será talvez mais interessante para invocação que o de Rendu, médico enviado pelo ministro de instrução pública de França para vir estudar em nosso país as moléstias que mais freqüentemente atacavam os indígegenas e os Europeus nêle fixados. Sua missão absorveu dois anos: 1844 e 1845. As observações do médico francês pouco diferem das várias fontes existentes sôbre essa época. Além do mais, grande parte de fatos por êle anotados eram ainda verificados pelos contemporâneos do Rio-de-Janeiro nos primeiros anos do comêço dêste século em que vivemos.

O estrangeiro que desembarcava no Rio-de-Janeiro, dizia Rendu, reparava logo o aspecto doentio da população; não encontrava, principalmente nas crianças senão fisionomias pálidas e emagrecidas. Não havia no Brasil fisionomias abertas e alegres; a infância, com suas graças peculiares, não existia por assim dizer no país. Aos sete anos, o jovem Brasileiro tinha já a gravidade de um adulto, passeando majestosamente, bengalinha na mão, compenetrado numa vestimenta que fazia mais lembrar as **marionnettes** das feiras de París que um ser humano; em lugar de vestimentas largas e cômodas que permitissem aos membros movimentos livres, êle era metido em apertada calça segura por baixo dos pés, e com um casaco que lhe comprimia o busto. Nada mais triste que ensinar a criança a macaquear a idade madura. Os mesmos absurdos faziam os adultos. Dentro de casa os Brasileiros mal se vestiam; nas ruas, apresentavam-se vestidos de preto da cabeça aos pés, justamente a côr que mais absorve os raios actínicos do sol.

O regime alimentar dos Brasileiros oferecia uma grande

conformidade: em diversas províncias, a carne de porco e o feijão compunham quasi exclusivamente a nutrição dos habitantes. Nas principais cidades, como Rio, Baía e Recife, a alimentação era mais variada sem que o porco, o feijão e a farinha deixassem de ser a base das refeições. Os Brasileiros, em geral, eram grandes comedores e a excessiva quantidade de farináceos que consumiam, poderia bem ser uma das causas no desenvolvimento considerável que nêles apresentavam os órgãos digestivos. A carne de porco, de tão difícil digestão, deveria ser evitada nos países quentes. A temperança na bebida era uma qualidade comum no Brasil. A água bastava, e nas refeições, quando muito, eram bastante algumas gotas de vinho de Portugal. Mas, se os Brasileiros eram um povo exemplar no tocante à temperança, não se podia dizer o mesmo de sua continência...

As mulheres tinham um papel inferior ao dos maridos. Fechadas em casa, mal apareciam às visitas, apenas percebidas, algumas vezes, pela fresta de uma porta entreaberta. Daí a monotonia e o vazio que experimentava o estrangeiro nas casas brasileiras; não se conhecia alí o encanto dos interiores que na Europa eram presididos pela mulher.

Das moléstias assinaladas por Rendu, duas merecem reparos: o papo e as febres. Registra êle o bócio simples ou endêmico, ainda hoje existente aquí como na Europa e alhures, em regiões montanhosas. E se ainda agora discute-se a causa dessa moléstia cuja teoria infecciosa foi largamente defendida por médicos ingleses de observação na Índia, a hipótese da pobreza mineral da água defendida com vantagem aquí como em França e na Suíça, já era explicada em 1844 pelo médico observador francês quando dizia que nas regiões brasileiras propícias à doença, não tinham bócio as pessoas que bebiam águas correntes, oxigenadas e enriquecidas de sais, mas as que faziam uso de águas paradas ou de minas.

Das febres destacava Rendu duas qualidades: uma mais grave e apresentando seguidamente caráter pernicioso, era devida a influências palustres; outra menos perigosa, devida ao ácido carbônico desprendido pelos vegetais das grandes florestas do país. Esta última, erradamente definida pelo

médico, e depois por outros observada, devia ser a febre de calor, cabalmente descrita pelo professor Azevedo Sodré no comêço dêste século. O desaparecimento da febre de calor é bem o marco distintivo entre o Rio-de-Janeiro do século passado e a salubre metrópole da atualidade.

Arrazaram-se morros, alargaram-se e arborizaram-se ruas, e povoaram-se praias. As edificações tiveram que obedecer a novos preceitos e o hábito das alcovas não deixou siquer vestígios. Na vestimenta, foi-se a camisa de peito duro e punhos engomados, como se foi a ceroula de cadarso. A sobrecasaca preta, a gravata de plastão e a cartola recolheram-se aos museus. Os esportes náuticos, sobretudo a natação em praias e piscinas vieram registar uma nova vida ao ar livre, vida em inúmeros aspectos consentânea com a saúde.

A febre de calor fôra assinalada já em 1821 por Francisco Melo Franco que a chamou de **suï-generis,** desenvolvendo-se apenas nos meses de maior calor. Febre que êle não vira registada em nenhum livro de medicina e por êle então batizada **febre aguda nervosa,** que resistia ao quinino e costumava ceder aos banhos frescos.

Até o comêço de século, coincidindo com as grandes transformações urbanas do Rio-de-Janeiro, era observada a febre de calor na capital do país. Forma distinta da febre amarela e do paludismo, então existente, a febre de calor apresentava o tipo benigno e o grave. O primeiro costumava ceder com a mudança do doente para local fresco: Paineiras, Tijuca, Petrópolis. Era a **heat fever,** observada pelos médicos ingleses na Índia, o **coup de chaleur** dos clínicos franceses nas colônias tropicais. No verão de 1889, que decorreu como o de 1875 sem chuvas e temperatura muito alta, houve verdadeira epidemia que aingiu no mês de janeiro a seis óbitos por dia, em fevereiro a 8 óbitos diários e na primeira quinzena de março a 32 óbitos. Do quadro sintomático da febre de calor variável entre a criança e o adulto destacavam-se a temperatura alta permanente, o torpor geral, muscular e cerebral, vômitos, pele sêca, conjuntivas injetadas, dôr de cabeça, diminuïção da função renal. Abundante transpiração anunciava o termo da febre, após 6 a 8 dias.

As formas graves atingiam a temperatura de 41 a 42 graus e doentes morriam entre 2 a 4 dias. Na autópsia realizada em casos graves observava-se rápida rigidez cadavérica e o curioso fenômeno da temperatura do defunto acusar duas horas depois da morte 44 e 45 graus. Interessante será lembrar-se que não eram as mais altas temperaturas do ambiente que ocasionavam as febres de calor. Com a máxima de 32 ou 33 graus já se observava casos de febre de calor. O essencial era que essa temperatura se prolongasse por muitos dias, com diferença insignificante entre a máxima e a mínima registadas. O estado higrométrico da atmosfera exercia papel nos surtos da febre de calor. Grande saturação de humidade no ar e ausência de brisas colocavam o Rio-de-Janeiro em situação propícia ao mal. Local ao nivel do mar, com tensão de vapor d'água atmosférico muito elevada, morros circundantes e praças e ruas acanhadas, revestidas de pedra, a ventilação difìcilmente se exercia e o calor solar absorvido durante o dia, forçosamente ainda se refletia a noite. Os grandes melhoramentos urbanos do Rio, ditados sobretudo pelos preceitos da higiene, sanearam a capital de várias endemias reinantes e extinguiram a febre de calor, índice não só de meio urbano inadequado à saúde como de hábitos pessoais condenados para o clima. A cidade adquiriu serviços de saneamento pela engenharia sanitária, e modificou inteiramente a sua fisionomia decorativa permitindo uma ventilação ampla. A habitação tomou novos característicos. O vestuário e a alimentação tornaram-se próprias ao meio. A medicina não admite mais a afirmativa de que a civilização só é possível nos climas frios. Que é da Grécia e de Roma que existiram sob as doçuras da temperatura mediterrânea? Desapareceram pelo fatalismo histórico do mesmo modo que a Índia cuja civilização florescera em plena região tropical. A vida do homem se desenvolve em qualquer clima, dependendo apenas de higiene do meio e adaptação dos indivíduos ao solo de sua habitação.

A higiene operou no Rio-de-Janeiro uma modificação radical, constituindo um exemplo frisante da diferença que vai entre a medicina pública e a medicina clínica. Aquela, como tôda a ciência médica evolue, aperfeiçoa-se, acompanhando o progresso humano. Os princípios gerais em que se baseia, evoluem porém mais lentamente, e suas medidas são mais seguras e de mais profunda eficacidade, porque a sua atuação é sobretudo preventiva.

A medicina clínica desenvolve-se mais ràpidamente, de modo instável, de acôrdo com a natureza humana e as variações individuais. Porisso, ela é o último livro, o derradeiro caso registado nas revistas científicas. O tratamento prescrito há dez anos para uma moléstia ainda hoje existente fará sempre sorrir aos médicos da atualidade.

A última imperatriz do Brasil sofreu de freqüentes acessos de asma. Os médicos do Paço eram sem dúvida os melhores clínicos da época.

Lendo-se o livro em que os médicos do Paço registavam com o próprio punho, "as alterações que conheciam na saúde dos membros da Imperial Família nas semanas em que estivessem de serviço", segundo o têrmo de abertura do referido livro feito pela Mordomia da Casa Imperial, vê-se com a data de 17 de dezembro de 1881 o seguinte relato, escrito e assinado por distinto médico:

"Durante a semana decorrida de 10 a 17 do corrente, S. M. a Imperatriz teve uma exacerbação de sua bronquite asmática. Aconselhamos a seguinte medicação:

Xarope de angico } aã
Dito de polígala da Virgínia } vinte gramas
Extracto de cila — cinco centigramas
Tintura de jaborandí — uma grama
Para tomar na dose de uma colher de chá de 3 em 3 horas.

Pastilhas de ácido benzóico — n.º 18
Para tomar de 4 a 6 por dia.

Aconselhamos também a infusão quente das fôlhas de mangerona, na dose de uma chícara tôdas as noites ao deitar. S. M. a Imperatriz tem expectorado regularmente, e acha-se hoje em boas condições, e no uso da mesma medicação. S. M. o Imperador e S. S. A. A. não têm sofrido alteração em sua saúde."

Mesmo sem dados precisos para um perfeito conhecimento do caso clínico em apreço, não padece dúvida tratando-se de uma crise asmática, qualquer que fôsse o seu aspecto, a medicação prescrita seria hoje considerada deficiente, quasi inoperante. Sem embargo, o registo médico assinala que a Imperatriz aproveitou dela, achando-se em "boas condições" após o seu uso. Por onde se vê que todos os fatores da medicina, o material e o psicologico agiram a contento.

A medicina clínica progride e muda de terapéuticas materiais. O que não muda é o fator psicológico da atuação do médico e a sua capacidade de observar e concluir.

Aquele fator nasce da confiança do cliente, e esta, constitue o espírito clínico, qualidade essencial no médico. Com o desenvolvimento multiforme da ciência de curar veio o aprofundamento das especializações e os recursos instrumentais e de laboratório para facilitar os mais complexos diagnósticos. Longe de simplificar ou reduzir a necessidade do "espírito clínico" cada vez mais o exige e exalta-o. A maioria dos hospitais de Parìs apresenta ainda o aspecto secular de suas construções e alí dentro não há luxo nem excessos de recursos terapêuticos. E a um médico que visitara os Estados-Unidos e descrevia a opulência hospitalar norte-americana, observava com acêrto um professor francês: Nesses hospitais tudo é grandioso e novo. Para muito dinheiro essas cousas são fáceis. Entra para alí um enfêrmo e passa por dezenas de exames. Terminada essa longa e rica série de provas, vêm para a mesa do médico um maço de resultados, muita vez contraditórios. E para quem não tenha atilado "espírito clínico", essa abundância de exames, em lugar de

esclarecer será capaz de confundir mesmo os casos mais simples. E' que acima dêsses requintes da ciência, estará sempre a necessidade de uma compreensão sintética, uma capacidade de análise e raciocínio. Simplesmente isso é que tem mantido sôbre o norte-americano, a supremacia do gênio médico francês...

A medicina avança constantemente em seus processos de curar mas o médico permanece sempre o mesmo na sua função psicológica. E o melhor médico não será o que apenas disponha de maior cultura científica, mas o que ajunte ao conhecimento aquela grande e subtil qualidade. Grandes médicos existem hoje e existirão amanhã, como existiram no passado.

Jobim foi um grande médico no seu tempo. A ilustração do seu espírito permitia-lhe ver todos os panoramas da medicina. Falando na Faculdade, suas palavras confirmavam a sua opressão médica: "Meus Senhores, nos nossos dias muito tem descoberto o escalpelo, e o microscópio na fisiologia, na anatomia normal e mórbida, e nem porisso está o campo **de tantas curiosidades científicas** esgotado. Também muitos intrumentos se tem inventado, para explorar vários órgãos durante a vida, o estetoscópio, o oftalmoscópio, o laringoscópio, o endroscópio, e o uretroscópio, e quem sabe, se pela concentração da luz elétrica, não se chegará ainda a tornar diáfanas, através de infinitos poros, tôdas as partes do corpo humano com grande vantagem da cirurgia e da medicina.

Lamentavam os bons observadores da antiguidade, que lhes fôsse necessário andar sempre em guarda, e guerra aberta, contra as prevenções da ignorância e as invasões do fanatismo; é mal que durará sempre! Paracelso tirava da Escritura, com admiração de muitos, os principais fundamentos da sua terapêutica; e ainda hoje sendo certo quanto é difícil, mesmo ao médico mais experimentado, apreciar no seu justo valor o merecimento dos nossos meios terapêuticos, porque a-pesar e independentemente dêles a natureza muitas vezes por si mesma cura, daquí vem uma confiança mal fundada, e um fanatismo pertinaz por medicamentos e sistema, que pre-

valecem como moda, e cujo valor só o tempo a grande custo desvanece completamente. No seio mesmo da ciência aparecem credulidades, que iludem e desvairam; à medida que a química descobre alguma substância nova, quer-se logo atribuir-lhe virtudes extraordinárias. Foi assim que no comêço dêste século viu-se a grande importância, que Reich deu à ação do oxigênio como meio terapêutico; foi depois o cloro apregoado como um recurso infalível contra a tísica; sem dúvida, êste é o caminho do empirismo, por onde em terapêutica muito se tem descoberto, mas êle exige critério e justiça, para darmos ao medicamento e à natureza a parte que lhes fôr devida.

No fim do século passado tal era a confiança no futuro da química, que acreditava Fourcroi que tinha de vir tempo, em que a medicina ficaria reduzida a um simples apêndice daquela ciência; à tamanha esperança o levava a paixão pelos seus estudos favoritos! Mas no fim de 80 anos, que progressos temos feito para realizar tão belo prognóstico?

E' bonito sem dúvida, é mesmo racional a teoria em que êle se fundava; bem determinada e conhecida pela análise a composição dos nossos líquidos e sólidos no estado fisiológico, examinem-se do mesmo modo as alterações mórbidas, para adicionar-se o que faltar, ou subtrair-se o que fôr de mais ou anormal. Assim enunciada ficaria a medicina reduzida a duas operações aritméticas. Quão longe andam muitas vezes as teorias da verdade! Mas nem porisso se conclua serem as investigações químicas inúteis e ociosas, porque reconhecidos os princípios que dominam nos sólidos e nos líquidos, entra o fato na ordem dos sintomas e sinais e a terapêutica será aquela, que nesses casos a observação e a experiência nos tiver ensinado: dêste modo tem-se tornado a química um poderoso auxiliar, e antes um apêndice ao contrário da esperança de Fourcroi, conservando sempre a medicina tôda a sua autonomia, que na terapêutica é mais empírica do que racional, porque diga-se o que se quiser, expliquem-se os fatos como ditar a imaginação, se nos perguntarem, porque razão o ópio faz dormir, ou havemos de dizer que não sabemos, ou havemos de responder com Molière:

quia est in eo virtus dormitiva, cujus est proprietas sensus assupire.

Sem dúvida a química tem por tôda a parte raízes profundas, nos corpos brutos como nos organizados, diversificando apenas nas suas obras conforme a natureza dos terrenos, mas em nenhuma parte variando-as mais do que dentro de nós mesmos, dêste mundo pequeno, onde jogam tôdas as fôrças da natureza, subordinadas ao sentimento, esta fôrça imaterial, êste agente impalpável, e contudo poderosíssimo, que difundido em todos os sistemas para os vivificar, marca com o seu sêlo todos os movimentos a todos os produtos. Ora penetramos nós com os nossos recursos e instrumentos nestes mistérios! poderemos emprendê-lo, bom é ter ânimo, mas devemos desconfiar das nossas presunções, porque havemos de encontrar por tôda a parte limites e muitas decepções. Se podéssemos chegar a conhecer a natureza íntima das moléstias, apreciar e dirigir êste princípio de vida ligado apenas a uma gota de muco e linfa, que é o princípio do ser animal, se êsse princípio de vida, existente no sangue e nos órgãos, podesse ser apanhado e analisado, ainda na fôrça da sua essência, bem adiantados estaríamos nós; e quando lá tivéssemos chegado saberíamos também, qual a natureza dêsses outros princípios de vida e de morte, que saltam de um modo imperceptível a grandes distâncias, como o pólen das plantas dióicas, e êsses vapores morbíficos tão numerosos, que constituem os contágios à distância, mas se nem esperanças temos de lá chegar um dia, acautelemo-nos também contra as exagerações dos sábios, marchando, para não perdermos tempo com alquimias, sòmente até onde nos é permitido chegar pela Sabedoria Infinita, que bem nos pode dizer, que para nosso proveito já não é pouco o que nos tem permitido saber, quer pela nossa própria observação e experiência, quer por aquela dos nossos predecessores cujos ditames, ainda o repito, muito nos convém estudar, ainda que seja sòmente como exercício intelectual, para adquirirmos a flexibilidade de espírito necessária, afim de sabermos aplicar o tratamento adequado aos infinitos casos individuais que observamos. Aquí está a nossa maior dificuldade, que muitas vezes não

podemos superar, senão por uma série de observações e experiências, que devemos ter presentes, afim de calcularmos pela analogia, o que melhor convém aos casos presentes. Então não faltará quem nos diga, que muito podemos errar, porque dêste modo é a medicina uma ciência de conjecturas. Assim é, assim é às vezes, mas onde está a infalibilidade nas cousas humanas? Será porventura na justiça? Lêde os seus anais, aí vereis infinitos casos, que bem mostram até onde pode chegar a maldade dos homens, a perversidade dos acusadores, o fanatismo dos povos, a prevenção e a leviandade dos juízes e dos jurados. E quando por algumas dificuldades naturais e insuperáveis de uma ciência, sejamos sujeitos a êrro, deverá ela ser condenada em tôdas as suas partes certas e positivas, já tão numerosas, que é quasi impossível e superior à capacidade de um só homem, a compreensão completa e magistral de todos os seus ramos?"

E abordando assuntos correlatos à profissão médica, acrescentaria Jobim aos doutorandos: "Convém, que tenhais idéias exatas sôbre tôdas as cousas da vida, vós que, pela vossa posição, pelas vossas relações, e pelo vosso saber, estais em circunstâncias de ser conselheiros naturais dos vossos concidadãos, não lhes incutireis idéias anti-sociais e perigosas nem na política, nem também na religião.

Hoje parece moda atribuir-se aos médicos idéias anti-religiosas, só porque o exercício da sua profissão, e a sua mesma ilustração exige que sejam tolerantes. Semelhante imputação é grande injustiça, porque não nos é permitido atacar as crenças de quem quer que seja, e muito menos as idéias fundamentais de qualquer religião. Os argumentos da filosofia, pela razão natural, certamente não provam melhor, do que as nossas mais simples observações a existência de um Deus, que tudo conserva e regula. Sem razão pois nos acusam de materialistas e até de ateus! e porque estudamos as analogias da organização material do homem, comparada com a dos animais, acusam-nos de rebaixá-lo até aos brutos, e de elevar os brutos até ao homem, como se as nossas investiga-

ções, e o nosso reconhecimento das verdades naturais, devessem ser limitadas por quaisquer considerações morais.

Acusam-nos de materialistas, mas esta matéria que estudamos, estes órgãos construídos para fins determinados, em partes diversas em indivíduos separados, quem os formou? Quem, é que, dotado de bom senso, afirmará que a matéria assim separada tem por si mesma lembranças, vistas e vontades, para formar e executar planos? Quem pode desconhecer que êste princípio regulador não é nem pode ser a mesma matéria, porque evidentemente precede a sua organização, constituindo esta nossa essência da vida, do sentimento e da inteligência, que nos anima e esclarece? E o mesmo que a razão mostra em nós, vemos nesta admirável harmonia do Universo. Cessem, pois, acusações tão infundadas; nós cremos firmemente na existência de um Deus, cuja justiça nos espera, e cujo temor é, como o disse há muitos séculos um pagão, o único sustentáculo das sociedades humanas: **Timor Dei solus est, qui sustinet inter se hominum societatem,** disse Vigecio.

E na sua oração de diretor, não se esquecia Jobim de referir-se à medicina pública, especialidade de sua predileção:

"Entre êsses progressos, como um melhoramento exigido pela civilização atual, particularmente na Inglaterra, vemos clamar-se pela necessidade de uma classe especial de médicos, educados nos conhecimentos os mais completos, teóricos e práticos, da vasta ciência a que os Ingleses chamam medicina do Estado, e os Franceses designam pelo nome de medicina política, dividindo-a em medicina legal e higiene pública. Tão vasta e importante é esta ciência, dependente nas suas numerosas aplicações de tôdas as ciências médicas e acessórias, que com razão se deseja, que sòmente da classe dos que forem bem iniciados nela saiam não só os **coroners** da Inglaterra, mas também os que devem esclarecer a justiça, aconselhar os governos, a executar quaisquer medidas de saúde pública."

E a propósito de higiene pública Jobim ainda encontraria jeito de acusar as más condições da capital do Império:

"Na construção das casas, dos edifícios públicos, das praças e dos mercados, tudo seria calculado para que se tornasse

salubre a sua sede, por esgotos subterrâneos, e as construções dispostas a acabar com essas alcovas, êsses buracos árabes tão nocivos à saúde nas nossas atuais habitações."

Jobim, além de grande médico, de cultura humanista, foi um espírito ilustrado por gerais conhecimentos filosóficos, históricos e de sociologia.

Fora varias outras associações científicas estrangeiras era membro da Real Academia de Nápoles e da Academia das Ciências de Lisboa. Sua colaboração em revistas técnicas nacionais foi grande. Além da cátedra na Faculdade, realizou várias conferências em outros institutos de ensino. Deixou ainda trabalhos sôbre: **Moléstias que mais afligem a gente pobre. A asfixia. Reflexões sôbre um caso julgado de ferimentos mortais. Hidropisias. Exame das águas minerais de Santa-Catarina. Hidrofobia. Casos de infecção da atmosfera. Tentativa de restituir a vida aos enforcados. Passatempo escolástico, no qual procura se dar em dous discursos, uma idéia exata do que deve ser o verdadeiro médico.**

Quando êsse Brasileiro, filho do Rio-Grande-do-Sul morria aos 76 anos de idade (*) não o levava por certo ao túmulo a melancolia experimentada pelo Fausto quando entre a vida e a morte, sentia repassar em visões pela memória tôda a longa estrada percorrida e não encontrava na aridez da jornada um feito de benemerência, um gesto útil que lhe confortasse a conciência na afirmativa de uma vida generosa e produtiva.

BIBLIOGRAFIA

Academia-Nacional-de-Medicina — Centenário do Ensino Médico
2.º Congresso Médico Latino-Americano (Anais)
Fernando Magalhães — Centenário da Faculdade de Medicina do Rio-de-Janeiro
Ministério da Justiça — Notícia Histórica dos Serviços da Justiça (1898)

(*) Faleceu na Côrte a 25-8-1878.

Inocêncio — Dicionário Bibliografico Português
Sacramento Black — Dicionário Bibliografico Brasileiro
Aquiles Pôrto Alegre — Homens Ilustres do Rio-Grande-do-Sul
Múcio Teixeira — Os Gaúchos
Jornal-do-Comércio — Edição do Centenário
Anais Parlamentares do Senado Imperial
Rodrigo Otávio — Minhas Memórias dos outros
Taunay — Reminiscências
Machado de Assis — O Velho Senado
Minerva Brasiliense — (Jornal de Ciências, Letras e Artes 1843)
Jobim — Discurso de doutoramento em 1868
Revista do Instituto-Histórico-Geográfico — Tomo V 1863
Vieira Fazenda — O aljube

PARECER

sôbre a tese "Jobim, sua vida e seu tempo" do sr. Alcindo Sódré.

A comissão abaixo, nomeada em sessão de primeiro do corrente, para emitir parecer sôbre a memória apresentada pelo ilustrado senhor Alcindo Sodré, sob título — Jobim, sua vida e seu tempo —, no desempenho de tão honrosa incumbência, vem trazer-vos o parecer seguinte, depois de leitura e estudo compatíveis com o tempo de que podia dispor.

A comissão sente-se feliz em constatar que a orientação seguida pelo autor da citada memória coincida, em suas linhas gerais, com o conceito que forma da personalidade ilustre do doutor José Martins da Cruz Jobim, saüdoso sul-riograndense e notável cientista brasileiro.

Sendo o Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio-Grande-do-Sul, o ponto de partida para a revisão dos estudos sôbre a nossa evolução histórica, a memória apresentada pelo senhor Alcindo Sodré é uma contribuïção valiosa e atinge o escopo colimado.

Nesta conformidade, a comissão propõe a aprovação da referida memória.

Sala das sessões do primeiro Congresso de História e Geografia do Rio-Grande-do-Sul, no edifício da Biblioteca Pública da cidade de Pôrto-Alegre, aos quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco — Primeiro Centenário da Grande Revolução Farroupilha.

Assinados: **Jací Antônio L. Tupí Caldas**, relator
De Paranhos Antunes
Clemenciano Barnasque

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA REPÚBLICA FARROUPILHA

Firmiano Ramos Soares

Se não confiasse na vossa extrema bondade, não me animaria a ocupar vossa atenção e esta tribuna, do cimo da qual tem jorrado, em ondas de luz, a palavra fluente, magnética, eletrizante e instrutiva de ilustres beletristas e historiadores, como Fernando Osório, Otelo Rosa e outros (1).

O convite que me foi feito pela ilustrada Diretoria da Biblioteca Pública e que me desvaneceu e sensibilizou em extremo, foi como um toque de clarim, concitando êste humilde soldado a cumprir, também, o seu dever.

Esta obscura e desataviada dissertação não vos oferecerá nenhum atrativo literário; tem, porém, como escopo, a pálida homenagem aos heróicos fundadores da República de Piratiní, que foram os luzeiros da Democracia e os vanguardeiros da Liberdade na terra abençoada do Rio-Grande.

Quando nos achamos na mata virgem, entre formidáveis e majestosos jequitibás, jamais nos passa pela mente, diante da grandeza, nos determos nos pequeninos detalhes da ramaria verde e linda, que se ergue para o céu.

---

(1) Originàriamente esta tese foi apresentada em forma de conferência na Biblioteca Pública de Pelotas.

Não obstante, entre essa ramaria verde e linda pululam os delicados ninhos de uma infinidade de pássaros, onde se desenvolve, alacremente, docemente, em ritmos suaves e encantadores, a vida de pequeninos seres que vão encantar os nossos céus com a tinta rutilante de suas asas e a maviosidade de seu canto!

Quando estudamos o sistema hidrográfico de um país, ou mesmo de uma região, raramente atentamos para os pequenos arroios de águas claras e cantantes; difìcilmente daremos atenção às lagoas serenas, onde as garças brancas vão cismar. No entretanto, os grandes rios, que nos servem de estudo, em cujas águas navegam os vapores e branquejam as velas enfunadas, e que são veículos do progresso, são todos formados e engrandecidos por êsses pequenos riachos de àguas claras e cantantes, e lagoas serenas.

Quando vemos um transatlântico sulcando, majestoso, o dorso dos vagalhões, ou uma locomotiva atravessando a campina ou a garganta dos despenhadeiros, não temos geralmente, nenhum pensamento para o obreiro obscuro que, das entranhas de terra, foi buscar o carvão, que é a força, é a luz e alavanca que as impulsiona para a frente!

Pois bem, Senhores, êsse monumento grandioso da epopéia Farroupilha, que, quanto mais se afasta na noite do tempo mais cresce aos nossos olhos, tem, também, facetas brilhantes e relevos notáveis no seu imponente pedestral.

Essas facetas e relevos estiveram, porém, para a maioria dos contemporâneos, quasi veladas, para não dizer desconhecidas.

Com a difusão comemorativa que estamos fazendo da obra ciclópica dos centauros de 35, essa obra se apresenta em todo esplendor, a qual, se foi grande nas armas, não o foi menos na legislação, na diplomacia, nas esferas sociológicas, econômicas e financeiras.

Sempre tive a impressão de que, quando relembrados os fastos grandiosos do sagrado decênio, havia de desenhar-se na mente da maioria dos contemporâneos, sòmente o quadro épico, tendo em primeiro plano as figuras dos guerreiros au-

dazes e, como fundo, as tintas carregadas dos entreveros e das cargas de lança.

Descerrada, porém, a cortina do tempo e despertado o sentimento cívico, o monumento cresce, e refulgem tôdas as facetas, e brilham tôdas as pedras, desde o alicerce até o ápice como um farol gigantesco que os antepassados legaram aos porvindouros.

Como pedra angular, o desejo ardente de uma liberdade sem jaça, argamassada com o cimento da democracia. Como colunas e relevos o respeito aos bens publicos e privados, o estudo acurado dos assuntos econômicos, a férrea disciplina nos assuntos financeiros e, como remate, no ápice, luzindo como um farol, a preocupação constante, ininterrupta da alfabetização de todo o rio-grandense na idade escolar!

Titãs! Foram titãs, verdadeiramente, os grandes vultos da legendaria epopéia!

Lutando como heróis, contra o vasto e poderoso império do Brasil, quasi nus, muitas vezes famintos, hoje vencendo, amanhã retirando ou perdendo, lá iam, passo a passo, implantando um novo marco, sem esmorecimentos, sem perder uma parcela, por pequena que fôsse, desse amor à causa que os levou ao campo do dever!

Implantada a República, iniciou-se, desde logo, a instalação do complicado aparelho administrativo e a legislação dos direitos e obrigações dos compatriotas. E foram aparecendo, na medida que as refregas permitiam, leis e decretos, avisos e circulares, ora outorgando liberdades e direitos, ora estabelecendo penas e deveres, na conformidade do novo regime que surgia, iluminando as canhadas do Rio-Grande e traçando os novos rumos da nacionalidade.

Guardadas as proporções do meio ambiente, da diferença de cultura, de múltiplos e complexos fatores de ordem social, moral, política e religiosa, não é nenhuma temeridade ou absurdo julgar a obra dos grandes vultos da gloriosa epopéia, tão grande, porém, mais nobre e mais sensata, do que a obra dimanada da Convenção de 93, na França, e que Vitor Hugo denominou de Himalaia do pensamento humano.

Lá, legislou-se na capital do mundo civilisado, em assembléias gloriosas, onde fulgiram, em cataratas de luz, as palavras de Mirabeau, Danton, Robespierre, Desmolin, Marat e outros.

Aqui, a legislação era feita, por assim dizer, em cima da carona, entre uma e outra batalha, ao clarão dos **bivaques,** no perambular forçado das mudanças de sede e, se não teve o brilho da obra da Convenção Franceza, teve o bom senso livre dos perigos demagógicos, e a luz radiosa do seu lema: Liberdade! Igualdade! Humanidade!

* * *

Enquanto Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto, Daví Canabarro, João Antônio da Silveira, Onofre Pires, Manduca Carvalho, Gomes Portinho, Giuseppe Garibaldi e muitos outros iam dilatando as fronteiras do solo redimido, em constantes vitórias, Domingos José de Almeida, êsse mineiro querido e abnegado, rio-grandense de coração, ía, a **pari e passu,** rasgando o caminho do porvir, tutelando, guiando a nova república com a sua visão de estadista consumado.

Fazendo promulgar inúmeros decretos; traçando normas admiráveis e regulamentos capazes, Domingos de Almeida conquistou um dos lugares de mais destaque na gloriosa epopéia com a sua visão esclarecida de cidadão republicano.

Foi sempre o amigo fiel e abnegado de seus companheiros de odisséia.

Feita a república e nomeado êle ministro do Interior e da Fazenda, planejou, organizou e montou a máquina administrativa, estabelecendo normas severas com a mais eficiente fiscalização.

Organizando o Tesouro; estabelecendo as coletorias; promovendo a arrecadação dos impostos e das moedas de cobre; regulamentando a circulação fiduciária e as regras do comércio interno e normas de navegação; traçando as diretrizes para a representação diplomática; reprimindo os abusos e os crimes, Domingos de Almeida revelou-se o estadista profundo

que deixou um legado sagrado de heroísmo, de abnegação, de honradez e de intenso civismo, que temos obrigação de venerar e cultuar pelos séculos afora!

A batalha que travou, sustentou e venceu foi a mais tenaz e brilhante.

Dos inúmeros decretos que fêz promulgar e que saíram de sua pena diamantina, destaca-se, pela sua nobreza incomparável, pelo elevado alcance, o que instituiu a criação de escolas de primeiras letras em todo o território da República rio-grandense.

E não se diga que se tratava de uma medida **pour epâter le bourgeois!** Não! Decretada a instalação de escolas em tôdas as vilas e povoados, houve a constante preocupação de efetivar a medida, como é fácil verificar-se compulsando o jornal "O Povo" órgão da República, na época.

O ofício-circular da Secretaria do Interior, datado de 1.° de agôsto de 1838, endereçado ao Presidente e demais vereadores das Câmaras Municipais, está concebido nestes termos:

> "Convencido o Govêrno da República, que só por meio da difusão das luzes, e da moral é que podem prosperar e robustecer os Estados, como estes, baseados nos princípios representativos: e tomando em conseqüência por aquele motivo na mais séria consideração a educação e instrução da mocidade Rio-grandense, inteiramente derrocadas em todos ou quasi todos os pontos do Estado pelas vicissitudes de uma guerra de três anos, qual a que sustentamos contra os opressores de nossa Liberdade e Independência, determina que V. Mcês., pondo em vigorosa ação o patriotismo e mais qualidades que os distinguem, façam instalar provisòriamente, com a possível brevidade tantas escolas de primeiras letras, quantas forem as povoações ou lugares notáveis de seu município, provendo-as logo de mestres idoneos, morigerados e instruídos, na falta dos conhecimentos do sistema Lencastre, pelo menos

nas quatro primeiras operações aritméticas e suas difinições, e na escrita com acêrto, aos quais farão examinar por duas pessoas entendedoras da matéria e perante Vossas Mercês, que igualmente lhes arbitrarão ordenados adequados às circunstâncias do local onde tiverem de exercer tal magistério, dando de tudo parte ao Govêrno por esta Repartição para inteligência e assentamento no Tribunal do Tesouro. Outrossim, lhes previno que tais provimentos não prejudicam aos professores, que na conformidade das Leis em vigor, despachados forem pelo Govêrno.

— Deus guarde as Vossas Mercês. Secretaria do Interior em Piratiní, 1.º de agôsto de 1838. Domingos José de Almeida."

Meus senhores! Sòmente esta deliberação é o bastante para nos provar, com exhuberância quão nobres e elevados eram os sentimentos dos fundadores da república. Não obstante a fraqueza dos seus alicerces, ameaçados contìnuamente pelo exército imperial, das constantes refregas e escaramuças, e das mil e uma preocupações de ordem militar, o Govêrno ainda tinha olhos para zelar pela educação da mocidade.

Sòmente a super-visão de um estadista do estôfo moral de Domingos de Almeida é que podia encarar, como foi encarado, êsse magno problema da educação literária, cívica e moral dos filhos de um povo heróico, dentro dêsse ciclo de incertezas e de lutas.

Atentai para os termos dêsse ofício-circular que, se condições estabelece, são sòmente para as qualidades do professor, que deve ser idôneo, morigerado e com os conhecimentos necessários ao ensino das primeiras letras, na impossibilidade de ter curso melhor.

Atentai para o apêlo aos presidentes e demais membros das Câmaras Municipais, pedindo para **pôr em vigorosa ação o patriotismo e outras qualidades que os distingue,** no sentido de serem instaladas, com tôda brevidade possível, tantas es-

colas de primeiras letras, quantas forem as povoações ou lugares mais destacados de cada município.

Atentai para as determinações de que as nomeações dever ser feitas imediatamente, ficando ao arbítrio dos vereadores a fixação de vencimentos. Para uma república recém-instalada, que se mantinha pela fôrça das armas, cujo exército, as mais das vezes não tinha nem a erva para o chimarrão e que se vestia de pelegos, é simplesmente tocante, é soberanamente grandioso, êste gesto de difundir a educação, sem olhar orçamentos, sem medir o que poderia dispender com a criação de escolas, para cujo número não se fixou limites!

E não se diga que foram gestos platônicos para fazer ambiente. Muito pelo contrário, o Govêrno continuou, como provam os documentos da época, a insistir e a facilitar a criação de escolas e a nomeação de professores. E' atestado eloquente dessa asserção o seguinte ofício endereçado ao General Bento Manuel Ribeiro, então comandante das Divisões da Direita e do Centro do Exército Republicano, em 5 de novembro de 1838:

> "Ilmo. e Exmo. Sr. — Sendo do dever do Govêrno fomentar por todos os meios ao seu alcace o ensino primário da mocidade rio-grandense, e representando-lhe o cidadão Joaquim Gomes Viana, professor da vila Setembrina não poder continuar no magistério, que lhe fôra confiado, por falta de alimentos: manda o mesmo Govêrno que, além de trinta mil réis mensais, que determinou se lhe entregasse pela Coletoria Geral daquela vila, V. Excia. ordene lhe sejam fornecidas as rações de carne de que necessitar.
>
> Deus guarde a V. Excia. Secretaria da Fazenda em Piratiní, 5 de novembro de 1838. **Domingos José de Almeida.**"

Atentai, pois, para tão alevantado gesto, porisso que o Govêrno da nascente república preferia reduzir as rações de

carne dos seus soldados, a deixar de dar um professor à mocidade.

Simultâneamente ao ofício citado, outro era endereçado, na mesma data, ao Inspector Geral do Tesouro Público Nacional e assim redigio:

> "Ilmo. Sr.—Não existindo escolas de primeiras letras na vila de Setembrina, por falta de alimentos ao professor nomeado Joaquim Gomes Viana, e sendo a instrução primária da nossa mocidade, o que mais ocupa as solicitudes do Govêrno, manda êste que V. S. pela Coletoria Geral da vila referida, ponha à disposição do citado professor, mensalmente, a quantia de 30$000.
>
> Deus guarde a V. S. — Secretaria da Fazenda em Piratiní, 5 de novembro de 1838. **Domingos José de Almeida.**"

Atentai bem para os termos dêste simples ofício ao Inspetor Geral do Tesouro: **e sendo a instrução primária da nossa mocidade o que mais ocupa as solicitudes do Govêrno!**

Fica, portanto, exuberantemente provada a severa intenção de cumprir o programa traçado de fortalecer os alicerces da novel república, com a alfabetização de seus filhos.

Expedia-se a ordem, que era confirmada, e, num rasgo de nobreza cavalheiresca e gentil, davam-se as ponderosas razões dêsse ato, apelando-se ainda para o patriotismo de todos os responsáveis pelo seu cumprimento.

E tudo isto era feito entre o fragor das batalhas!

Atendiam-se todos os setores, quasi simultâneamente, num desdobramento digno de encômios.

Não sendo possível dar uma remuneração compensadora, porque os recursos do Tesouro eram parcos e não comportavam alargamentos, apelava-se então para o espírito de patriotismo dos professores, como dá prova o seguinte ofício dirigido à cidadã Zeferina Amália de Oliveira e Silva, professora de primeiras letras na vila de Caçapava:

"Nesta mesma data se expediram ao Inspetor do Tesouro as ordens precisas para lhe serem fornecidos pela Coletoria dessa vila 30$000 mensais à conta de seus vencimentos; e sentindo o Govêrno não poder ocorrer com soma mais avultada, espera contudo que V. Mcê., movida ao patriotismo que a distingue, não interrompa o magistério, que lhe foi confiado.

"— Deus guarde V. Mcê. — Secretaria do Interior em Piratiní, 15 de novembro de 1838. **Domingos José de Almeida.**"

Neste mesmo dia era expedido outro ofício ao presidente da Câmara dos Vereadores no Alegrete, e assim concebido:

"Nesta data se expediram ao Inspetor do Tesouro as ordens precisas para que ao cidadão Antônio Bento, professor de primeiras letras nessa vila, sejam fornecidos pela Coletoria da mesma os 800$000 por V. Mcês. arbitrados para aluguel da casa e vencimentos do mesmo professor; e bem assim 200$000 mais para a compra de utensílios indispensáveis ao ensino pelo método de Lencastre: o que lhe comunico em resposta ao seu ofício de 15 de setembro próximo passado.

Deus guarde a V. Mcês. — Secretaria do Interior em Piratiní, 15 de novembro de 1838. **Domingos José de Almeida.**"

* * *

"O amor não têm fronteiras", disse Graça Aranha e, para os grandes vultos que dirigiam a república, essa divisa já existia, servindo de título, aos estrangeiros, para conquistar a cidadania rio-grandense, os conhecimentos indispensáveis ao magistério nos cursos superiores.

O decreto de 18 de Dezembro de 1838, em seu artigo 2.º, parágrafo 6.º, conferia **"a fruïção dos direitos civís e políticos,**

a todos os estrangeiros que tenham os conhecimentos indispensáveis para serem admitidos ao Magistério das Universidades, Liceus, Academias ou cursos jurídicos do Estado".

Vêde com que clarividência os farrapos enfrentavam e resolviam os magnos problemas da educação! Não existindo, na época, grande número de homens cultos, êles ofereciam, num rasgo de nobreza, os foros de cidadania aos estrangeiros que pudessem ser úteis à república, trazendo à mocidade de então as luzes de seus países civilisados!

Compulsando-se os documentos da época verifica-se que a educação constituía uma constante preocupação da Secretaria do Interior tão sàbiamente dirigida pelo insigne estadista Domingos José de Almeida.

Em 8 de maio de 1838 endereçavam-se aos presidentes e demais vereadores das câmaras municipais, a seguinte circular:

> "Achando-se nesta capital número suficiente de Procuradores dos diversos municípios do Estado, e devendo porisso instalar-se o Conselho decretado em 18 de setembro próximo passado, logo que regresse o Exmo. Sr. Presidente da República; para tratar-se com preferência a todos os negócios da instrução da mocidade rio-grandense, hajam V. Mcês. de exigirem com urgência e enviarem-me com a possível brevidade, mapas circunstanciados dos alunos que frequentam as aulas em exercício nesse município, segundo o modêlo incluso, informando ao mesmo tempo qual a conduta dos respectivos professores nos seus magistérios.
>
> "Deus guarde a V. Mcês. — Secretaria do Interior em Caçapava, 8 de maio de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

Vêde como era encarada essa rama da administração pública, pois, reünidos os Procuradores Gerais dos municípios, em assembléia, iam tratar **preferencialmente** de todos os negócios da instrução da mocidade rio-grandense!

E' que a República compreendia, no dealbar de seus pri-

meiros passos, que só a educação geraria a fôrça que haveria de manter de pé as colunas mestras da democracia, concretizadas no lema: Liberdade! Igualdade! Humanidade!

* * *

Em 28 de junho de 1839, as Secretarias da Fazenda e do Interior endereçavam, respectivamente, aos presidentes e membros das Comissões de Arrolamento e presidentes das Câmaras Municipais, os seguintes ofícios:

> "Ilmos. Srs. — Tencionando o Govêrno criar na capital um Gabinete de Leitura, onde reünidas as obras no Estado existentes, possam nossos concidadãos consultar as matérias que lhes forem mister, e nelas se contenham, tem para êsse fim juntos o melhor de oitocentos volumes de obras escolhidas e para enriquecer o dito Gabinete, que talvez seja precursor da primeira Biblioteca do Estado, determina que V. Srias. dos bens dos inimigos da República, a arrecadarem, mandem separar e enviar a esta Repartição todos os livros que tiverem arrolado na conformidade do disposto nos Decretos de 11 de novembro de 1836, e 5 de abril de 1837, Circular de 9 de abril de 1838 e Aviso de 13 de agôsto do mesmo ano.
>
> Deus guarde a V. Srias. — Secretaria da Fazenda em Caçapava, 28 de junho de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

* * *

> "Ilmos. Srs.—Tornando-se bastante sensível a escassez de obras ainda as mais triviais e necessárias, cujas doutrinas se faziam mister consultar para o arranjo dos negócios, que de tôdas as partes do Estado afluiam à Capital, indispensável foi ao Govêrno a aquisição delas; e obtendo o melhor de oitocentos volumes daquelas mais importantes,

deliberou com elas mandar criar um Gabinete de Leitura a proveito dos Cidadãos da República, e sôbre essa base acumular os livros de propriedades incursas nas disposições dos Decretos de 11 de novembro de 1836 e 5 de abril de 1837, e assim todos os mais que para fim de tanta monta possa obter com o fito de lançar dessa forma os alicerces de uma biblioteca pública.

Nessa inteligência, pois, empenha o mesmo Govêrno o patriotismo de cada um dos membros dessa Câmara, para que dos habitantes do seu município, obtenham e remetam a esta Repartição tôdas as obras, sejam elas de que natureza forem, que possam dispensar para o destino indicado, na que serviço singular farão à República.

Deus guarde a V. Srias. — Secretaria do Interior em Caçapava, 28 de junho de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

Acompanhando êsses dois memoráveis ofícios, o egrégio e dinâmico Domingos de Almeida, dirigia aos seus co-estadanos o seguinte apêlo por êle subscrito:

"Suposto tenha fundados motivos para contar com o resultado a que me propús quando expedí os Avisos que ficam estampados, todavia convido aos verdadeiros amigos da prosperidade Nacional, para enriquecerem o Gabinete de Leitura que se vai fundar, dando-lhe tôdas as obras de que se puderem desfazer, as quais enviarão à Repartição do Interior. Caçapava, 30 de junho de 1839".

* * *

Bem compreendia o Ministro do Interior da nascente República que, lançando por essa forma os alicerces de uma biblioteca pública, êle lançava também o alicerce inderro-

cável da cultura do povo, e um povo só é grande quando atinje às culminâncias do saber e da virtude.

Domingos José de Almeida foi o alquimista da República, que, nas retortas de sua vontade de aço, acumulou tesouros, transformando em ouro puro, os metais esparsos e desagregados, que se deluíam no pó do esquecimento.

E' bem expressivo o seu apêlo **aos verdadeiros amigos da prosperidade nacional,** para enriquecer o Gabinete de Leitura, pois êsse apêlo tem a ressonância de um clarim, que anuncia a alvorada da aurora boreal, depois, **de uma noite longa e tenebrosa.**

* * *

Como era natural, o Império não via com bons olhos a criação de escolas, de cujo assunto sempre descurou nas plagas rio-grandenses, e porisso tratou de anular o poderio dessa verdadeira arma, como se pode inferir dos seguintes documentos:

> "Ilmo. Sr. Bernardo Pires, Chefe de Polícia da cidade e município de Piratiní.
>
> — Informado por dois professores de primeiras letras de que o número de seus alunos se tem a dias consideravelmente enfraquecido por causa de avisos dados a seus pais e tutores de que o Govêrno com o fim aparente de promover a instrução pública, aleivosamente os reünia para em tempo dado fazer-lhes sentar praça nos corpos de 1.ª linha, embora não tenha os anos de lei: para dissipar êsse prejuizo, de propósito incutido por nossos inimigos para não aproveitar aquela salutar providência, cujos resultados a favor da Nação nunca foi entendido pelo govêrno do Brasil, e por outros, que, como êle, firmam a base da tirania na ignorância dos povos, manda o mesmo Govêrno declarar-lhe que os alunos depois de matriculados em quaisquer das Aulas Nacionais do Estado, e que as freqüentem com proveito, estão isentos não só

do recrutamento para a primeira linha, como ainda da Guarda-Nacional e do serviço de polícia dos distritos; do que V. S. se dará por entendido e fará observar na parte que lhe toca.

Deus guarde a V. S. — Secretaria da Fazenda encarregada do expediente da Guerra, em Caçapava, 27 de julho de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

Idêntico ofício foi dirigido aos demais chefes gerais de polícia do Estado. Aos presidentes e demais membros das Câmaras Municipais do Estado, foi também enviada a seguinte circular:

"Constando que pessoas mal intencionadas e necessàriamente inimigas da República propalam que o estabelecimento de escolas de primeiras letras no Estado em que tanto se há esmerado o Govêrno, tem por fim ajuntar a mocidade Riograndense para, aleivosamente sentar-lhe praça nos corpos de 1.ª linha, e que porisso os alunos de algumas escolas se tem ausentado, e outros por aqueles imbuídos o mesmo pretendem fazer; para remover as perniciosas conseqüências a esperar-se de tão torpes embustes, manda o Govêrno que V. Mcês por editais afixados em todos os distritos de Paz dêsse município façam constar que os alunos uma vêz matriculados nas Aulas Nacionais do Estado, estão isentos não só do recrutamento para a 1.ª linha como ainda da Guarda-Nacional e Polícia, enquanto não dados por prontos pelos respectivos professores.

Deus guarde a V. Mcês. — Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, encarregada do expediente do Interior em Caçapava, 27 de julho de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

No mesmo dia e nesse mesmo sentido, o egrégio Domingos de Almeida, dinâmico, incansável dirigia ao bravo e in-

trépido General Antônio Neto, Comandante em chefe do Exército Republicano, o seguinte ofício:

"Ilmo. e Exmo. Sr. — Os inimigos da Repúblic, férteis em torpezas e calúnias, para conseguirem o que as armas lhes tem negado acabam de disiminar, no povo crédulo, que o estabelecimento de escolas primárias em que tanto o Govêrno se há afanado para criar até nos mais remotos e insignificantes povoados da campanha, outro fim não tem que o de aleivosamente reünir nossa mocidade para em dia determinado com ela preencher os Corpos de 1ª linha do Exército; e não devendo merecer pêso algum calúnia tão grosseira e revoltante, há contudo sido obrigada por ineptos pais de família, que, com êsse pretêxto, têm arredado seus filhos ou tutelados das escolas públicas, como me participam dois dignos professores.

Para remover, pois, êsse prejuízo cujas conseqüências afetam a liberdade e prosperidade de nossa Pátria, cumpre que V. Excia, faça sentir sem perda de tempo a todos os encarregados de recrutamento para o exército, que a juventude Rio-Grandense uma vez matriculada em qualquer das Aulas Nacionais está não só insenta da primeira linha como também da Guarda-Nacional e do serviço de polícia das Povoações e distritos do Estado.

Deus guarde a V. Excia. — Secretaria da Fazenda, encarregada do Expediente de Guerra, em Caçapava, 27 de julho de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

Atentai, pois, para o carinho todo especial que êsse Ministro, atendendo três secretarias ao mesmo tempo e superintendendo ainda os negócios do Tesouro, tratava os assuntos que se relacionavam com a educação.

Funcionando, nesse tempo, desessete escolas de primeiras letras, localizadas em Caçapava, São-Gabriel, Piratiní, Rio-Pardo, Cachoeira, Santana-da-Boa-Vista, São-Borja, Alegrete, Itaquí, Santana-do-Livramento, Cruz-Alta, Santa-Maria-da-Bôca-do-Monte, Encruzilhada, Bagé, Setembrina (Viamão) e Mostardas, com uma freqüência de mais de quinhentos alunos, é de supor que haveria, entre os mesmos, muitos rapazes em idade de serem recrutados para o serviço militar.

Não obstante, o generalíssimo da educação, preferia um soldado a menos nas fileiras do exército republicano, para que os defensores das idéias democráticas de amanhã, tivessem a conciência dos deveres que a cultura asseguraria.

* * *

Havendo um anônimo denunciado a professora D.ª Ana Francisca Rodrigues Pereira, de que era inimiga da República, o austero Ministro, bem sentindo e pesando as responsabilidades de seu espinhoso cargo, viu-se forçado a mandar proceder indagações, a-pesar-de sua repugnância pela procedência da denúncia. Antes mesmo de conhecer os resultados das indagações a que mandara proceder, dirigia-se à referida professora, em resposta a uma sua carta, em termos elevados e nobres, mantendo-a no cargo, como se verifica do seguinte ofício:

> "Ilma. Sra. — Seu ofício de 31 do passado que tem por objeto defender-se da calúnia que lhe assacaram considerando-a desafeta à sagrada Causa Republicana que abraçamos, e que me foi comunicada por um anônimo, a pouco me veio às mãos e me apresso a contestá-lo atendendo a impressão desagradável que a V. S. terá causado as indagações que em conseqüência procedí, para sôbre o assunto marchar com a circunspeção que demanda o grave encargo por V. S. solicitado. E' verdade que o anônimo me foi endereçado, e é também verdade que à vista dêle, e da instrução primária das

jovens rio-grandenses em quem ora repousam as mais belas esperanças da Nação, eu vacilei acêrca da expedição do respectivo diploma, no entretanto que passava a indagar da veracidade de quanto se me dizia no citado anônimo. A pessoa encarregada dessa indagação ainda me não informou a respeito; e pôsto esteja ìntimamente convencido da calúnia irrogada a V. S., contudo por ela aguardo, visto tê-la exigido, ficando V. S. certa, que sejam quais fôrem os resultados de tal indagação, eu tributo às suas virtudes os mais sinceros respeitos.

Deus guarde V. S. — Secretaria dos Negócios do Interior em Caçapava, 3 de agôsto de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

Num estilo verdadeiramente nobre, digno da pena de um gentilhomem, o austero Ministro, respondia o ofício da denunciada, vacilando, ao pêso de sua responsabilidade, entre atender aos motivos da denúncia, fechando uma escola, ou mantê-la aberta, sujeitando-se, quiçá, a que as idéias contrárias à República fôssem propagadas e disseminadas entre as jovens rio-grandenses **em quem repousavam as mais belas esperanças da Nação.**

Tal, porém, a fôrça concisa e cavalheiresca da redação de seu ofício, pondo em relêvo as virtudes da denunciada e a forma, altamente diplomática, de sua resposta, que êle conseguia o duplo objetivo de manter mais uma escola, para difusão da luz, e reconquistar uma adepta fervorosa à República, que a intriga poderia levar para o campo adverso.

* * *

Os documentos que vou ler, a seguir, dizem bem do propósito dos Farroupilhas de difundir a educação. O primeiro é dirigido ao incansável Domingos de Almeida, pelo Juiz

de Paz de São-Gabriel, Sr. Antônio de Faria Corrêa e está assim redatado:

"Ilmo. e Exmo. Sr. — Desejando por todos os meios ao meu alcance, não só ao cumprir as determinações do Govêrno, como ver propagada a educação pública, base primária do sistema que nos rege, fiz todo o esfôrço para que se instalasse a Aula do ensino mútuo debaixo da imediata direção do Professor Luiz Carlos de Oliveira. Faltando fundos na Coletoria desta Capela suprí com todo o necessário para as despesas precisas, e tive o prazer de presenciar no dia 12 de agôsto próximo passado, a abertura da referida Aula, cujo ato foi celebrado com acorrência de todos os Cidadãos do lugar, os quais depois alí compareceram em um baile, aonde transbordou o entusiasmo e o patriotismo, porque todos estão persuadidos que o Govêrno, a-pesar-das peias que lhe põem os sucessos da guerra, não omite diligência para estabelecer os fundamentos verdadeiros do Republicanismo, que se escoram na ilustração, e na moral, dando o exemplo na pratica e na doutrina. O professor Oliveira tem de dar a V. Excia. uma parte circunstanciada dêsse sucesso, assim como do progressivo adiantamento de seus alunos.

— Deus guarde V. Excia. para bem da Patria. São Gabriel, 5 de setembro de 1839. **Antônio de Faria Corrêa.**"

Atentai, agora, para a beleza peregrina da resposta:

"Ilmo. Sr. — Os esforços por V. S. feitos para instalar nessa distinta Povoação a escola de ensino mútuo, e a solenidade com que esta teve lugar a 12 do passado, como avisa por ofício de 5 do corrente, tem merecido do Govêrno da República sinceros

encômios, por ver que V. S. compreende e desenvolve as verdadeiras bases da felicidade pública. — Sim; sem a difusão do ensino primário não podem germinar a agricultura, o comércio, as artes, as ciências, e o que é mais que tudo ainda — a Liberdade — para o que cooperando V. S. tão eficazmente assaz se tem distinguido no serviço da Pátria, e merecido os respeitos de seus Concidadãos, em cujo número eu ocupo o primeiro lugar.

A importância das despesas no arranjo e utensílios da casa, por V. S. avançada, mandarei indenizar imediatamente que enviar a respectiva conta.

Deus guarde a V. S. — Secretaria da Fazenda encarregada do expediente do Interior, em Caçapava, 11 de setembro de 1839. **Domingos José de Almeida.**"

* * *

Eis aí, senhores, o santelmo sagrado que, no alvorecer de nossa democracia, rasgou as trevas da ignorância e acendeu, para todo o sempre, numa eclosão de luz, o facho luminoso da Liberdade, da Igualdade e da Humanidade!

Pelotas, 25/8/1935.

PARECER

sôbre a tese "A Educação Primária na República Farroupilha", do sr. Firmiano Ramos Soares.

Coligindo em poucas páginas os atos do Govêrno Republicano sôbre educação primária, o autor desta tese presta relevante serviço aos membros do Instituto Histórico; pois lhes poupa o trabalho de o fazerem; além de que exibe

mais uma feição da penosa atividade administrativa do grande repúblico — Domingos José de Almeida, o intemerato ministro, tão justo quanto magnânimo.

Por estas razões sou de parecer que seja incluída a presente tese no grupo dos trabalhos apresentados a êste Congresso.

Pôrto Alegre, 4 de outubro de 1935.

Assinados: **F. Contreiras Rodrigues**, relator
Eduardo Duarte
De Paranhos Antunes.

TESES AVULSAS

O nascimento de Gaspar Silveira Martins — Mário Teixeira de Carvalho. — Parecer.

Gaspar Silveira Martins — Leopoldo de Freitas. — Parecer.

O NASCIMENTO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS

Dr. Mário Teixeira de Carvalho

O dia 5 de agôsto do corrente ano foi assinalado pelas homenagens prestadas a Gaspar Silveira Martins, comemorativas do "primeiro centenário" do nascimento do grande tribuno.

Em artigo publicado na imprensa desta Capital, tive oportunidade de mostrar, e provar, que não se tratava do "primeiro centenário" e sim do centésimo primeiro aniversário de Gaspar Silveira Martins.

Tendo escrito os "Apontamentos genealógicos", trabalho inédito em poder do Instituto Histórico e Geográfico dêste Estado, em cuja obra estudei a genealogia de diversas famílias do Rio-Grande-do-Sul, fui levado a proceder pesquisas também entre os colaterais de meu ramo materno, comum com o mesmo tronco "Martins" a que pertence Gaspar.

Quando, no Arquivo Público do Estado, realizava buscas referentes à descendência de Carlos Silveira — D. Maria Joaquina das Dôres Martins, encontrei uma grande surprêsa. No inventário de Carlos Silveira, pai de Gaspar, na relação de herdeiros, dada a 9 de dezembro de 1875, deparei com a seguinte informação:

"5.º — Gaspar Silveira Martins, casado, com 41 anos".

Ora, se Gaspar em 1875 tinha quarenta e um anos, é

evidente que êle devia ter nascido em 1834, e não em 1835 conforme era corrente. Fiquei em dúvida. Teria havido engano ao redigir o documento que eu estava consultando, ou a História estaria em êrro?

Logo a seguir, examinando o inventário e testamento de sua mãe, D. Maria Joaquina das Dôres Martins, encontro nova lista de herdeiros, fornecida a 13 de junho de 1890, com a seguinte indicação:

"5 — Conselheiro Gaspar Silveira Martins, casado, com 56 anos" (Arquivo Público do Estado — 1.º Cartório do Civel e Crime de Bagé — Ano: 1890 — Número do feito: 158 — Maço: 3 — Estante: 42 — Inventariados: Carlos Silveira e sua espôsa D. Maria Joaquina das Dôres Martins — Inventariante: Coronel Francisco de Souza Matos). Novamente concluí que Gaspar nascera em 1834, pois, deduzindo 56 de 1890, chega-se a êste resultado. Ainda assim, permanecí em dúvida. Resolví, então, buscar novos esclarecimentos. O ilustre D. Frederico J. Aguiar, que por diversas vezes tem sido Deputado à Camara do Uruguai, residente em Melo, e a quem me dirigí, teve a gentileza de me enviar um documento que esclarece completamente o assunto. É êle o seguinte:

"Parroquia de Nuestra Señora del Pillar y San Rafael de Cerro Largo.

El infrascripto Cura Teniente de la Parroquia de Nuestra Señora del Pillar y San Rafael de Cerro Largo, certifica, a los efectos de la Ley de 11 de Febrero de 1919, (Pensiones a la Viejez) que en el Libro N.º 2 annexo de Bautismo, llevado por esta Parroquia, al Folio 80 se encuentra inscripta la partida de Gaspar — sexo masculino — hijo de Carlos Silveira y de Maria Joaquina Martinez, nascido en el dia cinco de Agosto de mil ochocientos treinta y quatro y bautisado el dia cinco de Marzo de mil ochocientos treinta y cinco.

Melo, 7 de Junio de 1934.

José Luís Gorostijagoya,
Cura Teniente".

Fiz presente dêste documento ao "Instituto Histórico e Geográfico" do Estado. Está êle devidamente oficializado com a assinatura do pároco de Melo, e com o carimbo da Freguesia. Veio êle esclarecer completamente êste assunto, tirando qualquer dúvida que ainda se pudesse ter a respeito desta questão, muito embora esteja mal escrita a palavra "quatro", de 1834, pois, é evidente que Gaspar não poderia ter sido batizado cinco meses antes do seu nascimento, isto é, não podia ter sido batizado a cinco de março de mil oitocentos e trinta e cinco, se tivesse nascido a cinco de agôsto dêste mesmo ano.

URUGUAIO?

Alguns historiadores afirmam ser Gaspar Silveira Martins natural dêste Estado, nascido na então Vila de São-Sebastião-de-Bagé. Outros dizem simplesmente que o grande tribuno veio à luz na "Província-Cisplatina", sem se lembrarem que naquela época já o Uruguai havia proclamado a Independência, não mais existindo, portanto, a chamada "Província-Cisplatina".

O grande Gaspar nasceu em Asseguá, na 5.ª Secção do Departamento de Cerro-Largo, no Uruguai, mesmo junto à fronteira brasileira, na casa da "Fazenda de Asseguá", pertencente a seu avô materno o Grande-Dignitário João Antônio Martins.

E é fácil explicar o motivo de ter Gaspar nascido em território uruguaio. Seu avô materno, o nobre e ilustre varão minhoto João Antônio Martins — homem inteligentíssimo e de grande cultura para a época em que viveu, Grande-Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem da Rosa, Oficial da Ordem de São Bento de Aviz, Capitão do 39.º Regimento de Milícias (Cavalaria) do Cerro-Largo por ocasião da Campanha de 1827, herói da Batalha do Passo-do-Rosario, onde combateu sob o comando de Isás Calderon — seu avô materno, dizíamos, foi possuïdor da maior fortuna até hoje acumulada no Rio-Grande-do-Sul, e suas estância de criar gado se estendiam ininterruptamente desde

o "Candiota", que é um braço do Jaguarão, até o "Rincão-do-Pereira", em pleno coração do Uruguai, pelos atuais Municípios de Piratiní, até Bagé, abrangendo a fantástica área de mais de cem léguas quadradas de campo. Suas eram as fazendas do "Candiota", "Asseguá", "Rio-Negro", "Peñarol", "Estância-Nova", "Boa-Vista", "Lata", "Carpintaria", "Massangano" e a do "Rincão-do-Pereira", sendo que sòmente esta última estância media quasi trinta e cinco léguas quadradas!

Conta a tradição de família que João Antônio Martins costumava dizer:

— "Se Deus me der vida bastante, e com a sua ajuda, ainda hei-de ir do "Candiota" a Montevidéu por dentro das minhas terras!"

Ou então esta outra frase:

— "Casa quanto chegue, campo a perder de vista!"

Possuïdor de tão grandes domínios, era natural que empregasse seus filhos e genros na gerência das fazendas, como pessoas de sua imediata e inteira confiança. Assim, em uma delas, na "Fazenda-de-Asseguá", situada em território uruguaio, estabeleceu-se Carlos Silveira de Morais Ramos, genro do riquíssimo estanceiro. E foi nesta estância que nasceu Gaspar Silveira Martins, o oitavo filho, em ordem cronológica, do casal Carlos Silveira-D. Maria Joaquina das Dôres Martins.

O que afirmamos acima, com clareza se depreende do testamento de D. Maria Joaquina das Dôres Martins, escrito nesta Capital, quando aquí se encontrava a passeio, em 25 de fevereiro de 1882. Neste documento ela declara que seus filhos nasceram na "Fazenda-de-Asseguá", Departamento de Cêrro-Largo, no Estado-Oriental, sendo batizados uns na mesma fazenda e outros na Igreja-Matriz de Cêrro-Largo. A casa onde nasceu o "grande riograndense", ainda hoje existe na 5.ª Secção do Departamento de Cêrro-Largo. Esta casa, que foi uma grande casa, ficou transformada em tapera, porém, o ilustre Dr. Lucas Rodriguez Blanco, advogado de Melo e atual proprietário dos campos onde ela se acha situada, reconstruiu o prédio, empregando as mesmas pedras da casa

e tratando de seguir a mesma antiga linha arquitetônica. Hoje em dia ela está restaurada, e em redor o Dr. Rodriguez Blanco fez "plantar duas mil laranjeiras e cem nogueiras e oliveiras, mais como símbolo do que como utilidade, para que alí onde nasceu o preclaro cidadão "brasileiro" haja algo que fale da Paz e Concórdia com que êle sonhou para o Continente-Americano".

Tendo mostrado que Gaspar nasceu em território uruguaio, desejo também frisar que um simples acidente geográfico, uma mera questão de linha divisória, nunca teve influência na vida política dêste super-homem. Exilado, quando retornou de França, estabeleceu-se no Uruguai. Mas não foi para o vizinho País por ser alí a terra do seu nascimento, mas simplesmente por ser senhor de campos alí localizados, que de seus avós maternos haviam passado a seus pais, e que por falecimento dêstes lhe tocaram por inventário. Houve, no entanto, um outro fator preponderante que influiu consideràvelmente na escolha do Uruguai como terra de acolhimento — é que alí estava mais perto do Brasil, do seu amado Rio-Grande-do-Sul, sua verdadeira Pátria, pois, por sua família, por sua educação, por si próprio, era profundamente brasileiro.

ASCENDÊNCIA GENEALÓGICA

Como vimos, Gaspar Silveira Martins nasceu em Asseguá, na 5.ª Secção do Departamento de Cêrro-Largo, no Uruguai, a 5 de agôsto de 1834. Foi batizado no dia 5 de março do ano seguinte, na Igreja-Matriz da Freguezia de Nossa Senhora do Pillar e São Rafael de Cêrro-Largo, hoje Cidade de Melo.

Era filho legítimo de Carlos Silveira de Morais Ramos, nascido no ano de 1790, na Freguezia-de-Encruzilhada, e batizado em Rio-Pardo, e de sua espôsa D. Maria Joaquina das Dôres Martins, chamada em família de "Maruca", nascida a 9 de setembro de 1803, em Rio-Pardo, no lugar denominado "Capivarí", e batizada na Capela de Santa Barbara da Encruzilhada.

Carlos Silveira de Morais Ramos faleceu em Bagé, no dia 6 de outubro de 1873, e D. Maria Joaquina das Dôres Martins morreu em Pelotas, onde então residia, no dia 10 de maio de 1890.

Era Gaspar neto paterno de Joaquim Silveira de Souza e de sua espôsa D. Mariana Inácia Ramos.

Conhecemos apenas a ascendência genealógica de Gaspar Silveira Martins pelo seu ramo materno, e é a que vamos expor a seguir.

Era êle neto materno do Grande-Dignitário João Antônio Martins, nascido em Ponte-do-Lima, no Minho, em Portugal, a 19 de junho de 1767, e batizado na Freguesia-de-Santa-Maria-da-Cabração, no dia 24 do mesmo mês e ano, e de sua espôsa D. Maria Joaquina do Nascimento, natural de Rio-Pardo, neste Estado, onde nasceu no ano de 1772.

Por sua avó materna D. Maria Joaquina do Nascimento, falecida em Cêrro-Largo em janeiro de 1840, era bisneto de Domingos de Béthencourt, natural e batizado na Freguesia-de-Nossa-Senhora-dos-Milagres da Ilha do Pico, nos Açores, e de sua espôsa D. Ricarda Maria Pinto Bandeira, natural da Freguesia - de - Nossa - Senhora - da - Conceição - de - Viamão, onde foi batizada a 23 de setembro de 1755. O casamento de Domingos de Béthencourt com D. Ricarda Maria Pinto Bandeira foi realizado na antiga Freguesia-de-Santo-Ângelo-do-Rio-Pardo, no dia 28 de outubro de 1770. O Conde de Rezende, em 1795, concedeu a Domingos de Béthencourt uma sesmaria de duas léguas de comprimento por uma e meia de largo, nos "campos ao pé do Camaquã, além do Irapuà", sendo que êle já era proprietário de "campos na fronteira de Rio-Pardo, denominados Cêrro-Agudinho, e havidos por compra ao Capitão Alexandre de Souza, Alferes Agostinho de Borba e Henrique Moreira".

Por Domingos de Béthencourt, Gaspar era terneto de João de Béthencourt e de sua espôsa D. Maria da Silveira, naturais da Ilha-do-Pico, nos Açores. Por seu terceiro avô, João de Béthencourt, Gaspar procedia da Régia família dos Béthencourt, grandes fidalgos em França, Reis das Canárias, e cuja antiquíssima linhagem está bem estudada pelo Padre

Antônio Cordeiro em sua "História Insulana". Por sua terceira avó, D. Maria da Silveira, espôsa da João de Béthencourt acima, descendia do célebre fidalgo flamengo Wilhelm van der Haeghen, cujo solar era em Maestricht, em Flandres, um dos primeiros povoadores dos Açores e que traduziu seu nome e apelido para o português, passando a assinar "Guilherme da Silveira", pois, "Haeghen" quer dizer "silveira", "silva". Pelo mesmo Padre Antônio Cordeiro e pelo Frei Gaspar Frutuoso a genealogia dêstes nobres Silveiras também já foi estudada em detalhes, motivo porque deixo de o fazer aquí.

Demos até aquí a ascendência genealógica de Gaspar Silveira Martins por parte de seu bisavô Domingos de Béthencourt. Passamos agora à ascendência de sua bisavó D. Ricarda Maria Pinto Bandeira, espôsa de Domingos de Béthencourt acima. Por ela, Gaspar era terneto de José Ramires Pinto Bandeira, natural de Laguna, no vizinho Estado-de-Santa-Catarina, e de sua espôsa D. Bernarda Gonçalves, natural de Curitiba.

Por José Ramires Pinto Bandeira era quarto neto de José Pinto Bandeira, natural de Valongo, Bispado do Pôrto, em Portugal, e de sua segunda espôsa D. Inocência Ramires, natural de Paranaguá, no Estado-do-Paraná.

Por José Pinto Bandeira, tronco da família dêste apelido no Rio-Grande-do-Sul, e avô do grande fronteiro gaúcho Rafael Pinto Bandeira, era quinto neto de Salvador Pinto Bandeira, natural de Valongo e pertencente às nobres famílias dos Pintos e dos Bandeiras, de Viana-do-Castelo.

Por sua trisavó D. Bernarda Gonçalves era quarto neto de Antônio Alves Martins e de sua espôsa D. Luzia Gonçalves de Aguiar. Esta é a nobre ascendência de Gaspar Silveira Martins por parte de sua avó materna D. Maria Joaquina do Nascimento.

Por parte de seu avô materno o Grande-Dignitário João Antônio Martins era:

Bisneto de Tomaz José Martins, da nobre família dos Martins do Minho, e de sua espôsa D. Lourença Álvares Pe-

reira de Amorim, casados na Freguesia de Santa-Maria-da-Cabração, em Portugal, a 7 de agôsto de 1764;

Terneto, por Tomaz José Martins, de Domingos Martins e de sua espôsa D. Páscoa Afonso, sua parenta e pertencente à nobre casa dos Afonsos, do Minho, e casados a 26 de novembro de 1735;

Quarto neto, por Domingos Martins, de outro Domingos Martins e de sua espôsa e parenta D. Maria Afonso, casados na Freguesia-de-Cabração a 19 de junho de 1672;

Quinto neto, por êste segundo Domingos Martins, de Pascoal Martins e de sua espôsa D. Ana Afonso, casados na Cabração a 29 de julho de 1640;

Sexto neto, por Pascoal Martins, de João Martins e de sua espôsa D. Isabel Fernandes, casados a 19 de maio de 1613 na Freguesia-da-Cabração;

Setimo neto, por João Martins, de Martim Anes Martins, da linhagem dos Martins, e de sua espôsa D. Margarida Anes, filha de Pedro Anes. Êste casamento foi realizado na Freguesia-de-Santa-Maria-da-Cabração, no dia 4 de novembro de 1548.

Por sua trisavó D. Maria Afonso, espôsa de Domingos Martins acima, era:

Quarto neto de Pedro Afonso, da mesma casa dos Afonsos, e de sua espôsa D. Maria Pires, casados na Cabração no dia 19 de agôsto de 1636;

Quinto neto, por Pedro Afonso, de Domingos Afonso e de sua espôsa D. Maria Álvares.

Por sua quarta avó D. Maria Pires, da nobre linhagem dos Pires, espôsa de Pedro Afonso acima, era:

Quinto neto de Antônio Pires, morador na Escusa, e de sua espôsa D. Margarida Fernandes, casados na Cabração a 27 de junho de 1599;

Sexto neto, por Antônio Pires, de Marcos Pires e de sua espôsa D. Maria Esteves, naturais de Santa-Maria-d'Arga.

Por sua quinta avó D. Margarida Fernandes era sexto neto de Gonçalo Fernandes e de sua espôsa D. Maria Afonso.

Por sua terceira avó Páscoa Afonso, também da mesma família dos Afonsos e espôsa de Domingos Martins, era:

Quarto neto de Filipe Esteves Afonso e de sua espôsa e parenta D. Maria Afonso, casados a 25 de julho de 1701, na Freguesia-de-Santa-Maria-da-Cabração;

Quinto neto, por Filipe Esteves Afonso, de Estêvão Afonso e de sua espôsa D. Maria Afonso, sua parenta e casados na Cabração a 15 de fevereiro de 1666;

Sexto neto, por Estêvão Afonso, de Inácio Afonso, de Vigo, e de sua espôsa D. Margarida Esteves, da Rigueira, casados a 26 de abril de 1643;

Sétimo neto, por Inácio Afonso, de Estêvão Afonso e de sua espôsa e parenta D. Isabel Martins, da mesma nobre família dos Martins.

Por sua quarta avó D. Maria Afonso, espôsa de Filipe Esteves Afonso, era:

Quinto neto de Matias Afonso e de sua espôsa D. Domingas Vaz, da Valonca, da família Vaz de nobre origem;

Sexto neto, por Matias Afonso, de Martinho Afonso e de sua espôsa e parenta D. Francisca Martins, casados na Cabração a 15 de junho de 1632;

Sétimo neto, por Martim Afonso, de Pedro Afonso e de sua espôsa D. Domingas Pires, da mesma família dos Pires.

Por sua quinta avó D. Domingas Vaz, espôsa de Matias Afonso, era:

Sexto neto de João Vaz e de sua espôsa D. Antônia Francisca Álvares, casados na Cabração a 7 de janeiro de 1649;

Sétimo neto, por João Vaz, de Gaspar Vaz e de sua espôsa D. Isabel Álvares.

Por sua sexta avó D. Antônia Francisca Álvares, era:

Sétimo neto de Francisco Álvares e de sua espôsa D. Margarida Francisca Alves.

Por sua bisavó D. Lourença Álvares Pereira de Amorim, das nobres famílias dos Pereiras e dos Amorins, era:

Terneto de Lourenço Pereira de Amorim e de sua espôsa D. Maria Álvares;

Quarto neto, por Lourenço Pereira de Amorim, de João Pereira de Amorim e de sua espôsa D. Antônia Pita, da casa dos Pitas.

Por sua trisavó D. Maria Álvares, nascida na Portela a

19 de janeiro de 1703 e espôsa de Lourenço Manoel Pereira de Amorim, era:

Quarto neto de Pedro Álvares e de sua espôsa D. Lourença Rodrigues;

Quinto neto, por Pedro Álvares, de João Álvares e de sua espôsa D. Isabel Gonçalves, casados na Cabração a 7 de abril de 1660;

Sexto neto, por João Álvares, de Antônio Álvares e de sua espôsa e parenta D. Maria Álvares.

Por sua quarta avó D. Lourença Rodrigues, espôsa de Pedro Álvares acima, era:

Quinto neto de Francisco Rodrigues e de sua espôsa D. Madalena Afonso, casados na Cabração a 26 de março de 1667;

Sexto neto, por Francisco Rodrigues, de outro Francisco Rodrigues e de sua espôsa D. Páscoa Martins, da mesma família Martins antes referida.

Por sua quinta avó D. Madalena Afonso era:

Sexto neto de Domingos Afonso, da mesma família dos Afonsos, e de sua espôsa D. Madalena Rodrigues.

DESCENDÊNCIA

O casal Carlos Silveira - D. Maria Joaquina das Dôres Martins teve treze filhos, que foram os seguintes em ordem cronológica:

1—1 — D. Carlota Martins Silveira, nascida em 1827. Casou com Francisco Pereira d'Ávila. Êste casal teve um filho.

2—1 — Francisco Silveira Pereira d'Ávila que faleceu sem deixar descendência

1—2 — Baltasar Silveira nascido em 1828 e falecido a 23 de dezembro de 1896, na sua "Estância-do-Minuano", no Departamento de Taquarembó, no Uruguai. Foi casado com D. Maria Inácia Martins, sua parenta, de quem teve os filhos seguintes:

2—1 — D. Ascension Silveira casada com seu primo José Maria Aguiar. O casal teve os filhos:

3—1 — Juan Mauro Aguiar, residente no Passo-Aguiar, em Taquarembó, no Uruguai.

3—2 — D. Mariana Aguiar

3—3 — Leopoldo Aguiar

3—4 — D. Esperanza Aguiar casou com o Tabelião Filipe M. Sosa, já falecido. Existem os seguintes filhos:

4—1 — Dr. Euclides Sosa Aguiar, advogado, membro da Câmara Nacional de Deputados do Uruguai. Residente em Montevidéu.

4—2 — D. Milka Sosa Aguiar.

4—3 — D. Déa Sosa Aguiar casada com seu primo Manuel Soares.

4—4 — D. Ascension de Sosa Aguiar

4—5 — Dardo Sosa Aguiar

2—2 — D. Ester Silveira casada com o Dr. Joaquim Napoleão Epaminondas de Arruda, advogado. Residiam no "Passo-do-Rosário".

2—3 — D. Toríbia Silveira

2—4 — Baltasar Silveira Filho

2—5 — Timóteo Silveira, Oficial do Exército Uruguaio

2—6 — D. Maria Paulina Silveira casou com Frederico José Aguiar, Deputado por diversas vezes pelo Departamento de Cêrro-Largo à Câmara do Uruguai. Tem os seguintes filhos:

3—1 — Frederico Baltasar Aguiar casado com D. Dalinda Ferreira, de quem teve

4—1 — Carlos Henrique Aguiar

4—2 — José Maria Aguiar

3—2 — D. Marina Nine Aguiar casada com seu primo José Maria Aguiar

3—3 — D. Nora Paula Aguiar

2—7 — Leopoldo Silveira, casado com D. Valentina Aguiar, sua parenta, de quem teve

3—1 — José Maria Silveira, Major de Cavalaria e 2.º Chefe do IV Regimento do Uruguai

3—2 — D. Maria Valentina Silveira casada com José Maria Neto Laborde

3—3 — D. Angelina Silveira, escritora, poetisa. Obteve o primeiro prêmio no Concurso Literário do Ministério da Instrução Pública do Uruguai, em 1933.

1—3 — Carolina Silveira falecida com dez meses

1—4 — Carlos Silveira faleceu aos quinze anos de idade

1—5 — Francisco Carlos Silveira nasceu em 1829 e faleceu a 1.º outubro de 1916. Foi casado com D. Florentina Antiqueira, natural de Pelotas. O casal residiu em Cêrro-Largo e teve os filhos seguintes:

2—1 — Francisco Silveira

2—2 — D. Maria da Glória Silveira

2—3 — Álvaro Silveira casado com D. Dorsila Ferreira

2—4 — Gaspar Silveira casado com D. Ana Machado

2—5 — D. Adelaide Silveira casada com Francisco de Paula Machado

2—6 — Carlos Silveira

2—7 — D. Luciana Silveira casada com Nicanor Garmêndia

2—8 — D. Matilda Silveira casada com Pedro Ibos, de quem teve o filho

3—1 — Carlos Francisco Ibos (com exceção de 2-7 acima, todos os demais filhos de 1-5 residem no Uruguai)

1—6 — Zeferino Silveira nascido em 1831. Faleceu solteiro e residia em Taquarembó

1—7 — D. Carolina Silveira Martins, nascida em Bagé a 11 de junho de 1832. Casou com Antônio Ferreira Ra-

mos, natural de São Cosme, Bispado do Pôrto, em Portugal. O casal teve os filhos seguintes:

2—1 — D. Dolores Ramos casada com Luiz Otero, natural de Espanha, de quem teve:

3—1 — D. Augusta Ramos Otero casada com Zeferino Py

3—2 — D. Carolina (Lilá) Ramos Otero casada com o Coronel Alberto Pôrto-Alegre

3—3 — D. Debora (Dubi) Ramos Otero casada com seu primo Carlos Silveira Martins Ramos

3—4 — D. Antônia (Toní) Ramos Otero

3—5 — Carlos Alberto Ramos Otero casado com D. Zòquinha Leivas

3—6 — Luiz Filipe Ramos Otero casado com D. Pequeninha Laporta

3—7 — Mário Cídio Ramos Otero casado com Julieta Olivé Leite

3—8 — Gastão Ramos Otero faleceu solteiro

3—9 — Dr. Jorge Ramos Otero, Engenheiro-Agrônomo e Funcionário do Ministério da Agricultura

2—2 — Dr. Carlos Ferreira Ramos, advogado, casado com D. Ermínia Antunes Maciel, de quem teve os seguintes filhos:

3—1 — D. Augusta Maciel Ramos casada com seu tio 2-6 abaixo, onde se encontra sua descendência

3—2 — Álvaro Maciel Ramos

3—3 — D. Alice Maciel Ramos casada com o Dr. Armando Alencar, filho do Almirante Alexandrino de Alencar

3—4 — D. Olga (Babá) Maciel Ramos

3—5 — Francisco Ramos

3—6 — Mário Maciel Ramos

3—7 — D. Maria Maciel Ramos

3—8 — D. Aldora Maciel Ramos casada com o Dr. Luiz Carlos Abreu, médico
3—9 — D. Flora Maciel Ramos
3—10 — Oscar Maciel Ramos
3—11 — D. Nelí Maciel Ramos

2—3 — D. Ana (Nicota) Ferreira Ramos solteira

2—4 — D. Carolina Ferreira Ramos casada com o General Estácio Xavier de Azambuja, de quem teve:

3—1 — Dr. Carlos Azambuja casado com D. Lucília Carvalho ....

3—2 — D. Carolina Azambuja casada com o Dr. Felix Contreiras Rodrigues, advogado, financista, sociólogo, poeta, historiador, e descendente também da mesma família Martins. O casal teve

4—1 — Felix Contreiras Rodrigues faleceu criança
4—2 — D. Dolores Contreiras Rodrigues
4—3 — Eduardo Contreiras Rodrigues

3—3 — Dr. Neí Ramos Azambuja, advogado, casou com D. Carina Contreiras Rodrigues. Em segundas núpcias desposou D. Josefa Sá

2—5 — D. Adelaide Ramos Azambuja faleceu solteira

2—6 — Eduardo Ramos casado com sua prima D. Francisca Silveira Martins, de quem teve

3—1 — Dr. Carlos Ramos, advogado, diplomata, casado em primeiras núpcias com D. Deborá Ramos Otero, sua prima

4—2 — D. Stela Ramos
4—3 — D. Elena Ramos
4—4 — D. Sílvia Ramos

2—7 — Joaquim (Quinca) Ferreira Ramos faleceu solteiro

2—8 — D. Adelaide Ferreira Ramos faleceu solteira

2—9 — Antônio (Niquet) Ferreira Ramos casado com D. Dorotéia Augusta Ramos (Tetéia), sua sobrinha. São filhos dêste casal

3—1 — Carlos Ferreira Ramos

3—2 — D. Carolina Ferreira Ramos

3—3 — D. Alba Ferreira Ramos

3—4 — Aníbal Ferreira Ramos

2—10— Álvaro Ferreira Ramos casado com D. Semiramis Farias, de quem houve:

3—1 — Júlio Faria Ramos, fazendeiro no Município de Herval

3—2 — D. Carolina Faria Ramos

3—3 — D. Maria Faria Ramos

2—11— Alberto Ferreira Ramos casado com D. Pierrette Ramos

2—12— Eduardo Ferreira Ramos casado com D. Francisca Silveira Martins, sua parenta

1—8 — Gaspar Silveira Martins, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo-se formado na Faculdade de Direito de São-Paulo, no Estado-de-São-Paulo. Foi Conselheiro do Império. Comendador da Ordem-da-Rosa. Juiz Municipal na Côrte em 1859. Deputado no Rio-Grande-do-Sul em 1862. Deputado à Assembléia Geral à 15.ª e 17.ª Legislatura. Foi Ministro da Fazenda no Gabinete de 5 de janeiro de 1878. Senador do Império em 1880. Presidente da Província-do-Rio-Grande-do-Sul a 12 de julho de 1889. Foi expatriado em virtude da proclamação da República. Foi o primeiro que se mostrou partidário do Parlamentarismo, propondo, em Bagé, por ocasião de uma assembléia política, a revisão constitucional. Faleceu em Montevidéu, no dia 23 de junho de 1901. Foi casado com D. Adelaide Coutinho, natural do Rio-de-Janeiro. O casal teve os seguintes filhos:

2—1 — Gaspar Coutinho Silveira Martins

2—2 — D. Gasparina Silveira Martins
Eduardo Ferreira Ramos, 2-6, de 1-7 anterior, onde se encontra sua descendência

2—4 — Dr. José Júlio Silveira Martins casado com com D. Elena Martins. Sem descendência

2—5 — Álvaro Silveira Martins que residia na Uruguai

2—6 — Dr. Carlos Silveira Martins

2—7 — D. Adelaide Silveira Martins casada com o Dr. Olímpio Batista da Silveira Leão. O casal deixou descendência

1—9 — Vicente Silveira que faleceu com 15 anos de idade

1—10 — Álvaro Silveira que faleceu no Rio-de-Janeiro, com cêrca de vinte anos de idade e sem deixar descendência

1—11 — Carlos Frederico Silveira falecido com dois anos

1—12 — José Luiz (Juca) Silveira nascido em 1841. Casou com D. Vitorina Silveira. Residiram em São-Vicente, e depois em Bagé

1—13 — Tenente-Coronel Belchior Silveira Martins, nascido em 1844 e falecido em 1.º de abril de 1887. Em primeiras núpcias casou com D. Floriana de Matos, que faleceu a 27 de novembro de 1878, sendo filha do Coronel Francisco de Souza Matos e de sua espôsa D. Bernardina de Neto, naturais de Bagé. Em segundas núpcias desposou D. Teófila de Arruda, filha do Major João Maria Epaminondas de Arruda e de sua espôsa D. Maria Cândida de Arruda. Houve os seguintes filhos:

Do primeiro matrimônio:

2—1 — Carlos de Matos Silveira Martins

2—2 — Gaspar de Matos Silveira Martins

Do segundo matrimônio:

2—3 — D. Ida de Arruda Silveira Martins

2—4 — D. Célia de Arruda Silveira Martins
2—5 — João de Arruda Silveira Martins
2—6 — D. Antonieta de Arruda Silveira Martins.

*
* *

Do Grande-Dignitário do Império João Antônio Martins, nobre e ilustre tronco dos Martins, e de sua espôsa D. Maria Joaquina do Nascimento, de nobilíssima origem, procedem várias famílias do Rio-Grande-do-Sul e do Uruguai, entre as quais as seguintes:

Os Ferreiras Bica, de Encruzilhada, Uruguaiana e São Gabriel; os Fagundes, de Pelotas e Bagé; os Carvalhos e os Antunes, de Encruzilhada; os Martins de Freitas, de Pelotas e Caçapava; os Ornelas, de Tupaceretã; os Martins, de Bagé; os Soares Martins e os Contreiras, de Bagé; os Martins Suarez, do Uruguai; os Martins Osório, de Pelotas; os Borges Martins, do Uruguai; os Vieiras Martins, de Bagé; os Teixeiras de Carvalho e os Martins Ferrás, de Pôrto-Alegre; os Martins Bueno, de Bagé; os Dézousart, de Pôrto-Alegre; os Aguiares, do Uruguai; os Azambujas e os Heinzellmann, de Bagé; os Borges da Fonseca, de Pôrto-Alegre; os Barbosas, de Bagé; e muitas outras que seria longo demais enumerar.

PARECER

sôbre a tese "O Nascimento de Gaspar Silveira Martins" do dr. Mário Teixeira de Carvalho.

Faz pouco ainda, celebrou-se no Rio-Grande-do-Sul o centenário do grande tribuno Gaspar Silveira Martins.

Opôs, então, embaraços à data aprazada para a celebração centenária — 5 de agôsto de 1935 — o dr. Mário Teixeira de Carvalho, vindo à imprensa documentadamente, de modo a demonstrar que, nesse dia, passava o centésimo primeiro aniversário do vulto brasileiro e não o seu centenário.

Aliás, já o autor dessa contestação vitoriosa havia escrito os **Apontamentos genealógicos**, trabalho inédito em poder do Instituto-Histórico-e-Geográfico dêste Estado, em cuja obra estudou a genealogia de diversas famílias do Rio-Grande-do-Sul e na qual foi levado a proceder a pesquisas também entre os colaterais de seu ramo materno, comum com o mesmo tronco "Martins", a que pertence Gaspar.

Na "Memória" com que ora concorre ao Congresso de História do Rio-Grande-do-Sul o dr. Mário Teixeira de Carvalho desenvolve, pormenorizadamente, o enunciado precedente expondo, com uma profusão que chega a esgotar o assunto, a ascendência genealógica de Gaspar Silveira Martins, pelo seu ramo materno.

Conquanto, subordinando-se a êsse ponto de vista o autor não tivesse deixado margem para o enquadramento de outros subsídios quaisquer, pois o trabalho reveste um caráter, como se vê, acentuadamente unilateral, o seu valimento ressalta a perfuntório exame.

Daí, o acentuado merecimento que folgamos em distinguir nessa "Memória", e não haverá como desprezá-la, doravante, o historiógrafo rio-grandense.

Pôrto-Alegre, 7-10-935.

Assinado: **João Maia,** relator.
Walter Spalding.
Jorge Bahlis.

GASPAR SILVEIRA MARTINS — TRIBUNO DO LIBERALISMO. RESENHA DE ÉPOCAS E EPISÓDIOS.

Leopoldo de Freitas

— Vida pública do Dr. Gaspar Silveira Martins. Eleição de deputado a Assembléia Provincial em 1861. Amizade com o General Osório e com os Drs. Félix Xavier da Cunha e Timóteo Pereira da Rosa.

Organização do Partido Liberal em Pôrto-Alegre — Circular de 8 de dezembro de 1868 — Oposição a situação política de 16 de julho — Discurso popular "O Radicalismo". Abstenção eleitoral — Propaganda Partidária dos princípios liberais e democráticos.

Eleição de seis deputados Rio-grandenses a Assembléia geral Legislativa em 1872. Estréia brilhantíssima do deputado Silveira Martins. — Atividade parlamentar até 1878. Melhoramentos materiais para a Província — Prestígio do partido liberal e do seu chefe — Constantes vitórias até 1885.

Situação do partido Conservador, em 20 de agôsto de 1885. — Presidência Lucena no Rio-Grande-do-Sul e oposição do partido liberal — Questão militar e a atitude do Senador Silveira Martins em 1887 — Declínio das Instituïções Constitucionais.

Ministério presidido pelo Visconde de Ouro-Preto, em junho de 1889. Final da carreira política do Tribuno liberal — Prisão em Santa-Catarina e destêrro na Europa — Regresso em 1892.

Revolução do partido federalista — Emigração do Conselheiro Silveira Martins nas Capitais Rio-platenses — Seu passamento em Montevidéo.

* * *

"O Rio-Grande-do-Sul quando se ergueu no seio da política nacional foi para estender pelo Brasil inteiro a rajada da Democracia que lhe transbordava no âmago com a impetuosidade de um minuano libertador. Nesse período é a voz gaúcha que fala pela boca de Gaspar Martins".

DA FORMAÇÃO DO R.-G.-DO-SUL, do escritor J. SALIS GOULART.

Conhecemos na nossa infância o eminente orador tribunício, vizinhavamos com a sua moradia, no sobrado da rua Duque de Caxias, esquina da General Paranhos, ouvimos muitas vezes a sua poderosa voz em discursos ardentes, correspondendo o entusiasmo das manifestações do povo que o aplaudia quando voltava do Rio-de-Janeiro à formosa cidade de Pôrto-Alegre.

Era sempre triunfal a passagem do dr. Silveira Martins pelos portos do Rio-Grande e Pelotas, depois as visitas de excursão política a Bagé e a outras importantes localidades da campanha. A palavra dominadora do ilustre chefe do partido liberal rio-grandense empolgava as multidões.

Oratoria tão eloqüente e vibrante não ouvimos mais senão depois, a do dr. Joaquim Nabuco, primorosamente, na propaganda do Abolicionismo.

Um fato concorreu porém para em nosso íntimo gerarse a estima e admiração que dedicamos ao eminente patrício e Chefe liberal — foi a simpatia e amizade, dêle, por nosso bom tio e educador Coronel Leopoldino Joaquim de Freitas, que dispunha de cultura inteletual e artística. Silveira Martins entretinha durante a tarde conversação animada com o seu amigo que conhecera no escritório do ilustre escritor político, literato e jurista dr. Félix da Cunha Eram liberais históricos e na comunhão das idéias entretinham-se longamente. Algumas vezes encontravam-se com os distintos rio-grandenses Firmino Rangel, Joaquim Vasques e Justo de Azambuja Rangel, amigos e companheiros

do Coronel Leopoldino de Freitas, a quem Silveira Martins, ministro da fazenda, na situação de 1878 nomeou diretor da Tomada de Contas do Tesouro Nacional e lhe conferiu a carta de Conselho.

Êste grupo de patrícios prestava elevado culto de apreço ao mérito militar e civismo dos ínclitos generais Osório e Conde de Pôrto-Alegre.

A tribuna forense e a das assembléias políticas reserva-lhes triunfos extraordinários, na mocidade do grande orador parlamentar.

Tendo nascido na Tapéra, perto de Bagé, do casal dos seus progenitores, a 5 de agosto de 1834, recebeu no batismo o nome de Gaspar.

Neste período da Revolução de 20 de setembro "os clarins das tropas insurgidas começaram a ecoar sonoramente nas planícies e coxilhas da Província sulista... Criança, êle, aqueceu-se no calor do fogão dos gaúchos", e dêstes valentes campeiros herdou a altivez e a franqueza de pensar.

Seus estudos elementares fizeram-se numa escola da cidade de Pelotas e sob a direção de um mestre provecto na latinidade e no vernáculo.

Da província veio para o Rio-de-Janeiro onde cursou o acreditado colégio Vitório da Costa, com o melhor aproveitamento da sua vigorosa inteligência. Diplomou-se em Direito no ano de 1858, quando estudou nas Faculdades jurídicas de S.-Paulo e de Olinda, na qual foi contemporâneo do estadista Senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, presidente do ministério libertador do cativeiro pela áurea lei de 13 de maio de 1888. Advogou no fôro do Rio-de-Janeiro e exerceu o cargo de juiz municipal da 2.ª vara. Exercendo estas funções judiciárias, o dr. Silveira Martins, processou ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça que lhe desobedeceu a um mandato e se exonerou altivamente, com uma declaração na imprensa.

Veio ao Rio-Grande-do-Sul e foi eleito deputado à Assembléia provincial de 1862. Adversários políticos estranharam a apresentação da sua candidatura, mas o general Osório, constou que lhes respondeu que:

"Êste moço orador e jornalista é um talentoso patrício que não habitava na Província, talvez, porque no Rio-de-Janeiro encontrava um campo maior para exercer atividade... "

Na província o dr. Silveira Martins exerceu com brilhantismo profissional a advocacia e distinguiu-se nos debates da legislatura.

O seu físico atlético e a vibração do órgão vocal, o fulgor do olhar, a expressão da fisionomia davam-lhe um aspecto leonino. De fato, Silveira Martins, era um Leão na tribuna do parlamento.

A ascenção do partido conservador em 16 de julho de 1868 foi um toque de reünir que soou no campo dos liberais, para organização das fôrças partidárias.

Fundou-se o "Clube da Reforma", no Rio-de-Janeiro, adotando um programa de atividade política e que terminava com estas palavras **Reforma** ou **Revolução.**

O imperador destituiu o ministerio Zacarias de Vasconcelos, progressista, e recorreu ao Visconde de Itaboraí, conservador. Dissolveu-se a câmara dos deputados. Houve reação partidária.

Contra êste golpe d'Estado, o insigne orador paulista José Bonifácio de Andrada, protestou em magnifíco e veemente discurso qualificando os adversários de "hospedes importunos que vieram invadir o terreno sagrado da Constituïção"...

Tinha-se formado uma situação extra-parlamentar. O rebate ressoava em tôdas as províncias do país.

No Rio-Grande-do-Sul os liberais unificaram-se. Fundou-se o Diretório do partido liberal. A circular de agremiação tem a data de 8 de dezembro de 1868, com as assinaturas do general Conde de Pôrto-Alegre; drs. Timóteo Pereira da Rosa, José A. do Vale Caldre Fião, Luiz da Silva Flores; Florêncio de Abreu e Silva e Antônio Correa de Oliveira, pelos drs. Gaspar Silveira Martins e Timóteo Rosa,

que estavam ausentes de Pôrto-Alegre; Coronel João Pinto da Fonseca Guimarães e sr. Firmiano Antônio de Araujo.

No Rio-de-Janeiro houve o movimento político do **Radicalismo,** no qual os liberais Silveira Martins, Rangel Pestana, Liberato Barroso, Leandro de Vasconcelos, Prado Pimentel, Henrique Limpo de Abreu realizaram conferências populares, nos teatros.

O dr. Gaspar Martins dissertou no palco da Fênix acêrca dos Princípios Radicais em política; ardorosamente analisou a situação adversária e recordou o bizantinismo do Império, no instante que passava a carruagem conduzindo o imperador dom Pedro de Alcântara às corridas do Hipódromo.

Na crítica à diplomacia do Brasil na Europa, disse o tribuno gaúcho que: em París foi um estrangeiro o sr. Pacheco y Obes quem defendeu nossa pátria contra a propaganda do emissário do ditador Solano Lopez.

Sôbre a nomeação do Conde d'Eu para substituir o Marquês de Caxias, no comando do exército em operações assegurou que êste alto pôsto devia pertencer "ao general Osório que com a ponta de sua lança descrevia uma epopéia de glorias e que se não era Marechal nomeassem-no..."

"A situação deixava-o descrente das instituïções dinásticas; a França suportou os reis preguiçosos até que apareceu um Henrique IV."

Foi esta conferência uma das mais impetuosas objurgatórias à política imperial e ao poder pessoal do soberano.

Em 1870 o dr. Silveira Martins transferiu residência para Pôrto-Alegre. Com o prestígio que possuía veiu fundar um centro de ação partidária, para propagar os princípios liberais e democráticos da sua política.

O jornal diário **A Reforma** apareceu como órgão do partido liberal. Formou-se novo diretório político, presidido por Silveira Martins.

A redação dêsse jornal constituiu-se com os drs. Antônio Eleuterio de Camargo, Timóteo Pereira da Rosa, Carlos Cha-

ves, Antônio Correa de Oliveira, Florêncio Carlos de Abreu e Silva; publicista Carlos de Koseritz e tenente-coronel Joaquim Vasques, que voltava da campanha do Paraguai.

— Ouvimos o Senador Silveira Martins dizer que naquele tempo, em França houve a queda do império de Luiz Napoleão e que o tribuno Léon Gambetta fundando o partido de que se fizera diretor iniciou a publicação da fôlha política **République Française** que teve para redatores : Waldeck Rousseau, Antonin Proust, Allain Targé, A. Ranc, Paul Bert, Raynal,Maurice Rouvier, Eugene Spuller. Dez anos depois, todos estes, foram seus companheiros no ministério formado pelo chefe do oportunismo.

Do Paraguai voltaram à Província as unidades dos voluntários e do exército com os seus chefes, na sua maioria liberais que a-pesar-da reação conservadora acompanharam o partido em oposição.

Os generais Osório, Visconde de Pelotas, Conde de Pôrto-Alegre, Bento Martins, Vasco Alves, Gomes Portinho, coronéis Alves Valença, Antônio Francisco Martins, Isidoro Fernandes de Oliveira e outros prestaram-lhe importante concurso de coadjuvação cívica.

Nas eleições da legislatura de 1872 o dr. Silveira Martins foi eleito deputado com outros dos seus partidários, à assembléia geral, como em seguida às legislaturas provinciais, formando maioria até 1889.

Magnífica estréia foi a do tribuno em 1872 combatendo atos da política do ministério de 7 de março presidido pelo estadista Silva Paranhos, Visconde do Rio-Branco.

Em fulgurosa página do livro **Reminiscências** o romancista, historiador e ensaísta Visconde de Taunay descreveu êste acontecimento político, em que o tribuno Rio-grandense "como um furioso Pampeiro fazia extremecer o velho edifício da câmara dos deputados". Estávamos nos últimos dias de dezembro de 1872. Grande ansiedade no público. Todo ministério a postos. Ouviu-se o primeiro rugido do Leão... O gladiador saltara na arena.

"Aquí, disse com um gesto largo, imperiosamente apontando para os companheiros liberais, somos poucos, apenas

seis, mas aquí é que se acham os verdadeiros representantes da nação."

Dois dêstes deputados eram por Minas, os drs. Assís Martins e Murtinho de Campos, os outros quatro Rio-grandenses, mas da bancada separou-se o Visconde de Mauá, que se aliou ao govêrno, nas votações.

Silveira Martins atirou-lhe um repto violento e a Província aplaudio-o, com entusiasmo, dando-lhe um **voto de adesão,** pela hombridade da atitude que assumiu; o que fêz com que o deputado Mauá renunciasse a sua cadeira.

O impetuoso discurso do tribuno gaúcho levou cada um dos ministros a usar da palavra, explicando atos, inclusive o da guerra, conselheiro Junqueira, que estava de posse de um ofício do marechal Conde d'Eu.

O dr. Silveira Martins voltou eleito deputado geral para as legislaturas de 1876 a 78 e dêste ano ao de 79, pois, retirando-se a 8 de fevereiro, do ministério Sinimbú, o Rio-Grande-do-Sul elegeu-o senador a 3 de junho de 1880.

Não foi mais convidado para outros ministérios da situação liberal que a 20 de agôsto de 1885 cedeu poder ao partido conservador.

O Ministério foi organizado pelo senador Barão de Cotegipe, nomeou presidente do Rio-Grande-do-Sul o desembargador Henrique de Lucena e comandante das armas o marechal Deodoro da Fonseca.

Vai-se desencadear na altiva Província uma violenta reação política e partidária, visando abater a prestigiosa influência do Senador Silveira Martins no partido liberal e na opinião pública.

Desde que entrou para a câmara dos deputados gerais dr. Silveira Martins ativamente ocupou-se de conseguir do poder executivo os melhoramentos necessários ao progresso material da Província.

Consistiram tais melhoramentos na abertura da Barra do porto do Rio-Grande canalização do Sangradouro; es-

tradas de ferro de Pôrto-Alegre a Uruguaiana e do Rio-Grande a Bagé; tarifas especial e integral para as alfândegas.

Na órbita da política da Província, êle, apresentou e defendeu proposta na comissão de orçamento de cada legislatura para construção de edifícios públicos, escolas, hospitais como o manicômio S.-Pedro, vias de comunicação na região das colônias; regularização de impostos; serviços de canalização de águas e iluminação das cidades.

Era nas sessões da Assembléia Provincial que o dr. Silveira Martins expandia os sentimentos do seu Rio-grandensismo, no sentido de "melhor servir a querida terra natal" pois se desvanecia de representá-la naquela corporação política; embora fôsse deputado geral e depois senador.

Em notáveis debates, êle, se empenhou nas sessões da legislatura provincial de 1886 a 89 com o dr. Assís Brasil, republicano e alguns representantes do partido conservador.

O dr. Silveira com a majestosa eloqüência de que dispunha, como da ampla cultura histórica, literária e filosófica acompanhava o movimento das idéias e da política do seu tempo.

No sistema representativo parlamentar do Brasil antigo, o tribuno do Rio-Grande-do-Sul encontrou terreno favorável para a expansão da sua combatividade intelectual. Teve por contemporâneos, nas duas câmaras da representação nacional, os srs. Antônio Ferreira Viana, Visconde de Taunay, Augusto Gomes de Castro, Andrade Figueira, José Bonifácio de Andrada, Martim Francisco Filho, Joaquim Nabuco; os conselheiros Afonso Celso, José Antônio Saraiva, Barão de Cotegipe, Otaviano de Almeida Rosa, Visconde do Rio-Branco, Paulino de Sousa, Fernandes da Cunha, Saldanha Marinho, drs. Cesário Alvim, João Mendes de Almeida; êste fervoroso católico e monarquista.

O estadista Paranhos Visconde do Rio-Branco que ouvira na Europa oradores políticos de nomeada escreveu que se lembrou do nosso Silveira Martins "a quem não faltava nenhum dos recursos tribunícios"; do mesmo modo pensava o senador João Alfredo.

As vibrações e sonoridades da oratória do eminente

patrício recordam as grandes figuras de Emílio Castelar, Miguel Léon Gambetta, William Gladstone, Chefe do liberalismo inglês e o velho lutador da Irlanda livre, o tribuno Duniel O'Connel.

Gloriosamente evocado em nossa memória, dizemos como o estilista uruguaio Henrique Rodó acerca de notável patriota do seu país:

"Yo reivindico para el glorioso partido el insigne y legitimo derecho de reverenciar con sincera y emocionada vibración partidaria civica, la figura tutelar de este heróe eponimo."

Eram magníficas de entusiasmo e contentamento popular as vindas do senador Silveira Martins, do Rio-de-Janeiro, às cidades do Rio-Grande; qualquer delas disputavam prestar-lhe melhor acolhimento.

"Rio-Grande, o pôrto e empório comercial desta província; Pelotas, a formosa princesa do Sul; Bagé, adiantado centro de criação pastoril e Pôrto-Alegre, o cérebro, a linda cidade das colinas, à margem do Guaíba... Não sei a qual delas, mais eu possa agradecer."

Ouvimo-lo dizer, em eloqüente discurso, quando em 1892 voltou do exílio na Europa; então invocava o estro do poeta da "Saudade", Visconde de Almeida Garret; **"Brando sol da minha terra, quando me aquecerei à tua réstea."**

Transformadas as instituïções do Império que a jornada militar de 15 de novembro de 1889 substituiu pelas da República, a situação política do tribuno liberal foi a de um Roble combalido pela violência da oposição que lhe fazia **A Federação,** o clarim do partido republicano. Mesmo asim, partidários fiéis, amigos dedicados do dr. Silveira Martins permaneceram crentes nos princípios do liberalismo gaúcho.

A questão militar e a infiltração das idéias do programa da República na oficialidade do exército causaram declínio do Império de dom Pedro II.

Quando o tribuno liberal em 1889 aceitou do ministério

do Visconde de Ouro-Preto a presidência do Rio-Grande-do Sul, recrudeceu a oposição dos partidos adversários; o republicano e o conservador.

Entretanto, foi o senador Silveira Martins, de acôrdo com o intelectual senador Otaviano de Almeida Rosa, quem formulou e apresentou em 1887 ao ministério Cotegipe, o convite para que em nome do senado fôssem retiradas as notas da censura imposta aos oficiais pelo ministro da guerra

Assim se salvou o regime imperial de receber, naquela ocasião, talvez, o golpe decisivo da sua permanência na administração do país.

O gabinete Cotegipe não demorou no poder e teve por sucessor o da abolição da escravatura, organizado pelo senador João Alfredo, "o estadista de Goiana" que um ano depois da lei de 13 de maio transferiu as pastas à situação liberal.

E' conhecida a hostilidade com que foi recebido na câmara dos deputados êste ministério, acusado de "aulico" a-pesar-de na pasta da marinha achar-se o almirante Barão do Ladário que possuía idéias radicais; tanto as tinha que logo depois da destituïção do Império, foi eleito senador pelo Amazonas.

A província Rio-grandense esteve representada, neste Govêrno pelo deputado dr. José Francisco Diana, nomeado para o cargo de ministro das relações exteriores, e s. Excia., era liberal adiantado; independente de qualquer ligação com a dinastia bragantina.

O mar da oposição cresceu, no Rio-Grande-do-Sul, na imprensa Carioca pelas colunas d'**O País** e do **Diário de Notícias**, jornais em que brilhavam as intelectualidades de Quintino Bocaiuva e Rui Barbosa, que recusou o convite para pertencer ao ministério do Visconde de Ouro-Preto.

Quando triunfou a República o senador Silveira Martins viajava para o Rio-de-Janeiro, acompanhado pelos deputados gerais eleitos e ficou detido em Santa-Catarina, por ordem expressa do marechal Deodoro, então Chefe do govêrno provisório.

S. Excia. havia entregue o govêrno da província ao vice-presidente sr. Justo de Azambuja Rangel.

Preso na Capital de Santa-Catarina ficou o tribuno gaúcho acompanhado pelos seus dois dedicados amigos e companheiros dr. Antônio Eleuterio de Camargo e coronel Joaquim Pedro Salgado, até que um cruzador da marinha de guerra veio buscá-lo para o Rio-de-Janeiro, onde não o deixaram livre, enquanto não cuidaram de desterrá-lo na Europa, a 18 de dezembro de 89.

No estrangeiro, êle, teve ocasião de visitar bibliotecas, Institutos científicos, Museus, Cursos superiores, câmaras parlamentares, onde conheceu alguns estadistas e oradores; como Felice Cavalotti, em Roma. Uma noite esteve na residência do almirante Jurien de la Gravière, historiador — relíquia gloriosa da marinha militar francesa, e que na despedida lhe disse "permettéz-moi, Mr. Conseiller je vais vous piloter..." "Merci mr. l'amiral vous parlez toujours marin...", respondeu o visitante brasileiro.

Em Londres assistiu sessões da câmara dos Comuns e dos Lords, recebendo, porém, impressão mais agradável do movimento da assembléia francesa, nos debates dos diversos grupos partidários.

Votada e promulgada a Constituïção federal de 24 de fevereiro de 91 os desterrados pelo Govêrno Provisório puderam voltar à pátria; antes disto o representante de S.-Paulo dr. Martinho da Silva Prado, apresentou um projeto de lei concedendo-lhes anistia.

O conselheiro Silveira Martins voltou ao Rio-de-Janeiro a 21 de fevereiro de 1892, sendo recebido com demonstrações de apreço pelos patrícios e amigos no Hotel dos Extrangeiros.

No discurso que o tribuno proferiu declarou-se adepto do sistema parlamentar e confiar na organização de um partido republicano com o programa de reforma da Constituïção presidencial.

Esperado no Rio-Grande-do-Sul transportou-se para o Estado natal, onde as opiniões estavam exaltadas, em conseqüência da revolução contra o golpe d'Estado de 3 de novembro e a reivindicação de 23 de novembro que impôs a renúncia do poder ao marechal Deodoro.

Enquanto ausente do Brasil, o chefe liberal nunca se

dirigiu aos seus antigos partidários, nem à Província à qual devia sucessivas eleições representativas e se impunha, meritòriamente à sua confiança não dirigiu proclamação. Ausente permaneceu ao contacto de assuntos políticos do Brasil, aguardava, talvez, a ocasião ou o momento de regressar à terra natal e verificar a situação dela. Êle, fôra o mesmo tribuno que a 28 de maio de 1880 dissera na câmara dos deputados:

"Senhores! — Há uma cousa que me inspira na vida política. Tenho confiança absoluta, senão na minha individualidade, no triunfo infalível do proncípio da Justiça. Ela pode por momentos desmaiar mas não morre, nasce mais vivaz, o seu triunfo é certo, porque a humanidade marcha sempre. Eduquei-me na Magistratura. Adquirí os hábitos de dar o seu a seu dono; trouxe-os para a política; hei de conservá-los sempre, porque me levantei, como o pó da terra, debaixo para cima e estou às portas do senado sem proteção de nenhum govêrno.

Desde que entrei para esta casa não há nenhuma grande questão de interêsse geral que não tenha tomado a palavra para sustentar os princípios do meu partido e os eternos interêsses da verdade.

Eis porque a Província-do-Rio-Grande-do-Sul me acompanha."

Numa série de artigos, do **Correio do Povo**, do ano de 1934, em Pôrto-Alegre, o ilustrado republicano dr. Alfredo Varela, sob a epígrafe **Tempos Idos**, ocupou-se da prestigiosa influência política exercida pelo senador Gaspar Silveira Martins e das muitíssimas simpatias com que contava nas cidades e na campanha.

Fêz justiça ao nome do grande batalhador do liberalismo e aos serviços públicos que o consagraram Benemérito.

Mas, a intransigência e animosidades individuais agravaram a situação da Província desde março até junho, quando o Estado começou a conflagrar-se pela intervenção do marechal Bernardo Vasques, comandante das armas; e, também pela desagregação e atitudes tomadas pela dissidência do Partido Republicano.

Do congresso de Bagé saiu o partido Federalista com o seu programa de reforma das constituïções federal e estadual Rio-grandense.

Infrutíferos resultaram os patrióticos esforços empregados pelo general Domingos Barreto Leite, governador provisório, e dos drs. Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e José B. da Cunha Bittencurt, antigo representante do partido conservador nas assembléias geral e provincial; veio a Revolução, célula da de 6 de setembro de 1893 capitaneada no Rio-de-Janeiro pelo bravo almirante Custódio de Melo. Não foram atendidos, nem compreendidos os conselhos e a palavra generosa do tribuno gaúcho implorando e recomendando a Paz — porque considerava a "Guerra civil peior dos flagelos que caem sôbre um povo..."

O sangue dos patrícios regou e tingiu as verdes campinas e rincões do Estado-Riograndense até a pacificação de 1895 efetuada, na cidade de Pelotas, entre os generais Galvão de Queiroz, representando o govêrno federal e João Nunes da Silva Tavares, chefe d'armas do federalismo.

Silveira Martins, chefe civil do partido concedeu a sua anuência ao ato da celebração da paz, embora desejasse obter melhores garantias para os federalistas.

"A geração atual confirma o que em 1898, no mais aceso do facho revolucionário, disse Silveira Martins em Montevidéu:

"Os Rio-grandenses são todos dignos..."

"Sua palavra resumia todos os anseios liberais da sua terra e tinha tão segura cadência nos seus ritmos que um dia em Melo, disse o dr. Assís Brasil:

"A voz do Gaspar era um hino, subia e descia tendo a mesma harmônica beleza em todos os transportes." Escreveu o dr. Mário Amaro da Silveira.

O falecimento do grande tribuno liberal deu-se em Montevidéu, repentinamente em 1900, na manhã de 23 de julho; realizando-se os funerais com o comparecimento dos patrícios residentes nessa Capital Uruguaia.

À beira da sepultura proferiu eloquente discurso de saudade o talentoso Rio-grandense dr. Pedro Gonçalves Moacir, deputado pelo partido federalista.

Escreveu, trinta anos depois, o dr. W. Ripoll que "a epoca não o compreendeu mas o tempo encarregou-se de justificar as suas previsões, sôbre os países sul-americanos.

Cada um dêles, não se conseguiu isentar da freqüência das desordens revolucionárias, dos golpes d'Estado, das ditaduras e deposições dos tiranetes.

No ocaso da vida politíca e partidária do Chefe Silveira Martins enquadra-se êste pensamento do cientista francês Carlos Richet:

"E' preciso coragem na ação política para sofrer a inveja, a calúnia e a ingratidão estes insetos venenosos que atacam aos grandes reformadores. E' preciso ter heroísmo para os desprezar como dom Pedro II, no Brasil..."

Em Silveira Martins, proscrito do estado de cousas políticas da sua pátria, confirma-se a idéia de Timon, no **Livro dos Oradores:**

"Foi preciso o exílio para completar o valor das suas qualidades cívicas".

Concluindo esta Memória de alguns episódios da ação exercida pelo grande liberal gaúcho, servimos-nos dêstes conceitos de um publicista carioca, que exaltava a individualidade do tribuno quando era Senador do Império:

"**Silveira Martins** não se distinguia na Tribuna pela imaginação, mas prima pela ação que é uma espécie de sintese das qualidades oratórias.

Sua palavra é ordinàriamente clara e correta, e quando se avoluma em acentos fortes e retumbantes é sempre seguida da energia do gesto e vigor de expressão.

A sua elocução resplende cheia de vida e movimento, e se desenha em cada frase no acento vigoroso das linhas e nas mutações animadas do semblante.

Sua musculatura atlética, a voz tonante, a expressão quasi selvagem, unindo-se a um estilo conciso e coruscante, lhe imprimem um que de estranho em sua oratória que o fazem o mais original dos oradores do nosso Parlamento.

A sua eloqüência só se distende bem nas grandes assembléias nas grandes questões e grandes crises.

Silveira Martins era naturalmente orador mais bem dotado de qualidades oratórias — entretanto, o menos artista de todos os oradores.

Tem a voz, o gesto, a figura, e sobretudo a ação que se harmonizam para imprimir a seus discursos um efeito durador e deslumbrante."

O eminente orador gaúcho não era forte na defesa como no ataque; neste era "o mais terrível dos tribunos"

E' que "nos momentos solenes tôda a sua eloqüência se desferia como tempestade. Suas palavras incandecidas pelo pensamento em fogo saíam convulsionadas pela paixão, sua voz tomava os sons cavos e longínquos de uma tormenta que se avizinha e todo o seu gesto e expressão denunciam as fôrças oratórias em agitação. — Um momento depois seus períodos fulgem como relâmpagos, suas sentenças fuzilam como raios ferindo os píncaros mais elevados; a sua voz toma as trepidações do trovão que ribomba no seio das nuvens, e ressoa nas encostas côncavas das serranias.

Os seus maiores triunfos oratórios tiveram lugar enfrentando e combatendo um dos grandes vultos da nossa história parlamentar, o Visconde do Rio-Branco.

Só a palavra luminosa e plácida, majestosa e polida, dessa polidez que é o condão da terra em que nasceu — podia antepor-se à poderosa organização oratória de Silveira Martins...

Nesse momento crítico para o gabinete Rio-Branco — Silveira Martins foi implacável, sua palavra ora tomava os acentos vagos e indecisos da ironia pungente ora retumbava indignada contra os ministros da desgraça do país.

Tôda a sua eloqüência se fundia em frases que eram sentenças ferinas e em sentenças que eram lanças que se enterravam no seio do ministério, trepidando e ressoando como a lança de Laocoonte no bojo do cavalo troiano."

Assim esboçou na **Gazeta de Notícias** no Rio-de-Janeiro, um dos seus colaboradores a figura psiquica e política de Gaspar Silveira Martins nas antigas assembléias parlamentares.

O que mais poderíamos dizer da sua individualidade que se

consagrou aos serviços da Pátria e com tôda dedicação cívica amou e serviu a Província natal?

Pelo prestígio da sua inteligência fulgurosa o tribuno liberal tem direito à Justiça da História e à glorificação dos seus patrícios.

S.-Paulo-VII-935-Brasil.

PARECER

A **"Memoria Histórica e Política"** sôbre Gaspar Silveira Martins apresentada ao primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense é uma rápida síntese da vida daquele tribuno-sol. E foi pena o seu Autor, Dr. Leopoldo de Freitas, ter resumido tanto a sua tese. De fato, não fôra isso, e talves tivesse êle podido nos dar o verdadeiro sentido do liberalismo de Silveira Martins, no seu desdobramento para o parlamentarismo. Estudou, em suma, mais o orador do que o político. Assim, os reflexos da célebre conferência pronunciada na "Fênix" do Rio, pelo tribuno; a repercussão do "Repto Mauá"; a questão religiosa em que se envolvera e outros palpitantes assuntos em que a sua figura se projetou em destaque, deixaram de ser estudados devidamente pelo A.

Embora, porém, essas pequenas falhas, vale o trabalho do Dr. Leopoldo de Freitas pelos traços que bosquejou da vida do grande e inolvidável gaúcho, ajuntando algumas notas novas sôbre a sua individualidade, frutos preciosos de suas recordações.

De Paranhos Antunes
Relator.

Manoel Duarte

Dr. Felix C. Rodrigues.

ÍNDICE GERAL

I VOLUME

B) Formação etnica:

C) Formação social:

II VOLUME

SECÇÃO SEGUNDA

História Política:

Pag.

SECÇÃO TERCEIRA

História Militar:

III VOLUME

SECÇÃO TERCEIRA

História Militar:

Pag.

SECÇÃO QUARTA

Pag.

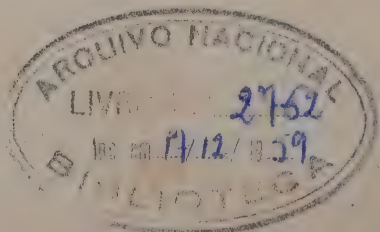
Administração econômica:

SECÇÃO QUINTA

Ciências, letras e artes:

TESES AVULSAS:

INCORRUPTAM FIDEM PROFESSIS NEQUE AMORE QUISQUAM ET SINE ODIO DICENDUS EST.



66620





66620